



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**GEANE CASSIA ALVES SENA**

**SENTIDOS DAS PALAVRAS MANIFESTANTE E  
MANIFESTAÇÃO CONSTITUÍDOS NO DISCURSO DO  
ESTADO E DA MÍDIA TRADICIONAL BRASILEIRA**

**CAMPINAS,  
2019**

**GEANE CASSIA ALVES SENA**

**SENTIDOS DAS PALAVRAS MANIFESTANTE E  
MANIFESTAÇÃO CONSTITUÍDOS NO DISCURSO DO ESTADO  
E DA MÍDIA TRADICIONAL BRASILEIRA**

**Tese de doutorado apresentada ao  
Instituto de Estudos da Linguagem da  
Universidade Estadual de Campinas para  
obtenção do título de Doutora em  
Linguística.**

**Orientador: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães**

**Este exemplar corresponde à versão  
final da Tese defendida pela  
aluna Geane Cassia Alves Sena e orientada pelo  
Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães**

**CAMPINAS,  
2019**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

Se55s Sena, Geane Cassia Alves, 1980-  
Sentidos das palavras manifestante e manifestação constituídos  
no discurso do Estado e da Mídia Tradicional Brasileira / Geane Cassia  
Alves Sena. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto  
de Estudos da Linguagem.

1. Acontecimento enunciativo. 2. Designação (Linguística). 3.  
Manifestações públicas - Brasil. 4. Manifestantes - Brasil. I. Guimarães,  
Eduardo Roberto Junqueira. II. Universidade Estadual de Campinas.  
Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The meaning of the words manifestant and manifestation  
constituted in the State and the Brazilian Traditional Media speech

**Palavras-chave em inglês:**

Enunciative event

Designation (Linguistics)

Demonstrations - Brazil

Protesters - Brasil

**Área de concentração:** Linguística

**Titulação:** Doutora em Linguística

**Banca examinadora:**

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães [Orientador]

Ana Cláudia Fernandes Ferreira

Débora Raquel Hettwer Massmann

Ramony Maria da Silva Reis Oliveira

Maria Flávia Figueiredo

**Data de defesa:** 26-08-2019

**Programa de Pós-Graduação:** Linguística

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-8122-0731>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/7451941414942106>



**BANCA EXAMINADORA:**

**Eduardo Roberto Junqueira Guimarães**

**Ana Cláudia Fernandes Ferreira**

**Débora Raquel Hettwer Massmann**

**Ramony Maria da Silva Reis Oliveira**

**Maria Flávia Figueiredo**

**IEL/UNICAMP  
2019**

**Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.**

Ai, palavras, ai, palavras,  
que estranha potência, a vossa!  
ai, palavras, ai, palavras,  
sois de vento, ides no vento,  
no vento que não retorna,  
e, em tão rápida existência,  
tudo se forma e transforma!  
Sois de vento, ides no vento,  
e quedais, com sorte nova!  
Ai, palavras, ai, palavras,  
que estranha potência, a vossa!  
todo o sentido da vida  
principia à vossa porta;  
o mel do amor cristaliza  
seu perfume em vossa rosa;  
sois o sonho e sois a audácia,  
calúnia, fúria, derrota...  
A liberdade das almas,  
E dos venenos humanos  
sois a mais fina retorta:  
frágil, frágil como o vidro  
e mais que o aço poderosa!  
Reis, impérios, povos, tempos,  
pelo vosso impulso rodam...  
Detrás de grossas paredes,  
de leve, quem vos desfolha?  
Pareceis de ténue  
sem peso de ação nem de

(MEIRELES, 1987, p.560)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todos os meus familiares que tanto me apoiaram, principalmente a meu filho Pedro Henrique, prova do amor de Deus na minha vida, e ao meu esposo Ederson, companheiro de todas as horas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu forças para chegar até aqui e tornou esta pesquisa possível.

Ao meu orientador, professor Eduardo Guimarães, pela paciência, orientações, correções, ensinamentos e apontamentos, que foram imprescindíveis para o desenvolvimento desta tese. Muito obrigada por tudo!

Ao professor Thiago Motta Sampaio que orientou o meu trabalho de qualificação de área, pela dedicação, paciência, correções e, principalmente, pelas leituras atentas e cuidadosas.

Às professoras Débora Massmann e Ana Cláudia Fernandes pelas valiosas contribuições que deram ao meu texto da qualificação, as quais me permitiram trilhar um caminho mais concreto.

Às professoras Maria Flávia Figueiredo e Ramony Maria Oliveira que aceitaram compor a Comissão Julgadora de defesa desta tese.

Aos meus pais e irmãos que dividiram comigo todas as angústias nos momentos de dificuldades; onde encontrei forças para não desanimar.

A Ederson, companheiro de todas as horas, por todo o apoio incondicional que tanto me ajudou a seguir em frente.

Ao meu filho Pedro Henrique que, em muitos momentos, teve que conviver com a minha ausência e esperou sempre a minha chegada com paciência e amor.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para que esta pesquisa se tornasse concreta, meu muito obrigada!

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o funcionamento semântico-enunciativo das palavras *manifestante* e *manifestação* no discurso do Estado e da Mídia Tradicional Brasileira. Ainda objetiva compreender de que modo o movimento argumentativo dos textos que tomamos para análise favorece a constituição de sentido para as palavras *manifestante* e *manifestação* a partir da relação que estabelecem, em especial, com as palavras *pacífico* e *não pacífico*/*violento*, *legítimo* e “deslegitimado”, nos acontecimentos de linguagem nos quais funcionam. Os textos que selecionamos para análise foram produzidos em um momento que se constitui como um marco na história dos movimentos populares no Brasil. Ou seja, foram produzidos a partir das manifestações de junho de 2013 ocorridas pelas ruas das principais cidades brasileiras. Assim tomamos para análise dois textos oficiais produzidos pelo Estado: o pronunciamento realizado pela ex-presidente do Brasil Dilma Rousseff, que foi em rede nacional no dia 21 de junho falar sobre as manifestações que estavam ocorrendo pelas ruas do país; e um Projeto de Lei apresentado pelo deputado do PSDB, Carlos Sampaio, em 13 de setembro de 2013. Ainda selecionamos dois textos veiculados pelo jornal Folha de São Paulo: o primeiro intitulado “Em comunicado, Dilma diz que manifestações pacíficas são legítimas”, de autoria do jornalista Breno Costa (publicado em 17 de junho de 2013) e, o segundo, com o título “Protesto”, assinado pelo jornalista Aguirre Talento (veiculado em 21 de junho de 2013). Para realizarmos nossas análises, recorreremos ao quadro teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento ou Semântica da Enunciação desenvolvido por Guimarães (2005; 2007a; 2007b; 2011; 2018). Com base nessa teoria, tomamos os textos selecionados como acontecimentos enunciativos que se caracterizam como um espaço de constituição de sentidos e um espaço de divisão de línguas, no qual há uma divisão desigual da língua para seus falantes, instalando um litígio. Mas, mesmo sem terem a palavra, “falam”. Nos textos que tomamos para análise, observamos que se instala um litígio entre o *manifestante* e a *manifestação* tipificados como *pacíficos* e aqueles qualificados como *não pacíficos*, de modo que àqueles considerados como *pacíficos* é dada a palavra e àqueles tipificados como *não pacíficos* esta é negada. Com a realização das análises, observamos que, nos quatro textos selecionados, o sentido de *manifestante* e *manifestação* se constitui a partir da relação que essas palavras estabelecem com outras palavras nos enunciados nos quais funcionam. Em especial, encontramos como determinação do sentido de *manifestante* e *manifestação*, nesses textos, o sentido de *pacífico* e a relação de antonímia estabelecida entre o *pacífico* e o *não pacífico*. Também observamos que na cena enunciativa produzida nos textos analisados é instalada a figura de diferentes locutores-x que direcionam a sua argumentação para seu alocutário-x a favor de determinada conclusão, o que favorece a constituição de sentidos para as palavras *manifestante* e *manifestação*. A partir das relações estabelecidas nesses acontecimentos que analisamos, é possível afirmarmos que tudo aquilo que se liga ao *pacífico* (*manifestação pacífica* e *manifestante pacífico*) é legitimado no discurso do Estado e da Mídia Tradicional Brasileira.

**Palavras-chave:** acontecimento enunciativo; designação; orientação argumentativa; manifestante; manifestação.

## ABSTRACT

This research has the understanding objective of the semantic-enunciative of the *manifestant* and *manifestation* words in the State and in the Brazilian Traditional Media speech. It is also intended to understand how the argumentative movement of the texts that we have taken for analysis favors the constitution of meaning of *manifestant* and *manifestation* based on the relationship they establish, especially with the words *peaceful* and *non-pacific/ violent, legitimate* and *de-legitimized*, in the language events in which they work. The texts that we selected for analysis were produced in a moment that constitutes a landmark in the history of popular movements in Brazil. That is, they were produced from the manifestation of June of 2013 occurred in the streets of the main Brazilian cities. Thus, we analyze two official texts produced by the State: the statement made by the ex-president of Brazil Dilma Rousseff, who was in a national network on June 21 to talk about the demonstrations that were taking place on the streets of the country; and a law project introduced by the PSDB deputy, Carlos Sampaio, on September 13, 2013. We also selected two texts published by Folha de São Paulo: the first entitled “In a statement, Dilma says that peaceful manifestation are legitimate”, authored by the journalist Breno Costa (published on June 17, 2013) and, the second, entitled “Protest”, signed by the journalist Aguirre Talento (broadcast on June 21, 2013). In order to carry out our analyzes, we used the Semantic’s of the Enunciation or the Semantics of the Event’s theoretical apparatus developed by Guimarães (2005; 2007a; 2007b; 2011, 2018). Based on this theory, we take the selected texts as enunciative events that are characterized as a space of sense-making and a space of language division, in which there is an unequal division of the language for its speakers, installing a litigation. But even without having the word "speak". In this case, in the texts we take for analysis, we note that a litigation between the *manifestant* and the *manifestation* is established as *peaceful* and those described as *non-peaceful*, so that those considered as peaceful are given the word and those typified as peaceful is denied. We also observe that in the four texts that we select, the sense of *manifestant* and *manifestation* is constituted from the relation that these words establish with other words in the statements in which they work. In particular, we find the sense of peacefulness and the relation of antonyms established between the peaceful and the *non-pacific* as the determination of the sense of demonstration and manifestation in these texts. We also note that in the enunciative scene produced in these texts the figure of different x-speakers is installed, which direct their argument to their alocutarius-x in favor of a certain conclusion, which favors the constitution of meanings for the words *manifestant* and *manifestation*. From the relations established in these events that we analyze, it is possible to affirm that everything that binds to the *pacific* (*peaceful manifestation* and *peaceful manifestant*) is legitimized in the speech of the State and of the Brazilian Traditional Media.

**Keywords:** enunciative event; designation; argumentative operator; manifestant; manifestation.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
<b>PARTE I - QUADRO TEÓRICO- METODOLÓGICO</b> .....	<b>21</b>
CAPÍTULO I- ESTUDOS DA SIGNIFICAÇÃO .....	22
1.1 A Semântica e o seu objeto de estudo .....	22
1.2 Enunciação: um acontecimento de linguagem .....	29
1.3 O político na linguagem .....	32
CAPÍTULO II- ARGUMENTATIVIDADE E ENUNCIÇÃO .....	37
2.1 Teoria Polifônica de Ducrot .....	37
2.2 A Cena Enunciativa e os lugares de enunciação .....	42
2.3 A argumentação em Ducrot: uma perspectiva linguística .....	48
CAPÍTULO III- CONSTITUIÇÃO DE SENTIDO DE PALAVRAS .....	52
3.1 O Domínio Semântico de Determinação (DSD) .....	52
3.2 A determinação .....	57
3.3 Procedimentos de textualização: reescrituração e articulação .....	59
3.4 Orientação Argumentativa .....	65
CAPÍTULO IV- MOVIMENTOS POPULARES NO BRASIL: MEMÓRIA E CONSTITUIÇÃO DE SENTIDOS .....	68
4.1 Movimentos Sociais no Brasil: uma historicização dos principais movimentos populares ocorridos no território brasileiro .....	69
4.2 Breve histórico das manifestações de junho de 2013 no Brasil e as publicações do Jornal Folha de São Paulo .....	78
4.3 História dos sentidos de manifestante e manifestação .....	86
<b>PARTE II – ANÁLISES</b> .....	<b>96</b>
CAPÍTULO V- O MANIFESTANTE E A MANIFESTAÇÃO NO DISCURSO DO ESTADO .....	97
5.1 Um pronunciamento sobre as manifestações de 2013 no Brasil .....	97
5.1.1 A Cena Enunciativa .....	99
5.1.2 As Designações de manifestante e manifestação .....	106
5.1.3 Argumentação para “um movimento de reivindicação não pode ser violento” .....	116
5.1.4 Conclusão .....	120

5.2 Um Projeto de Lei: justificativa .....	121
5.2.1 A Cena Enunciativa .....	124
5.2.2 Designação de manifestação e manifestante .....	126
5.2.3 Argumentação para “é necessário aumentar a punição para os indivíduos que agem de forma violenta durante as manifestações” .....	134
5.2.4 Conclusão .....	141
CAPÍTULO VI- O MANIFESTANTE E A MANIFESTAÇÃO NOS DIZERES DA MÍDIA TRADICIONAL BRASILEIRA .....	143
6.1 Uma notícia sobre as manifestações ocorridas pelas ruas do Brasil .....	143
6.1.1 Constituição da Cena Enunciativa .....	145
6.1.2 As designações de manifestação e manifestante .....	147
6.1.3 Argumentação para “todo cidadão só tem o direito de se manifestar sem violência e em ordem” .....	151
6.1.4 Conclusão .....	156
6.2 Um dia de Protesto .....	156
6.2.1 Constituição da Cena Enunciativa .....	158
6.2.2 Designação de manifestação e manifestante .....	161
6.2.3 Argumentação para “é preciso agir de forma violenta para conter os manifestantes violentos” .....	168
6.2.4 Conclusão .....	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	173
REFERÊNCIAS .....	181

## INTRODUÇÃO

Nesta última década pôde-se observar sequências de manifestações ocorridas pelas ruas das principais cidades do Brasil que ganharam grande destaque nos meios de comunicação, nas conversas cotidianas e, principalmente, no meio acadêmico por serem diferentes de outros movimentos sociais já ocorridos no país. Tais diferenças podem ser observadas, principalmente, quanto às reivindicações, ausência de um líder declarado e defesa de diversas bandeiras por pessoas de direita e de esquerda que manifestaram juntas a favor de causas como, por exemplo, mais direitos para as minorias, redução da tarifa dos transportes coletivos e por uma reforma política. Além disso, essas manifestações se caracterizam pela negação da política partidária, mais especificamente, pela maneira como ela é praticada no Brasil. Esses protestos, no entanto, não se definem como apartidários (Cf. GONHN, 2017).

Como destaca Scherer-Warren (2014, p. 417), uma das principais diferenças das atuais manifestações para as que ocorreram anteriormente no Brasil está

na convocatória pelas redes sociais virtuais, o que trouxe o povo para rua quase em tempo real, ampliando o número de manifestantes e os locais de protestos. Isso causou uma enorme visibilidade na mídia e o respectivo impacto político, produzindo uma resposta rápida da parte do sistema político. Mas também produziu uma diversidade de demandas, muitas vezes conflitivas e antagônicas entre si, sobre as quais voltaremos a tratar.

Nesse novo contexto político-social brasileiro, vêm sendo publicados diversos textos, principalmente pela Mídia Tradicional Brasileira, desde as manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013, para tentar dar sentido a esses movimentos sociais históricos no país. Também têm sido elaborados vários estudos, em diversas áreas do conhecimento, para buscar explicar e analisar as causas e consequências desse fenômeno que vem ocorrendo pelas ruas brasileiras, além de tentar significar o movimento e o sujeito que dele faz parte e, principalmente, explicar a relação entre Estado e sociedade brasileira. Como lembra Barros (2013), vários autores debatem sobre essa temática e “partem de uma perspectiva histórica, demonstrando que no caso brasileiro não é possível compreender a relação Estado/sociedade sem se fazer um percurso na história do país” (BARROS, 2013, p.55).

Porém percebemos a necessidade da realização de um estudo que buscasse problematizar mais especificamente a questão dos processos históricos, políticos e de linguagem capazes de constituir sentidos de nomes, como *manifestação* e *manifestante* (o sujeito da manifestação). E, ainda, que pudesse mostrar como a Mídia Tradicional Brasileira e

o Estado designam o *manifestante* e sua ação de manifestar (a *manifestação*), bem como esse “novo” sujeito se liga à *manifestação*. Como afirma Guimarães (2005, p.7), “saber o que significa uma forma é dizer como seu funcionamento é parte da constituição do sentido do enunciado”. Já que os sentidos das palavras e expressões linguísticas se constituem no agenciamento enunciativo.

Nessa direção, buscamos compreender o funcionamento semântico-enunciativo das palavras *manifestante* e *manifestação* no discurso do Estado e da Mídia Tradicional Brasileira, a partir do quadro teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento, num momento em que a sociedade brasileira passa por mudanças na sua relação com o Estado. Mudanças que têm-se tornado possíveis devido às novas formas de expressão social ocorridas no Brasil e com o surgimento de “novos” sujeitos partidários e políticos que têm sua identidade política transformada e construída “em processos de lutas contra diferenciações e discriminações socioeconômicas- em políticas de identidades, pré-estruturadas segundo modelos articulados pelas políticas públicas, arquitetados e controlados por secretarias de Estado, em parceria com organizações civis” (GOHN, 2013, p.21). Ainda buscamos compreender de que modo o movimento argumentativo dos textos que tomamos para análise favorece a constituição de sentido para *manifestante* e *manifestação* a partir da relação que estabelecem, em especial, com as palavras *pacífico* e *não pacífico/violento*, *legítimo* e “deslegitimado”, nos acontecimentos de linguagem nos quais funcionam.

Nesse cenário, entram então em cena esses “novos” sujeitos sociopolíticos que são a novidade na coordenação e organização das manifestações ocorridas no Brasil a partir de junho de 2013. Mas, como lembra Gohn (2017, p. 21), esses sujeitos “não são homogêneos, ao contrário, são não só heterogêneos como também representam diferentes correntes e contracorrentes do mundo da política e da cultura”. Durante o mês de junho de 2013 milhares de pessoas foram às ruas no Brasil manifestar por motivos diversos. O foco inicial dessas manifestações foi a redução da tarifa do transporte público. Entretanto esses protestos ganharam novas motivações e passaram a ser feitas reivindicações relacionadas a outras áreas, como segurança pública, saúde e educação, bem como denúncias de corrupção e mal uso do dinheiro público. Conforme Gohn (2017, p. 51), nesse período houve grande participação dos jovens brasileiros, “organizados em coletivos que convocavam on-line os atos públicos, realizados sem bandeiras partidárias ou camisetas e carros de som de sindicatos”.

Também houve uma intensa participação nesses protestos do movimento social denominado Movimento Passe Livre (MPL) que, apesar de não ter sido criado em 2013,

apresentou-se como uma novidade no cenário político brasileiro. O MPL, criado oficialmente em 2005, na cidade de Porto Alegre, durante o Fórum Social Mundial (FSM), teve grande protagonismo nas convocações dos protestos que ocorreram no Brasil em 2013 e na criação de uma cultura política que possibilitou o surgimento de grandes manifestações pelo país. Várias foram as novidades trazidas pelo MPL, as quais contribuíram significativamente para essa nova cultura política. Esse movimento entrou em cena no início do mês de junho de 2013, quando faz a convocação e lidera um protesto em São Paulo, no dia 06 de junho, contra a alta da tarifa dos transportes coletivos. Como destaca Gonh (2017, p. 32),

Há inúmeras novidades criadas ou recuperadas pelo MPL que contribuíram para a cultura política criada, tais como; a performance das manifestações- sem carro de som, mas com música-, usando sons produzidos no ato como um ator do processo, advindos de expressão cultural, como a fanfarras (com inúmeros instrumentos, em que teve o apoio do MAL- Movimento Autônomo Libertário); não ter líderes declarados falando em nome do movimento (ainda que alguns tenham sido alçados ao status de “celebridade” pela mídia corporativa/comercial [...]).

Além do MPL, também houve a participação de outros segmentos durante os protestos de junho de 2013. Na manifestação ocorrida, por exemplo, em 06 de junho na cidade de São Paulo também houve a participação, junto com o MPL, de outros segmentos, como militantes do PT, integrantes de partidos políticos (do PSTU, do PSOL e do PCO) e de grupos anarquistas, como o Black Block. No entanto, como salienta Gonh (2017, p.52), “Todas as bandeiras partidárias foram rejeitadas nas manifestações, gerando inclusive tumultos entre os que insistiram em desfraldá-las”. As manifestações foram convocadas pelo MPL de 06 a 20 de junho de 2013, quando ocorreu a maior manifestação pelas ruas do Brasil (em 75 cidades) com a participação de milhares de pessoas. Nesse dia, houve grandes confrontos entre a polícia e os manifestantes, resultando em 22 feridos (entre policiais e manifestantes) e uma morte por atropelamento. No dia 21 de junho, o MPL comunicou que não convocaria mais manifestações. Nesse mesmo dia, a presidente Dilma Rousseff vai em cadeia nacional de rádio e televisão fazer um pronunciamento sobre as manifestações que estavam ocorrendo pelo país. Logo após esse período, também foram propostos Projetos de Leis com a finalidade, principalmente, de enquadrar os manifestantes considerados como violentos e transgressores durante a realização dos protestos pelas ruas do país.

É nesse período, que se caracteriza como um marco para a história dos movimentos sociais no Brasil, que analisaremos os sentidos de *manifestante* e *manifestação*. Ainda se trata de um novo cenário no qual houve uma revolução nas formas de comunicação entre os indivíduos, com a utilização de novas tecnologias, em especial, da Internet e de aparelhos

móveis. Nesse contexto, as redes sociais virtuais ganham grande destaque enquanto uma forma de articulação e constituição de muitas ações coletivas. Nessa perspectiva, Gohn (2017, p. 25) afirma que as redes sociais

são recursos e fatores estratégicos porque seu poder vai além da mobilização. Impactam o caráter da ação coletiva desenvolvida. Transformam-se em ações conectivas. O ambiente virtual propiciado pela Internet ocupa lugar central no caráter dessas ações conectivas no que diz respeito à infraestrutura de recursos para formar pautas, consensos, mobilizar a população, fazer convocações, divulgar resultados de atos, agendas futuras etc. Os manifestantes, ao participarem, deixam registros- nos blogs, fotos etc.- que ajudam a criar uma memória e a construção de um imaginário sobre o tema em tela, criam códigos linguísticos, que estabelecem uma gramática, e símbolos que passam a ser compartilhados.

Analisaremos acontecimentos enunciativos os quais se deram nessa conjuntura que se desdobrou em direção ao nosso presente e cujos sentidos continuam fazendo efeito. As questões acima apresentadas perpassam o movimento de análise que realizamos nesta tese. Desse modo, buscaremos, a partir da análise enunciativa desenvolvida nesta pesquisa, compreender como *manifestante* e *manifestação* significam nos acontecimentos enunciativos selecionados, bem como observar os sentidos que são produzidos e se são mantidos nos textos que tomamos para análise, a partir da história de enunciação dessas palavras. Nessa direção, a produção de sentidos para *manifestante* e *manifestação* será observada enquanto simbolizando algo do real, a partir das relações sociais estabelecidas em textos que tratam sobre as manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013, as quais representam um marco na história dos movimentos sociais no país, evidenciam uma tentativa do Estado de exercer um controle sobre as manifestações e os manifestantes, assim como o caminho tomado pelo jornalismo tradicional brasileiro para noticiar os protestos ocorridos nesse período no país. É nessa perspectiva que desenvolveremos nossas análises.

Não se trata de analisar extensivamente esses aspectos. Vamos nos dedicar à análise de acontecimentos de enunciação produzidos por autoridades de governos, de um lado, e da mídia, de outro. Assim, esta tese tem como objeto de estudo os sentidos constituídos para *manifestante* e *manifestação* na relação que estabelecem, principalmente, com o *pacífico* e o *não pacífico* em textos publicados pelo jornal Folha de São Paulo e em textos do Estado, que se constituem como memória da sociedade brasileira. Isso nos leva a afirmar que essas palavras (*manifestante* e *manifestação*) se relacionam com a história e o modo de funcionamento da sociedade. Nessa medida, os textos que tomamos para análise são considerados como espaços de constituição de sentidos e documentos que registram a história da sociedade. É importante

destacarmos que esses textos não serão tratados como inertes, isentos de interferências da sociedade, mas como objetos da história, carregados de memória e sentidos. Ou seja, serão tratados como documentos que exprimem “o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro” (LE GOFF, 2003, p. 10).

Como Guimarães (2005), assumimos que a relação entre sujeito, linguagem e história é capaz de determinar o sentido de palavras. Nessa direção, selecionamos para análise dois textos oficiais produzidos pelo Estado:

- a) o pronunciamento da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, que foi em rede nacional no dia 21 de junho de 2013 falar sobre a onda de protestos que estavam ocorrendo pelas ruas do país;
- b) um Projeto de Lei de autoria do deputado do PSDB/SP Carlos Sampaio, apresentado em 13 de setembro de 2013.

Ainda escolhemos dois textos publicados pelo jornal Folha de São Paulo em junho de 2013, intitulados:

- a) “Em comunicado, Dilma diz que manifestações pacíficas são legítimas”- assinado pelo jornalista Breno Costa (publicado em 17 de junho de 2013);
- b) “Protesto”- de autoria do jornalista Aguirre Talento (publicado em 21 de junho de 2013).

Para seleção desses textos, levamos em consideração o dia 20 de junho de 2013, data em que ocorreu a maior manifestação popular pelas ruas das cidades brasileiras, conforme comentamos anteriormente. Assim selecionamos um texto publicado antes dessa data e três posteriores a esse evento. Destacamos que em junho de 2013 houve várias e grandes manifestações pelo Brasil e foram divulgados diversos textos, com finalidades distintas, como de explicar, dar sentido, julgar, coibir, apoiar ou desaprovar esses movimentos sociais. A produção desses textos ocorreu num momento histórico no país e é a partir da análise desses acontecimentos de linguagem que buscamos alcançar o objetivo desta pesquisa. Ou seja, que buscaremos compreender o funcionamento semântico-enunciativo das palavras *manifestante* e *manifestação* no discurso do Estado e da Mídia Tradicional Brasileira.

Esses textos foram selecionados após a realização de várias pesquisas no acervo *online* de três importantes jornais de grande circulação no Brasil: Folha de São Paulo (<https://www.folha.uol.com.br/>), O Globo (<https://oglobo.globo.com/>) e O Estado de São Paulo (<https://www.estadao.com.br/>). Ainda realizamos pesquisas no site do Senado Federal ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)) e no *google* (<https://www.google.com.br>) para selecionarmos os textos produzidos pelo Estado. A opção por acervos *online* se deu pela facilidade de acesso a um maior número de textos dentro do recorte temporal que realizamos (de 01 a 21 de junho de 2013) e pela facilidade na recuperação de dados.

A escolha do jornal Folha de São Paulo se deu por ser uma das mídias tradicionais no Brasil, de grande circulação, que num primeiro momento apresentou uma postura contrária e de deslegitimação das ações populares; depois, com o uso abusivo da força policial, passou a apoiar o movimento e, até mesmo, a legitimar as manifestações populares no país. Além disso, dos três jornais pesquisados, foi o que mais publicou textos nesse período, aproximadamente 380. Outro fator que nos levou à escolha da Folha de São Paulo foi o fato de ser um jornal do estado de São Paulo, que foi palco da manifestação convocada pelo Movimento Passe Livre no dia 06 de junho de 2013 para reivindicar a redução da tarifa do transporte coletivo. Essa data marcou o início desses “novíssimos” protestos que ocorreram nesse período no país. Após esse evento, as manifestações se estenderam para outras cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba.

Ao tomarmos esses textos para análise nos deparamos com os seguintes questionamentos:

- a) Existe alguma relação entre os sentidos das palavras *manifestante* e *manifestação*?
- b) Será que na designação das palavras *manifestante* e *manifestação* há uma hierarquização dos sentidos que constituem o sujeito manifestante e o ato de manifestar?
- c) Na designação dessas palavras é possível perceber uma divisão da sociedade brasileira, no cenário político e histórico dos “novíssimos” movimentos sociais que ocorreram no Brasil em junho de 2013, que conduz à deslegitimação da *manifestação* e do *manifestante*?
- d) Em que medida o movimento argumentativo dos textos contribuem para a construção dos sentidos de *manifestação* e *manifestante*?

São essas questões que direcionam as nossas análises. Além dessas questões, consideramos importante levarmos em conta a relação existente entre a linguagem, o histórico e o político para a constituição do sentido de *manifestação* enquanto um movimento legítimo e pacífico, numa relação de oposição com o ilegítimo, ato de violência e *não pacífico*. E para o sentido de *manifestante* enquanto pacífico e legítimo na sua relação antonímica com *não pacífico*/violento e “deslegitimado”.

Para alcançarmos nossos objetivos tomamos como modelo teórico-metodológico os preceitos da *Semântica do Acontecimento* ou *Semântica Histórica da Enunciação*, dando ênfase aos estudos desenvolvidos pelo semanticista Guimarães (2005; 2007a; 2007b; 2010; 2011; 2018), a partir dos quais evidenciamos: a forma como a enunciação é desenvolvida a partir do sentido, do sujeito e da língua; a maneira como a temporalidade constitui o acontecimento da enunciação; o modo como o espaço e a cena enunciativa constroem e sustentam o agenciamento a partir da divisão de línguas e de enunciadores; a maneira como a reescrituração e a articulação colaboram com a textualidade; e a forma como a orientação argumentativa (constituída pela futuridade do acontecimento) estabelece, pelo memorável que a sustenta, o modo de interpretar o futuro do texto, como elemento de sua textualidade.

Também recorreremos aos estudos realizados por Bréal (1833; 1897 [1992]) e Benveniste (2005 [1970]) por trazerem importantes contribuições aos estudos da linguagem e da significação. Esses autores são de grande relevância para os nossos estudos por terem contribuído para o desenvolvimento dos estudos de Guimarães, nos quais a enunciação é considerada como um acontecimento de linguagem. Ainda apoiamos nossos estudos em Rancière (1996) por trazer uma concepção materialista de político/política, pensamento ao qual nos filiamos, assim como Guimarães, para discutirmos sobre o político enquanto algo que afeta materialmente a linguagem.

Nossos estudos também se baseiam em Ducrot (1973; 1983; 1988; 1989), quando discorre sobre a *polifonia* na enunciação e acerca da argumentação (em especial quando traz a noção de *escala argumentativa*) por serem aspectos bastante relevantes para compreendermos, principalmente, a relação entre linguagem e sujeito. É importante destacarmos que para Ducrot a *polifonia* é tomada como a multiplicidade de “vozes”. Assim a enunciação passa a ser vista como produzida por um locutor. Já para Guimarães, a enunciação é um acontecimento no qual há a divisão de sujeitos. É essa perspectiva que assumiremos nesta tese.

Para tratarmos das manifestações no Brasil, recorreremos principalmente aos estudos realizados por Gohn (1995; 2013; 2017) sobre os movimentos sociais no Brasil contemporâneo,

que tratam especialmente sobre o papel das redes sociais digitais na articulação e constituição de ações coletivas e sobre a constituição dos “novos” sujeitos que entraram em cena nas manifestações de 2013.

Esta tese se organiza em duas partes. A primeira, composta por quatro capítulos, apresenta o Quadro Teórico-Metodológico que sustenta as nossas análises e discussões. A segunda parte, composta por dois capítulos, trata do desenvolvimento das análises.

No Capítulo I trazemos uma abordagem sobre os “Estudos da Significação”, destacando sobre o sentido enquanto objeto de estudos da Semântica, bem como sobre alguns aspectos relativos aos estudos desenvolvidos por Bréal, por terem sido decisivos para o estabelecimento da Semântica como um ramo da linguística e para os estudos da significação. Ainda abordamos de forma breve algumas questões dos estudos desenvolvidos por Saussure, Ducrot e Benveniste, por terem sido fundamentais para os estudos realizados por Guimarães sobre a constituição do sentido de palavras no interior da Semântica Histórica da Enunciação.

No Capítulo II abordamos a relação entre “Argumentatividade e Enunciação”, dando destaque a algumas importantes questões da Teoria da Argumentação na Língua ou Semântica Enunciativa, desenvolvida por Ducrot (1976;1984) com a colaboração de Anscombre, e da Teoria Polifônica da Enunciação, formulada por Ducrot (1984; 1987), que contribuíram para o desenvolvimento da Semântica do Acontecimento por Guimarães (2005; 2007b; 2010; 2011; 2018), teoria que dará sustentação às nossas análises.

Já no Capítulo III tratamos do “Processo de Constituição de Sentido de Palavras”, de modo que abordamos sobre algumas questões presentes nos estudos realizados por Guimarães (2005; 2007a; 2011; 2018) no interior da Semântica do Acontecimento, as quais nos possibilitam compreender como o sentido das palavras se constituem a partir da relação que estabelecem umas com as outras no acontecimento de linguagem em que funcionam. Também evidenciamos como o movimento argumentativo de um texto se constrói na visão de Guimarães (2007b), uma vez que essa noção nos permitirá analisar a orientação argumentativa dos textos que constituem o nosso *corpus*.

No Capítulo IV, intitulado “Movimentos Populares no Brasil: memória e constituição de sentidos” apresentamos uma breve historicização dos principais movimentos sociais ocorridos no Brasil antes de 2013 e das manifestações ocorridas pelas ruas das principais cidades do país no período de 01 a 20 de junho de 2013. Ainda trazemos alguns sentidos para *manifestante* e *manifestação* presentes em dois dicionários etimológicos da língua portuguesa,

um dicionário bilíngue latim-português e em três dicionários monolíngues de língua portuguesa.

Os capítulos apresentados acima embasam o Capítulo V, que traz a primeira parte das nossas análises, na qual tratamos da constituição de sentido para as palavras *manifestante* e *manifestação* no discurso do Estado. O primeiro texto analisado é o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff por ter sido produzido antes do Projeto de Lei que também integra esse capítulo. Na análise desses textos observamos a constituição de sentidos para *manifestação* e *manifestante* a partir das relações que essas palavras estabelecem com outras palavras e expressões nos enunciados em que funcionam. Ainda analisamos a relação de sentido existente entre *manifestação* e *manifestante*. E, por fim, analisamos a orientação argumentativa desses textos e de que modo pode favorecer a produção de sentidos para *manifestação* e *manifestante*.

No Capítulo VI trazemos a segunda parte das nossas análises. Nesse capítulo analisamos os dois textos extraídos do jornal Folha de São Paulo, os quais fazem parte do conjunto de publicações feitas por esse jornal sobre as manifestações ocorridas em diversas cidades do Brasil durante o mês de junho de 2013. Os procedimentos utilizados para análise desses textos foram os mesmos usados no Capítulo V.

Esta pesquisa tem sua relevância fundamentada no fato de ter nos possibilitado compreender os sentidos para *manifestante* e *manifestação* produzidos nos acontecimentos enunciativos que tomamos para análise. Salientamos que essas palavras significam a partir das relações que estabelecem com outras nos textos em que funcionam, os quais foram produzidos num momento histórico para o Brasil, ou seja, em 2013, quando ocorreram “megamanifestações”<sup>1</sup>, que ficaram registradas na história do país.

---

<sup>1</sup> Termo utilizado por Gohn (2017) para se referir aos “novíssimos” movimentos sociais ocorridos pelas ruas do Brasil em junho de 2013.

**PARTE I**  
**QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO**

## CAPÍTULO I

### ESTUDOS DA SIGNIFICAÇÃO

É muito comum encontrarmos em manuais de língua portuguesa e de linguística a definição de Semântica, de uma forma bastante simplista e sintética, como o estudo do significado, ou do que denominamos hoje de sentido ou significação. Porém essa é uma atividade muito complexa e não tão simples como parece. Tal complexidade se deve especialmente a dois fatores. O primeiro deles corresponde ao fato de haver “diferentes perspectivas teóricas que linguistas e filósofos possuem acerca do objeto de estudo da Semântica, o que implica a heterogeneidade desse objeto. O segundo fator é uma questão epistemológica básica: a falta de consenso quanto ao que seja significado” (OLIVEIRA, 2008, p. 13). A partir dessa afirmação, nota-se que o estudo do sentido tem sido realizado sob diferentes enfoques e perspectivas, bem como ocasionado uma divergência entre os estudiosos sobre o que seja esse objeto da Semântica.

Nessa medida, interessa-nos abordar, mesmo que sucintamente, sobre o sentido enquanto objeto de estudos da Semântica, bem como comentarmos brevemente alguns aspectos relativos aos estudos desenvolvidos por Bréal, por terem sido decisivos para o estabelecimento da Semântica como um ramo da linguística e para os estudos da significação. Ainda abordaremos de forma breve algumas questões dos estudos desenvolvidos por Saussure, Ducrot e Benveniste por terem sido fundamentais para os estudos realizados por Guimarães sobre a constituição do sentido de palavras no interior da Semântica Histórica da Enunciação.

#### 1.1 A Semântica e o seu objeto de estudo

Desde a Grécia Antiga o sentido tem sido objeto de investigação de teóricos de diversas áreas do conhecimento, em especial dos filósofos que iniciaram os estudos sobre a significação ao buscarem compreender a relação intrínseca existente entre a linguagem e o mundo. Os primeiros estudos semânticos são então atribuídos aos filósofos e foram realizados até início do século XX, quando a linguística assumiu o *status* de ciência autônoma. Desse modo, os filósofos gregos da antiguidade não se ocupavam apenas em estudar a origem e a natureza da linguagem, mas também a relação entre as palavras e os objetos presentes no mundo. Eles tinham nesses estudos um “objetivo claro: tentar compreender o conhecimento

humano” (OLIVEIRA, 2008, p. 14). Assim os filósofos contribuíram de forma bastante significativa para os estudos da significação ao buscarem compreender a relação entre a linguagem e o mundo, pois os estudos por eles realizados são, de modo geral, de cunho semântico. Entre essas contribuições podemos lembrar as apresentadas pelos retóricos ou por Platão, em *Crátilo*.

Guimarães (2010, p. 13) ressalta que os estudos desenvolvidos pelos filósofos, assim como pelos retóricos, colocam “desde então, o debate entre uma posição que trata a linguagem como motivada e outra que a trata como não motivada”. Isso significa dizer que os estudos realizados por esses teóricos são, de modo geral, estudos semânticos, os quais “dizem respeito ao que podemos chamar hoje de sentido” (GUIMARÃES, 2010, p. 13).

Ainda podemos lembrar os estudos realizados por teóricos hindus que buscaram descrever a língua que havia sido usada para escrever os textos sagrados do hinduísmo, ou seja, o *Vedas*, uma vez que esse idioma estava caindo em desuso. Entre esses teóricos se destaca Panini por ter feito uma descrição dos fonemas e dos morfemas do Sânscrito para que os textos sagrados fossem pronunciados de forma correta pelos indianos durante os rituais sagrados, trazendo importantes contribuições para os estudos de linguagem.

Para nossas análises, recorreremos aos estudos realizados por Guimarães, para quem o sentido “deve ser considerado a partir do funcionamento da linguagem no acontecimento da enunciação” (GUIMARÃES, 2010, p. 13). No entanto, antes de tratarmos sobre o sentido na concepção desse autor, faz-se necessário observarmos os estudos realizados a partir de Michel Bréal, que possibilitou à Semântica alcançar o lugar de disciplina linguística com a publicação do livro “Ensaio de Semântica”, em 1897. Também foi esse teórico quem usou pela primeira vez o termo Semântica, em substituição ao termo semiologia, no ano de 1833, quando publicou o artigo intitulado “Les Lois intellectuelles du Langage. Fragment de Sémantique”. Desse modo, observa-se que a Semântica nem sempre teve seu lugar enquanto ciência da linguagem por ser antes tratada como exterior ao campo dos estudos linguísticos, ou seja, não era considerada como um dos ramos da linguística.

Para Guimarães (2010), dois importantes aspectos precisam ser destacados no pensamento de Bréal por servirem de guia para muitos teóricos da área da enunciação desenvolverem seus estudos: 1) o sentido das palavras deve ser considerado pelo seu emprego e não pela via etimológica; 2) a palavra deve ser considerada na relação que estabelece com outras palavras. Com a apresentação desses aspectos, Bréal evidencia a importância das palavras não serem consideradas isoladamente e nem a partir da sua origem quando se tem

como objetivo tratar questões relacionadas à significação. Nas palavras do autor, “tomar uma palavra à parte é um método tão artificial quanto dar, como se é obrigado fazer em fonética, a história de uma vogal ou de uma consoante. As letras não têm existência senão nas palavras, as palavras não têm existência senão nas frases” (BRÉAL, 1883, p.133). Apresentaremos, de forma resumida, alguns aspectos teóricos propostos por Bréal sobre o sentido na linguagem.

Os estudos realizados por Bréal estão inseridos no historicismo da sua época e se opõem à ideia naturalista defendida pelos teóricos comparativos do século XIX. Ele realiza essa oposição por acreditar que o que deve ser considerado como relevante na linguagem são os sentidos atribuídos às formas extralinguísticas de maneira convencional, pois essas formas só possuem um valor pelos sentidos. Nesse ponto, Bréal põe o sentido como um elemento fundamental nos estudos linguísticos e recusa a ideia de que a linguagem deve ser considerada como um organismo que nasce, cresce e morre ou tratada como algo mecânico.

Nessa direção, Bréal (1992, p. 168) argumenta que

As palavras são signos: elas não têm mais existência que os sinais do telégrafo aéreo ou os pontos e traços (-) do telégrafo Morse. Dizer que a linguagem é um organismo é obscurecer as coisas e lançar nos espíritos uma semente de erro. Pode-se-ia dizer também que a escrita é um organismo, porque vemos que ela se modifica através dos tempos, sem que nenhum de nós em particular tenha uma ação sensível sobre o seu desenvolvimento. Pode-se-ia dizer que o canto, o direito, a religião, que tudo que compõe a vida humana forma também organismos.

Desse modo, a linguagem deve ser vista como dotada de sentido por ser constituída de signos. Essa concepção adotada por Bréal filia-se ao pensamento de Condillac e Taine que caracterizam as palavras como signos. Porém, conforme assevera Bréal (1992), a linguagem só significa devido à intervenção que sofre da vontade e da inteligência do homem. Para que não haja confusão quanto ao seu posicionamento teórico, Bréal (1992) esclarece que não está afirmando ser a linguagem parte integrante dos estudos das ciências naturais, uma vez que considera o termo “natureza” de uma forma mais abrangente, ou seja, como capaz de compreender o homem e suas produções. Nesse sentido, considera o homem como fornecedor da linguagem e a linguística como integrante das ciências históricas, uma vez que a linguagem é uma obra do homem e não da natureza. Conforme Bréal (1992, p. 195), “tomando os termos no seu sentido ordinário, opomos, como se tem o hábito de fazer, às ciências históricas [...] não há dúvida de que é necessário colocar a ciência da linguagem entre as ciências históricas”.

Nessa perspectiva, a Semântica também é inserida por Bréal no campo das pesquisas históricas, pois para ele não há como ocorrer qualquer mudança, por mais mínima

que seja, de ordem gramatical ou sintática sem que seja considerada como um acontecimento histórico. Assim a Semântica passa a ser considerada como uma disciplina que concebe a linguagem como um fenômeno histórico. Porém é importante esclarecermos que o histórico na perspectiva de Bréal não está relacionado àquilo que veio antes ou depois, mas à transformação que o sujeito realiza na linguagem de acordo com sua vontade- que por sua vez interfere na inteligência. Essa mudança, entretanto, ocorre a partir de mecanismos próprios da linguagem. Podemos então compreender que “o princípio de funcionamento da linguagem está nela mesma. E assim é porque a mudança é sempre algo relativo, fundamentalmente à significação” (GUIMARÃES, 2010, p. 16).

Na visão de Bréal não é possível conceber a linguagem como independente da vontade humana e de sua inteligência, como se fosse regida por leis, pois as mudanças na linguagem só são possíveis pela ação da vontade do homem e do seu intelecto. Conforme o autor, a linguagem “é feita pelo consentimento de muitas inteligências, do acordo de muitas vontades, umas presentes e atuantes, outras depois de muito tempo desfeitas e desaparecidas” (BRÉAL, 1992, p. 197). Na visão desse teórico, a vontade deve ser compreendida como perseverante, responsável por promover transformações na linguagem. Já a inteligência é definida por ele, mais uma vez apoiado nos estudos realizados por Condillac e Taine, como a faculdade que o ser humano possui para o desenvolvimento de conhecimentos e se origina no funcionamento do signo.

Uma outra questão importante presente na teoria de Bréal é a consideração do elemento subjetivo, abordado por ele no capítulo XXV do seu livro “Ensaio de Semântica”, intitulado “O Elemento Subjetivo”. Nesse capítulo o autor afirma ser o elemento subjetivo a parte mais antiga da linguagem, considerada por ele como “um drama em que as palavras figuram como atores e em que o agenciamento gramatical reproduz os movimentos dos personagens” (BRÉAL, 1992, p. 158). De forma que o produtor realiza intervenções, como fazemos nos nossos sonhos, “quando somos ao mesmo tempo espectador interessado e autor dos acontecimentos” (BRÉAL, 1992, p. 158). Tal intervenção constitui o que Bréal chamou de *aspecto subjetivo da linguagem*. Sendo esse aspecto subjetivo representado por: palavras ou membros de frase, formas gramaticais e pelo plano geral de nossas línguas. Isso significa que as próprias línguas possuem elementos que marcam a subjetividade, como advérbios, pronomes pessoais e modos verbais, por exemplo.

O elemento subjetivo passa a ocupar um lugar de destaque nos estudos de Bréal. Para o autor, a subjetividade não se trata apenas de um acessório, mas “de uma parte essencial,

e sem dúvida do fundamento primordial ao qual o resto foi sucessivamente ajuntado” (BRÉAL, 1992, p. 161). O elemento subjetivo é tão essencial para Bréal que ele passa a considerá-lo como um desdobramento da personalidade humana, pois quando alguém fala intervém na linguagem, misturando a ela as suas reflexões e seus próprios sentimentos. Isso evidencia a ligação existente entre o subjetivo e a vontade humana. A partir dessa linha de pensamento, a Semântica se constitui como uma disciplina de caráter histórico por considerar que a linguagem se constitui de signos, ou seja, “que seu caráter fundamental é simbólico e não natural” (GUIMARÃES, 2010, p. 17)

É interessante dizermos que Bréal inaugurou uma nova fase dos estudos semânticos ao dar à Semântica um *status* de ciência, porém essa ciência não apresenta, na sua história, um objeto único de investigação. E talvez não se consiga chegar a um consenso quanto ao seu objeto teórico. Não há um conceito claro e exato do que seja o sentido, ou o significado (como trazem alguns teóricos)- o que implica em divergências entre os linguistas quanto ao objeto da Semântica. Michel Bréal e Karl Reisig (nos anos de 1830) foram os primeiros a realizar estudos relacionados à significação sob um viés linguístico. Ambos afirmam que o objeto de investigação da Semântica (ou Semasiologia para Reisig) é “a mudança de significado que as palavras sofrem ao longo do tempo” (OLIVEIRA, 2008, p. 28).

Muitos linguistas deram continuidade aos estudos no campo da Semântica tomando como base o objeto teórico definido por Bréal e Reisig. Outros buscaram novos rumos teóricos, como no âmbito da Semântica Formal (Alfred Tarski é seu principal representante), da Semântica Cognitiva (um importante representante é George Lakoff) e da Teoria dos Atos de Fala (representada por John Austin e John Searle).

Os estudos de Bréal contribuíram de forma decisiva para a constituição de preceitos teóricos no interior da Semântica, em especial, para a configuração da noção de subjetividade na linguagem formulada por Benveniste em suas colocações enunciativas, sobre as quais comentaremos, mesmo que de forma breve. Interessa-nos também destacar algumas questões abordadas por Saussure, no “Curso de Linguística Geral”, devido às grandes contribuições que trouxeram para a constituição dos estudos semânticos de Bréal, bem como para os estudos desenvolvidos por Benveniste e Ducrot, que estão relacionados à configuração de posições teóricas definidas atualmente no âmbito da Semântica Enunciativa.

Dos estudos realizados por Saussure, Benveniste e Ducrot destacaremos apenas alguns aspectos relacionados à definição do sentido no interior da Semântica, os quais mantêm

uma estreita relação com os estudos realizados atualmente por Guimarães no âmbito da Semântica do Acontecimento.

Com a divulgação das concepções saussureanas, a questão da significação sofreu fortes influências do Estruturalismo durante muito tempo e elementos importantes como a subjetividade foram relegados ao plano da fala e excluídos do estudo da língua. Ao eleger a língua como objeto da linguística e concebê-la como um sistema de signos, Saussure suprime dos estudos linguísticos tudo o que considera exterior à língua, ou seja, o mundo, o sujeito e as relações entre sujeitos.

Para Saussure (2003), os signos linguísticos são constituídos por duas partes inseparáveis (o significante e o significado) e só possuem valor devido à relação que exercem entre si dentro do sistema da língua. Sendo assim, o valor de qualquer termo só é possível ser determinado pela relação que exerce com outros termos que estão ao seu redor. Desse modo, o significado deve ser entendido como um valor e não um conceito. É essa relação de sentido proposta na teoria saussureana que nos interessa.

Ao propor a teoria de valor dos signos linguísticos, Saussure evidencia a sua grande importância para descrição semântica, destacando que o valor dentro do sistema da língua tem uma dimensão semântica. Nessa direção, o significado de um signo não apresenta nenhuma relação com o que está no mundo, ou seja, fora da língua, mas se constitui como aquilo que outro signo não possa ser dentro do sistema. Assim Saussure aproxima os seus estudos ao que faziam os gramáticos gerais, como Port- Royal, por buscar observar e descrever o funcionamento da língua num dado momento.

Um outro fenômeno excluído por Saussure de sua análise foi o tempo, o que gerou críticas por parte de muitos linguistas. Com a apresentação da dicotomia sincronia/ diacronia, Saussure privilegia os estudos sincrônicos da língua excluindo tudo que é exterior a ela, ou seja, tudo aquilo que se inclui no que ele chamou de “linguística externa”. Com isso, há uma redução da importância dos acontecimentos históricos para os estudos linguísticos. Dessa forma, Saussure realiza seus estudos voltados apenas para o nível da linguística interna. Sendo a língua um fato social, como dissociá-la desses fenômenos que estão diretamente ligados a ela? Ao realizar a exclusão do tempo de seus estudos, Saussure transformou a língua em um objeto estático.

Entretanto, no começo da década de 1960, muitos estudiosos começaram a demonstrar certa rejeição por alguns princípios propostos na teoria estruturalista saussureana. Esse descontentamento ocasionou o surgimento de estudos no campo do funcionalismo, do

discurso e da enunciação, que buscam desde então superar as lacunas deixadas por Saussure e reinsserir no objeto de estudos da linguística aspectos excluídos pelo mestre genebrino. Isso pode ser observado em estudos realizados por teóricos como Benveniste (1966; 1972; 2005) e Ducrot (1976;1984), os quais consideram o sentido na relação que estabelece com a enunciação.

Nessa perspectiva, Benveniste traz em seus estudos uma noção de subjetividade tomada como uma questão linguística, seguindo os mesmos passos de Bréal para quem a língua apresenta formas responsáveis pela marcação da subjetividade no dizer daquele que toma a palavra e a coloca para funcionar, ou seja, toma a subjetividade como uma questão linguística.

Outra questão importante apontada por Benveniste se relaciona ao tratamento dado à significação das línguas estudadas por ele em *Les institutions indo-européennes* (1969). Para o autor, a significação não deve ser considerada simplesmente como algo situacional, nem tampouco como algo relacionado meramente às intenções do falante ou aos objetos situados no mundo, pois nas línguas devem ser levadas em consideração as relações de linguagem.

Como comenta Guimarães (2010, p. 46), o que Benveniste “está fazendo é analisar a ordem semiótica: trata-se de uma descrição da língua”. Na visão de Benveniste, o semiótico se trata da análise da língua enquanto um sistema no qual os signos se relacionam e assumem determinado valor a partir da relação que estabelecem entre si dentro da língua. Isso significa dizer que o semiótico corresponde “ao modo de significância que é próprio do signo linguístico, e é esse modo que o constitui como unidade. A única questão que aqui interessa é a da existência do signo, existe/ não existe. Trata-se de saber se algo é signo relativamente a outros signos” (GUIMARÃES, 2010, p. 46). Nessa direção, a língua é considerada por Benveniste na mesma perspectiva apresentada por Saussure, ou seja, como um sistema de signos. Porém Benveniste apresenta algumas diferenças em relação à concepção de língua proposta nos estudos saussureanos ao mostrar que o sentido resulta de uma atividade do locutor, constituído no espaço enunciativo, que coloca a língua em funcionamento.

Nessa mesma perspectiva apresentada por Benveniste de que o sentido se constitui na relação do locutor com a língua, Ducrot (1976;1984) desenvolveu a Teoria da Argumentação na Língua ou Semântica Enunciativa, em termos gerais, como uma aplicação do Estruturalismo saussuriano à Semântica Linguística, a partir da qual compreende o sentido remetido à intenção do locutor. Nessa medida, os ensinamentos de Saussure foram primordiais para que Ducrot realizasse estudos voltados especialmente à questão da enunciação e da polifonia. Entretanto, apesar de filiar-se aos estudos de Benveniste, Ducrot toma caminhos distintos.

Guimarães, assim como outros linguistas, busca inserir nos estudos linguísticos aspectos excluídos por Saussure quando estabeleceu a língua como objeto de estudo da linguística- deixando de fora de sua análise o referente, o sujeito, o mundo e a história. Esses aspectos foram suprimidos dos estudos linguísticos quando Saussure privilegiou o aspecto sincrônico da língua e propôs a noção de valor do signo linguístico.

Na busca de inserir os fenômenos excluídos por Saussure, Guimarães (2005, 2007b, 2010 e outros) realiza seus estudos no campo da Semântica Histórica da Enunciação, buscando incluir no objeto da linguística aspectos relacionados ao acontecimento enunciativo da linguagem, como a temporalidade do acontecimento e a noção de político, por favorecerem a constituição de sentido de expressões linguísticas e palavras. Para tanto, filia-se aos estudos realizados por Ducrot para tratar sobre a questão do sentido, porém o faz a partir de uma nova perspectiva. Guimarães evidencia em seus estudos que existem formas distintas de se compreender a significação. Na concepção desse autor, o sentido se constitui no espaço de enunciação, que é um lugar de funcionamento da língua, ou seja, no acontecimento de linguagem.

Nos estudos propostos por Ducrot, o que interessa a Guimarães é a noção de escala argumentativa desenvolvida por aquele autor no interior da Teoria da Semântica Enunciativa. Essa noção foi retomada posteriormente por Guimarães em seus estudos para mostrar como a argumentação colabora para a constituição do sentido de palavras. No entanto Guimarães vai além do proposto por Ducrot ao apresentar também a importância do histórico para a constituição do sentido. Desse modo, Guimarães concebe a argumentação além de uma relação de linguagem. Para esse teórico, o que interessa em “As Escalas Argumentativas” de Ducrot, publicado em 1973, é que “há aspectos da significação que não devem ser tratados a partir do conceito de verdade” (GUIMARÃES, 2010, p. 50), uma vez que na própria estrutura da língua há algo que não tem caráter informativo. Dessa forma, o que Ducrot faz é indicar que há na língua formas que marcam a enunciação.

## **1.2 Enunciação: um acontecimento de Linguagem**

Na concepção de Guimarães (2005; 2010), a enunciação deve ser entendida como a língua posta em funcionamento pelo acontecimento de linguagem. Como afirma o autor, seu posicionamento sobre a enunciação é próximo ao quadro teórico apresentado por Benveniste em “O Aparelho Formal da Enunciação”, publicado em 1970, e por Oswald Ducrot, em seu

livro intitulado “Esboço de uma Teoria Polifônica”, publicado no ano de 1984. Porém, diferentemente do que é postulado por esses dois autores, Benveniste (1970) e Ducrot (1984), os estudos propostos por Guimarães apontam a enunciação como “funcionamento da língua sem remeter isto a um locutor, a uma centralidade do sujeito” (GUIMARÃES, 2005, p. 11). Diante disso, a enunciação não deve ser vista como produzida por um locutor, mas sim como um acontecimento.

Conforme Guimarães (2007b), para caracterização do acontecimento de enunciação é importante que sejam levados em conta quatro elementos fundamentais: a língua, o sujeito (que se constitui pelo funcionamento da língua na qual se enuncia), a temporalidade e o real (que não se trata do contexto, de uma situação, como proposto pela pragmática). Assim “não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente enquanto no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico” (GUIMARÃES, 2007b, p. 204).

O acontecimento de enunciação não deve ser entendido como um fato no tempo por não corresponder a um fato novo que se distingue de qualquer outro que tenha ocorrido anteriormente. Mas deve ser compreendido “enquanto diferença na sua própria ordem” (GUIMARÃES, 2005, p. 11). E essa diferença reside no fato de que o acontecimento possui sua própria temporalidade. Nessa medida, o acontecimento não se configura em um “presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa é a sua diferença” (GUIMARÃES, 2007b, p. 204).

A partir dessa perspectiva, o locutor não é o responsável pelo tempo da enunciação, uma vez que o sujeito se constitui na e pela temporalidade do acontecimento. Nessa direção, a temporalidade assume um lugar bastante relevante na construção do acontecimento enunciativo. Como argumenta Guimarães, o presente do acontecimento não é aquele constituído pelo locutor ao enunciar, no qual se tem um antes (passado) e um depois (futuro), conforme postulado por Benveniste (1970). Ou seja, não é o sujeito que temporaliza, mas o acontecimento.

O acontecimento da enunciação é para Guimarães (2007b, p. 204)

o acontecimento do funcionamento da língua que se caracteriza por sua temporalidade específica. Esta temporalidade se configura por um presente, uma latência de futuro (uma futuridade), e um passado (um memorável). O acontecimento constitui o presente do dizer, a sua interpretabilidade (seu futuro) e as condições de sua significação (seu passado). Ou seja, a latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento, no seu presente, recorta um passado como memorável

O presente e o futuro são então constituídos pela temporalidade do acontecimento e significam a partir da relação que estabelecem com um passado que se dá como uma rememoração de enunciações e não como uma recordação de fatos ocorridos anteriormente. Nessa perspectiva, o acontecimento de enunciação deve ser entendido como “uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p. 12).

Guimarães (2005) comenta que a temporalidade traz sempre uma divisão do Locutor<sup>2</sup> o qual se constitui enquanto sujeito ao falar, ao enunciar pelo funcionamento da língua no acontecimento enunciativo. Para defender esse ponto de vista, o autor recorreu aos preceitos da Análise do Discurso, em especial aos estudos desenvolvidos por Orlandi (1999), para a qual “o sujeito que enuncia é sujeito porque fala de uma região do interdiscurso, entendendo este como uma memória de sentidos. Memória que se estrutura pelo esquecimento de que já significa” (GUIMARÃES, 2005, p. 14).

Guimarães (2005, p. 14) afirma que

o acontecimento de linguagem não se dá no tempo, nem no tempo do locutor, mas é um acontecimento que temporaliza: uma temporalidade em que o passado não é um antes mas um memorável recortado pelo próprio acontecimento que tem também o futuro como uma latência de futuro. O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor se represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica).

Nesse quadro teórico apresentado por Guimarães, a enunciação passa a ser vista como um acontecimento de linguagem. Esse posicionamento assumido pelo autor o faz distanciar da concepção de enunciação apresentada por Benveniste (1970) e pelos autores Ducrot e Anscombre (1976), os quais concebem a enunciação como a relação do sujeito com a língua. Essas posições teóricas apresentadas por Benveniste e Ducrot incluem o sujeito na questão da significação, porém excluem a história dos estudos linguísticos, assim como feito por Saussure. E, é justamente essa inclusão da história que interessa a Guimarães. Nas palavras do autor, o que busca fazer no decorrer dos seus estudos no interior da Semântica Histórica da Enunciação é tratar o sentido como uma “questão enunciativa em que a enunciação seja vista historicamente. Esse espaço procura-se apresentar a partir da consideração de que a significação

---

<sup>2</sup> O Locutor configura-se como o lugar que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer” Guimarães (2005, p. 23). Mais à frente neste trabalho trataremos sobre a figura do Locutor e suas divisões (em locutor-x e enunciadores) na cena enunciativa.

é histórica, não no sentido temporal, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência” (GUIMARÃES, 2010, p. 66).

Diferentemente da centralidade que é atribuída ao sujeito por Benveniste (1970) e por Ducrot e Anscombre (1976), no interior dos estudos da significação na linguagem, na teoria proposta por Guimarães (2005, 2007b, 2010 e outros) o locutor não é o parâmetro do quadro enunciativo. Diferentemente disso, o locutor está dividido no acontecimento. Essa divisão do locutor será tratada mais adiante neste trabalho quando discutiremos sobre a constituição da cena enunciativa e dos lugares de enunciação.

Mais à frente, Ducrot (1984) formula uma nova concepção de enunciação que passa a ser considerada por ele como um “acontecimento histórico do aparecimento do enunciado” (GUIMARÃES, 2010, p.59). Desse modo, despreza a concepção de enunciação enquanto uma atividade do sujeito e passa a considerá-la como a representação que os enunciados fazem da enunciação do sujeito.

Para analisarmos o funcionamento semântico-enunciativo das palavras *manifestante* e *manifestação*, tomaremos o enunciado, assim como proposto por Guimarães, como um acontecimento enunciativo e um lugar de constituição de sentidos.

Guimarães destaca que, a partir da posição materialista na qual se coloca, o acontecimento enunciativo é considerado como um acontecimento político por se dar em um espaço enunciativo. Isso significa dizer que “a constituição da temporalidade do acontecimento se faz pelo funcionamento da língua enquanto numa relação com as línguas e falantes regulada por uma deontologia global do dizer em uma certa língua” (GUIMARÃES, 2005, p. 18). A seguir abordaremos sobre a questão do político na linguagem proposta por Guimarães (2005; 2007b; 2010).

### **1.3 O político na linguagem**

Nos estudos realizados por Guimarães (2005; 2007b; 2010; 2011), no interior da Semântica Enunciativa, o político (ou política) é concebido como algo que afeta materialmente a linguagem, bem como o acontecimento da enunciação. Para trazer essa concepção a partir de uma posição materialista, Guimarães recorreu à noção de político apresentada por Orlandi (1990) em “Terra à Vista”, para quem o político é considerado como *conflito*, ainda estabeleceu uma relação teórica com a noção apresentada por Rancière (1996), em “O desentendimento: política e filosofia”, que considera o político como *dissenso*.

Essa concepção de político na linguagem apresentada por Guimarães no âmbito da Semântica do Acontecimento é de grande relevância para as nossas análises, uma vez que nos possibilitará observar os sentidos das palavras *manifestante* e *manifestação* nos acontecimentos de linguagem que constituem o nosso *corpus*. Os sentidos dessas palavras produzidos nesses acontecimentos enunciativos, vistos como acontecimentos políticos de linguagem, afetada pela história de enunciação dessas palavras (*manifestante* e *manifestação*), constituem-se a partir de relações de contradição, de sinonímia, de substituição, entre outras, que estabelecem com outras palavras ou expressões linguísticas no funcionamento textual no qual funcionam. Tal conceito ainda nos permitirá analisar as cenas enunciativas estabelecidas nessas unidades de sentido e o que as palavras analisadas nesses acontecimentos de linguagem designam.

Na concepção de Rancière (1996), o político constitui-se, na história da filosofia, a partir de três grandes figuras que se localizam no interior da Filosofia, denominadas por ele como: *arqui-política*, *para-política* e *meta-política*. A figura denominada como *arqui-política* se constitui a partir do modelo proposto por Platão e busca solucionar o problema lógico do paradoxo da parcela e dos sem-parcela (aqueles que não têm o direito de fala, que não fazem parte da política). Essa solução passa pelo estabelecimento de uma *pólis* em que o *demos* (o povo) é decomposto em seus membros, os quais são ordenados hierarquicamente a partir das funções que exercem na comunidade da qual participam junto com os *aristoi* (aristocratas-pessoas de bem) e os *oligoi* (oligarcas-ricos). Nessa direção, cada grupo só pode possuir aquilo que lhe é permitido pela função exercida. Conforme Aristóteles, a comunidade é composta por três distintos títulos: a riqueza dos poucos (os *oligoi*); a virtude ou a excelência (*areté*) que dá seu nome aos melhores (aos *aristoi*); e a liberdade (a *eleutéria*) que pertence ao povo (*demos*).

Para exemplificar como essa ordem hierárquica funciona, Rancière (1996) cita os artesãos e destaca que o comum é que eles possuam somente o que lhes é próprio pela função desempenhada na comunidade. Nesse sentido, os artesãos só participam da comunidade sob a condição de não terem que cuidar do todo. Eles são membros da comunidade “apenas pelo fato de executarem a obra própria para a qual a natureza os destina com exclusividade: sapataria, carpintaria ou qualquer outra obra das mãos — ou, antes, pelo fato de nada fazerem além dessa função, de não terem outro espaço-tempo senão o de seu ofício” (RANCIÈRE, 1996, p. 75).

Desse modo, há uma supressão do espaço comum de liberdade e de exercício de poder proporcionado pela democracia ao *demos* que, ao ser atualizado, passa a não ser mais o grupo dos sem-parcela, ou seja, daqueles que não estão autorizados a exercer o poder, a integrar a comunidade política. Assim o *demos* passa a caracterizar-se como o grupo daqueles que

possuem funções específicas na comunidade, havendo a substituição da liberdade do povo pela virtude do exercício de seu ofício na comunidade, ou seja, uma substituição pela *sophrosyné*<sup>3</sup>. Conforme Rancière (1996, p. 78), há uma “substituição de um título vazio — a liberdade do povo — por uma virtude igualmente vazia — a *sophrosyné* dos artesãos — é o ponto nodal desse processo. A supressão total da política enquanto atividade específica é seu resultado”.

Na *arqui-política* há então uma substituição da democracia, ou “falsa política”, pela República. A democracia não é considerada por Platão como um modo de vida social, mas como uma “instituição da própria política, o sistema das formas de subjetivação pelas quais se questiona, se a entrega à sua contingência toda ordem da distribuição dos corpos em funções que correspondam à sua ‘natureza’ e em lugares que correspondam a suas funções” (RANCIÈRE, 1996, p. 104).

Já à *para-política*, que tem sua origem em Aristóteles, cabe promover a conciliação entre ricos e pobres, neutralizar os conflitos políticos e de interesses entre parcelas da população, bem como a gestão dos lugares de governo e governados. De modo que compete ao governo em situações conflituosas governar como se o fizesse para o povo e não apenas para uma parte da população, promovendo o restabelecimento da paz social. Assim a política se configura como uma aparência específica do povo.

Ao trazer essa configuração da *para-política*, Aristóteles recusa a concepção de Política apresentada por seu mestre Platão por não concordar com o apagamento da democracia. Nessa direção, Rancière (1996) comenta que a política só tem seu significado perante a presença do *demos*, pois sem ele é impossível se pensar na capacidade do povo de comandar e de ser comandado. Essa capacidade, porém, não deve ser comparada à virtude militar a partir da qual alguém comanda por ter aqueles que praticam a obediência. Platão foi responsável por abrir “lugar a esse aprendizado pela obediência. Mas este ainda não é a capacidade política de permutabilidade. Por isso, a pólis platônica não é política.” (RANCIÈRE, 1996, p. 80).

A *meta-política* é a terceira figura da “política dos filósofos” e se opõe aos excessos de desigualdades e de injustiças relacionadas ao que a política afirma quanto à justiça ou à igualdade. Nesse sentido, ela apresenta uma simetria em relação à *arqui-política* que anula a falsa política (a democracia) e evidencia o distanciamento que há entre a verdadeira justiça e as injustiças proporcionadas pela democracia. A *meta-política* revela a manifestação de falsidade da política e denuncia o litígio, a relação de antagonismo existente no interior da sociedade

---

<sup>3</sup> De acordo com Rancière (1996), a *sophrosyné* corresponde à virtude do *demos* de realizar as funções específicas na comunidade.

entre os sem-parcela (*demos*), que não têm direito à fala, e aqueles que possuem o *logos*, ou seja, a palavra. Apesar dessas partes serem consideradas como parcelas iguais da sociedade, os sem-parcela não possuem o mesmo direito ao *logos*, o que configura o caráter litigioso da política. Nessa medida, a comunidade se divide de maneira em que há “aqueles a quem se vê e a quem não se vê, os de quem há um *logos*— uma palavra memorial, uma contagem a manter—, e aqueles acerca dos quais não há *logos*, os que falam realmente e aqueles cuja voz, para exprimir prazer e dor, apenas imita a voz articulada” (RANCIÈRE, 1996, p. 36).

De acordo com Rancière (1996, p. 17),

O que a palavra manifesta, o que ela torna evidente para uma comunidade de sujeitos que a ouvem, é o útil e o nocivo e, conseqüentemente, o justo e o injusto. A posse desse órgão de manifestação marca a separação entre duas espécies de animais como diferença de duas maneiras de se participar do sensível: a do prazer e do sofrimento, comum a todos os animais dotados de voz; e a do bem e do mal, própria somente aos homens e já presente na percepção do útil e do nocivo. Funda-se, por aí, não a exclusividade da politicidade, mas uma politicidade de tipo superior, que se perfaz na família e na polis.

É essa posse ou não do *logos* que aponta a hierarquização da sociedade e leva à instalação de conflitos, de desentendimentos entre as partes que a compõem, desconstruindo assim a aparente harmonia e igualdade sustentada pela política. Rancière (1996) explicita que aqueles que não têm um “nome” na sociedade, ou seja, não possuem um valor, são privados da palavra (do *logos*). Dessa forma, “Aquele que não tem nome não pode falar. Um erro fatal faz o deputado Menênio imaginar que da boca dos plebeus saíssem palavras, quando logicamente só poderia sair ruído” (RANCIÈRE, 1996, p. 37). Isso mostra que, apesar de não serem possuidores do direito de falar, os sem-parcela tomam a palavra, posicionando-se como iguais na comunidade. Porém, mesmo tomando o *logos*, os desiguais (sem-parcela) não são compreendidos na comunidade por não terem um valor que os possibilitem falar, fazendo assim apenas ruídos.

Conforme Guimarães (2005), essas três grandes figuras concebem a política como a prática do falso ou do aparente. Porém, na visão desse autor, o político deve ser tratado fora dessas concepções negativas e entendido como fundamento das relações sociais, tendo como aspecto central a linguagem. O político também não deve ser pensado como o que se fala a respeito, por exemplo, da igualdade ou dos direitos, pois tratá-lo a partir desse lugar é concebê-lo de forma negativa por entendê-lo como lugar da mentira.

Na concepção de Guimarães (2005, p. 16), o político se caracteriza

Pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada.

Nessa medida, o político se constitui como uma contradição que se instala no dizer e ocorre a partir de uma divisão normativa e desigual do real estabelecida pelas instituições sociais. Assim o político se caracteriza “pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação do pertencimento dos não incluídos” (GUIMARÃES, 2005, p. 17). Essa conceituação coloca o político no lugar de afirmação da igualdade, de pertencimento dos excluídos (do povo) ao corpo social, estabelecendo assim uma relação contraditória com a divisão desigual do real, que se redivide quando os desiguais afirmam seu pertencimento na sociedade.

A partir dessa concepção de político, Guimarães (2005) se volta para a abordagem de aspectos da enunciação, com a finalidade de tratar a questão do político na linguagem. Segundo o autor, o acontecimento de linguagem é considerado como um acontecimento político por se dar em espaços enunciativos e produzir sentidos os quais se dividem ao instalar na cena enunciativa sujeitos que dizem de diferentes lugares sociais e, conseqüentemente, de maneira desigual.

Além disso, para observarmos a constituição de sentidos das palavras *manifestante* e *manifestação* nos acontecimentos de linguagem que constituem o nosso *corpus*, faz-se necessário compreendermos como se organiza a argumentação dentro desses acontecimentos de linguagem. A análise dessa argumentatividade nos possibilitará apontar para qual conclusão os argumentos presentes no texto direcionam e como esses argumentos se relacionam com o sentido da análise da designação de *manifestante* e *manifestação*, que é a forma mais frequente dos dois nomes em análise. Para tanto, recorreremos ao posicionamento teórico assumido por Guimarães (2007a; 2007b; 2010; 2011) quando discorre sobre a construção da argumentação dentro dos textos.

## CAPÍTULO II

### ARGUMENTATIVIDADE E ENUNCIÇÃO

Neste capítulo apresentaremos resumidamente algumas importantes questões da Teoria da Argumentação na Língua ou Semântica Argumentativa, desenvolvida por Ducrot, com a colaboração de Anscombe, e da Teoria Polifônica da Enunciação, formulada por Ducrot, que contribuiram para o desenvolvimento da Semântica do Acontecimento (enquanto uma Semântica da Enunciação) por Guimarães (2005; 2007b; 2010; 2011), teoria que dará sustentação às nossas análises. Iniciaremos pela exposição de algumas questões relacionadas à Teoria Polifônica de Ducrot por terem sido decisivas para a formulação da noção de cena enunciativa por Guimarães. Na sequência, discutiremos de forma breve alguns aspectos da Teoria da Argumentação na Língua de Ducrot que trouxeram importantes contribuições para o desenvolvimento dos estudos de Guimarães sobre a orientação argumentativa de textos a partir da noção de *escalas argumentativas*.

#### 2.1 Teoria Polifônica de Ducrot

No percurso da constituição da Semântica Enunciativa, é de grande importância a posição que Ducrot tomou ao sustentar a não unicidade do Locutor na enunciação (concepção polifônica da enunciação). A primeira alusão feita por Oswald Ducrot ao conceito de polifonia foi no livro *Les mots du discours*, publicado no ano de 1980, quando apresentou um esboço da Teoria Polifônica da Enunciação com a defesa da tese de que o próprio enunciado mostra a sua enunciação.

De acordo com Barbisan e Teixeira (2005, p. 166), “A idéia central desenvolvida pelo autor é que, nessa descrição da enunciação que constitui o sentido do enunciado, se deve distinguir o autor das palavras (locutor) e os agentes dos atos ilocutórios (enunciadores)”. Nesse sentido, o autor aproxima as duplas locutor/ enunciador e alocutário/ destinatário. O alocutário é a figura para quem se destina a enunciação do locutor. Já o destinatário é aquele a quem o enunciador direciona os seus atos ilocutórios. Nessa primeira fase da teoria, ainda é apresentada a definição de enunciadores como sujeitos aos quais são atribuídos os atos ilocutórios enunciados pelo locutor, ou seja, os enunciadores são definidos dentro do quadro teórico da Teoria dos Atos de Fala.

Para desenvolver seus estudos sobre a noção de polifonia, Ducrot (1980) tomou como ponto de partida a teoria da unicidade do sujeito falante à qual direcionou suas críticas e buscou substituir. Nessa medida, o autor esclarece que é essa teoria que “permite empregar a expressão ‘o sujeito’, pressupondo como uma evidência que há um ser único autor do enunciado e responsável pelo que é dito no enunciado” (DUCROT, 1987, p. 178). Além disso, Ducrot viu a necessidade de ampliar o conceito de argumentação proposto na Teoria dos *Topoi* Argumentativos. Pois, para realizar a descrição do valor semântico de uma frase, julgou necessário levar em consideração o posicionamento assumido pelos enunciadores dentro do enunciado. Nesse sentido, é de suma importância que sejam considerados os enunciadores, uma vez que eles é que mobilizarão os *topoi* na argumentação.

Como explica Ducrot (2005, p. 19), o enunciador se caracteriza como

A origem de um ponto de vista, ponto de vista que consiste em evocar, a propósito de um estado de coisas, um princípio argumentativo que se pode, a propósito de um estado de coisas, um princípio argumentativo que se pode, retomando o termo de Aristóteles, chamar *topos*. É esse *topos*, considerado comum à coletividade onde o discurso ocorre, que permite extrair argumento do estado de coisas para justificar essa ou aquela conclusão.

Em decorrência disso, Ducrot divulgou no ano de 1984 a sua Teoria Polifônica com a publicação do livro *Le dire et le dit*. Para elaborar essa teoria, retomou e desenvolveu algumas indicações presentes no primeiro capítulo do livro *Les mots du discours*. Um importante aspecto retomado por Ducrot nessa etapa da Teoria Polifônica foi a distinção entre locutor e enunciador, porém com uma nova configuração.

Nessa fase da teoria, Ducrot (1984) faz uma distinção entre sujeito empírico e locutor. O sujeito empírico ( $\lambda$ ) é a pessoa do mundo real, pertencente ao plano extralinguístico. Já o locutor se constitui no discurso através do enunciado e é marcado pelo pronome *eu* e por outras marcas da primeira pessoa, ou seja, pertence ao plano linguístico; o que evidencia o caráter linguístico adotado por Ducrot em seus estudos, que estão centrados na língua e não fora dela.

Ainda há uma subdivisão da figura do locutor em dois tipos distintos: o locutor-L (origem da enunciação) e o locutor  $\lambda$  (ser do mundo); ambos seres do discurso, que se constituem no enunciado e apresentam estatuto metodológico distinto daquele do sujeito empírico, exterior ao discurso. De acordo com Ducrot (1987, p. 188), “este último deve-se a uma representação ‘externa’ da fala, estranha àquela que é veiculada pelo enunciado”. O

Locutor L é a figura a quem se deve atribuir a responsabilidade pela enunciação de um enunciado. Já o locutor  $\lambda$  se caracteriza como uma pessoa do mundo e se representa como a origem do enunciado (DUCROT, 1987).

Com o objetivo de evidenciar tal distinção, Ducrot (1984) recorre às interjeições pelo fato de situarem o sentimento dentro da sua enunciação. Se alguém disser, por exemplo, “Estou feliz”, ou “Estou triste”, a sua atividade de fala não dá a conhecer nem se está triste nem se está feliz, o que se deve ao fato do sentimento ser exterior à enunciação, ao passo que nas interjeições o sentimento é apresentado através da enunciação. Nessa direção, Ducrot (1987, p. 188) assevera que

o ser a quem se atribui o sentimento, em uma interjeição, é o L, o locutor visto seu engajamento enunciativo. E é  $\lambda$ , ao contrário, que ele é atribuído nos enunciados declarativos, isto é, ao ser do mundo que, entre outras propriedades, tem a enunciar sua tristeza ou sua alegria (de modo geral o ser que o pronome eu designa é sempre  $\lambda$ , mesmo se a identidade deste  $\lambda$  só fosse acessível através de seu aparecimento como L).

Essa distinção também permite a Ducrot precisar o seu posicionamento acerca dos “performativos explícitos” e recusar a tese de que é possível efetuar um ato ilocutório apenas afirmando sua realização. Para exemplificar, o autor se vale do enunciado “Eu te desejo boas férias” e explica que o verbo “desejar” significa tanto a descrição do ato ilocucional quanto a ação de realizar esse ato. Nessa perspectiva, Ducrot apresenta a hipótese de derivação delocutiva a partir da qual o verbo “desejar” assume “o valor ‘efetuar o ato que pode ser efetuado’, principalmente dizendo a alguém ‘Eu te desejo...’” (DUCROT, 1987, p. 189). Essa noção de derivação delocutiva evidencia como o conceito do verbo “desejar” presente na fórmula “Eu desejo...” se lexicaliza. Assim “o ato de desejar, que não existe senão na fala em que se realiza, pertence tipicamente a L: L realiza o ato de desejar afirmando que  $\lambda$  deseja” (DUCROT, 1987, p. 191).

Ducrot assinala a primeira forma de polifonia quando destaca a existência de dois locutores diferentes nos casos em que há “dupla enunciação”, “fenômeno que se torna possível pelo fato de o locutor ser um ser do discurso, participando desta imagem da enunciação fornecida pelo enunciado” (DUCROT, 1987, p. 191). A partir da noção de enunciador, ele descreve a segunda e mais utilizada forma de polifonia. De acordo com Guimarães (2010, p. 60), “o principal da polifonia para Ducrot diz respeito à figura do enunciador. O enunciador é a figura de sujeito que estabelece a perspectiva da enunciação”. Desse modo, o enunciador se caracteriza como os sujeitos que representam o lugar do qual se enuncia, ou seja, são os seres

do dizer responsáveis pelos pontos de vista expressos na enunciação na qual ocorre o enunciado. Não são pessoas do mundo real às quais são atribuídas palavras, mas seres abstratos que “falam somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não no sentido material do termo, suas palavras” (DUCROT, 1987, p. 192).

Para esclarecer como os enunciadores entram em cena na enunciação de um enunciado, com base no caso da negação, apresentamos o seguinte exemplo: “As manifestações não foram violentas; ao contrário, foram pacíficas”. Como nota-se, nesse enunciado há a presença de dois enunciadores que assumem posicionamentos opostos: um que diria “As manifestações foram violentas” e o outro que diria “As manifestações não foram violentas”. Assim há duas proposições no enunciado: uma que nega a possibilidade das manifestações terem sido violentas e outra que representa a posição do locutor, que nega essa possibilidade.

Segundo Ducrot, para definir os sujeitos que se expressam através da enunciação, ou seja, os enunciadores, muitas vezes tem afirmado que eles são “sujeitos dos atos ilocutórios elementares, entendendo por isso alguns atos muito gerais marcados na estrutura da frase (afirmação, recusa, pergunta, iniciação, desejo [augúrio], exclamação)” (DUCROT, 1987, p. 192). No entanto o autor considera essa definição ineficiente para inserir na Teoria da Enunciação desenvolvida por ele. Para tentar resolver esse problema, Ducrot faz comparações com o teatro e com o romance.

Com base nessas comparações, o autor afirma que a relação entre enunciador e locutor é análoga à relação existente entre personagem e autor, uma vez que o autor coloca em cena personagens que “exercem uma ação lingüística e extralingüística, ação que não é assumida pelo próprio autor” (DUCROT, 1987, p. 193). Nessa mesma direção, Ducrot (1987, p. 193) afirma que,

De uma maneira análoga, o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e atitudes. E sua posição própria pode se manifestar seja porque ele se assimila a este ou aquele dos enunciadores, tomando-o por representante (o enunciador é então atualizado), seja simplesmente porque escolheu fazê-los aparecer, e que sua aparição mantém-se significativa, mesmo que ele não assimile a eles (a existência discursiva que lhes é dada assim, o fato de que alguém assume uma certa posição, dá importância a esta posição, mesmo para aquele que não a leva na própria conta: há aliás, uma outra importância possível para um conteúdo lingüístico, ligado às palavras cujo valor intrínseco é impossível de fixar ou limitar?).

A analogia entre essas categorias ainda pode ser percebida se tomarmos o fato de ser atribuída ao locutor a responsabilidade pelo material linguístico, “do mesmo modo não se vê atribuída à personagem de teatro a materialidade do texto escrito pelo autor e ditos autores” (DUCROT, 1987, p. 193). Isso pode ser observado, por exemplo, no livro *O pequeno príncipe*, de autoria de Antoine de Saint-Exupéry, no qual o narrador conta sua própria história ao narrar as experiências vividas por ele após a queda do seu avião no deserto do Saara. Essa presença do narrador na história narrada também pode ser vista em um conto de autoria do escritor Rubem Alves, intitulado *Feliz Ano Novo*, que abre o livro com esse mesmo nome, no qual o narrador conta sua história trazendo os fatos vivenciados num contexto de pobreza, de diferenças sociais, culturais e econômicas, a partir da sua visão de mundo.

Pensando nessa relação entre locutor e enunciadore, Ducrot (1988) define a polifonia como a inclusão que o locutor faz ao seu discurso de personagens discursivos, isto é, de enunciadore, aos quais são atribuídos determinados pontos de vista. Nesse sentido, nunca há uma expressão direta do autor do enunciado (sujeito empírico), pois ele sempre põe em cena na enunciação diferentes vozes que irão expressar seu ponto de vista.

Para fazer a distinção entre as categorias de locutor e enunciador, Ducrot recorreu à teoria narrativa proposta por Genette (1972). Nas palavras de Ducrot (1987, p. 194), “esta teoria faz aparecer na narrativa instâncias narrativas, correspondendo sob muitos aspectos ao que chamei, no estudo da linguagem ordinária, ‘locutor’ e ‘enunciador’”. De modo que a categoria de locutor corresponde ao narrador e o enunciador equivale ao que Genette denomina “Centro de Perspectiva”. Genette apresenta como opostas as categorias narrador e autor, assim como Ducrot opõe as figuras locutor e sujeito do mundo (responsável pela produção do enunciado). De acordo com Genette, “o autor de uma narrativa (romancista ou novelista) representa [...] um narrador, responsável pela narrativa e que tem características bem diferentes daquelas que a história literária ou psicológica da criação romanesca devem reconhecer ao autor” (DUCROT, 1987, p. 194).

A categoria de locutor se faz paralela à figura do narrador de Genette na medida em que se caracteriza como um ser do discurso, que se constitui no sentido do enunciado e resulta da enunciação em que ocorre o enunciado, em oposição ao sujeito empírico que é exterior ao sentido do enunciado. O mesmo ocorre entre os papéis de narrador e autor, uma vez que o narrador se constitui dentro da narrativa e não precisa existir para relatar os acontecimentos, diferentemente do autor que tem uma existência empírica, é exterior à obra. Já a analogia entre o enunciador e o “Centro de Perspectiva” se torna possível pelo fato dos

pontos de vista dentro da narrativa, assim como ocorre nos enunciados, serem manifestados nos acontecimentos, ou seja, por sujeitos diferentes daquele que fala (no caso do locutor) e daquele que relata os acontecimentos (o narrador).

Como destaca Guimarães (2010, p. 63), o posicionamento de Ducrot sobre a noção de polifonia “nos coloca no campo da multiplicidade das posições de sujeito a partir de uma concepção de sentido em que a enunciação do enunciado esgota a representação de seu sentido”. Isso ocorre devido a enunciação ser vista pelo autor como um “acontecimento no qual não estão consideradas as determinações históricas, já que a caracterização deste acontecimento enquanto histórico diz respeito somente à temporalidade, ou seja, a cada momento tem-se outro acontecimento” (GUIMARÃES, 2010, p. 63).

Entretanto estudos realizados por Guimarães (2005; 2007a; 2007b; 2011) apontam que o sentido dos enunciados é produzido pela relação de integração entre o enunciado e o texto, a qual se constitui no espaço de enunciação, que é um lugar de funcionamento da língua, de divisões de língua distribuída diferentemente e politicamente, onde são constituídos sujeitos distintos, ou seja, é um espaço onde sujeitos e linguagem se inter-relacionam. Nessa perspectiva, Guimarães (2005, p. 7) destaca que “considerar o processo no qual uma forma constitui o sentido de um enunciado é considerar em que medida esta forma funciona num enunciado, enquanto enunciado de um texto”.

De acordo com Guimarães (2005), o sujeito falante se constitui enquanto um sujeito político, tomado por agenciamentos enunciativos, que se constituem como políticos, conforme comentamos anteriormente. Enquanto que na concepção de Ducrot o falante é visto como um ser empírico, não uma figura que se constitui no espaço de enunciação. Assim como Guimarães (2005), assumimos o posicionamento de que o falante é uma figura constituída na enunciação, uma categoria ao mesmo tempo linguística e enunciativa; não uma figura física-psíquica e fisiológica, conforme proposto por Ducrot.

Para abordarmos sobre a interação entre sujeito e linguagem nos acontecimentos enunciativos, recorreremos aos estudos sobre os *lugares da enunciação* desenvolvidos por Guimarães (2005; 2007b; 2011) quando discorre sobre as *cenas enunciativas*.

## **2.2 A Cena Enunciativa e os lugares de enunciação**

A primeira vez que Guimarães utilizou o conceito de cena enunciativa foi em seu texto intitulado “Na Boa ou na Má Hora”, publicado em 1986; depois, usou esse conceito no livro “Texto e Argumentação”, publicado em 1987, quando discutiu sobre as mudanças que

possibilitaram à forma linguística *embora* passar de expressão adverbial a conjunção concessiva. Nesse momento, Guimarães define as Cenas Enunciativas como “recortes que o discurso do linguísta produz metodologicamente na língua tomada como um discurso. Estas cenas são o lugar e o tempo da enunciação” (GUIMARÃES, 2007b, p, 172). O autor também diz que “ao falarmos em cena estamos querendo dizer que o que interessa são as enunciações (portanto interlocuções). E estas se dão numa mesma cena ou em cenas sucessivas” (GUIMARÃES, 2007b, p, 172).

Nesse sentido, a cena enunciativa é entendida por Guimarães como um espaço de distribuição de lugares enunciativos no acontecimento. Sendo esses lugares de dizer constituídos no agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”. Como destaca o autor, essas figuras do agenciamento enunciativo- “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”- não devem ser vistas como pessoas, mas como “uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer” (GUIMARÃES, 2005, p. 22). Nessa perspectiva, estudar a cena enunciativa é levar em consideração “o próprio modo de constituição dos lugares de dizer constituídos pelo funcionamento da língua. A cena enunciativa, assim, divide e distribui, por uma deontologia específica, os lugares de enunciação no acontecimento” (GUIMARÃES, 2007b, p. 207). O autor ainda comenta que “a distribuição de lugares se faz pela temporalização própria do acontecimento. Neste sentido a temporalidade específica do acontecimento é fundamento da cena enunciativa” (GUIMARÃES, 2005, p. 23).

Na visão de Guimarães (2005), a cena enunciativa é constituída por figuras enunciativas, sendo elas: o Locutor- L, o locutor- x e o enunciador. Para apresentar a definição da figura enunciativa de locutor, Guimarães recorreu à Teoria Polifônica da Enunciação desenvolvida por Ducrot, apresentada anteriormente. Entretanto se diferencia de Ducrot ao considerar a figura do locutor enquanto socialmente constituído.

Guimarães destaca que, assim como Ducrot, fez a distinção entre os termos locutor e enunciador, no entanto, para realizar tal diferenciação, utilizou um quadro teórico que procura “caracterizar não a multiplicação das figuras da enunciação, mas sua divisão” (GUIMARÃES, 2005, p. 24). Assim, chamou de Locutor- L (com letra maiúscula) a figura do locutor que se constitui no dizer como a origem desse próprio dizer. Mas, para que o Locutor possa se caracterizar como fonte do dizer, é preciso “estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar, e de que modo, e em que língua (enquanto falantes). Ou seja, para o Locutor se representar

como origem do que se enuncia, é preciso que ele não seja ele próprio, mas um lugar social de locutor que chamamos de locutor-x” (GUIMARÃES, 2007b, p. 207).

Nessa direção, existe uma disparidade constitutiva das figuras do Locutor-L e do locutor-x (com minúscula) no acontecimento enunciativo. E esse Locutor-L se divide em locutor-x e enunciador (E) e fala ao seu Alocutário (AL). Na visão de Guimarães (2009), tal disparidade que se dá entre o presente do Locutor e a temporalidade própria do acontecimento constitui a enunciação e afeta a construção dos sentidos- que serão constituídos a partir do lugar social ocupado pelo Locutor. Nessa medida, Guimarães (2005, p. 24) afirma que “O Locutor só pode falar enquanto predicado por um lugar social. A este lugar social do locutor chamaremos de *locutor-x*, onde o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa (presidente, governador, etc)”. Diante disso, torna-se necessário fazermos a distinção entre Locutor e lugar social, pois é somente “enquanto ele se dá como lugar social (*locutor-x*) que ele se dá como Locutor. Ou seja, o Locutor é *díspar a si*. Sem esta disparidade não há enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p. 24).

Para Guimarães (2009), ainda é importante considerarmos a relação existente entre o Locutor e aquilo que ele fala, uma vez que ao realizarmos uma análise de determinada expressão linguística precisamos considerar que o seu funcionamento ocorre “de um lado, por uma relação do locutor com aquilo que ele fala, do locutor com o acontecimento no qual ele fala aquilo que ele fala; e, de outro, por uma relação entre os elementos linguísticos” (GUIMARÃES, 2009, p. 50).

Tal relação entre o Locutor e o que ele diz se dá pelo “agenciamento político de enunciação”, uma vez que o Locutor não “escolhe uma forma para dizer algo, mas ele é agenciado a dizer pelo modo como as formas linguísticas se constituíram sócio-historicamente e pelo modo como o espaço de enunciação distribui as línguas e os modos de dizer e o que dizer, para seus falantes” (GUIMARÃES, 2009, p. 50). Assim, o Locutor só é considerado como Locutor “enquanto falante determinado por este espaço político do dizer, o espaço de enunciação” (GUIMARÃES, 2009, p. 50).

Nesse espaço de enunciação entram em cena os lugares sociais de locutor, que assume papéis enunciativos, como de locutor- brasileiro, locutor- presidente, locutor-jornalista, entre outros. Desse modo, o Locutor não diz senão de um determinado lugar social. Porém, apesar de estar dividido no espaço enunciativo, o Locutor não conhece o lugar do qual enuncia. Isso pode ser evidenciado em enunciados do tipo “Eu prometo ...”, uma vez que a marca de representação de primeira pessoa “eu” mostra que não há um lugar social no dizer. Também,

ao dizer “eu”, o Locutor se apresenta como origem do dizer e essa marca de primeira pessoa “representa seu presente como o tempo do dizer” (GUIMARÃES, 2005, p.25). Como exemplo apresentamos o seguinte enunciado, extraído do pronunciamento da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, sobre as manifestações que vinham ocorrendo pelas ruas das principais cidades brasileiras: *Assegura a vocês: vamos manter a ordem*. Nota-se que há um “eu” que se apresenta como origem do dizer, não havendo assim um lugar social do qual o Locutor é agenciado e enuncia.

A cena enunciativa ainda coloca em jogo lugares de dizer denominados por Guimarães (2005; 2007b; 2011) como: *enunciador- individual*, *enunciador- genérico* e *enunciador- universal*.

O enunciador individual é um lugar de dizer que se constitui como individual por não haver marca do lugar social do qual o locutor fala (de professor, de amigo, de filho, etc.). Esse lugar de dizer, o enunciador-individual, “traz um aspecto específico para isto que estamos chamando lugares de enunciação. É a representação de um lugar como aquele que está acima de todos, como aquele que retira o dizer da sua circunstancialidade. E ao fazer isso representa a linguagem como independente da história” (GUIMARÃES, 2005, p. 25). Isso ocorre, por exemplo, no enunciado *Eu vou manter a ordem*, no qual não há marcas de um lugar social do dizer. A presença do pronome de primeira pessoa do singular indica que o locutor ao enunciar não o faz de um lugar social, é um “eu” que se apresenta como origem do dizer.

O lugar genérico se constitui como apagamento do lugar social. Desse modo, “O que se diz é dito como aquilo que todos dizem. Um todos que se apresenta como diluído numa indefinição de fronteiras para o conjunto desse todos” (GUIMARÃES, 2011, p. 25). Como exemplo podemos recorrer aos provérbios: *Quem diz o que quer, houve o que não quer*; *Águas passadas não movem moinho*, entre outros. Esses provérbios são ditos como se fossem falados por todos.

Já o enunciador universal se apresenta como o lugar do qual se fala do mundo e não como um lugar social. Esse lugar de enunciação se constitui exterior à história e “representa um lugar de enunciação como sendo o lugar do qual se diz sobre o mundo. O enunciador- universal é um lugar que significa o Locutor como submetido ao regime do verdadeiro e do falso. Este lugar é próprio do discurso científico, embora não seja exclusivo dele” (GUIMARÃES, 2011, p. 25).

Além desses lugares enunciativos, Guimarães (2005), ao estudar o funcionamento semântico do nome de pessoa, apresenta o enunciador-contemporâneo, o enunciador-coletivo

e/ou enunciador-corporativo. Em se tratando do enunciador- contemporâneo, o autor esclarece que a “escolha” do nome próprio de pessoa não se configura exatamente como uma escolha, uma vez que a “fonte” desse nome não é o locutor-pai (lugar social) nem o enunciador-individual, ou seja, o lugar do dizer. Na escolha de um determinado nome, o Locutor se representa como um enunciador-contemporâneo, “que se caracteriza por enunciar tal como se ‘escolhe’ enunciar num certo momento. Ou seja, a ‘escolha’ do nome se dá segundo um agenciamento enunciativo específico. Este acontecimento de nomear recorta como memoráveis os nomes disponíveis como contemporâneos” (GUIMARÃES, 2005, p. 36-37).

Quanto ao enunciador coletivo, esse se caracteriza como a voz de todos que ecoa como uma única voz. Tomamos mais uma vez como exemplo o pronunciamento de Dilma Rousseff, do qual extraímos o seguinte enunciado: *Brasileiras e brasileiros, precisamos oxigenar o nosso velho sistema político*. Como se pode observar, nesse enunciado o Locutor, ao ser agenciado do lugar social de brasileiro, diz aos seus iguais sobre o que deverá ser feito em relação ao velho sistema político do país (*precisamos oxigenar o nosso velho sistema*). Assim, ao dizer nós, o Locutor se inclui no grupo dos brasileiros. É um “nós” que diz a si mesmo e aos outros, inserindo-se no mesmo grupo daqueles para quem fala, ou seja, no grupo dos brasileiros. É como se nesse momento ecoasse a voz de todos que fazem parte do grupo dos brasileiros.

Já o enunciador corporativo se relaciona à necessidade “do único como característica do nome próprio, como característica da designação: de dizer que se a sociedade não respeita esta unicidade, a corporação deve repô-la” (GUIMARÃES, 2005, p. 39). Com a finalidade de esclarecer a noção de enunciador- corporativo, Guimarães (2005) diz que isso é realizado por um locutor-chefe, por exemplo, de modo que “um nome é dito único para uma pessoa na relação com todas as pessoas, apagando-se seu caráter corporativo e específico” (GUIMARÃES, 2005, p. 39).

Para resumir sobre como se constituem as figuras do locutor no espaço de enunciação, Guimarães (2007b, p. 208) afirma que a cena enunciativa

é um espaço de produção das figuras do locutor: L, l-x e E. A cena enunciativa coloca em jogo, de um lado, o locutor-L, que se representa como origem do dizer. De outro lado coloca em cena os lugares sociais do locutor (l-x), papéis enunciativos como locutor- brasileiro, locutor-presidente, locutor-jornalista, locutor-professor, locutor-índio, locutor-consumidor, etc. O locutor não se apresenta senão enquanto predicado por um lugar social distribuído por uma deontologia do dizer. Além disso, o locutor se divide em enunciador (lugar de dizer-E), como forma de representar que não fala senão do lugar de L. Assim, para se mostrar como origem, o l desdobra-se em um outro (E) nesta mesma cena. O locutor não funciona a não ser que se divida.

Outro aspecto importante sobre esse espaço de enunciação que devemos considerar é o engajamento do locutor com o texto. Guimarães afirma que “se todo enunciado significa um engajamento específico do Locutor [...], o texto como um todo se apresenta por um engajamento particular do Locutor, num certo espaço de enunciação, com o texto” (GUIMARÃES, 2011, p. 25). Essa relação entre o Locutor e o texto foi denominada por Guimarães de “relação de autor”. Nesse sentido, é no espaço de enunciação, através do agenciamento do falante, que essa relação entre locutor (enquanto autor) e texto acontece. Porém Guimarães (2011, p. 25) esclarece que não tem como objetivo discutir a “questão da autoria, que tem merecido importantes reflexões de domínios como o da análise de discurso”.

Como apresentamos anteriormente, existe uma relação de disparidade entre o Locutor-L e o locutor-x no espaço de enunciação. De modo que o Locutor não reconhece que diz sempre de um determinado lugar social e histórico, havendo um apagamento desse lugar no agenciamento enunciativo. A partir dessa constatação, Guimarães (2005) apresenta os seguintes questionamentos: *por que o Locutor é significado no acontecimento como independente ou fora da história? Por que este colocar-se à margem da história se produz por este modo de representação dos lugares de dizer (enunciador) como apagamento do lugar social do locutor (locutores)? O que explica estas divisões do Locutor que funcionam produzindo o apagamento do social e da sua história?*

Como resposta a esses questionamentos, Guimarães discorre acerca da relação do sujeito com o interdiscurso. De acordo com o autor, “ser sujeito é estar numa região de interdiscurso [...]. Deste modo a representação do locutor se constitui nesse esquecimento e é isto que divide o Locutor e apaga o locutor-x” (GUIMARÃES, 2005, p. 30). Esse sujeito (falante) afetado pelo interdiscurso e tomado por agenciamentos enunciativos se configura não como um ser empírico, mas um ser político que se constitui nos espaços de enunciação que distribuem papéis distintos aos falantes que neles “habitam”.

Para realizarmos a análise do funcionamento enunciativo-argumentativo das palavras *manifestante* e *manifestação*, tomaremos os textos que constituem nosso *corpus* como acontecimentos de linguagem, que se constituem como espaços enunciativos nos quais há a presença de um Locutor que, agenciado de um lugar social, enuncia enquanto um locutor- x e instala na cena enunciativa a figura do alocutário, para quem dirige a sua enunciação, e de enunciadores, que correspondem a pontos de vista que se dividem para a constituição de sentidos no texto.

### 2.3 A argumentação em Ducrot: uma perspectiva linguística

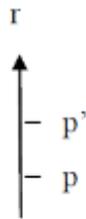
Na primeira fase da Teoria da Argumentação na Língua, ou Semântica Argumentativa, denominada Forma Padrão ou *Standard*, Ducrot e Anscombe incluíram, dentre outros aspectos teóricos que não serão aqui abordados, o conceito de *escala argumentativa*, sobre o qual comentaremos sucintamente por ter servido de sustentação para os estudos desenvolvidos por Guimarães sobre o movimento argumentativo dos textos. Destacamos que as questões que abordaremos sobre os estudos de Ducrot foram apresentadas em seu artigo intitulado “As Escalas Argumentativas” (publicado em 1973) e estão estritas ao conceito de orientação argumentativa, cuja noção está marcada nas próprias regularidades da língua. É nessa medida que nos interessa os estudos de Ducrot realizados no interior da Teoria da Argumentação na Língua-TAL, para quem a argumentação está inscrita na própria língua. Não nos interessa adotar como quadro teórico-metodológico os preceitos trazidos por Ducrot no interior da Semântica Argumentativa, mas evidenciar como a argumentação é vista por esse teórico. Na perspectiva teórica proposta por Ducrot (1973), na qual concebe a argumentação como inserida dentro da própria língua, orientar argumentativamente um enunciado é apresentar A como razão a favor de C.

Segundo Ducrot (1989, p. 18), “a argumentação pode estar diretamente determinada pela frase, e não simplesmente pelo fato que o enunciado da frase veicula. Neste caso, dir-se-á que a argumentação está na ‘língua’, nas ‘frases’”. Nessa mesma direção, Koch (2000, p. 59) afirma que

[...] a argumentação é uma atividade estruturante do discurso, pois é ela que marca as possibilidades de sua construção e lhe assegura a continuidade. É ela a responsável pelos encadeamentos discursivos, articulando entre si enunciados ou parágrafos, de modo a transformá-los em texto: a progressão do discurso se faz, exatamente, através das articulações da argumentação [...].

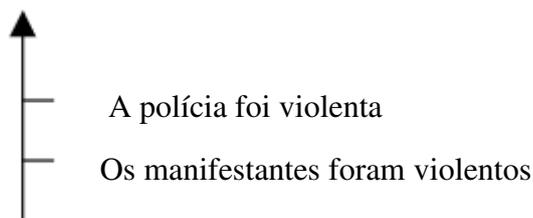
Ao propor uma Teoria da Argumentação a partir da perspectiva linguística, Ducrot se opõe aos estudos desenvolvidos pelos retóricos, que apresentam uma concepção tradicional de argumentação, por considerar o modelo proposto por eles bastante “ingênuo”. Tal concepção tradicional e “ingênua” corresponde ao modelo de Toulmin. Na concepção de Ducrot, a argumentação é reconstruída em um plano exclusivamente linguístico e não fora da língua. Afinal toma como ponto de partida para a realização dos seus estudos a teoria estruturalista desenvolvida por Ferdinand Saussure.

Uma questão importante da Teoria da Argumentação na Língua que precisamos destacar é a distinção que Ducrot apresenta entre argumento e prova. De modo que o argumento é definido como uma razão que pode autorizar determinada conclusão. Já a prova é uma imposição para que o interlocutor chegue a certa conclusão. A partir dessa distinção, Ducrot apresenta a noção de *escala argumentativa*, evidenciando o caráter escalar que os argumentos estabelecem entre si, numa relação de menor e maior força. Nessa perspectiva, em um determinado enunciado, um argumento **p'** pode ser apresentado como mais forte do que **p** em relação a uma conclusão **r**. Segue o esquema apresentado por Ducrot (1973) para representar essa relação de força entre os argumentos:



Partindo da noção de *escala argumentativa*, Ducrot dá seqüência aos seus estudos trazendo a descrição de morfemas como *até*, *mesmo* e *até mesmo*. Assim os argumentos são organizados de acordo com sua força e os operadores argumentativos possibilitam marcar linguisticamente os argumentos que o locutor julga serem mais fortes em relação a certa conclusão. Como exemplo podemos pensar no seguinte enunciado: *Os manifestantes que participaram do protesto e até a polícia agiu de forma violenta*. Esse enunciado pode ser parafraseado por *o protesto foi violento: os manifestantes foram violentos, e mais que isso, a polícia também foi violenta*. Ou seja, o *até* marca o argumento introduzido por ele como mais forte, em relação a uma mesma conclusão. Isso pode ser apresentado da seguinte forma:

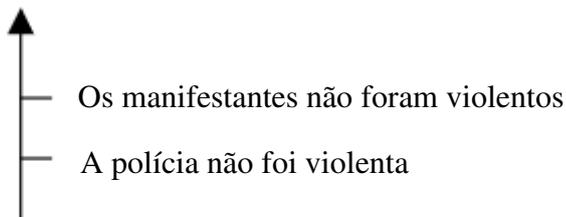
O protesto foi violento



Dentro das discussões realizadas sobre *escalas argumentativas*, Ducrot também explana acerca da ação de negação. Ao tratar sobre esse aspecto, o autor evidencia que ocorre uma inversão na ordem de força dos argumentos que fazem parte de uma certa escala argumentativa. Isso fica evidente ao afirmar que “a escala em que se encontram os enunciados negativos (escala determinada por  $\sim r$ ) é inversa à escala dos enunciados afirmativos. Por outras palavras, se  $p'$  é mais forte que  $p$  em relação à  $r$ ,  $\sim p$  é mais forte que  $\sim p'$  em relação à  $\sim r$ ” (DUCROT, 1973, p.189).

Para ilustrarmos essa ação de negação, recorremos ao exemplo apresentado anteriormente do protesto realizado por manifestantes. Para construirmos sua negação podemos dizer: *O protesto não foi violento. Os manifestantes nem mesmo a polícia agiu de forma violenta*. Esquemáticamente fica:

O protesto não foi violento



O decisivo nessa posição defendida por Ducrot é que ele considera que a argumentação está marcada na língua, nas formas da língua, basta dizer para se argumentar. Essa posição ficou conhecida como Teoria da Argumentação na Língua.

Com base nessas noções apresentadas por Ducrot e Anscombe no interior da Teoria da Argumentação na Língua, Guimarães desenvolveu estudos na área da Semântica Argumentativa, especialmente sobre os conceitos de *orientação argumentativa*, *classe* e *escala argumentativa*, tomando a argumentação como uma questão linguística. De acordo com Guimarães (2007b, p. 25), orientar argumentativamente com um certo enunciado

é apresentar seu conteúdo A como devendo conduzir o interlocutor a concluir C (também um conteúdo). [...] Neste sentido, orientar argumentativamente é apresentar A como sendo o que se considera como devendo fazer o interlocutor concluir C. O que leva à conclusão é o próprio A. Ou seja, é tomado como uma regularidade do sentido do enunciado a representação de sua enunciação como orientada argumentativamente.

Ao tomarmos o conceito de *escala argumentativa* proposto por Ducrot (1973) e o apresentado por Guimarães (2007b), observamos que ambos entendem a *escala argumentativa* como uma relação de força maior e menor existente entre os enunciados. Porém é importante destacarmos que Guimarães conserva em seus estudos o fundamental da Teoria da Argumentação de Ducrot e se afasta das formulações inseridas no quadro teórico do Estruturalismo. Como lembra Guimarães (2010), na Teoria da Argumentação proposta por Ducrot (1973) e Ducrot e Anscombe (1983), o que interessa para os seus estudos é o tratamento que esses autores dão à argumentação enquanto uma relação de linguagem, uma relação de significação. Nas palavras de Guimarães (2010, p. 73), “um argumento não é algo que indica um fato que seja capaz de levar a uma conclusão. Um argumento é um enunciado que, ao ser dito, por sua significação, leva a uma conclusão (uma outra significação)”. Ou seja, argumentar é direcionar o texto para o seu futuro, é conduzi-lo para sua finalidade. É nessa perspectiva apresentada por Guimarães de que a orientação argumentativa se constitui como um modo de interpretar o futuro do texto que analisaremos o movimento argumentativo dos textos que selecionamos para análise.

## CAPÍTULO III

### CONSTITUIÇÃO DE SENTIDO DE PALAVRAS

Neste capítulo comentaremos sobre algumas questões presentes nos estudos realizados por Guimarães (2005; 2007a; 2009; 2011; 2018) no interior da Semântica do Acontecimento, as quais nos possibilitam compreender como o sentido das palavras se constituem a partir da relação que estabelecem umas com as outras no acontecimento de linguagem em que funcionam. Compreender essas questões se faz importante para que possamos analisar o funcionamento semântico-enunciativo das palavras *manifestante* e *manifestação* nos textos que selecionamos para nossas análises. Ainda evidenciaremos como o movimento argumentativo de um texto se constrói na visão de Guimarães (2007a), uma vez que essa noção nos possibilitará analisar a orientação argumentativa dos textos que constituem o nosso *corpus*. Isso nos permitirá mostrar como o futuro desses textos se relacionam com determinada conclusão e com os sentidos de *manifestante* e *manifestação*. É importante analisarmos o movimento argumentativo dos textos que selecionamos por ser a argumentatividade um elemento fundamental para a construção de sentidos.

#### 3.1 O Domínio Semântico de Determinação (DSD)

Desde muito tempo, estudos realizados no âmbito da Semântica têm contemplado as relações de sentido no interior de suas discussões. Encontramos nesse contexto estudos realizados sobre as relações de sinonímia, antonímia, hiperonímia, bem como questões relativas à polissemia e à ambiguidade, sendo muitos deles desenvolvidos a partir de uma perspectiva referencial. Porém, conforme destaca Guimarães (2007a), os estudos semânticos também precisam contemplar o que é exterior à linguagem. Nessa perspectiva, interessa-nos comentar, mesmo que brevemente, algumas questões abordadas por Guimarães (2007a) quando discute sobre a constituição do sentido de palavras, uma vez que julgamos de grande importância para compreendermos como o sentido das palavras se constitui a partir da relação que umas estabelecem com as outras no acontecimento enunciativo em que funcionam.

Para esclarecermos sobre as noções de sinonímia, antonímia, hiperonímia, polissemia e ambiguidade, recorreremos à definição apresentada por Guimarães (2007a) para cada um desses termos. Em se tratando das expressões sinônimas, essas são compreendidas

como aquelas “que se referem aos mesmos objetos ou ao mesmo estado de coisas no mundo” (GUIMARÃES, 2007 a, p. 77). Enquanto que as homônimas “são expressões cujo significante é o mesmo, mas que se referem a coisas ou estados de coisas diversos; hiperonímia é a relação segundo a qual uma expressão se refere a todas as coisas que são referidas por seus hipônimos, etc.”. Já a Polissemia corresponde ao elemento linguístico que apresenta mais de um sentido e a ambiguidade “considera que uma expressão tem, enquanto elemento da língua, mais de um sentido, e que o uso da expressão lhe especifica um deles” (GUIMARÃES, 2007a, p. 77).

Os estudos realizados por Guimarães deixam claro que a Semântica precisa inserir no âmbito das suas discussões a referência, porém, evidenciam a necessidade de que seja levada em consideração a relação com o que é exterior à linguagem por ser uma construção de linguagem. Como ressalta o autor, “só é possível pensar na relação entre uma palavra e o que ocorre em virtude da relação de uma palavra a outra palavra” (GUIMARÃES, 2007a, p. 77). No entanto essa relação de uma expressão com as coisas não deve ser entendida como uma mera classificação de objetos, mas como uma relação de sentido entre palavras. É nessa perspectiva que Guimarães (2005, 2007a e 2011) destaca em seus estudos, no âmbito da Semântica do Acontecimento, a importância de considerarmos o que ele tem chamado de *Domínio Semântico de Determinação (DSD)*- que é uma maneira de se pensar as palavras a partir da relação de umas com as outras.

Conforme Guimarães (2007a, p. 95), “Para a constituição do DSD, parte-se de uma palavra específica e procura-se, por um procedimento de análise específico, relacioná-la a outras do corpus buscando as relações de determinação que organizam as relações”. Diante disso, “o que o DSD caracteriza não é a relação da palavra ou das palavras com um domínio de coisas ou conceitos [...] no caso dos nomes, por exemplo, a designação das palavras, no sentido que dou a este termo” (2007a, p. 95). Nesse direção é que tomamos para análise as palavras *manifestante*, na sua relação com expressões como *minoría autoritária* e *pequena minoría*, e *manifestação*, na relação que estabelece com expressões como *voz das ruas* e *movimento pacífico*- o que implica necessariamente compreendermos a designação desses termos no acontecimento da enunciação. Para tanto, é necessário considerarmos inicialmente como esses termos se integram no enunciado.

De acordo com Guimarães (2007a), o enunciado se caracteriza como uma unidade de análise na qual há ocorrência de palavras e um elemento integrador do texto. Nessa direção, o autor afirma que o enunciado integra o texto, do mesmo modo que o texto é integrado por enunciados. Guimarães ainda esclarece que o termo “integrado” utilizado por ele para explicar

a relação que existe entre o enunciado e o texto não faz nenhuma menção às definições que afirmam que um texto é formado de enunciados. Na sua visão, o texto é constituído por enunciados que se articulam. Guimarães ainda ressalta que a noção de “integrar” que utiliza nos seus textos faz uma retomada ao sentido de “relação de integração” trazido por Benveniste (1966), porém se apropria de tal noção de forma livre.

Para Guimarães (2007 a, p. 82).

Isto tem um significado particularmente forte e específico, na medida em que definimos o texto como unidade de significação integrada por enunciados. Ou seja, não pensamos a existência de enunciados senão na medida em que uma certa sequência, com características específicas, que faz dela um enunciado, integra um texto. Não são aspectos formais que fazem de uma sequência um enunciado, mas o fato de que esta sequência integra um texto. E na mesma medida não há texto sem enunciação.

Em se tratando da designação de um nome, esse processo tem como elemento constituinte o acontecimento enunciativo. Do mesmo modo que as referências realizadas dentro de um texto por uma palavra ou outras palavras para substituir um nome constituem a designação. Nessa medida, o autor observa que, para definir a designação, torna-se necessário considerar a relação entre designar e nomear, bem como entre designar e referir.

Quanto à relação entre designar e nomear, o que deve ser observado, conforme Guimarães (2005, p. 27), é “uma relação entre enunciações, entre acontecimentos de linguagem. Num acontecimento em que um certo nome funciona a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas”. Já na relação entre designação e referência é importante levarmos em consideração como o nome se relaciona com outros nomes no texto em que ocorre pela textualidade. É importante destacarmos que essa relação não é “uma relação entre uma palavra e um objeto ou conjunto de objetos de uma classe estabelecida. É uma relação que produz identificações por um processo infundável de redizer, próprio do texto” (GUIMARÃES, 2005, p. 76).

Os termos designação, denotação e referência podem ser encontrados em estudos na área da Filosofia, da Semântica e da Lógica como sinônimos. Na concepção de Guimarães (2007a), a denotação poderia ser considerada uma palavra sinônima do termo referência, entretanto, as palavras designação e referência não apresentam uma relação de sinonímia, ou seja, o mesmo sentido. O autor define a designação como “uma relação lingüística de sentido enquanto exposta ao real. Deste modo esta relação lingüística é uma relação tomada na história” (GUIMARÃES, 2007a, p. 81).

Nesse ponto Guimarães retoma os estudos realizados por Bréal (1863) sobre os mitos quando afirma que o sentido de uma palavra está relacionado à história dos textos de que faz parte. Entretanto o autor destaca que, na sua visão de semanticista, qualquer elemento de um texto significa por integrar um texto. Isso quer dizer que o sentido de uma palavra se constitui pelo acontecimento de enunciação. Já a referência é entendida como uma particularização de algo no processo enunciativo. Conforme explica Guimarães (2007a, p.82),

não se trata, simplesmente, de considerar os objetos existentes e os conjuntos de que fazem parte. A partilha do real não se projeta sobre a linguagem diretamente. Ela é produzida pelo modo como a enunciação produz uma certa relação entre as palavras. O que é designado é uma construção de sentido, uma relação entre os elementos lingüísticos. O que é referido é aquilo que é particularizado por uma enunciação.

Com o objetivo de explicitar a definição de referência, Guimarães (2005) discorre sobre o funcionamento do nome próprio para esclarecer que a referência não deve ser entendida como um fundamento do funcionamento do nome próprio. O autor ressalta ainda que a referência “resulta do sentido do nome constituído por seu funcionamento no acontecimento enunciativo. Quando um nome próprio funciona ele recorta um memorável que enquanto passado próprio da temporalidade do acontecimento relaciona um nome a uma pessoa” (GUIMARÃES, 2005, p. 42). Nesse sentido, é o acontecimento que refere (ou nomeia) por constituir seu próprio passado, ou seja, o memorável, e não o sujeito ou a expressão.

Para evidenciar a relação existente entre referência e designação, apresentamos o seguinte enunciado:

- (1) “A mensagem direta das ruas é pacífica e democrática. Ela reivindica um combate sistemático à corrupção e ao desvio de recursos públicos. Todos me conhecem. Disso eu não abro mão. Esta mensagem exige serviços públicos de mais qualidade”<sup>4</sup>.

Nesse enunciado, considerado como um acontecimento enunciativo, o sentido da expressão *A mensagem direta das ruas* se constitui a partir da relação que estabelece com o pronome *Ela* e com a expressão *Esta mensagem*. De modo que a relação estabelecida entre *A mensagem direta das ruas* e *Ela* é uma relação de reescrituração por substituição anafórica. Já a relação entre *A mensagem direta das ruas* e *Esta mensagem* se caracteriza como uma

---

<sup>4</sup> Sequência retirada do pronunciamento de Dilma Rousseff, proferido em 21 de junho de 2013, do qual selecionamos o *corpus* da análise 1.

reescrituração por substituição sinonímica no acontecimento enunciativo em que funcionam. Ainda é possível notar que *A mensagem direta das ruas* é predicada nesse texto por *um combate sistemático à corrupção e ao desvio de recursos públicos*.

A partir desse exemplo, podemos distinguir designação e referência no acontecimento enunciativo. Enquanto que a referência é uma particularização específica de algo, tal como é significado por *A mensagem das ruas*, presente no exemplo acima, que indica um certo tipo de mensagem e não outro. Por outro lado, nessas reescriturações podemos encontrar expressões nominais como *mensagem direta das ruas* e *mensagem* que são expressões predicadas por *pacífica e democrática*. Assim podemos considerar que *mensagem* e *mensagem direta das ruas* são expressões determinadas semanticamente por *pacífica e democrática*. Desse modo, observa-se que a designação de *mensagem direta das ruas* e *mensagem* é constituída pelo acontecimento na medida em que é significada por essa relação, que ao mesmo tempo exclui outras manifestações, tal como veremos nas análises. É nessa medida que expressões referenciais como *A mensagem direta das ruas* refere a uma certa mensagem específica, de uma certa manifestação. Nesse sentido, é importante observar o fato de que “só é possível particularizar, referir, porque as palavras designam, assim como no processo constante de enunciação, a cada vez que se refere, produzem-se as designações” (GUIMARÃES, 2007a, p. 82).

Ao tomar esse posicionamento teórico, Guimarães traz em seus estudos uma crítica à tentativa de Frege em distinguir sentido e referência por não considerá-la suficiente o bastante para tratar essa questão, pois a referência não pode ser vista como exterior ao sentido, nem a designação pode ser entendida como uma forma de se apresentar a referência. A partir dessa perspectiva Guimarães explicita que o DSD de um nome é, por exemplo, “o que o nome designa. E para se proceder às descrições de sentido, a primeira coisa a se considerar é como entra a palavra na unidade de análise” (GUIMARÃES, 2007a, p. 82).

Para observarmos como o sentido das palavras *manifestante* e *manifestação* se constitui nos acontecimentos de linguagem que tomaremos para análise, torna-se necessário compreendermos a relação de determinação estabelecida entre palavras, conforme postulado por Guimarães (2005; 2007a; 2011), por ser esse um fundamento essencial para a constituição do sentido de palavras que funcionam em certo acontecimento enunciativo. É nessa medida que nos interessa compreender a relação de determinação que ocorre entre palavras que funcionam dentro de um determinado texto.

### 3.2 A determinação

Para que seja melhor compreendida a noção de determinação apresentada por Guimarães (2005; 2007a; 2011), torna-se necessário fazermos um paralelo entre os termos determinar e predicar devido à proximidade que eles apresentam. Apresentamos a seguir dois exemplos para evidenciarmos a proximidade existente entre esses dois termos:

- (1) A manifestação pacífica poderá trazer melhorias para o país.
- (2) A manifestação é pacífica e poderá trazer melhorias para o país.

É importante destacarmos que essas sequências não estão sendo consideradas como sinônimas. O objetivo desse exemplo é mostrar que na primeira sequência a expressão *A manifestação* é especificada pelo termo *pacífica*, enquanto que na segunda *A manifestação* é predicada por *pacífica*. Nesse sentido é possível constatar que, assim como proposto por Guimarães (2007a, p. 78), “semanticamente, toda relação de predicação é, em certa medida, pelo menos, uma relação de determinação e vice-versa. A diferença entre uma e outra se dá pela conexão do sintático com o semântico”. A determinação semântica assim considerada é produzida com frequência nos textos por variadas relações de reescrituração<sup>5</sup>.

Além disso, é importante observar que essa relação de determinação entre expressões é produzida na enunciação. Para que essa relação entre expressões linguísticas seja melhor compreendida, apresentamos a seguinte sequência:

- (3) A manifestação pacífica é democrática.

Nessa sequência observa-se que *A manifestação* é especificada pelo termo *pacífica*, enquanto que *democrática* determina por reescrituração por definição o nome *manifestação*.

A determinação ainda é considerada por Guimarães (2007a) como fundamental para a produção de sentido das palavras (expressões linguísticas). Um fato importante a se considerar é que tanto a relação de sinonímia quanto a relação de antonímia que há entre palavras que funcionam em um enunciado fazem parte da determinação. Entretanto Guimarães (2007a, p. 79) considera que as “relações de hiperonímia e hiponímia não fazem parte das relações de sentido a não ser como consequência das relações de determinação”. Para

---

<sup>5</sup> A reescrituração e como seu funcionamento produz sentido será objeto de atenção específica mais à frente.

compreendermos melhor como a determinação favorece a constituição do sentido de expressões linguísticas, analisemos o seguinte enunciado: (4) A manifestação pacífica é democrática. Esta mensagem direta das ruas trará melhorias para o Brasil.

Como se pode observar, nesse enunciado a expressão *manifestação pacífica* é determinada, em virtude da reescrituração, por *mensagem direta das ruas* e predicada por *democrática*. Desse modo, *manifestação pacífica* significa *mensagem das ruas* no acontecimento enunciativo no qual funcionam. Com base nos estudos de Guimarães (2007a), podemos afirmar que constituir o sentido dessas palavras é estabelecer o seu DSD. Porém isso só é possível a partir da relação que estabelecem no texto em que funcionam. Para representar o DSD das palavras são utilizados os seguintes sinais:

- A)  $\top$ ,  $\perp$ ,  $\vdash$ ,  $\dashv$  (indicam, em qualquer direção, “determina”);
- B) o traço — (indica uma relação de “sinonímia”);
- C) o traço contínuo horizontal \_\_\_\_\_ que divide o DSD (indica uma relação de antonímia).

Segue o DSD estabelecido das expressões linguísticas *manifestação pacífica* e *mensagem das ruas* presentes na sequência (3) apresentada acima:

Mensagem das ruas  $\dashv$  manifestação pacífica  $\vdash$  democrática

Nessa direção, podemos dizer que para mostrar qual é a designação de uma palavra é necessário estabelecer seu DSD. No entanto, como destaca Guimarães (2007a, p. 80),

isto só pode ser feito a partir do funcionamento da palavra nos textos em que aparece. Outra coisa importante, um DSD é construído pela análise das relações de uma palavra com as outras que a determinam em textos em que funciona. Deste modo podemos dizer o que significa uma palavra num certo texto, num conjunto de textos relacionados por algum critério que os reúna: do mesmo autor, sobre um certo assunto, de um certo momento, etc.

Desse modo, o DSD é uma representação do processo de análise de uma palavra e deve conseguir explicar o seu funcionamento no texto em que aparece. Como lembra Guimarães (2007a, p. 81), na constituição do DSD ele não está levando em consideração qualquer realidade

reportada pelas palavras. “Ao contrário, podemos dizer que o processo de referência através de uma palavra, que aparece como algo neutro, como um modo de indicar algo pela expressão lingüística, na verdade significa o que o DSD desta palavra no seu texto (ou textos) significa”. Entretanto, mesmo não sendo considerada qualquer realidade à qual as palavras se reportam, é preciso que seja levado em consideração o real que a palavra significa. As palavras têm “sua história de enunciação. Elas não estão em nenhum texto como um princípio sem qualquer passado” (GUIMARÃES, 2007a, p. 81).

Outro ponto importante que precisamos destacar é que o DSD não corresponde a uma forma de se organizar o mundo através da língua, pois o DSD tem como finalidade mostrar como o sentido das palavras se constituem na enunciação em que funcionam. Isso significa dizer que não se deve pensar “uma língua como organizada por campos específicos que no conjunto nos daria a própria organização do pensamento daqueles que falam uma língua. O DSD é, ao contrário, a caracterização de como, no acontecimento da enunciação, uma língua se movimenta ao funcionar” (GUIMARÃES, 2007a, p. 96).

Diante disso, nota-se que “no acontecimento se refaz insistentemente uma língua, pensada não como uma estrutura, um sistema fechado, mas como um sistema de regularidades determinado historicamente e que é exposto ao real e aos falantes nos espaços de enunciação” (GUIMARÃES, 2007a, p. 96). Além disso, a forma como Guimarães trata o caso da hiperonímia deixa evidente que a relação entre linguagem e coisas se estabelece por uma determinação enunciativa, que é descrita e interpretada por Domínios Semânticos de Determinação.

### **3.3 Procedimentos de textualização: reescrituração e articulação**

Para complementar o processo de constituição do sentido das palavras *manifestante* e *manifestação* a partir da análise do DSD, levaremos em consideração dois procedimentos gerais de textualização, mobilizados na enunciação, que são considerados por Guimarães (2005; 2007a; 2009; 2011) como essenciais para a constituição do sentido de palavras no texto em que funcionam: a reescrituração e a articulação, sobre os quais comentaremos a seguir.

A reescrituração é um procedimento que possibilita a construção de sentido de uma palavra a partir da relação que ela estabelece com outra no texto, que é integrado pelos enunciados nos quais elas ocorrem. Desse modo, a reescrituração permite “interpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescrituração). E nesta medida a

reescrituração é um procedimento que coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na constituição do sentido pelo acontecimento” (GUIMARÃES, 2011, p. 46).

Nessa perspectiva, Guimarães (2005, p. 28) afirma que esse procedimento é “uma operação que significa, na temporalidade do acontecimento, o seu presente. A reescrituração é a pontuação constante de uma duração temporal daquilo que ocorre”. Ainda comenta que ao reescrever é atribuído (predicado) “algo ao reescriturado. E o que ele atribui? Aquilo que a própria reescrituração recorta como passado, como memorável” (GUIMARÃES, 2005, p. 28).

Assim a reescrituração funciona como um mecanismo de busca no interior do texto de expressões linguísticas que repetem o que já foi dito, de forma que os "já-ditos" sejam interpretados e percebidos de maneiras distintas cada vez que aparecem no texto. Ainda é atribuído algo, ou seja, uma predicação, ao que se encontra como reescriturado. Mas essa predicação não se trata de uma operação própria do enunciado, da sentença ou da frase. Na visão de Guimarães (2007a, p. 84), corresponde “a uma operação pela qual, no fio do dizer, uma expressão se reporta à outra, pelos mais variados procedimentos. Ou por negar a outra, ou por retomá-la, ou por redizê-la com outras palavras, ou por expandi-la ou condensá-la, etc.”

Para explicar melhor sobre esse procedimento de textualização, Guimarães (2007a) apresenta alguns modos de redizer os quais contribuem para a constituição do sentido, sendo eles: repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição. O primeiro modo que vamos tratar é a repetição- que se dá pela retomada de uma expressão linguística dentro do texto, podendo ser completa ou por redução, como ocorre com a expressão *Manifestação Pacífica*, no enunciado (1), que é retomada por redução por *manifestação*:

- (1) A manifestação pacífica poderá trazer grandes contribuições para o Brasil. Esta manifestação é considerada como legítima pelo governo.

A substituição ocorre quando uma expressão é retomada por outra no decorrer do texto. Como exemplo apresentamos o seguinte enunciado:

- (2) As mensagens das ruas precisam ser ouvidas e respeitadas. Elas fazem parte do processo de desenvolvimento do país. Porém, para que as vozes das ruas serem ouvidas, precisam ser pacíficas.

Nesse enunciado nota-se que a expressão *mensagens das ruas* é reescriturada por substituição por *vozes das ruas*. Nesse mesmo exemplo observa-se que *mensagens das ruas* é reescrita por anáfora por *elas* (em: *Elas fazem parte do processo de desenvolvimento do país*).

Para Guimarães (2007a), a anáfora é uma forma particular de substituição. Nesse exemplo é possível observar ainda que a expressão *mensagem das ruas* é reescriturada por elipse antes da palavra *respeitadas*. Desse modo, *mensagem das ruas* é retomada por omissão, uma vez que fica subentendido nesse trecho do texto que as *mensagens das ruas* precisam ser respeitadas.

Outro modo de redizer é a expansão que se dá quando uma expressão é expandida em outro ponto do texto. Para exemplificar apresentamos o enunciado:

(3) As manifestações pacíficas são consideradas legítimas. É próprio dos cidadãos se manifestarem, comentou ontem, durante entrevista ao jornal Folha de São Paulo, Helena Chagas, ministra da Secretaria da Comunicação Social, do governo de Dilma Rousseff.

No enunciado (3) nota-se que a expressão *Helena Chagas* é retomada por expansão por *ministra da Secretaria da Comunicação Social*. Assim observa-se que há uma ampliação do que está sendo dito na expressão anterior (*Helena Chagas*) presente nesse enunciado.

Outro procedimento de reescritura é a condensação, que podemos observar no seguinte exemplo:

(4) Ao manifestarem contra o aumento das tarifas de ônibus, os manifestantes depredaram lojas, destruíram carros, incendiaram ônibus e agrediram policiais pelas ruas de São Paulo. Essas ações marcaram a noite desta segunda-feira.

Nesse pequeno texto que trazemos como exemplo, a expressão *Essas ações* condensa toda a narrativa apresentada anteriormente na qual constam os atos violentos realizados pelos manifestantes. É nessa medida que a expressão *Essas ações* articula-se no texto a *marcaram a noite desta segunda-feira*, que se constitui como predicado de *Essas ações* nesse enunciado.

Já a definição é o procedimento em que uma reescrituração por expansão se dá como um modo de definir algo. Isso fica evidente no enunciado (5), apresentado abaixo, adaptado do pronunciamento proferido em rede nacional pela ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, no dia 21 de junho de 2013, no qual a expressão *Lei de Acesso à Informação* é reescriturada por definição por é um poderoso instrumento do cidadão para fiscalizar o uso correto do dinheiro público. Segue enunciado:

(5) “A Lei de Acesso à Informação, sancionada no meu governo, é um poderoso instrumento do cidadão para fiscalizar o uso correto do dinheiro público”.

Esses procedimentos podem ocorrer por sinonímia, especificação, desenvolvimento, generalização, totalização e enumeração. A sinonímia se dá quando uma expressão ou palavra é reescrita por outra que tem o mesmo sentido que ela. A reescritura por sinonímia ocorre, por exemplo, no enunciado (6), que apresentaremos a seguir, no qual há uma substituição da expressão *Os manifestantes* por *o grupo*. Desse modo, podemos dizer que a expressão *o grupo*, no enunciado em questão, é um sinônimo de *Os manifestantes*. Como se pode observar no enunciado (6) abaixo:

- (6) “Os manifestantes recuaram e ficaram, de longe, atirando pedras no palácio. [...] A PM avançou com balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo, dispersando o grupo”<sup>6</sup>.

A especificação se dá com a substituição de um termo por outro, de modo que a reescritura do termo é determinada pela expressão que o retoma. Podemos tomar como exemplo de especificação a expansão que ocorre da expressão *último caso* por *ocorreu na quinta-feira (13), quando houve confusão na rua da Consolação, na região central*. Essa especificação atribui sentido às *manifestações*, especificando e particularizando esse tipo de manifestação. Observemos o seguinte exemplo:

- (7) “O último caso ocorreu na quinta-feira (13), quando houve confusão na rua da Consolação, na região central. Segundo organizadores, ao menos cem pessoas ficaram feridas e mais de 200 foram detidas”<sup>7</sup>.

O desenvolvimento ocorre quando uma sequência desenvolve uma palavra ou expressão no texto em que funciona. Essa outra forma de significar da reescritura pode ser vista, por exemplo, no enunciado (8), apresentado abaixo, em que a palavra *Protesto*, que constitui o título do texto, é reescriturada por desenvolvimento por toda a sentença, que desenvolve e determina o termo expandido (*Protesto*).

- (8) “O dia de protesto em Fortaleza (CE) na quinta-feira (20) terminou com confronto em frente à sede do governo e ao menos 61 detidos. Por volta das 20h, após passeata pacífica, um grupo de manifestantes tentou invadir o Palácio da Abolição, sede do governo, onde o governador Cid Gomes (PSB) esteve durante toda a confusão. O local

<sup>6</sup> Sequência retirada do texto “Protesto”, que utilizamos na análise 2.

<sup>7</sup> Sequência retirada do texto “Em comunicado, Dilma diz que manifestações pacíficas são legítimas”, da análise 2.

virou uma praça de guerra, com a polícia atacando com balas de borracha e os manifestantes com pedras e bombas caseiras<sup>8</sup>.

Já a generalização se dá com a reescrita de uma palavra ou expressão por outra generalizadora. Esse modo de significar a reescrituração pode ser observado na condensação que a expressão *atos de vandalismo* faz do que foi dito anteriormente no texto. Como se pode observar, nesse exemplo, o generalizador (*atos de vandalismo*) determina o que é generalizado no texto.

(9) “São Paulo voltou a viver ontem uma noite de caos e protestos violentos. Manifestantes atacaram a sede da prefeitura, saquearam lojas, depredaram prédios públicos e privados e o relógio que faz a contagem regressiva para a Copa, na Avenida Paulista. [...] Um grupo tentou invadir o prédio com chutes e pedras e derrubar a porta principal com grades usadas para cercar o local. [...] A PM demorou cerca de três horas para agir. Segundo a Secretaria da Segurança, isso aconteceu para evitar que pessoas sem relação com os atos de vandalismo fossem feridas”<sup>9</sup>.

A totalização pode ser observada quando um termo totalizador determina os totalizantes. Isso ocorre, por exemplo, no enunciado (10), apresentado abaixo, em que a palavra *tudo* generaliza e determina as partes totalizadas.

(10) “A PM monitora, há pelo menos quatro anos, o Movimento pelo Passe Livre. As ações nas redes sociais e as assembleias do grupo são monitoradas. ‘É tudo feito dentro da lei’. É acompanhamento, não espionagem’, afirmou o vereador Coronel Camilo (PSD), ex-comandante geral da PM”<sup>10</sup>.

E, por fim, temos a enumeração. Esse modo de significar a reescritura se dá quando o enumerado determina as palavras ou expressões que enumera. No enunciado (11) podemos observar que a enumeração apresentada reescreve o foco do pacto que o governo pretende estabelecer com os governadores e prefeitos das principais cidades brasileiras. Esse foco é reescrito da seguinte maneira:

(11) “O foco será: primeiro, a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que privilegie o transporte coletivo. Segundo, a destinação de 100% do petróleo para a

<sup>8</sup> Esta sequência também foi retirada do texto “Protesto”, do qual selecionamos o *corpus* utilizado na análise 2.

<sup>9</sup> Sequência retirada do texto “Ataque à prefeitura e saques a lojas marcam novo protesto em São Paulo”, publicado pelo Jornal Folha de São Paulo no dia 19 de junho de 2013.

<sup>10</sup> Sequência retirada do texto “Alckimin quer cobrar prejuízos de ‘vândalos’”, publicado no dia 13 de junho de 2013 pelo Jornal Folha de São Paulo.

educação. Terceiro, trazer de imediato milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do SUS”<sup>11</sup>.

Um aspecto interessante relacionado à reescrituração que precisamos ressaltar é o fato dos modos de significar a reescritura se agruparem. Nessa medida, temos a reescrituração por enumeração e por especificação que se agrupam como dois modos de expansão. Enquanto que a reescrituração por generalização e por totalização apresentam características do procedimento por condensação, funcionando de forma contrária à expansão enumerativa.

Nessa direção, nota-se que o estudo das reescriturações nos conduz “ao funcionamento enumerativo de modo particular, e coloca em questão uma relação interessante entre os procedimentos de expansão e condensação, e os sentidos de enumeração e especificação; entre generalização e totalização” (GUIMARÃES, 2009, p. 56).

Guimarães (2005) esclarece que, ao assumir tal posicionamento teórico para a análise de textos, coloca-se num lugar radicalmente anticomposicional. Na sua concepção, o sentido é produzido pela “relação de uma expressão com outras expressões do texto [...]. Só assim se torna possível deixar intervir na descrição do sentido os rememorados que os diversos pontos de um texto recortam. Ou seja, a descrição do sentido não pode se limitar ao estudo do funcionamento do enunciado” (GUIMARÃES, 2005, p.28).

Outro procedimento de textualização apresentado por Guimarães é a articulação, que se caracteriza como um procedimento que compreende as relações de sentido estabelecidas entre as palavras no agenciamento enunciativo abarcadas pela textualidade. Tal procedimento possibilita a compreensão do modo como os elementos linguísticos se apresentam e significam em termos de proximidade, pelo agenciamento (GUIMARÃES, 2007a). Apresentamos a sequência a seguir para exemplificar como se dá a articulação entre os enunciados: (12) Os manifestantes violentos não serão ouvidos, mas os manifestantes pacíficos terão suas reivindicações atendidas pelo governo. Nessa sequência ocorre a articulação adversativa entre os dois enunciados a partir da relação de antonímia que se dá entre as expressões *manifestantes violentos* e *manifestantes pacíficos*.

Como resume Guimarães (2007a, p. 88), esses dois procedimentos de textualização “são próprios de relações no interior dos enunciados ou na relação entre eles, ou ainda numa relação transversal entre os enunciados do texto (no caso da reescrituração). Por exemplo, as relações de predicação e referência (no enunciado), a pressuposição, as relações

---

<sup>11</sup> Esta sequência também foi retirada do pronunciamento feito por Dilma Rousseff no dia 21 de junho de 2013.

argumentativas”. Ainda esclarece que a diferença para ele é que “as articulações têm que ser reportadas às reescrituras, assim como não se reduzem ao limite dos enunciados, mas também às suas articulações” (GUIMARÃES, 2007a, p. 88).

Ao realizar um estudo sobre a relação entre a argumentação e o jurídico, Schreiber da Silva (2009) comenta sobre a importância desses dois procedimentos de textualidade (a reescritura e a articulação) para a análise interna do texto, ou seja, para a análise da constituição dos sentidos de palavras nos acontecimentos enunciativos em que funcionam. Conforme a autora, o procedimento de reescritura se torna importante na análise do funcionamento enunciativo de um texto por ser “parte da operação enunciativa de constituição do sentido do texto” (SCHREIBER DA SILVA, 2009, p. 134). Quanto às articulações, ela destaca que são importantes porque significam a orientação argumentativa dos enunciados” (2009, p. 134). Nessa perspectiva, observar a orientação argumentativa de um texto é também compreender como se constitui o sentido de palavras no acontecimento enunciativo em que funcionam, conforme comentaremos a seguir

### **3.4 Orientação Argumentativa**

Como comentamos anteriormente, a argumentação é vista por Ducrot (1973) e por Anscombe e Ducrot (1983) como uma relação de linguagem. Porém essa não é a perspectiva que nos interessa para observarmos como se constrói o movimento argumentativo dos textos que selecionamos para análise. Interessa-nos aqui, assim como proposto por Guimarães (2007b; 2011; 2018), compreender a argumentação como um modo de conduzir o texto para o seu futuro. Observar como se constrói o movimento argumentativo dos textos nos possibilitará compreender como se constitui o sentido das palavras *manifestante* e *manifestação* nos acontecimentos de linguagem que tomamos para análise, por ser esse um fundamento essencial para a constituição de sentidos.

Na visão de Guimarães (2007b, p. 209), a argumentatividade de um texto “se dá como uma exigência da futuridade do acontecimento”. Ou seja, orientar argumentativamente é direcionar o texto para a sua conclusão. Com base nessa concepção de orientação argumentativa, enquanto um modo de indicar o futuro possível de um texto, Guimarães (2007b) chama a atenção para a importância da temporalidade por ser fundamental para a construção do sentido no agenciamento enunciativo, o qual “funciona como elemento que autoriza a passar de um argumento a uma conclusão, que dá consistência [...] à orientação argumentativa”

(GUIMARÃES, 2007b, p. 210- 211). Nesse sentido, orientar argumentativamente enquanto uma exigência do acontecimento enunciativo compreende observar dois importantes aspectos (Cf. GUIMARÃES, 2007b):

- a) a língua deve conter a argumentatividade por ser um fundamento essencial para a produção de sentido;
- b) a intenção argumentativa não diz respeito a uma intenção do falante, no entanto, um enunciado se caracteriza como uma diretividade presente no interior da própria língua.

Desse modo, orientar argumentativamente é indicar como deve ser interpretado o futuro do texto. Nessa perspectiva, a argumentação deve ser compreendida como um procedimento que estabelece o “que deve ser interpretado como argumento para, e o que deve ser interpretado como conclusão de tal argumento, e de modo a indicar que o futuro do texto se interpreta como relacionado com a conclusão” (GUIMARÃES, 2010, p. 80). Esse autor ainda ressalta que a orientação argumentativa “produz uma ‘injunção’ à interpretação. Ou seja, há uma injunção a interpretar “o que vem depois como relacionado, como ‘compatível’ com a conclusão estabelecida pela orientação argumentativa” (GUIMARÃES, 2010, p. 81).

Nessa direção, observa-se que a argumentatividade de um texto não se relaciona com o raciocínio lógico, mas se sustenta no agenciamento político da enunciação. Sendo assim, “é o acontecimento que, ao fazer a língua funcionar, constitui estas relações em virtude dos memoráveis que recorta. E de modo a indicar que o futuro do texto se interpreta como relacionado com a conclusão” (GUIMARÃES, 2007b, p. 214). Isso significa dizer que orientar argumentativamente é estabelecer, “pelo memorável que a sustenta, o modo de interpretar o futuro do texto, como elemento de sua textualidade. A orientação argumentativa, enquanto ‘injunção`a interpretação’, funciona pelo agenciamento do político da enunciação que toma o falante no seu espaço de enunciação” (GUIMARÃES, 2007b, p. 214).

Assim a argumentatividade não deve ser vista apenas como uma forma de tecer a diretividade do dizer; torna-se necessário examinarmos como o sentido se estabelece entre a argumentação do Locutor-L e a do locutor-x, os quais são constituídos pelo acontecimento enunciativo, uma vez que a “posição do sujeito, a posição de onde se fala é o ‘argumento’ decisivo” (GUIMARÃES, 2010, p. 82).

Isso nos permite afirmar que a orientação argumentativa tece a direção do dizer no presente do Locutor. Entretanto é importante destacar que “a temporalidade do acontecimento recorta outros memoráveis que sustentam outras relações de argumentação que fazem significar no texto, até mesmo, conclusões dadas como preteridas no jogo da construção de unidade textual, ou seja, da textualidade” (GUIMARÃES, 2007b, p. 214).

Ainda em relação à argumentatividade, é importante salientarmos que, enquanto um modo de argumentação, constituída no acontecimento enunciativo, caracteriza-se como a sustentação do locutor-x, de uma relação de argumentação entre argumento e conclusão, a respeito daquilo de que se fala. Nessa perspectiva, a argumentação não corresponde à busca por persuasão, convencimento, mas se constitui como significação produzida na enunciação. É nessa medida que se estabelece a relação entre argumentação e argumentatividade no acontecimento enunciativo. Como comenta Guimarães (2018, p. 118), “a relação de argumentatividade, enunciada do lugar do Locutor, enquanto agenciado pela língua, relaciona-se ao al-x pela alusão que este faz ao Locutor. Este é o ponto que relaciona a argumentatividade à argumentação”. Isso significa dizer que a relação entre argumentatividade e argumentação se dá pela alusão, enquanto um modo de funcionamento semântico do acontecimento enunciativo, que o alocutor-x faz ao Locutor.

Diante disso, observa-se que a argumentatividade está inscrita no próprio funcionamento semântico-enunciativo da língua, que possui formas linguísticas (por exemplo: o operador argumentativo *apenas*)<sup>12</sup>, as quais introduzem argumentos no texto e direcionam argumentativamente o que é enunciado do lugar do Locutor, enquanto afetado pela língua. Nesse sentido, a argumentatividade é entendida por nós, assim como proposto por Guimarães, como o “modo de integração dos enunciados ao texto” (GUIMARÃES, 2018, p.109). É a partir dessa perspectiva que observaremos o movimento argumentativo dos textos que selecionamos para análise.

---

<sup>12</sup> Esta forma linguística está presente no texto “Em comunicado, Dilma diz que 'manifestações pacíficas são legítimas'”, do qual selecionamos o *corpus* utilizado na análise 2. Ela direciona a orientação argumentativa do texto a favor de uma determinada conclusão, conforme evidenciaremos mais à frente em nossas análises.

## CAPÍTULO IV

### MOVIMENTOS POPULARES NO BRASIL: MEMÓRIA E CONSTITUIÇÃO DE SENTIDOS

Para compreendermos como as palavras *manifestante* e *manifestação* designam nos textos selecionados para análise, torna-se necessário observarmos essas palavras a partir das relações de sentido que estabelecem com outras no interior do acontecimento de linguagem em que funcionam. Assim, pensar os sentidos dessas palavras é também levar em consideração a “rede” de sentidos estabelecida entre elas no acontecimento, que é ao mesmo tempo histórico e político, por se dar em espaços de enunciação nos quais é constituída uma multiplicidade de sentidos ao serem instalados sujeitos que dizem de diferentes lugares sociais e de forma desigual. Destacamos que, ao concebermos o acontecimento enunciativo enquanto um acontecimento histórico, não consideramos o histórico como uma sucessão cronológica de fatos, mas enquanto um passado próprio da temporalidade do acontecimento, que recorta o memorável.

Desse modo, buscamos compreender como *manifestante* e *manifestação* significam no acontecimento enunciativo, bem como observar os sentidos que são produzidos e se há uma manutenção desses sentidos nos textos que tomamos para análise, a partir da história de enunciação dessas palavras. Nessa medida, a produção de sentidos para *manifestante* e *manifestação* será observada enquanto simbolizando algo do real, a partir das relações sociais estabelecidas em textos que tratam sobre as manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013, as quais representam um marco na história dos movimentos sociais no país, evidenciam uma tentativa do Estado de exercer um controle sobre as manifestações e os manifestantes, assim como o caminho tomado pelo jornalismo tradicional brasileiro para noticiar os protestos ocorridos nesse período no país. É nessa perspectiva que desenvolvemos as análises que apresentamos nos capítulos seguintes.

A seguir, apresentaremos uma breve historicização dos principais movimentos sociais ocorridos no Brasil antes de 2013 e das manifestações que ocorreram pelas ruas das principais cidades brasileiras no período de 01 a 20 de junho de 2013. Na sequência, observaremos a constituição de sentidos para *manifestante* e *manifestação* em dois dicionários etimológicos da língua portuguesa, em um dicionário bilíngue latim-português e em três dicionários monolíngues de língua portuguesa para compreendermos como esses sentidos se

constituem na relação que estabelecem com a história de sentido dessas palavras no acontecimento enunciativo. Assim o nosso objetivo é “contar” a história dos sentidos dessas palavras tão importantes para o campo das Ciências Sociais.

#### **4.1 Movimentos Sociais no Brasil: uma historicização dos principais movimentos populares ocorridos no território brasileiro**

Desde o período colonial, o território brasileiro tem sido palco de mobilizações e lutas sociais. No Brasil colônia, os protestos e as lutas foram travadas por negros, índios, mestiços e brancos que viviam em situação de pobreza, bem como por brancos de classe média que eram fortemente influenciados por ideais libertários, contra a dominação dos colonizadores europeus e exploração econômica (GOHN, 1995; SILVEIRA, 1993; SOUZA; MACHADO, 1997; PAOLI, 1995; CHIAVENATO, 1988). Na contemporaneidade, o Brasil tem sido marcado por mobilizações que têm como foco questões como: combate à corrupção; luta de grupos identitários por defesa de direitos sociais, econômicos, políticos e culturais; reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho (no urbano e no rural); defesa do meio ambiente e dos animais, entre outros.

Na história mais recente do país, as mobilizações populares ganharam maior destaque após a década de 1950, mais especificamente nos anos finais do regime ditatorial que se instalou no Brasil de 1964 a 1985. Entre os anos de 1964 e 1967, ocorreram poucos movimentos populares no país em decorrência da violação dos direitos humanos, repressão e violência exercidas pelo Estado durante o regime militar. Porém, em 1968, surgiu uma multiplicidade de protestos pelas ruas do Brasil como uma forma de demonstração do descontentamento social e político pelos manifestantes. Nesse mesmo ano revoltas e protestos sociais também se fizeram presentes em várias partes do mundo, como: os protestos ocorridos nos Estados Unidos contra a “Guerra do Vietnã”; a “Primavera de Praga”, no leste Europeu, em oposição ao “Socialismo Real”; e o “Maio Libertário”, na França, que teve como principais atores estudantes, técnicos do setor público, jornalistas, poetas, escritores, professores e cineastas.

Nesse contexto ocorreram vários movimentos sociais pelas ruas do Brasil como as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP), os quais tiveram como sujeitos estudantes influenciados “pela conjuntura nacional e internacional- principalmente o Maio de 68 na França

e a política cultural maoísta na China- entraram para a história como novos atores em cena, naquele período” (GOHN, 2000, p.18).

Outro movimento ocorrido nesse período que merece destaque é a “Passeata dos Cem Mil”, por ter sido o maior evento contra o regime ditatorial realizado no Brasil e um dos maiores movimentos sociais já ocorridos na história do país. Esse evento teve como antecedente vários protestos promovidos por movimentos estudantis que reivindicavam, por exemplo, a democratização do acesso ao ensino superior e uma educação de qualidade, pública e gratuita, entre outras reivindicações. Os movimentos estudantis ainda protestavam contra o regime militar, que se instalou no país com o golpe de 1964, e a limitação da liberdade.

Esses movimentos estudantis ganharam força com a adesão de outros setores da sociedade e, em 26 junho de 1968, aproximadamente 100 mil pessoas se reuniram nas ruas da cidade do Rio de Janeiro para protestar contra a ditadura militar. Os protestos tiveram início na Praça da Cinelândia e os manifestantes, em passeata, seguiram até o Palácio Tiradentes. Durante a passeata eram realizados comícios e os líderes do evento gritavam palavras de ordem contra a ditadura. Como lembra Souza (2018, p. 183), dos prédios pessoas jogavam papel picado em apoio aos manifestantes, “criando um clima quase mítico de união popular entre os brasileiros”.

Nesse protesto houve a presença de diversos atores, entre eles estudantes, mães de alunos, professores, intelectuais, jornalistas, políticos que tiveram seu mandato cassado, os quais apresentavam em faixas diferentes *frames*, como: “Liberdade para os presos”; “Abaixo a repressão”; “Mataram um estudante, poderia ser seu filho”; “Liberdade aos artistas”; “Contra a Censura”; “Liberdade”; “Bancários contra a repressão”; “Universidade para o povo”; “As mães em defesa dos filhos”; “Soltem meu filho”; “Intelectuais, clero, mães e pais com os estudantes”; “Jornalistas contra a ditadura”, entre outros (Cf. SOUZA, 2018).

Mas essa diversidade de desejos representada nas faixas foi aos poucos transformando-se em um único anseio e os manifestantes criaram uma espécie de “identidade coletiva”<sup>13</sup>, passando a fazer uma mesma reivindicação, como se fosse uma única voz”, contra a ditadura militar e a repressão do Estado. Esse movimento representou então o “auge de um ciclo de confrontos curto, que marcou a inflexão das diferentes demandas dos segmentos sociais de oposição à ditadura” (SOUZA, 2018, p.184).

Os lugares que foram palco da “Passeata dos Cem Mil” se transformaram em espaços de cultura e de memória, marcando a história da cidade. Também serviram de via de

---

<sup>13</sup> Aqui a identidade coletiva é entendida como uma “definição interativa e compartilhada, produzida por certo número de indivíduos (ou grupos em níveis mais complexos) em relação à orientação de suas ações e ao campo de oportunidades e constrangimentos onde estas ações têm lugar” (MELUCCI, 1996, p. 70).

entrada para diversas outras manifestações públicas e coletivas que ocorreram nos anos seguintes. Assim lugares como a Candelária, a Cinelândia e o Palácio Tiradentes se tornaram espaços simbólicos, de significação e ressignificação de outros movimentos promovidos pela sociedade civil, como o comício realizado na Candelária reivindicando eleições diretas, considerado o maior movimento político da história da cidade do Rio de Janeiro, e a “Caminhada da Paz”- que ocorreu na Candelária e na Cinelândia, no dia 28 de novembro de 1995 (CUNHA, 2018).

Como uma forma de exercer o controle sobre os cidadãos e combater aqueles que eram considerados como “inimigos”, contrários ao regime militar, foi instituído em 13 dezembro de 1968, no governo de Costa e Silva, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) que dava ao Estado poderes para perseguir, cassar e punir pessoas que manifestassem contra a ditadura; o que ocasionou morte de muitos e a tortura de tantos outros que clamavam pelos seus direitos. O AI nº 5 vigorou no Brasil até dezembro de 1978. Nesse período os cidadãos têm seus direitos limitados e alguns dizeres podem ser ditos e outros não devido à relação da sociedade oprimida com o Estado opressor.

Nesse cenário social e político, observa-se que o manifestante ocupa, principalmente, o lugar de estudante dividido pelo desejo de mudança e pela tentativa do Estado de controlar o direito do cidadão de manifestar e, conseqüentemente, de exercer sua cidadania.

Na história das manifestações ocorridas no Brasil, também é importante comentarmos, mesmo que sucintamente, sobre as manifestações ocorridas a partir da década de 1970, as quais trouxeram novos significados às lutas sociais e colaboraram para a consolidação da democracia e construção da cidadania do povo brasileiro (GOHN, 2000). Esse período foi marcado por um grande movimento popular e histórico ocorrido no Brasil, o “Diretas Já” (entre 1983 – 1984), que reuniu diversos setores da sociedade brasileira- estudantes, jornalistas, partidos políticos, lideranças artísticas, civis e sindicais- para lutar pelo direito de ter eleição presidencial direta no país.

Entretanto esse movimento civil sofreu a repressão do então presidente João Figueiredo que, em abril de 1984, aumentou a censura à imprensa brasileira e ordenou prisões. Houve violência policial contra os manifestantes e, mais uma vez, o cerceamento do direito dos brasileiros de exercerem sua cidadania. Apesar de vários segmentos da sociedade terem participado desse movimento, o sujeito manifestante também ocupa nesse agenciamento enunciativo o lugar de estudante e mais uma vez dividido entre seu desejo de mudança e a limitação da sua cidadania.

Mesmo com a resistência apresentada pelo presidente Figueiredo ao movimento “Diretas Já”, o regime militar no Brasil teve o seu fim declarado. No entanto somente em 1989 ocorreram eleições diretas para presidente no território brasileiro. Nos anos que antecederam as eleições diretas, os brasileiros se mobilizaram novamente para que fosse elaborada uma nova Constituição Federal que garantisse seus direitos por lei. Como destaca Gohn (2000), com a elaboração de uma nova Constituição em 1988 entram em cena os direitos conquistados por trabalhadores, índios, mulheres, menores e inclusive cidadãos classificados como de “segunda categoria”. Porém, antes de comentarmos sobre o aspecto que nos interessa no texto apresentado na Constituição de 1988 relacionado ao direito dos cidadãos de protestarem, comentaremos resumidamente como as Constituições de 1934, 1937, 1946 e 1967 discorrem sobre o direito do cidadão brasileiro de se manifestar em espaços públicos, de modo que destacaremos sobre a tentativa do Estado de cercear esse direito.

Na Constituição Federal de 1934, no artigo 113, inciso 11, do Capítulo intitulado “Dos Direitos e Garantias Individuais”, observamos que não é contemplada a possibilidade do cidadão se reunir em lugares abertos ou de manifestar coletivamente. Isso significa, implicitamente, que é negado ao cidadão esse direito, uma vez que não está assegurado nessa Constituição. Como destaca Magalhães (2013), todas as constituições brasileiras, exceto a Constituição 1988, trazem de forma implícita essa negação ao cidadão brasileiro do direito de manifestar em locais abertos e em grupo.

Na Constituição de 1934 encontramos que a todas as pessoas “é lícito se reunirem sem armas, não podendo intervir a autoridade senão para assegurar ou restabelecer a ordem pública. Com este fim, poderá designar o local onde a reunião se deva realizar, contanto que isso não o impossibilite ou frustre” (BRASIL, 1934). Nessa mesma direção, o artigo 122, inciso 10, da Constituição de 1937, estabelece que “Todos têm direito de reunir-se pacificamente e sem armas. As reuniões a céu aberto podem ser submetidas à formalidade de declaração, podendo ser interditadas em caso de perigo imediato para a segurança pública” (BRASIL, 1938). Nessas Constituições percebe-se que é incluído o direito ao cidadão de se reunir pacificamente e é dada à segurança pública a possibilidade de intervir nos movimentos que forem considerados como perigosos para assegurar ou restabelecer a ordem. Ainda, conforme contempla a Constituição de 1937, é assegurado ao cidadão brasileiro o direito de manifestar (reunir-se) em local aberto.

No inciso 15 desse mesmo artigo também está previsto o direito a todas as pessoas de manifestarem seus pensamentos, de forma oral ou escrita, impressa ou com o uso de imagens,

desde que esteja de acordo com o que é previsto em lei. Como se pode notar, a Constituição de 1937 também não faz referência à possibilidade do cidadão manifestar de forma coletiva nem pública. Em se tratando das constituições de 1946 e 1967, nota-se que existe uma semelhança entre elas; a diferença é que nesta última consta que a autoridade deverá ser comunicada previamente. Nessa medida, como lembra Magalhães (2013, p. 28), “O que se deve notar é, sobretudo, a possibilidade de a autoridade intervir para assegurar a ordem pública, termo bastante amplo para indicar, por fim, que só vale como lícito aquilo que predeterminar a lei”.

Com a aprovação de uma nova Constituição Federal em 1988 e, conseqüentemente, com a realização de eleições diretas para presidente da república, foi assegurado a todo cidadão brasileiro, dentre outros direitos, não somente o direito de votar, mas de manifestação, locomoção e expressão. Conforme artigo 5º a seguir:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens (...);

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Como se pode perceber, na Constituição de 1988 é estabelecido aos cidadãos o direito de manifestar coletivamente, em espaços públicos e de forma pacífica, havendo assim uma mudança em relação às constituições anteriores que cerceavam esse direito. Quanto a essa limitação estabelecida nas constituições anteriores a 1988, Magalhães (2018, p. 29) ressalta que, “mesmo no início do século XX, quando a interdição vigorava em sua plenitude, as organizações coletivas, geralmente de operários, furavam o cerco e promoviam greves, que por vezes, avançavam até as ruas<sup>15</sup>, transformando-se em manifestações”. Desse modo observa-se que, mesmo não sendo assegurado ao cidadão, por parte do Estado, o direito de realização de manifestações públicas e coletivas, já ocorriam protestos coletivos pelas ruas das cidades brasileiras antes mesmo desse direito ser garantido pela Constituição Federal.

Essa breve análise das Constituições nos permite observar que há nesses dizeres do Estado uma tentativa de controle das manifestações ao determinar como lícito apenas o que está

previsto em lei. Mesmo na Constituição Federal de 1988, que trouxe grandes avanços à legislação que trata sobre essa temática, há uma tentativa do Estado, mesmo que de forma mais velada, de controlar os movimentos sociais ao trazer no texto a exigência dos manifestantes comunicarem previamente à autoridade competente quando forem promover algum protesto (*reunião*). Ainda o que se observa nas Constituições anteriores ao documento de 1988 é um posicionamento do Estado de rejeição das manifestações e de negação do direito de manifestar publicamente aos cidadãos. Nesse sentido, Magalhães (2018, p. 28) afirma que “Nas legislações anteriores notamos mais uma interdição do que propriamente uma liberdade de manifestação pública”.

A Constituição de 1988 também trouxe outro grande avanço à legislação brasileira ao garantir aos cidadãos o direito de eleger seus governantes. Em decorrência disso, em 1989, foi eleito como chefe da nação o alagoano Fernando Collor de Mello como primeiro presidente eleito pelo povo brasileiro desde 1960. No entanto o seu governo não durou muito tempo. Em 1992, Collor renunciou, deixando a presidência do país. Mas, para que isso ocorresse, foi decisiva a participação de milhares de estudantes brasileiros, denominados *caras-pintadas*, que saíram às ruas do país para reivindicar os seus direitos, exigindo a saída de Fernando Collor da presidência devido às denúncias de corrupção durante o seu governo e suas medidas econômicas. Nesse cenário social e político, houve a constituição do *manifestante* enquanto participante do Estado Democrático de Direito e da *manifestação* como um ato garantido pela Constituição Federal Brasileira. Mais uma vez observarmos que, na história das mobilizações populares ocorridas no Brasil, o *manifestante* ocupa um lugar de estudante- enquanto “sujeito dividido por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer” (GUIMARÃES, 2005, p.18).

Já na década de 2000, os movimentos sociais não ocorreram com tanta intensidade no Brasil, se comparados aos protestos ocorridos em 1968 e 1992 pelas ruas do país; o que não significa que os protestos realizados entre 2000 e 2010 não tenham sido importantes para a construção da história das manifestações populares ocorridas pelas ruas brasileiras. Nessa direção, nota-se que na década de 2000 os movimentos sociais não desaparecem, mas foram menos intensos e com configurações distintas das ocorridas anteriormente no Brasil. Nesse contexto de realização das manifestações, os movimentos atuam principalmente com o auxílio das redes sociais e realizam associações com outros segmentos sociais. Na visão de Gohn (2013, p. 172), esses movimentos “criam e atuam em redes, formam fóruns, tornam-se protagonistas das novas políticas sociais no Brasil, junto com as ONGs e outras entidades do Terceiro Setor”.

Nessa medida, pode-se afirmar que foi no início dos anos 2000 que começou a constituir-se o formato atual das manifestações, que foi delineando-se com o tempo.

Como lembra Maradei (2013, p.2), “Com a chegada ao poder do líder popular Luiz Inácio Lula da Silva, em 27 de outubro de 2002, e a esperança no mito de esquerda à frente da presidência do País, os movimentos acomodaram-se”. Porém começaram a surgir denúncias de corrupção no governo petista, representado pela então presidente Dilma Roussef, eleita em 2010 pelo povo, embasadas principalmente no episódio do “mensalão”, dos altos gastos com a copa do mundo de 2014, problemas na saúde, na segurança pública e na educação, dentre outros, que levaram milhares de brasileiros às ruas, a partir de junho de 2013, para manifestar.

Os movimentos populares ocorridos durante o governo de Dilma Roussef foram marcados pela presença de “novos” sujeitos que entraram em cena pelas ruas do país. Até o mês de junho de 2013 os protestos ocorridos no Brasil eram caracterizados pela presença de movimentos clássicos ou de movimentos populares considerados como “novos” até aquele momento, os quais lutavam em defesa de um mesmo ideal político-ideológico. A partir de 2013 há mudanças nesse cenário e surgem os “novíssimos” sujeitos em cena por serem uma novidade na coordenação e organização dos grandes atos de protestos ocorridos no país entre os anos de 2013 e 2016. Entretanto é importante destacarmos que esses sujeitos “não são homogêneos, ao contrário, não só são heterogêneos como também representam diferentes correntes e contracorrentes do mundo da política e da cultura” (GOHN, 2017, p.21).

Pelo fato da sociedade brasileira nunca ter presenciado protestos como os ocorridos em 2013, esses movimentos são considerados como um marco na história do Brasil por serem diferentes dos outros movimentos sociais registrados no país. Nos estudos realizados por Gohn (2016) sobre as manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013, a autora reforça o surgimento de um “novíssimo” movimento social, por ser bem diferente de outros movimentos sociais já ocorridos no país. Nessa medida, Gohn (2016, p. 133) afirma que as ruas do Brasil foram palco de

um movimento social-certamente completamente diferente dos movimentos clássicos (operários, sindicais, agrários); ou dos movimentos emancipatórios, de luta por direitos e contra regimes ditatórias, especialmente na América Latina nos anos de 1970 e parte de 1980, apoiados por alas do cristianismo então tido como renovado, a Teologia da Libertação, etc.; e, diferente também dos chamados novos movimentos sociais da segunda metade do século XX, que tinham na identidade seu eixo articulatório central, organizavam-se de forma diferente das estruturas rígidas dos movimentos operário ou sindicais — copiadas de partidos hierarquizados. Os novos movimentos sociais buscavam se firmar pela identidade que construía. As manifestações atuais não querem ser nominadas de movimentos, usualmente autodenominam-se como pertencentes a coletivos. Não têm liderança, mas todos são

líderes. Autoproduzem imagens com discursos sem referência a tempos do passado, como se não tivessem outras memórias incorporadas além de si próprios.

As manifestações de junho de 2013 ainda se diferem dos outros movimentos sociais registrados na história do Brasil, principalmente, quanto às reivindicações e defesa de diversas bandeiras por pessoas de direita e de esquerda que manifestam juntas a favor de causas, como mais direitos para as minorias e por uma reforma política. De acordo com Pujol et al. (2014, p.2),

Em termos históricos, a principal diferença dessa estratégia de aglomeração deveu-se ao fato de que até então os movimentos contestatórios do poder no Brasil, quando mobilizados, estiveram reunidos sob a tutela de algum grupo ou entidade política. Convém recordar que as agremiações partidárias, sindicais e comunitárias capitanearam as manifestações das últimas décadas, entre elas em favor das eleições diretas durante os anos 80, ou pelo impeachment do ex- presidente Collor no início dos anos 90. Entretanto, diferente desses episódios, os protestos de 2013 não estiveram objetivamente aglutinados sob a bandeira de partidos políticos. Ao contrário, em levantamento realizado pelo Instituto Datafolha, 84% dos que participaram dos atos de junho e julho afirmaram não ter preferência partidária. Ademais, os partidos políticos, entre eles os de esquerda, foram extremamente rechaçados durante as manifestações.

Nesse novo cenário de mobilizações populares, o perfil de luta pela identidade cultural dos “novos” movimentos criados a partir da década de 1970 foi mantido. Desse modo, há fatos comuns, mas também distinções marcantes entre os novos e os novíssimos movimentos populares. Como destaca Gohn (2017, p.21), os novíssimos movimentos

alteraram as práticas cotidianas, as relações diretas/face a face/ reuniões, assembleias etc.; deixaram de predominar, articularam-se em redes, junto com as ONGs (Organizações não Governamentais), e passaram a atuar focalizando muito nos processos participativos institucionalizados, criados após a Constituição de 1988, e em programas e projetos de parceria criados pelas administrações públicas. Em certos casos, o associativismo construído no processo, tecido a partir de vínculos e laços de pertencimento, passou a ser substituído pela agregação a novas políticas sociais, a exemplo de alguns movimentos dos afrodescendentes. A identidade cultural persiste, mas dentro de uma nova cultura política- a da inclusão às políticas sociais.

Ainda, com o uso das novas tecnologias, mudou-se a forma de mobilização e convocatória da sociedade civil para a rua. Principalmente a internet e os telefones móveis possibilitaram aos brasileiros um maior acesso à informação, o que antes era privilégio de apenas uma parcela da população brasileira. Na concepção de Scherer-Warren (2014), as redes

sociais possibilitaram que o povo viesse para as ruas em tempo quase real “ampliando o número de manifestantes e os locais de protestos. Isso causou uma enorme visibilidade na mídia e o respectivo impacto político, produzindo uma resposta rápida da parte do sistema político. Mas também produziu uma diversidade de demandas” (p. 425).

Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística-IBOP ilustra a pluralidade de identificação dos manifestantes participantes dos atos em junho de 2013 a partir das principais demandas apresentadas por eles- as quais estão centradas, em especial, em torno dos direitos sociais e mudanças políticas (SCHERER-WARREN, 2014), conforme Quadro 1 abaixo.

**Quadro 1-Demandas dos sujeitos participantes das manifestações de junho de 2013**

1- RAZÕES DAS MANIFESTAÇÕES (apenas a 1ª razão é dada)	PORCENTAGEM
Transporte público	37,6%
Contra a PEC	37,5%
Ambiente político	29,9%
Saúde	12,1%
Educação	5,3%
Gastos com a copa do mundo	4,5%
Reação à ação violenta da polícia	1,3%
Justiça/segurança pública	1,3%
Outros	0,6%
2- RAZÕES DAS MANIFESTAÇÕES (soma das 3 razões indicadas pelo manifestante)	PORCENTAGEM
Ambiente político	65,0%
Transporte público	53,7%
Saúde	36,7%
Gastos com a copa do mundo	30,9%
Educação	29,8%
Contra a PEC 37	11,9%
Justiça/Segurança pública	10,2%
Outros: Com menos de	3%

Fonte: Scherer-Warren (2014, p. 426)

Nesse novo contexto, observa-se o uso de mídias interativas, a presença de vários protagonistas de forma simultânea nas mídias sociais e o surgimento dos “novíssimos”

movimentos populares- os quais se apresentam como grandes formadores de opinião pública num espaço que possibilita a formação de consensos entre grupos distintos, com ideias, ideologias e objetivos diferentes. De acordo com Assange apud Morais (2017), estamos acostumados com a antiga situação em que a mídia é controlada por um pequeno grupo, porém, com o surgimento das redes sociais, o que se tem é uma nova maneira de criar consensos e, conseqüentemente, de criar uma aparência de vontade democrática.

Em decorrência disso, na atualidade se torna difícil delimitar a identidade dos “novíssimos” movimentos populares que vêm ocorrendo no Brasil por serem bastante diversificados em relação a fatores como faixa etária, pertencimento a grupos na mídia social, adesão a lutas por certas “causas”, diferentes objetivos e demandas, etc.

Para ilustrarmos as manifestações ocorridas no mês de junho de 2013 no Brasil, a seguir apresentaremos um breve retrospecto levando em consideração os principais “atores” e ações que fizeram parte dos movimentos populares desse período, bem como as principais publicações veiculadas pelo jornal Folha de São Paulo sobre essa temática. Mais à frente apresentaremos as razões que nos levaram à escolha desse jornal e dos textos que selecionamos para extrairmos o nosso *corpus*.

#### **4.2 Breve histórico das manifestações de junho de 2013 no Brasil e as publicações do jornal Folha de São Paulo**

Apresentar uma historicização das manifestações ocorridas em junho de 2013 pelas ruas do Brasil a partir das publicações realizadas pelo jornal Folha de São Paulo é também pensar a construção de sentido para as palavras *manifestante* e *manifestação* no interior dos textos publicados por esse jornal, os quais se constituem como memória da sociedade brasileira. Isso nos permite afirmar que o sentido dessas palavras se relaciona diretamente com a história e o movimento da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, o jornal é considerado por nós como um lugar de construção de sentidos e um documento que registra a história da sociedade.

Porém, como destaca Le Goff (2003), o documento não deve ser visto como um material inocente, isento de intenções e livre de interferência da sociedade. Mas como um *monumento*, ou seja, como objeto da história, que “exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro” (LE GOFF, 2003, p. 10). Em decorrência disso, Foucault (1969) lembra da importância dos documentos, que registram a história da sociedade, serem questionados, uma vez que “não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e

com pleno direito, *memória*: a história é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que se não separa” (FOUCAULT, 1969, p. 13). E, é nessa perspectiva que comentaremos a seguir sobre os principais atos realizados pelos manifestantes durante as manifestações de junho de 2013, bem como as publicações do jornal Folha de São Paulo nesse período.

Desde o início de 2013, pessoas de várias cidades brasileiras participaram de protestos convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento das tarifas do transporte público, com destaque especial para as cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo. Mas as manifestações tomaram maior proporção no dia 06 de junho de 2013 quando foi convocado o “Grande Ato contra o aumento das passagens”. Nesse dia, a cidade de São Paulo foi palco de manifestações organizadas principalmente pelo Movimento Passe Livre (MPL). Conforme os organizadores, nesse ato foi registrada a presença de 6000 manifestantes e 15 prisões de participantes do movimento. Esse mesmo grupo foi responsável por mais seis consecutivos protestos na capital paulista. Após os primeiros atos de manifestação em São Paulo, os protestos foram espalhando-se por todo o território brasileiro.

O MPL, criado em 2005 no *Fórum Social Mundial*, é constituído por alas mais radicais do movimento estudantil e, durante as manifestações de 2013, contou com a adesão de partidos como PSOL e PSTU, de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e do Sindicato dos Metroviários. Nos últimos anos tem defendido o transporte público gratuito e protestado quando há aumento na tarifa do transporte. Conforme Judensnaider et al. (2013, p. 26), o trabalho do Movimento Passe Livre

concentra-se na discussão do problema do transporte público e na organização de protestos que interrompem vias locais, mobilizando e recrutando estudantes. Essa formação prática tem como objetivo não apenas ampliar a base de ativistas do movimento, mas também gerar autonomia nos bairros elaborando atividades locais que se somam às mobilizações pelo direito ao transporte. Foi assim que nos primeiros dias de junho, logo após o anúncio do aumento da tarifa de 2013, manifestações regionais surgiram de forma descentralizada e espontânea em localidades como Piracicaba, Vila Leopoldina e M’ Boi Mirim.

Em junho de 2013, o MPL convocou os protestos na capital paulista com o objetivo de pressionar o poder público, tomando como base o seguinte lema: “Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar”. Apoiando-se nesse entendimento, convocou via redes sociais (próprio site e *facebook*) a primeira grande manifestação contra o aumento da tarifa na cidade de São Paulo.

Na manhã do dia seguinte (07 de junho de 2013), esses atos foram noticiados por grandes jornais brasileiros, como a Folha de São Paulo, que trouxe um posicionamento contrário aos protestos, evidenciando o confronto entre os manifestantes e a polícia militar. Durante esse confronto, houve um embate violento entre manifestantes e a polícia, que utilizou gás lacrimogênio e tiros de bala de borracha para conter os atos de protesto. A capa dessa publicação teve como chamada “Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP”, que direcionava para o caderno Cotidiano. Também estampou uma foto na capa da edição com a seguinte legenda: “Manifestantes liderados pelo Movimento Passe Livre, ligado a estudantes, ao PSOL e ao PSTU, queimam catracas de papelão na avenida 23 de Maio”. No caderno *Cotidiano* foi veiculada uma publicação com a chamada: “Grupo reúne ala radical de partidos e estudantes. Rastro de destruição, danos patrimoniais, estações depredadas”. Sem nenhuma outra abordagem em qualquer outro de seus cadernos, o que demonstrava que a temática não tinha tanta relevância para ocupar seus editoriais.

No dia 08 de junho, as publicações da Folha também pareciam ser contrárias às manifestações e, conseqüentemente, aos manifestantes. A capa da publicação veiculada nesse dia trazia a chamada: “Manifestantes causam medo, param marginal e picham ônibus”. No dia 10 de junho de 2013, o jornal tinha como chamada de capa do caderno *Cotidiano* os dizeres do prefeito de São Paulo Haddad considerando adequada a ação dos militares contra os manifestantes.

Até o dia 12 de junho de 2013 havia poucas publicações de cidadãos nas páginas do jornal Folha de São Paulo sobre os protestos no Brasil. E, mais uma vez, no dia 12 de junho de 2013, a Folha de São Paulo noticiou de forma contrária aos manifestantes e destacava em suas publicações a “preservação da ordem”, sem apontar os motivos pelos quais os cidadãos paulistanos estavam protestando.

Como sinal de insatisfação por parte de muitos brasileiros, no dia 13 de junho de 2013, esses protestos começaram a ganhar adeptos em diversas cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Natal e Porto Alegre, e uma enorme proporção. Na cidade de São Paulo, além dos protestos, também ocorreram atos de vandalismos por parte de alguns manifestantes e um grande embate, mais uma vez, com militares, só que agora de maneira mais violenta, o que resultou numa grande quantidade de feridos e em diversas prisões. Devido à violência por parte da polícia, além de outros fatores, mais brasileiros aderiram às manifestações e foram para as ruas protestar.

Nesse mesmo dia, o jornal Folha de São Paulo dá destaque ao dizer de Geraldo Alckmin, então governador do Estado de São Paulo, com a manchete: “Governo de SP diz que será mais duro contra vandalismo. Polícia acionará Tropa de Choque em ato hoje, e Alckmin cobrará manifestantes por prejuízos”. Outra vez o jornal se colocava oposto ao movimento popular e designava os manifestantes como vândalos e a manifestação como um ato ilegítimo, não como uma ação legítima do povo brasileiro.

Devido à ação violenta e excessiva da polícia contra os manifestantes no dia 13 de junho, ao crescimento das manifestações no país, à invasão do movimento nas redes sociais e à atuação equivocada de algumas autoridades, a edição da Folha de São Paulo do dia seguinte, 14 de junho de 2013, trouxe seus textos com um posicionamento diferente em relação às manifestações, considerando-as como ato legítimo do cidadão. Também passou a considerar apenas uma pequena minoria dos manifestantes como vândalos, termo que anteriormente era utilizado por esse jornal para caracterizar todos os manifestantes. Iniciando, assim, um certo apoio ao movimento.

Para Maradei (2013), essa mudança de postura do jornal Folha de São Paulo, bem como de outros meios de comunicação que antes eram contrários às manifestações e tipificaram os manifestantes como vândalos, deu-se principalmente por conta da “força da mobilização dos atores sociais e a tonificação do movimento nas redes sociais online, associada à desastrosa atuação das autoridades e polícia, a Folha de S. Paulo, bem como outros meios de comunicação, abandonariam a cobertura tendenciosa [...]” (MARADEI, 2013, p.7).

Devido à mudança de posicionamento da Folha de São Paulo, no dia 14 de junho de 2013, alguns leitores manifestaram a sua opinião na seção da própria Folha de São Paulo, denominada *Painel do Leitor*, como os leitores de São Paulo André Pires de Andrade Kehdi e Renata Guarido. Questionando a postura da Folha, André<sup>14</sup> comentou:

O leitor Guilherme Cassis (Painel do Leitor, ontem) captou algo que me incomodava na Folha há dias: a hipocrisia da cobertura amplamente favorável aos manifestantes na Turquia, de um lado, e totalmente contrária aos brasileiros, de outro. Concordo com sua manifestação e não tenho dúvida de que a cobertura de nossa mídia –especialmente a televisiva –contribui, como sempre, para a manutenção do “status quo” do nosso país. Aliás, se não for esse o sentido do editorial “Retomar a Paulista” (“Opinião”, ontem), explique-me outro...

Em tom de crítica e reprovação, Renata<sup>15</sup> registrou no *Painel ao Leitor*:

<sup>14</sup> KEHDI, A. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 jun. 2013. Painel do Leitor. p. A3.

<sup>15</sup> GUARIDO, R. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 jun. 2013. Painel do Leitor. p. A3.

A Folha deixa de cumprir função importante ao dar especial visibilidade ao vandalismo presente nas manifestações organizadas pelo Movimento Passe Livre e pouca atenção, para não dizer quase nenhuma, ao que os manifestantes teriam a dizer. Seria mais interessante que se produzisse um debate em torno do movimento e não o uso tendencioso de imagem e acontecimentos violentos, que devem ser criticados, mas que não podem totalizar os fatos até aqui.

Após esses episódios, no dia 17 de junho de 2013, o povo voltou às ruas para fazer suas reivindicações, o que foi noticiado pela Folha de São Paulo que, diferentemente das primeiras coberturas feitas do movimento, não contestou a legitimidade das manifestações na publicação do dia 18 de junho de 2013 e trouxe destacado na capa “País em Protesto”. Nas publicações dos dias 19 e 20 de junho de 2013, as manifestações ocuparam grande espaço nas páginas do jornal Folha de São Paulo e não mais somente no caderno *Cotidiano*. Por exemplo, na página A2 que noticiou o editorial: “Protestos e vaias. Muda o clima político no país; governo Dilma não tem respostas para inflação, nem para saúde, educação, segurança e transportes”. E, a partir dessa data, as manifestações passaram a ocupar espaço relevante na Folha de São Paulo.

Com a redução do preço da tarifa dos transportes públicos (que aumentou de R\$3,00 para R\$3,20), as manifestações passaram a ter como foco outras questões, como ato médico, combate à corrupção, volta da inflação, rejeição à PEC 37, desmilitarização da polícia, redução de tarifas de transporte, gastos com a Copa do Mundo, transparência nas decisões políticas, entre outras, e continuaram tomando forma no país. No dia 20 de junho de 2013, milhares de pessoas, em Brasília, ocuparam a Esplanada dos ministérios. Na ocasião, alguns manifestantes lançaram contra a polícia objetos como rojões, sinalizadores e pedaços de madeira e a polícia revidou com spray de pimenta e bombas de gás lacrimogênio. Nesse dia, ocorreram as primeiras mortes no país devido aos protestos. Os protestos não se limitaram apenas nos eventos ocorridos durante o mês de junho de 2013, mas continuaram ocorrendo com frequência nas grandes cidades brasileiras. Estima-se que milhares de brasileiros já protestaram e ainda continuam nas ruas pedindo por mudanças.

Como se pode notar, o jornal Folha de São Paulo apresentou posicionamentos distintos em relação às manifestações ocorridas em junho de 2013 e ao sujeito manifestante. Num primeiro momento, as suas publicações foram marcadas por uma postura contrária às ações populares; depois, com o uso abusivo da força policial, passaram a apoiar as manifestações populares que estavam ocorrendo pelas ruas do país naquela ocasião. Como destaca Maradei (2013), parece que faltou à Folha de São Paulo se preocupar em transmitir os acontecimentos a partir de ângulos diferentes. O autor ainda completa que a crítica realizada

“não se restringe a uma idealização da imprensa, mas à perseguição de um jornalismo que permita uma visão plural dos acontecimentos, dando voz a vários setores da sociedade” (MARADEI, 2013, p. 8).

Nas pesquisas que realizamos nos textos publicados pela Folha de São Paulo nesse período, constatamos que, em certos momentos, o jornal desaprova os protestos quando associa, por exemplo, as manifestações com *desordem* e *baderna* e os manifestantes com *vândalos* e *baderneiros*; já em outros momentos, apoia as manifestações, desaprovando a ação da polícia, que é caracteriza em alguns dos textos publicados pela Folha como *violenta*. Como salienta Magalhães (2018), não é raro as representações midiáticas associarem as manifestações “com desordem, arruaças e badernas, enquanto os indivíduos que participam destas ações são vistos como os baderneiros, desordeiros e arruaceiros, aos quais se associa também a imagem de pessoas desocupadas, sempre movidas pelo ímpeto de promoverem distúrbios no ambiente público” (MAGALHÃES, 2018, p. 27).

Ressaltamos que o jornal Folha de São Paulo não foi o único a apresentar essa mudança de posicionamento durante a veiculação de textos sobre as manifestações ocorridas pelas ruas do Brasil em junho de 2013. Isso também foi percebido nas pesquisas que realizamos no acervo online de dois outros grandes jornais brasileiros: *O Globo* e *O Estado de São Paulo*.

Escolhemos a Folha de São Paulo para extrairmos os dois textos que constituem o nosso *corpus*, intitulados “Em comunicado, Dilma diz que manifestações pacíficas são legítimas”, assinado pelo jornalista Breno Costa (publicado em 17 de junho de 2013) e “Protesto”, de autoria do jornalista Aguirre Talento (publicado em 21 de junho de 2013)<sup>16</sup>, por acreditarmos ilustrar bem o caminho tomado pela mídia tradicional para noticiar os fatos ocorridos durante as manifestações de junho de 2013, a mudança de posicionamento em relação às manifestações e aos indivíduos manifestantes, bem como a construção de diferentes sentidos para as palavras *manifestante* e *manifestação*. Além disso, apoiamo-nos no fato de que a Folha de São Paulo, dos três jornais de grande circulação pesquisados, foi o que mais publicou matérias no período de 01/06/2013 a 21/06/2013 sobre os eventos que estavam ocorrendo pelas ruas do país, aproximadamente 380 matérias; enquanto que o jornal *O Globo* publicou por volta de 280 textos e *O Estado de São Paulo* publicou aproximadamente 320. Foi também nesse

---

<sup>16</sup> É importante destacarmos que, apesar deste texto da Folha de São Paulo ter sido veiculado em 21 de junho de 2013, ele antecede o pronunciamento realizado por Dilma Rousseff em rede nacional de rádio e televisão nessa mesma data. Assim os dois textos do jornal Folha de São Paulo que selecionamos são anteriores ao pronunciamento da ex-presidente do Brasil.

período que houve a publicação de uma expressiva quantidade de textos noticiando não somente as ações dos manifestantes mas também as ações da polícia durante os protestos.

Outro motivo que nos levou à escolha da Folha foi o fato de ser um jornal do estado de São Paulo, que foi palco de protestos convocados por movimentos sociais que tinham como objetivo inicial a redução da tarifa de ônibus, os quais se alastraram por outras cidades do país. Como destaca Maradei (2013, p. 2), os protestos começaram a ganhar maior proporção no mês de junho de 2013 e tinham como objetivo inicial os “20 centavos, acréscimo de valor na passagem de ônibus em São Paulo, e alastraram-se por todo País: Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Maceió, Natal, Salvador, entre outras capitais, além de cidades do interior”. Ressaltamos que esses movimentos também tiveram o apoio de brasileiros que residiam no exterior, “em cidades como Dublin (Irlanda), Berlim (Alemanha), Nova York (EUA) e Montreal (Canadá), além de cobertura na imprensa internacional” (MARADEI, 2013, p. 2).

Quanto ao recorte temporal que realizamos para a seleção dos textos, um fator importante que nos levou a esse recorte foi o fato de contemplar o principal evento realizado pelos manifestantes, em 20 de junho de 2013, quando mais de um milhão de pessoas ocuparam as ruas de 75 cidades brasileiras para manifestar.

Nessa data, como lembra Figueiredo (2014, p. 19),

Em Brasília, a polícia reprime tentativa de invasão do Itamaraty. No Rio, 22 pessoas ficam feridas em confronto entre manifestantes e a polícia. Em Ribeirão Preto, uma pessoa morre atropelada. Em São Paulo, há confronto entre manifestantes e militantes do PT; protestos interrompem tráfego de rodovias que dão acesso à capital. A Presidente Dilma prepara ‘pacote’ de medidas para a juventude, prometendo reforço do Programa Ciência sem Fronteiras, ampliação do acesso à universidade e de programas sociais, entre outras medidas.

Como se pode observar, o dia 20 foi marcado pelos principais protestos ocorridos durante as manifestações de junho de 2013 devido à grande quantidade de pessoas que foram às ruas protestar e, inclusive, pela reação do governo a esses eventos ao preparar “pacote” de medidas para a juventude brasileira. Os protestos realizados nas diversas ruas do Brasil nessa data também foram decisivos para que a Presidente Dilma Rousseff fosse em cadeia nacional, no dia seguinte, fazer seu pronunciamento sobre as manifestações que vinham ocorrendo nas cidades brasileiras. Nesse pronunciamento, que também faz parte do nosso *corpus*, realizado

no dia 21 de junho de 2013, às 21 horas de Brasília<sup>17</sup>, Dilma anuncia que receberá os líderes das manifestações e que o governo ouvirá apenas “as manifestações que pedem mudanças”. Ainda promete um “pacote” de medidas que inclui, por exemplo, “a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que privilegie o transporte coletivo” e “trazer milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do SUS”<sup>18</sup>.

Esses eventos ocorridos no mês de junho de 2013 também suscitaram a criação de leis e Projetos de Leis que abordassem sobre as manifestações no Brasil, tendo como principal finalidade o enquadramento dos manifestantes considerados como violentos e transgressores durante a realização dos protestos pelas ruas do país. Um desses textos corresponde ao Projeto de Lei que selecionamos para análise, apresentado em 13 de setembro de 2013 pelo deputado do PSDB/SP Carlos Sampaio. Um fato interessante que nos chamou atenção foi o surgimento desse tipo de Projeto de Lei como uma forma de coibir os manifestantes e as manifestações, apesar da Constituição Federal de 1988, assim como mostramos anteriormente, já contemplar uma tentativa do Estado de controlar as manifestações no país.

Assim selecionamos um texto que antecede os protestos realizados no dia 20 de junho de 2013 pelas ruas do Brasil e três publicados após essa data para analisarmos a constituição de sentidos para *manifestante* e *manifestação* nos dizeres do Estado e da Mídia Tradicional Brasileira.

Esclarecemos que em nossas análises não temos como objetivo mostrar se o Estado (representado pelo pronunciamento de Dilma Rousseff e pelo Projeto de Lei) e a Mídia Tradicional Brasileira (representada aqui pelos textos publicados pela Folha de São Paulo) são favoráveis ou contrários à manifestação e ao sujeito manifestante, mas sim evidenciarmos quais os sentidos produzidos no interior dos acontecimentos de linguagem que constituem o nosso *corpus*.

Apoiados em Guimarães (2011), consideramos os textos veiculados pelo jornal Folha de São Paulo, bem como o pronunciamento de Dilma Rousseff e o Projeto de Lei, que tomamos para análise do funcionamento semântico- enunciativo das palavras *manifestante* e

---

<sup>17</sup> Conforme notícia publicada no site do jornal *Extra Online* (<https://extra.globo.com>), do grupo Globo, com o título “Presidente Dilma fará pronunciamento às 21h sobre protestos”, no dia 21 de junho de 2013, às 18h55min. Nessa notícia o jornal informou que a então presidente do Brasil iria falar em cadeia nacional de rádio e televisão sobre os protestos históricos que estavam ocorrendo no país. Na ocasião, o jornal noticiou: “A ideia da presidente é dar uma resposta política às manifestações que desde a semana passada só fazem crescer em todo o país. [...]O pronunciamento atende a um pedido de membros do governo, políticos e bispos católicos. Durante a tarde, a presidente conversou com os presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e com alguns governadores de estado.”

<sup>18</sup> Trechos extraídos do pronunciamento realizado por Dilma Rousseff em 21 de junho de 2013.

*manifestação*, como uma unidade de sentido que integra enunciados. Nessa perspectiva, esses textos, enquanto unidades de significação, caracterizam-se por apresentarem “uma relação com outras unidades de linguagem, os enunciados, que são enunciados e que significam em virtude desta relação” (GUIMARÃES, 2011, p. 20). Assim esses textos serão considerados em nossas análises como acontecimentos enunciativos nos quais observaremos como *manifestante* e *manifestação* designam e a multiplicidade de sentidos constituídos para essas palavras.

Ao tomarmos esses textos para análise nos deparamos com os seguintes questionamentos: Existe alguma relação entre os sentidos das palavras *manifestante* e *manifestação*? Será que na designação das palavras *manifestante* e *manifestação* há uma hierarquização dos sentidos que constituem o sujeito manifestante e o ato de manifestar? Na designação dessas palavras é possível perceber uma divisão da sociedade brasileira, no cenário político e histórico dos “novíssimos” movimentos sociais que ocorreram no Brasil em junho de 2013, que conduz à deslegitimação da *manifestação* e do *manifestante*? Em que medida o movimento argumentativo dos textos contribuem para a construção dos sentidos de *manifestação* e *manifestante*? São essas questões que direcionam as análises que apresentamos nos capítulos seguintes.

### 4.3 História dos sentidos de manifestante e manifestação

Apresentaremos aqui uma historicização do sentido das palavras *manifestante* e *manifestação*, a fim de observarmos a história de enunciação dessas palavras. Para tanto, tomamos inicialmente para análise dois dicionários etimológicos da língua portuguesa. Depois, trataremos os sentidos apresentados por um dicionário bilíngue latim-português (Dicionário Latino-Português) e três dicionários da língua portuguesa (Aurélio, Silveira Bueno e Houaiss).

Oliveira (2006), ao trazer algumas reflexões sobre a história da palavra *cidadania*<sup>19</sup>, salienta que as palavras “carregam consigo, no momento em que se põem em um enunciado, a memória das suas enunciações anteriores, não como virtualidade ou abstração, mas como parte da temporalização do acontecimento” (2006, p. 30). É nessa perspectiva que observaremos os sentidos apresentados pelos dicionários para as palavras *manifestante* e *manifestação*. Esses dicionários serão tomados como acontecimentos enunciativos que instalam sua própria

---

<sup>19</sup> Mais detalhes sobre este estudo podem ser encontrados no livro “Cidadania: História e Política de uma Palavra”, de Sheila Elias de Oliveira.

temporalidade. Isso significa que o acontecimento recorta seu próprio passado (memorável) e não o sujeito ou a palavra/expressão.

Ainda é importante esclarecermos que não levamos em consideração os conceitos atribuídos às palavras *manifestante* e *manifestação* nos dicionários, ou a sucessão desses conceitos, pois o que nos interessa é observar os sentidos que são constituídos para essas palavras no acontecimento enunciativo, os quais são produzidos pelas relações que estabelecem com a história de sentidos dessas palavras. Nos estudos realizados por Machado (2011) sobre os sentidos da palavra *preconceito*, a autora ressalta que as relações estabelecidas entre palavras, no texto em que funcionam, possibilitam buscar os seus sentidos. Essas relações, de acordo com a autora, “se dão no funcionamento linguístico e pela história de enunciações, e não como uma relação referencial que se daria fora da língua” (MACHADO, 2011, p. 101).

Em se tratando dos dicionários, Machado (2011) lembra que eles têm como função regular as línguas<sup>20</sup> e, conseqüentemente, o sentido das palavras, de modo a estabilizá-los e homogeneizá-los a partir das definições lexicais. Ela salienta que os dicionários “retiram os sentidos das palavras de um determinado estado de língua e os projetam como se fossem os únicos sentidos possíveis” (MACHADO, 2011, p. 102).

Ao comentar os estudos realizados por Zancarini (2007)<sup>21</sup> sobre palavras políticas, no âmbito da “Filologia Política”, como a palavra *liberdade*, Machado (2011, p. 98) afirma que “as análises realizadas por este autor mostram que as palavras podem significar diferentemente dependendo de quem as escreve e da conjuntura histórica e política, e por isso não podemos nos limitar a sentidos da origem etimológica ou lexicográficos”. Assim mostraremos em nossas análises outros possíveis sentidos para *manifestante* e *manifestação*, além dos estabilizados, presentes nos dicionários. Com o uso do aparato teórico da Semântica do Acontecimento será então possível nos “afastarmos” dos sentidos estabilizados e colocarmos em cena outros possíveis sentidos, que são produzidos nos acontecimentos de linguagem que analisamos nos próximos capítulos.

Um outro aspecto importante apresentado por Machado (2011) em suas reflexões corresponde ao fato da autora considerar os dicionários como documentos (artefatos) construídos de acordo com as necessidades e interesses políticos. Em decorrência disso, ela destaca que “podemos pensar que as definições lexicográficas representam um estado da língua

---

<sup>20</sup> As gramáticas e manuais didáticos também apresentam uma função reguladora da língua, o que se dá a partir das normas que definem a norma culta da língua (Cf. MACHADO, 2011).

<sup>21</sup> ZANCARINI, J. C. Une Philologie politique. Les temps et les enjeux des mots (Florence, 1494-1530). In: CARTA, P.; FOURNEL, J. L. (Org.) *Laboratoire Italien, Philologie et Politique*. n. 7, ENS Éditions, 2007.

e são elaboradas sob uma certa determinação histórica. Isso faz com que somente alguns sentidos façam parte dos dicionários enquanto que outros fiquem de fora” (MACHADO, 2011, p. 104), havendo assim uma uniformização da língua, muitas vezes, apoiada em um determinado momento histórico.

Apesar de não ser esse o nosso objeto de análise, é importante analisarmos, mesmo que brevemente, a história dos sentidos de *manifestante* e *manifestação* “contada” a partir dos sentidos presentes nos dicionários que tomamos para análise, pois os sentidos trazidos pelos dicionários também constituem parte da história de sentidos dessas palavras. Iniciaremos pelos sentidos da palavra *manifestação* e, em seguida, da palavra *manifestante*.

O primeiro sentido para a palavra *manifestação* que levaremos em conta é o etimológico, que consta em dois dicionários: o **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**, de autoria do filólogo português José Pedro Machado, publicado em 1967; e o **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**, de Antônio Geraldo da Cunha, com sua primeira edição publicada em 1982- tomaremos a sua 4ª edição (publicada em 2012) para análise.

A palavra *manifestação* é significada no **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa** (1967), de José Pedro Machado, como um substantivo que vem do “latim tardio, *manifestatiōne*, mesmo sentido do latim culto” (MACHADO, 1967, p. 1490).

Já no **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**, de Antônio Geraldo da Cunha, *manifestação*, do latim *mānifestātīo* (-ōnis), significa enquanto uma palavra derivada do verbo *manifestar*. Esse verbo (do latim *mānifestāre*) teve sua primeira aparição na língua latina no séc. XIII nas formas *maenfestar* e *meñfestar* e está definido nesse dicionário como: “tornar público, notório, apresentar, declarar, revelar, divulgar”. Outra informação interessante presente nesse dicionário sobre o sentido de *manifestação* é quanto à primeira aparição dessa palavra na língua portuguesa: apareceu pela primeira vez na forma variante *manifestaçom*, com essa ocorrência datada do século XV. E, no século XVI, apareceu na língua portuguesa na forma *manifestaçam*. Ainda observamos, nesse dicionário, que a palavra *manifestação* é formada pelo radical **manifest-** e pelo sufixo *-ação*, derivado do latim *-ātiō*, *-ōni*, “que forma substantivos abstratos deverbais com a noção básica de ação, ato” (CUNHA, 2012, p. 6). Desse modo, a palavra *manifestação* significa na relação que estabelece com o verbo *manifestar* e com o sufixo *-ação*, sugerindo assim a nomeação de uma ação, de um ato.

Ao observarmos o **Dicionário Latino-Português**, organizado por Francisco Torrinha, 3ª edição (publicada em 1945), encontramos a palavra *manifestação* classificada

como um substantivo, assim como aparece nos dois dicionários etimológicos que apresentamos acima. Ainda está significada como um derivado do verbo *manifesto*, traduzido como “manifestar; descobrir; mostrar; revelar” (TORRINHA, 1945, p.501).

O que se vê é que não há uma definição específica para a palavra *manifestação* em nenhum desses dicionários. No primeiro, a significação de *manifestação* está “calcada” na palavra da língua latina *manifestatiōne* (essa é a única acepção apresentada nesse dicionário). No segundo dicionário etimológico, conforme apresentamos acima, diferente do que aparece no primeiro dicionário, a significação dessa palavra se encontra ancorada no verbo *manifestar* e no elemento sufixal *-ação*, também relacionados a palavras do latim (*mānifestāre/ -ātiō, -ōni*). Conforme informações presentes na introdução desse dicionário, foram omitidas ou reduzidas a uma menor quantidade informações “relativas à classe gramatical, à definição e à etimologia dos derivados e compostos, pois tais informações seriam muitas vezes redundantes, visto que a simples inclusão desses derivados e compostos no respectivo verbete já é um elemento de caracterização suficientemente claro” (CUNHA, 2012, p. XVIII). Apesar dessas diferenças, as acepções apresentadas por esses dois dicionários etimológicos se assemelham quanto à apresentação da classificação morfológica da palavra *manifestação* e da sua origem.

É interessante notar que nos dois dicionários etimológicos que analisamos há uma manutenção de dois aspectos que encontramos no dicionário bilíngue português-latim (com publicação anterior aos dois dicionários etimológicos acima) relativos à palavra *manifestação*. Ou seja, há manutenção da classificação morfológica da palavra *manifestação* (um substantivo) e da sua origem (do latim). Assim os sentidos apresentados para o vocábulo *manifestação* nesses dois dicionários etimológicos relacionam a língua portuguesa com a língua latina. Nesse sentido, o que a palavra *manifestação* significa em português é afetado pela história de sentidos de palavras do latim.

Outros sentidos da palavra *manifestação* que analisaremos são apresentados por dicionários mais atuais: Aurélio (Novo Dicionário de Língua Portuguesa do Século XXI); Silveira Bueno (Minidicionário da Língua Portuguesa)<sup>22</sup> e Houaiss (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa).

O **Dicionário Aurélio** teve sua primeira edição publicada em 1975. Para nossas análises, utilizaremos a 3ª edição desse dicionário, publicada no ano de 1999. No Aurélio aparece que, assim como encontramos nos dicionários etimológicos apresentados

---

<sup>22</sup> Escolhemos um minidicionário por apresentar um formato diferente dos dicionários grandes. Assim poderemos observar se há similaridades ou diferenças entre os sentidos constituídos para as palavras *manifestação* e *manifestante* nos dicionários grandes e no minidicionário.

anteriormente, a palavra *manifestação* vem do latim tardio *manifestatione* e está classificada morfologicamente como um substantivo feminino (conforme consta no Dicionário Etimológico de José Pedro Machado e no Dicionário Bilíngue, apresentados acima). São apresentadas três acepções para essa palavra no Aurélio:

1. *Ato ou efeito de manifestar (-se); expressão.*
2. *Revelação, esclarecimento demonstração: “O meio físico em que decorreu a existência de Antero [Antero de Quental] deixou no seu espírito uma impressão profunda, de que ficaram muitas manifestações na sua obra.” (José Bruno Carneiro, Antero de Quental, I, p. 70.)*
3. *Expressão pública e coletiva de uma opinião ou sentimento: manifestação contra a alta de preços. Manifestação Epilética Crítica. Neur. Psiq. Fenômeno, de que há vários tipos, que surge durante uma descarga epilética, revelando crise epilética (q.v), sendo diagnosticada por meios clínicos e/ou por eletrencefalografia (FERREIRA, 1999, p. 1273).*

Na primeira acepção a palavra *manifestação* é definida com uma ação, à qual é acrescentada a noção de consequência (*efeito*). Isso mostra haver um deslizamento dos sentidos da palavra *manifestação*, uma vez que passa da noção de ação (trazida pelo vocábulo *ato*) para a noção de resultado (*efeito*). Assim como aparece nas acepções trazidas pelo Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa de Antônio Geraldo da Cunha e pelo Dicionário Latino-Português, apresentados acima, observamos que nessa primeira acepção trazida pelo Aurélio a palavra *manifestação* também está significada como uma ação. Quanto aos outros sentidos de *manifestação* apresentados pelo Aurélio, como se pode observar, eles não estão contemplados na etimologia dessa palavra. Ou seja, não estão relacionados à sua memória etimológica, à sua origem.

No **Minidicionário da Língua Portuguesa de Silveira Bueno**, na sua 2ª edição, publicada em 2007, *manifestação* também é classificada morfologicamente como um substantivo, com acréscimo do gênero (feminino), e está definida como:

1. *Ato ou efeito de manifestar; expressão pública de sentidos ou opiniões coletivas (BUENO, p. 492).*

Nesse minidicionário a palavra *manifestação* também está significada no enunciado definidor como um ato ou efeito de manifestar, havendo assim uma manutenção da noção de ação, que aparece em dois dos quatro dicionários analisados acima (Dicionário Etimológico de Antônio Geraldo da Cunha e no Aurélio) e de consequência (do ato de manifestar), que aparece no Aurélio. Como se pode perceber, ainda há nesse minidicionário de Silveira Bueno uma repetição da noção de “coletividade” e de “expressão em público” que aparece no Aurélio quando traz na sua terceira acepção como sentido para *manifestação*: “expressão pública de sentidos ou opiniões coletivas” (FERREIRA, 1999, p. 1273).

E, no **Dicionário Houaiss**<sup>23</sup> a palavra *manifestação* está classificada como substantivo feminino, datado do século XV, e está significada (na sua versão eletrônica, disponibilizada em 2009) conforme as seguintes acepções:

- 1 *ato de dar a conhecer, de revelar (pensamento, ideia); expressão, revelação*  
*Ex.: m. de desejos*
- 2 *ato de exprimir-se, pronunciar-se publicamente*  
*Ex.: sua candidatura tem suscitado muitas m. contra e a favor*
- 3 *Regionalismo: Brasil.*  
*conjunto de pessoas que se reúnem em lugar público para defender ou tornar conhecidos seus pontos de vista, suas opiniões*  
*Ex.: m. em defesa do ensino público de qualidade*
- 4 *ato de deixar transparecer um sentimento em sua atitude, em seu comportamento*  
*Ex.: m. de ódio, de alegria*
- 5 *Rubrica: medicina.*  
*sintoma visto isoladamente ou associado a outro(s) que revela uma moléstia ou perturbação funcional*
- 6 *Rubrica: religião.*  
*meio por que Deus ou uma entidade espiritual se dá a conhecer no mundo sensível*
- 7 *Rubrica: religião. Regionalismo: Brasil.*  
*incorporação de uma deidade, entidade, orixá etc. no corpo de um iniciado ou médium (HOUAISS, 2009).*

Um aspecto que nos chamou atenção nas acepções trazidas nesse dicionário foi o fato de ser o único, dos dicionários monolíngues de língua portuguesa aqui analisados (Aurélio, Silveira Bueno e Houaiss), que trouxe uma referência ao Brasil. Desse modo, a *manifestação* é significada no espaço de enunciação brasileiro. Isso significa que os sentidos para essa palavra estão inscritos na história específica do Brasil. O que pode ser observado nas seguintes acepções:

---

<sup>23</sup> Sua primeira edição foi publicada em 2001.

- 3 Regionalismo: Brasil.  
*conjunto de pessoas que se reúnem em lugar público para defender ou tornar conhecidos seus pontos de vista, suas opiniões*  
*Ex.: m. em defesa do ensino público de qualidade*
- 7 *Rubrica: religião. Regionalismo: Brasil.*  
*incorporação de uma deidade, entidade, orixá etc. no corpo de um iniciado ou médium (HOUAISS, 2009, grifo nosso).*

Ao lado disso, o que se observa é que há uma manutenção da noção de ação/de ato que aparece nos dicionários anteriores (exceto no Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de José Pedro Machado), conforme já comentamos. Também é mantida no Houaiss a noção de “coletividade” (de movimento coletivo) e de “expressão em público”, que aparece nas acepções trazidas pelo Aurélio e pelo minidicionário de Silveira Bueno. Isso pode ser observado, por exemplo, nas acepções:

- 1 *ato de dar a conhecer, de revelar (pensamento, ideia); expressão, revelação*  
*Ex.: m. de desejos*
- 2 *ato de exprimir-se, pronunciar-se publicamente*  
*Ex.: sua candidatura tem suscitado muitas m. contra e a favor*
- 3 Regionalismo: Brasil.  
*conjunto de pessoas que se reúnem em lugar público para defender ou tornar conhecidos seus pontos de vista, suas opiniões*

Nas acepções 1 e 2, apresentadas acima, o vocábulo *manifestação* é significado como um ato (*de dar a conhecer, de revelar/ de exprimir-se, pronunciar-se publicamente*), ou seja, como uma ação. Já na acepção 3 o que se tem é a manifestação significada ancorada na noção de “coletividade” (“movimento coletivo”), de reunião em local público (*conjunto de pessoas que se reúnem em lugar público*). O que nos remete ao memorável da legislação brasileira que garante ao cidadão brasileiro o direito de se reunir em lugar público para se manifestar (conforme consta no artigo 5º da Constituição de 1988). Mais uma vez o que se observa é que muitos dos sentidos de *manifestação* não estão contemplados na memória etimológica dessa palavra, como os que acabamos de comentar.

Quanto à palavra *manifestante*, iniciamos nossa pesquisa pelo **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa** de José Pedro Machado, assim como procedemos para análise dos sentidos da palavra *manifestação* nos dicionários apresentados acima. Observamos

que nesse dicionário não há a presença desse vocábulo. O termo que aparece, que pode equivaler a *manifestante*, é o adjetivo *manifestador*, mas não há nenhuma remissão a *manifestante* nas acepções apresentadas. Como comentaremos mais à frente, em outro dicionário a palavra *manifestante* é significada como parte da definição de *manifestador*.

No **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**, de Antônio Geraldo da Cunha, a palavra *manifestante* aparece como um derivado do verbo *manifestar* e teve sua primeira aparição na língua portuguesa em 1881. Outra informação interessante sobre essa palavra apresentada nesse dicionário é quanto à sua formação: ela é composta pelo radical **manifest-** e pelo sufixo *-ante*, classificado como um sufixo nominal, do latim *-āns, -antis* “que forma adjetivos oriundos de verbos, com a noção de ‘ação’, qualidade, estado [...]” (CUNHA, 2012, p.43).

Ao analisarmos o **Dicionário Latino-Português**, chamou-nos atenção o fato da palavra *manifestante* também não aparecer nesse dicionário (nem como entrada, nem como um derivado de outra palavra). Diferentemente da palavra *manifestação* que, como comentamos anteriormente, está significada nesse dicionário enquanto um derivado do verbo *manifesto*. Também não encontramos nenhuma outra palavra que pudesse equivaler, de algum modo, à palavra *manifestante*, como ocorreu no Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa de José Pedro Machado.

No **Dicionário Aurélio** o vocábulo *manifestante* está definido como: “(ô) [Do lat. manifestante.] Adj. 2 g. S. 2g. Que ou quem (se) manifesta; manifestador” (AURÉLIO, 1999, p. 1273). Nesse dicionário encontramos algumas diferenças em relação ao Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de Antônio Geraldo da Cunha, uma vez que no Aurélio não aparece quando ocorreu a primeira aparição dessa palavra na língua portuguesa, nem que deriva do verbo *manifestar*. Também não consta no Aurélio a formação da palavra *manifestante* (**manifest-** + *-ante*). Por outro lado, na acepção presente no Aurélio consta a origem da palavra *manifestante* (do latim *manifestante*), a classificação morfológica (adjetivo de dois gêneros e substantivo de dois gêneros). Essa palavra ainda está definida como “que ou quem se manifesta” e na relação que estabelece com o vocábulo *manifestador*. Isso nos levou a pesquisar os sentidos de *manifestador* que aparecem nesse dicionário.

Observamos que no Aurélio o termo *manifestador* (do latim tardio *manifestator*) aparece classificado morfológicamente como um adjetivo e tem como derivado o substantivo masculino *manifestante*. É nessa medida que *manifestante* significa enquanto parte da definição de *manifestador*. No Aurélio há uma manutenção da noção de ação trazida no Dicionário

Etimológico da Língua Portuguesa, de Antônio Geraldo da Cunha. Essa noção fica significada quando *manifestante* é definido no Dicionário Aurélio como “Que ou quem (se) manifesta”, indicando, assim, uma ação (de manifestar).

No **Minidicionário da Língua Portuguesa**, de Silveira Bueno, a palavra *manifestante* está classificada morfológicamente como adjetivo e substantivo. No enunciado definidor o verbete *manifestante* está significado como: “Que ou aquele que manifesta ou entra em uma manifestação” (BUENO, 2007, p. 492). Com base nessa acepção, podemos observar que é mantida nesse dicionário a noção de ação que aparece na formação da palavra *manifestante*, presente no Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de Antônio Geraldo da Cunha, bem como no dicionário Aurélio. Ao definir o *manifestante* como “Que ou aquele que manifesta ou entra em uma manifestação”, a acepção apresentada no minidicionário mantém a noção de ação, ou seja, da ação de manifestar, presente nesses dois outros dicionários. O que muda no Silveira Bueno em relação aos sentidos apresentados pelo Aurélio para a palavra *manifestante* é a presença da palavra *manifestador* na acepção trazida pelo Aurélio e a classificação morfológica de *manifestante* enquanto um adjetivo de dois gêneros e um substantivo de dois gêneros (no Silveira Bueno consta apenas que se classifica como adjetivo e substantivo).

E, por fim, no **Dicionário Houaiss** o termo *manifestante* está significado a partir das seguintes acepções:

■ *adjetivo de dois gêneros e substantivo de dois gêneros*

*1 que ou aquele que se manifesta*

*1.1 que ou aquele que participa de manifestação pública de caráter político, reivindicatório etc. Exs.: grupos m. milhares de m. percorreram as ruas da cidade*

Podemos observar que no Dicionário Houaiss a palavra *manifestante* aparece classificada como adjetivo de dois gêneros e substantivo de dois gêneros, mantendo a classificação morfológica que consta no Aurélio e no Silveira Bueno. Por outro lado, não apresenta a etimologia dessa palavra (como ocorre no Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de Antônio Geraldo da Cunha, e no Aurélio). Ainda observamos que há uma

manutenção da noção de ação presente no Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de Antônio Geraldo da Cunha, no Aurélio e no minidicionário de Silveira Bueno<sup>24</sup>.

Ao lado disso, no Houaiss o vocábulo *manifestante* é significado na relação que estabelece com a expressão *manifestação pública*, que se encontra especificada por *de caráter político e reivindicatório*, como consta no enunciado definidor: *que ou aquele que participa de manifestação pública de caráter político, reivindicatório etc.* Desse modo, no Dicionário Houaiss o sentido da palavra *manifestante* está ancorado no tipo de *manifestação* que ele (o *manifestante*) participa (*pública e reivindicatória*). O que se observa é que esse sentido para *manifestante*, assim como outros que apresentamos acima, não consta na etimologia dessa palavra, ou seja, na sua memória etimológica.

Com base nas análises acima, podemos afirmar que não existe uma homogeneidade das palavras *manifestante* e *manifestação* na língua portuguesa. Como se pode ver, o que essas palavras significam não se encerra na sua classificação morfológica e/ou na sua etimologia.

Conforme evidenciaremos em nossas análises, existem outros sentidos possíveis para *manifestante* e *manifestação* constituídos na sua história de enunciação, nos acontecimentos de linguagem que tomamos para análise. Nessa medida, os sentidos das palavras *manifestante* e *manifestação* não residem apenas na sua etimologia ou forma, uma vez que outros sentidos podem ser constituídos a partir das relações que essas palavras estabelecem com outras palavras/ expressões no acontecimento enunciativo em que funcionam. Nessa direção, os sentidos são vistos como “uma construção de linguagem que significam o real, as disputas, as divisões, o litígio” (MACHADO, 2011, p. 109). Nos próximos capítulos apresentaremos outros sentidos possíveis para as palavras *manifestante* e *manifestação* que são constituídos nos discursos do Estado e da Mídia Tradicional Brasileira, nos quais essas palavras estão significadas na relação que estabelecem com outras no memorável das manifestações de junho de 2013 no Brasil.

---

<sup>24</sup> Mesmo contando com definições mais curtas, quando comparado aos dicionários grandes que tomamos para análise dos sentidos das palavras *manifestação* e *manifestante*, o minidicionário de Silveira Bueno apresenta sentidos para essas palavras muito próximos aos apresentados pelos demais dicionários que analisamos.

**PARTE II**  
**ANÁLISES**

## CAPÍTULO V

### O MANIFESTANTE E A MANIFESTAÇÃO NO DISCURSO DO ESTADO

Para analisarmos o funcionamento semântico-enunciativo das palavras *manifestante* e *manifestação* no discurso do Estado, tomamos o pronunciamento realizado pela ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, no dia 21 de junho de 2013, e o Projeto de Lei apresentado pelo deputado Carlos Sampaio, do PSDB, em 13 de setembro de 2013, por ser posterior a esse pronunciamento realizado por Dilma em cadeia nacional de rádio e televisão. Assim, neste capítulo, serão analisados esses dois textos, de modo que o pronunciamento será analisado primeiro e, logo após, o Projeto de Lei.

Neste capítulo analisaremos então o funcionamento semântico-enunciativo de *manifestante* e *manifestação*. No próximo capítulo analisaremos o funcionamento dessas mesmas palavras, porém, em textos da Mídia Tradicional Brasileira, mais especificamente, do jornal Folha de São Paulo. Não analisaremos o conceito ou etimologia dessas palavras, mas como elas significam nos textos em que funcionam.

#### 5.1 Um pronunciamento sobre as manifestações de 2013 no Brasil

Quando o assunto são as manifestações ocorridas no ano de 2013 no Brasil, encontramos uma diversidade de textos publicados sobre essa temática, como artigos científicos, textos oficiais produzidos pelo Governo Federal, notícias, reportagens, entre outros. Entre esses textos encontramos o discurso proferido pela ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, o qual tomaremos para análise do funcionamento semântico-enunciativo das palavras *manifestante* e *manifestação*, em decorrência da onda de manifestações que tomou as ruas do país no mês de junho de 2013, conforme apresentamos no capítulo anterior.

Para melhor compreensão das nossas análises, ressaltamos que nesse texto as palavras *manifestante* e *manifestação* aparecem na sua forma plural: *manifestantes* e *manifestações*. Ainda destacamos que não utilizaremos todas as passagens em que aparecem essas palavras, mas os enunciados decisivos para a constituição do sentido de cada uma delas, bem como as reescrituras e articulações que se mostram relevantes para a análise dessas palavras.

## Texto 1

“Minhas amigas e meus amigos, todos nós, brasileiras e brasileiros, estamos acompanhando, com muita atenção, as manifestações que ocorrem no país. Elas mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar. Se aproveitarmos bem o impulso desta nova energia política, poderemos fazer, melhor e mais rápido, muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar por causa de limitações políticas e econômicas. Mas, se deixarmos que a violência nos faça perder o rumo, estaremos não apenas desperdiçando uma grande oportunidade histórica, como também correndo o risco de colocar muita coisa a perder. Como presidenta, eu tenho a obrigação tanto de ouvir a voz das ruas, como dialogar com todos os segmentos, mas tudo dentro dos primados da lei e da ordem, indispensáveis para a democracia. O Brasil lutou muito para se tornar um país democrático. E também está lutando muito para se tornar um país mais justo. Não foi fácil chegar onde chegamos, como também não é fácil chegar onde desejam muitos dos que foram às ruas. Só tornaremos isso realidade se fortalecermos a democracia – o poder cidadão e os poderes da república. Os manifestantes têm o direito e a liberdade de questionar e criticar tudo. De propor e exigir mudanças. De lutar por mais qualidade de vida. De defender com paixão suas ideias e propostas. Mas precisam fazer isso de forma pacífica e ordeira. O Governo e sociedade não podem aceitar que uma minoria violenta e autoritária destrua o patrimônio público e privado, ataque templos, incendeie carros, apedreje ônibus e tente levar o caos aos nossos principais centros urbanos. Essa violência, promovida por uma pequena minoria, não pode manchar um movimento pacífico e democrático. Não podemos conviver com essa violência que envergonha o Brasil. Todas as instituições e os órgãos da Segurança Pública devem coibir, dentro dos limites da lei, toda forma de violência e vandalismo. Com equilíbrio e serenidade, porém, com firmeza, vamos continuar garantindo o direito e a liberdade de todos. Asseguro a vocês: vamos manter a ordem.

Brasileiras e brasileiros, as manifestações dessa semana trouxeram importantes lições: as tarifas baixaram e as pautas dos manifestantes ganharam prioridade nacional. Temos que aproveitar o vigor destas manifestações para produzir mais mudanças que beneficiem o conjunto da população brasileira. A minha geração lutou muito para que a voz das ruas fosse ouvida. Muitos foram perseguidos, torturados e morreram por isso. A voz das ruas precisa ser ouvida e respeitada. E ela não pode ser confundida com o barulho e a truculência de alguns arruaceiros. Sou a presidenta de todos os brasileiros. Dos que se manifestam e dos que não se manifestam. A mensagem direta das ruas é pacífica e democrática. Ela reivindica um combate sistemático à corrupção e ao desvio de recursos públicos. Todos me conhecem. Disso eu não abro mão. Esta mensagem exige serviços públicos de mais qualidade. Ela quer escolas de qualidade; ela quer atendimento de saúde de qualidade; ela quer um transporte público melhor e a preço justo; ela quer mais segurança. Ela quer mais. E para dar mais, as instituições e os governos devem mudar. Irei conversar, nos próximos dias, com os chefes dos outros poderes para somarmos esforços. Vou convidar os governadores e os prefeitos das principais cidades do país para um grande pacto em torno da melhoria dos serviços públicos. O foco será: primeiro, a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que privilegie o transporte coletivo. Segundo, a destinação de 100% do petróleo para a educação. Terceiro, trazer de imediato milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do SUS. Anuncio que vou receber os líderes das manifestações pacíficas, os representantes das organizações de jovens, das entidades sindicais, dos movimentos de trabalhadores, das associações populares. Precisamos de suas contribuições, reflexões e experiências. De sua energia e criatividade, de sua aposta no futuro e de sua capacidade de questionar erros do passado e do presente.

Brasileiras e brasileiros, precisamos oxigenar o nosso velho sistema político. Encontrar mecanismos que tornem nossas instituições mais transparentes, mais resistentes aos malfeitos e acima de tudo mais permeáveis à influência da sociedade. É a cidadania, e não o poder econômico, quem deve ser ouvido em primeiro lugar. Quero contribuir para a construção de uma ampla e profunda reforma política, que amplie a participação popular. É um equívoco achar que qualquer país possa prescindir de partidos e, sobretudo, do voto popular, base de qualquer processo democrático. Temos de fazer um esforço para que o cidadão tenha mecanismos de controle mais abrangentes sobre os seus representantes. Precisamos muito, mas muito mesmo, de formas mais eficazes de combate à corrupção. A Lei de Acesso à Informação, sancionada no meu governo, deve ser ampliada para todos poderes da república e instâncias federativas. Ela é um poderoso instrumento do cidadão para fiscalizar o uso correto do dinheiro público. A melhor forma de combater a corrupção é com transparência e rigor. Em relação à Copa, quero esclarecer que o dinheiro do governo federal, gasto com as arenas, é fruto de financiamento que será devidamente pago pelas empresas e governos que estão explorando estes estádios. Jamais permitiria que esses recursos saíssem do orçamento público federal, prejudicando setores prioritários como a Saúde e a Educação. Na realidade, nós ampliamos bastante os gastos com Saúde e Educação. E vamos ampliar cada vez mais. Confio que o Congresso nacional aprovará o projeto que apresentei para que todos os royalties do petróleo sejam gastos exclusivamente com a Educação. Não posso deixar de mencionar um tema muito importante, que tem a ver com a nossa alma e o nosso jeito de ser. O Brasil, único país que participou de todas as Copas, cinco vezes campeão mundial, sempre foi muito bem recebido em toda parte. Precisamos dar aos nossos povos irmãos a mesma acolhida generosa que recebemos deles. Respeito, carinho e alegria. É assim que devemos tratar os nossos hóspedes. O futebol e o esporte são símbolos de paz e convivência pacífica entre os povos. O Brasil merece e vai fazer uma grande Copa.

Minhas amigas e meus amigos, eu quero repetir que o meu governo está ouvindo as vozes democráticas que pedem mudança. Eu quero dizer a vocês que foram, pacificamente, às ruas: Eu estou ouvindo vocês! E não vou transigir com a violência e a arruaça. Será sempre em paz, com liberdade e democracia que vamos continuar construindo juntos este nosso grande país. Boa noite.”

(www.planalto.gov.br)

### 5.1.1 A Cena Enunciativa

Na cena enunciativa produzida nesse acontecimento, há a presença de um Locutor (L) e de um locutor-x que fala do lugar social de locutor- presidente (l-x) enquanto um ser político, autorizado por esse lugar social do dizer<sup>25</sup>. Nesse acontecimento, o Locutor, ao ser agenciado do lugar social de presidente (em língua portuguesa), fala sobre as manifestações ocorridas pelas ruas do Brasil, uma vez que está autorizado a dizer desse lugar, ou seja, do lugar de locutor-presidente que fala em língua portuguesa. Esse lugar é marcado pelo próprio ato da presidente de realizar um pronunciamento em rede nacional. Essa marcação evidencia que há

---

<sup>25</sup> Isto significa que “para o Locutor se representar como origem do que enuncia, é preciso que ele seja agenciado de um lugar social de locutor” (GUIMARÃES, 2011, p. 22).

alguém que ocupa uma posição de autoridade na política brasileira, na presidência/no governo do Brasil, no caso, Dilma Rousseff. O Locutor, ao falar enquanto tomado pelo lugar de presidente, está autorizado a definir as manifestações, apontar soluções para minimizar os problemas presentes no Brasil, ouvir os manifestantes e atender às suas reivindicações. Enquanto locutor-presidente, o Locutor se dá como origem do ato de realizar um pronunciamento em rede nacional porque está autorizado a dizer desse lugar.

No decorrer do texto, alguns enunciados marcam esse lugar social de locutor-presidente e evidenciam a posição ocupada por Dilma Rousseff na política brasileira. Antes de iniciarmos as análises desses enunciados, torna-se importante esclarecermos que nossa análise da cena enunciativa produzida nesse acontecimento começa por passagens localizadas no meio do texto, depois recorre a passagens localizadas no início desse pronunciamento. Isso porque o nosso foco inicial é observar como *manifestação* e *manifestante* estão sendo significados nesse acontecimento enunciativo.

Em se tratando dos enunciados que marcam o lugar social de locutor-presidente no texto, tomamos inicialmente o seguinte enunciado:

- (1) “Como presidenta, eu tenho a obrigação tanto de ouvir a voz das ruas, como de dialogar com todos os segmentos, mas tudo dentro do primado da lei e da ordem, indispensáveis para a democracia”.

O mesmo ocorre mais à frente no texto (no momento em que o Locutor, enquanto um locutor-presidente, diz *o meu governo*) no seguinte enunciado:

- (2) “eu quero repetir que o meu governo está ouvindo as vozes democráticas que pedem mudança. Eu quero dizer a vocês que foram, pacificamente, às ruas: Eu estou ouvindo vocês!”

Nessa direção, observamos que o locutor-presidente está autorizado a falar deste lugar, como autoridade na política brasileira e “chefe” da nação. E, ao enunciar, esse Locutor instala no texto o lugar do Alocutário, constituído pela cena enunciativa. Essa relação está marcada, nesse acontecimento, pela referência que o Locutor, enquanto locutor-presidente, faz aos manifestantes em algumas partes do texto. Essa referência se dá, por exemplo, por reescrituração da palavra *manifestantes* pela expressão *vozes democráticas*, que por sua vez é reescriturada por *vocês*. Isso, por outro lado, permite-nos afirmar que, nesse acontecimento, o

Locutor enuncia enquanto locutor-presidente e constitui para o texto o lugar social de alocutário-manifestante.

Ainda observamos nesse acontecimento que o lugar social de presidente não constitui somente um alocutário, ou seja, o alocutário-manifestante, mas também constitui a figura do alocutário- brasileiro para quem se dirige em certos momentos. Desse modo, nessas relações enunciativas, há a constituição de um alocutário duplo. Ao dizer, por exemplo, *vozes democráticas* e *vocês*, o Locutor, enquanto locutor-presidente, faz referência aos manifestantes, conforme mostrado anteriormente. No entanto, ao assumir a palavra, o lugar social de presidente também fala aos brasileiros ao fazer uma promessa a eles de que a ordem será mantida, porque está autorizado a dizer desse lugar, como autoridade na política brasileira e no governo. Assim, do lugar de presidente, a enunciação toma os manifestantes como alocutário, como dito acima, mas também toma, pela expressão *todos os segmentos*, não só os manifestantes mas toda a sociedade, os brasileiros. Ainda fala sobre algumas das consequências trazidas com a realização das manifestações e esclarece sobre o dinheiro destinado pelo Governo Federal para a realização da Copa do Mundo, que seria posteriormente, em 2014, sediada pelo Brasil, como podemos observar nos recortes (3) e (4), a seguir.

- (3) “Todas as instituições e os órgãos da Segurança Pública devem coibir, dentro dos limites da lei, toda forma de violência e vandalismo. Com equilíbrio e serenidade, porém, com firmeza, vamos continuar garantindo o direito e a liberdade de todos. Asseguro a vocês: vamos manter a ordem”.
- (4) “Brasileiras e brasileiros, as manifestações dessa semana trouxeram importantes lições: as tarifas baixaram e as pautas dos manifestantes ganharam prioridade nacional.”

Nesse sentido, o locutor-presidente faz, conforme aparece no recorte (3), aos brasileiros (significado por *vocês*, que é uma reescrituração de *brasileiros* nesse recorte) uma promessa assegurando que a ordem será mantida (em: *Asseguro a vocês: vamos manter a ordem*). No recorte (4) o locutor-presidente fala ao alocutário-brasileiro sobre as consequências das manifestações em: *Brasileiras e brasileiros, as manifestações dessa semana trouxeram importantes lições: as tarifas baixaram e as pautas dos manifestantes ganharam prioridade nacional*. Nesse recorte o termo *brasileiros* está significado pela relação que estabelece com o vocativo *Brasileiras e brasileiros* (que aparece no início desse recorte), uma vez que *brasileiros e brasileiras* é uma reescritura da palavra *todos* (presente nesse pronunciamento), que significa “todos os brasileiros”.

Assim observamos que, ao ser agenciado como locutor-presidente, o Locutor instala na enunciação a figura do Alocutário. Esse lugar está marcado nos enunciados que fazem referência aos brasileiros, como em *Asseguro a vocês*, no qual a palavra *vocês* aparece como uma reescritura de *todos*, ou seja, de “todos os brasileiros”. Desse modo, o locutor-presidente direciona a sua fala aos brasileiros (*vocês*) para quem diz sobre as manifestações, suas possíveis conquistas, faz promessas e esclarecimentos, constituindo assim o lugar de alocutário-brasileiro. Esse lugar está marcado também, e em especial, pelo uso do vocativo *brasileiros e brasileiras* presente no recorte (4), apresentado acima, o que torna ainda mais explícita a constituição do alocutário-brasileiro pelo locutor-presidente. Nessa medida, o locutor-presidente fala ao seu duplo alocutário (alocutário-manifestante e alocutário-brasileiro).

Há no texto um aspecto importante em relação ao modo de funcionamento da palavra *vocês* que precisamos observar por haver um deslizamento interessante. Ao observar *vocês*, no recorte (3), em *Asseguro a vocês: vamos manter a ordem*, presente no início do discurso de Dilma Rousseff, nota-se que essa palavra é uma reescritura de *todos* (em: *todos nós, brasileiras e brasileiros e vamos continuar garantindo o direito e a liberdade de todos*), o que faz com que *vocês* signifique nesse acontecimento enquanto “todos os brasileiros”. Diferentemente do *vocês* que aparece em *Eu estou ouvindo vocês*, no recorte (2), localizado no final do referido discurso, em que a palavra *vocês* não é “vocês todos”, ou seja, não significa “todos os brasileiros”, uma vez que exclui aqueles que fazem parte do conjunto representado nesse texto por *uma minoria violenta e autoritária*, havendo assim uma restrição. Por outro lado, não temos no texto mais os *manifestantes* (eles), as *vozes democráticas*, mas *vocês*.

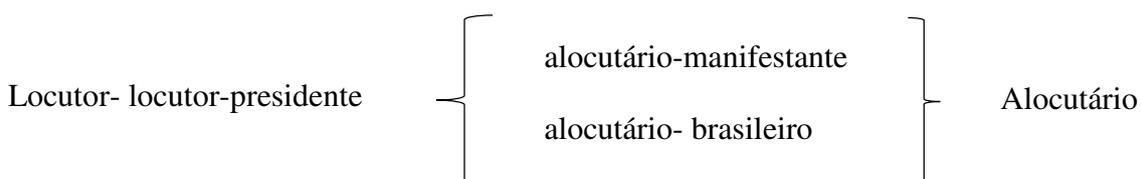
Nessa direção, nota-se que há no texto um distanciamento do locutor-presidente ao se referir às *vozes democráticas* e uma aproximação com o *vocês*, a quem direciona a sua fala. Isso nos permite afirmar que em cada um desses casos o *vocês* reescritura termos distintos, o que faz com que também signifique de forma diferente. Em *Asseguro a vocês: vamos manter a ordem*, *vocês* significa “todos os brasileiros”. Já em *Eu estou ouvindo vocês*, a palavra *vocês* significa enquanto aqueles que não fazem parte do conjunto representado pelos *manifestantes não pacíficos (minorias violentas e autoritárias)*. E, no último caso, *vocês* significa enquanto aqueles que não estão representados pelo conjunto dos *manifestantes* (eles), pelas *vozes democráticas*. Isso que constitui a diferença no modo como a palavra *vocês* funciona nesse texto.

Destacamos que ainda há nesse acontecimento um percurso interessante de apresentação do vocativo que, de acordo com Guimarães (2011, p. 52), “não é simplesmente

um modo de estabelecer uma relação com o interlocutor, é bem mais que isso, é a própria constituição desta relação, na medida em que significa as divisões do falante na cena enunciativa”. Ou seja, o vocativo estabelece o alocutário para o texto. Porém não nos ateremos a descrever esse percurso do vocativo por não ser esse o nosso objetivo.

Por outro lado, temos nessa cena enunciativa o que Guimarães (2011) chama de *lugar de dizer, de enunciador*, que pode se tratar, nesse caso, de um lugar de dizer que se representa como individual, isto é, aquele que se dá apenas como a origem do dizer. Isso pode ser verificado, por exemplo, nos recortes (1) (*eu tenho a obrigação*) e (2) (*eu quero repetir/ eu quero dizer*). Nesses recortes o pronome na primeira pessoa do singular “eu” pode ser um índice de um Enunciador Individual, ou seja, uma marca de representação do lugar do dizer, pois, conforme Guimarães (2011), é um *eu* que desconhece que diz de um determinado lugar social, se significando apenas como a origem do dizer.

Temos então:



Nessas distintas relações de enunciação, notamos que o Locutor se dirige a dois grupos distintos, ora se dirige aos manifestantes, ora aos brasileiros. No decorrer do texto isso pode ser observado nos enunciados marcados pela referência aos manifestantes, como ocorre no enunciado (2) (*vozes democráticas e vocês*), bem como naqueles enunciados em que há referência aos brasileiros, especialmente pelo uso do vocativo *Brasileiros e brasileiras*, como ocorre no recorte (3).

Porém o Locutor não se divide apenas em lugar social de presidente. As relações enunciativas apresentadas nos permitem afirmar que o Locutor ao tomar a palavra se divide também em lugar social de brasileiro, ou seja, também fala enquanto locutor-brasileiro. Esse lugar social está marcado por vários enunciados presentes no texto, como o que segue:

- (5) “todos nós, brasileiras e brasileiros, estamos acompanhando, com muita atenção, as manifestações que ocorrem no país. Elas mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar. Se aproveitarmos bem o impulso desta nova energia política, poderemos fazer, melhor e mais rápido, muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar por causa de limitações políticas e econômicas”.

O locutor-brasileiro ao falar das manifestações e apresentar uma condição para que sejam realizadas mudanças que o Brasil ainda não conseguiu realizar (quando diz *Se aproveitarmos bem o impulso desta nova energia política*), diz de um lugar autorizado, como um brasileiro, a partir do qual institui um alocutário-brasileiro.

Esse lugar social, constituído na enunciação, é marcado nesse acontecimento pela presença do pronome pessoal, na primeira pessoa do plural, *nós*. As relações estabelecidas nessa cena enunciativa ainda nos possibilitam dizer que o Locutor, tomado do lugar de locutor-brasileiro, fala a seu alocutário-brasileiro. Nessa perspectiva, há uma identificação do locutor e do alocutário com o lugar do brasileiro. De modo que, ao enunciar, por exemplo, *todos nós, brasileiras e brasileiros, estamos acompanhando, com muita atenção, as manifestações que ocorrem no país, Elas mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar, Se aproveitarmos bem o impulso desta nova energia política, poderemos fazer, melhor e mais rápido, muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar por causa de limitações políticas e econômicas*, há uma inclusão do Locutor na categoria do Alocutário, marcada pelo emprego do *nós*, e a identificação locutor-alocutário, como se estivessem em lugares correlatos, o de brasileiros, significado pela reescrituração apositiva do *nós* por *brasileiros e brasileiras*.

Nesse sentido, observamos que o emprego do *nós* produz nesse acontecimento um efeito de igualdade entre Locutor e Alocutário e locutor-x e alocutário-x. Isso significa que há um locutor-brasileiro que diz a um alocutário-brasileiro, ou seja, é um igual dizendo aos seus iguais. Desse modo, há um indivíduo que diz a si mesmo, bem como aos outros indivíduos.

Diante disso, nota-se que a enunciação desse acontecimento se apresenta como se dando do lugar social de brasileiro para o brasileiro, como se esta divisão (Locutor (L) e locutor-brasileiro) fosse coletiva, compartilhada por todos. Esse efeito de coletividade é produzido no texto pelo uso do pronome *nós*, ou seja, pelo “eu” que diz “nós” + os outros que também dizem “nós”; nesse caso, os brasileiros. Nessa direção, podemos dizer que o enunciador dessa cena é um enunciador coletivo. No recorte (6), por exemplo, notamos que há um Locutor que se significa como aquele que é igual aos seus iguais ao dizer *Se aproveitarmos, poderemos fazer, melhor e mais rápido, muita coisa*, uma vez que fala do lugar de brasileiro. É como se, ao falar, agenciado do lugar de locutor-brasileiro, dissesse a si mesmo e aos seus iguais: *juntos poderemos fazer muita coisa*, incluindo-se no grupo (dos brasileiros) que poderá promover mudanças no país.

Outro aspecto interessante que observamos no texto corresponde às relações no plano político e no plano pessoal que o locutor-presidente estabelece, ao longo desse acontecimento, ao falar a seu alocutário. O que podemos perceber nos recortes:

- (6) “Minhas amigas e meus amigos, todos nós, brasileiras e brasileiros, estamos acompanhando, com muita atenção, as manifestações que ocorrem no país”.
- (7) “Brasileiras e brasileiros, precisamos oxigenar o nosso velho sistema político. Encontrar mecanismos que tornem nossas instituições mais transparentes, mais resistentes aos malfeitos e acima de tudo mais permeáveis à influência da sociedade”.
- (8) “Minhas amigas e meus amigos, eu quero repetir que o meu governo está ouvindo as vozes democráticas que pedem mudança”.

A partir dos recortes acima, nota-se que o Locutor, enquanto locutor-presidente, constitui com seu alocutário- brasileiro ora uma relação no plano pessoal, ora no plano político. No início do texto o locutor-presidente estabelece com seu alocutário-brasileiro uma relação no plano pessoal ao representá-lo como *Minhas amigas e meus amigos*, conforme apresentado no recorte (6). Nesse momento, o locutor-presidente pode estar estabelecendo uma maior proximidade com o alocutário-brasileiro. Nesse movimento o locutor-presidente se apresenta também como locutor-brasileiro. Mais à frente no texto, como pode ser visto no recorte (7), o locutor-presidente estabelece uma nova relação com o alocutário-brasileiro, ou seja, uma relação no plano político, ao dizer *Brasileiras e brasileiros*- estabelecendo assim uma relação de distanciamento, diferente daquela que foi estabelecida anteriormente. Entretanto, para finalizar o texto, o locutor-presidente volta a estabelecer uma relação no plano pessoal com seu alocutário-brasileiro, causando mais uma vez a ideia de proximidade, o que pode ser observado no recorte (8), quando diz *Minhas amigas e meus amigos*.

Temos então nesse acontecimento um locutor-presidente e um duplo alocutário (alocutário-manifestante e alocutário-brasileiro) para quem o locutor direciona a sua argumentação. Esse locutor-presidente diz de um lugar do qual está autorizado a dizer, como uma autoridade na política brasileira e presidente da república, fala sobre as manifestações, as melhorias que podem trazer para o país, define e critica as manifestações e os manifestantes *não pacíficos*, que aparecem significados no texto por expressões como *essa violência, uma minoria violenta e autoritária, alguns arruaceiros*, como mostraremos mais à frente em nossas análises quando evidenciaremos os sentidos constituídos no pronunciamento para *manifestante*

e *manifestação*. O locutor-presidente também faz promessa de manter a ordem, afirma ouvir os manifestantes e suas reivindicações. Ainda temos um locutor-brasileiro que fala a seu alocutário-brasileiro. Desse modo, o Locutor e o locutor-x, afetado do lugar social de brasileiro, enuncia sobre as manifestações e aponta algumas ações que os brasileiros podem realizar para que ocorram melhorias no Brasil. Ao enunciar desse lugar de locutor-brasileiro, ele se inclui na classe “brasileiros” e fala a si mesmo quanto aos outros indivíduos, ou seja, aos seus iguais, o que é marcado no decorrer do texto pela marca da primeira pessoa do plural (*nós*).

Como se pode notar, realizamos aqui a análise da cena enunciativa produzida nesse acontecimento de linguagem. Agora passaremos à análise das designações de *manifestação* e *manifestante*, de modo que serão observados primeiro os sentidos para *manifestação* constituídos nesse pronunciamento e, em seguida, os sentidos de *manifestante* produzidos nesse acontecimento de linguagem. Nessa medida, observaremos o que cada uma dessas palavras significa no acontecimento em que funcionam e nas relações que estabelecem com outras palavras/ expressões no enunciado em que são enunciadas. Ainda buscaremos observar se há uma relação de sentido entre essas palavras (*manifestante* e *manifestação*). Na sequência, analisaremos o movimento argumentativo desse texto por favorecer a constituição de sentidos para *manifestante* e *manifestação*.

### 5.1.2 As Designações de manifestante e manifestação

O texto que estamos analisando foi produzido em junho de 2013, período no qual o Brasil viveu um dos principais momentos da sua história, uma vez que foi palco de protestos populares que tiveram um formato inédito no país. Essas manifestações merecem destaque por terem levado às ruas de várias cidades brasileiras milhares de pessoas com idades, objetivos, demandas, etc., bastante distintos, ou seja, colocaram em cena “novos” sujeitos. Além disso, as manifestações desse período se destacam por terem pressionado a classe política, principalmente o Governo Federal, a posicionar-se diante das reivindicações feitas pelos sujeitos manifestantes. É nesse contexto que a então presidente do Brasil, Dilma Rousseff, em rede nacional, faz seu pronunciamento sobre essas manifestações que vinham ocorrendo no país naquele período.

Levando em consideração essas circunstâncias, tomamos esse acontecimento para realizarmos a descrição do funcionamento semântico-enunciativo da palavra (sua designação) *manifestação*. Para tanto, selecionamos seis recortes nos quais há a ocorrência dessa palavra,

considerados como decisivos para a sua designação. Uma hipótese que levantamos é que existe uma relação de sentido entre as palavras *manifestante* e *manifestação*. Com essa perspectiva que analisaremos essas palavras em todos os outros textos que compõem nosso *corpus*.

Outro aspecto que nos chamou atenção no texto foi a divisão de *manifestação* em dois tipos: *pacífica e não pacífica* (mesmo que o texto não utilize em nenhum momento a expressão *manifestação não pacífica*). Essa tipificação que ocorre no texto nos sugere haver uma legitimação da manifestação pacífica por parte do Governo Federal e, conseqüentemente, a deslegitimação de movimentos não pacíficos, violentos, como apresentaremos mais à diante. Ainda acreditamos que no texto em questão *manifestante pacífico* pode estabelecer uma relação de sentido com *manifestação pacífica*, do mesmo modo que pode haver uma relação de sentido entre *manifestação não pacífica e manifestante não pacífico*. Uma observação inicial do texto nos leva a algumas expressões que apontam a existência dessas relações de sentido (todas elas trazem a palavra *pacífico* reescriturada por repetição). Assim, na ordem que aparecem no texto, temos: *forma pacífica, movimento pacífico, mensagem pacífica* que desembocam em *manifestações pacíficas* e em *vocês que foram, pacificamente, às ruas*. Também encontramos no texto expressões (com a reescrituração de *violenta* ou *violência*) como *uma minoria violenta, autoritária, essa violência promovida por uma pequena minoria* que desembocam em *barulho e truculência de alguns arruaceiros* e em *violência e arruaça*. Essas relações de sentido serão detalhadas mais à frente nas nossas análises.

Ainda observamos que existe nesse texto um modo interessante de funcionamento das palavras *ordem* e *paz*, as quais aparecem poucas vezes no pronunciamento (*paz* aparece três vezes e *ordem* apenas uma vez). Essas palavras apresentam dentro do texto não um conjunto de todas as manifestações e manifestantes, ou seja, as *manifestações e manifestantes pacíficos e não pacíficos*, mas uma parcela dos manifestantes e das manifestações. Desse modo, as palavras *ordem* e *paz*, nesse pronunciamento, referem-se a *manifestações pacíficas* e a *vocês que foram, pacificamente, às ruas*, ou seja, aos *manifestantes pacíficos*.

Iniciaremos nossas análises pela compreensão do sentido da palavra *manifestação* dentro do texto, após analisaremos o sentido da palavra *manifestante*. Como informamos anteriormente, nesse texto, tanto *manifestante* quanto *manifestação* aparecem na sua forma plural (*manifestantes/manifestações*). A seguir, apresentamos os recortes que foram selecionados para análise da palavra *manifestação*, os quais consideramos suficientes para a constituição do sentido dessa palavra no texto em questão. Ressaltamos que encontramos

poucas ocorrências do termo *manifestações* durante a seleção dos recortes, porém, as determinações apresentadas por eles são satisfatórias para nossas análises. Seguem os recortes:

- (9) “Minhas amigas e meus amigos, todos nós, brasileiras e brasileiros, estamos acompanhando, com muita atenção, as manifestações que ocorrem no país. Elas mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar”.
- (10) “Se aproveitarmos bem o impulso desta nova energia política, poderemos fazer, melhor e mais rápido, muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar por causa de limitações políticas e econômicas”.
- (11) “as manifestações dessa semana trouxeram importantes lições: as tarifas baixaram e as pautas dos manifestantes ganharam prioridade nacional. Temos que aproveitar o vigor destas manifestações para produzir mais mudanças que beneficiem o conjunto da população brasileira [...] A voz da ruas precisa ser ouvida e respeitada”.
- (12) “Minhas amigas e meus amigos, eu quero repetir que o meu governo está ouvindo as vozes democráticas que pedem mudança. Eu quero dizer a vocês que foram, pacificamente, às ruas: Eu estou ouvindo vocês! E não vou transigir com a violência e a arruaça. Será sempre em paz, com liberdade e democracia que vamos continuar construindo juntos este nosso grande país. Boa noite”.

Daremos início às nossas análises pelo recorte (9) no qual a palavra *manifestações* aparece reescrita de duas maneiras distintas (por anáfora e por elipse):

- (9) “Minhas amigas e meus amigos, todos nós, brasileiras e brasileiros, estamos acompanhando, com muita atenção, as manifestações que ocorrem no país. Elas mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar”.

Nesse enunciado, que se localiza no primeiro parágrafo do texto, há a ocorrência da palavra *manifestações* que se articulada a *que ocorrem no país* e a *predica*. Ainda nesse recorte, *manifestações* é reescrita por anáfora pelo pronome *Elas* que está especificado por *mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude*, que por sua vez se articula e é especificada por *de fazer o Brasil avançar*. Se *Elas*, nesse recorte, significa *manifestações*, isso quer dizer que *manifestações* aparece reescrita de dois modos distintos: o primeiro, por anáfora (*Elas*); e, o segundo, por elipse de *manifestações* (em (mostram) *o desejo da juventude*). Desse modo, *manifestações* se articula às expressões *mostram a força de nossa democracia* e (mostram) *o desejo da juventude*.

O que se observa ao lado disso é que *manifestações*, que aparece no recorte (9), é reescriturada no recorte (10) por expansão por *energia política* e no recorte (11) há uma reescrituração de *manifestações* por repetição. No recorte (12) podemos considerar que *vozes democráticas* é uma reescrituração sinonímica de *vozes das ruas* e é também uma reescrituração por expansão de *manifestações*. Ou seja, podemos dizer que *energia política*, *vozes democráticas* e *voz das ruas* determinam semanticamente *manifestações*. Podemos, então, considerar que a designação de *manifestação* nesse texto pode ser, inicialmente, apresentada pelo DSD-1 abaixo:



Como veremos mais à frente, essa designação opera de modo importante na sustentação argumentativa do texto.

Uma observação atenta nos leva a perceber que nesse acontecimento há uma divisão de *manifestação* em *pacífica* e *violenta (não pacífica)*, o que, em certa medida, poderá contribuir para a constituição do sentido de *manifestação*. Apesar de não haver no texto a presença da expressão *manifestação não pacífica*, ele traz expressões que significam como opostas à expressão *manifestação pacífica* nesse acontecimento, como é o caso de *essa violência*, que se apresenta como um sinônimo de *manifestação não pacífica* e um antônimo de *manifestação pacífica*. As reescriturações de *manifestações pacíficas* e *essa violência (manifestação não pacífica)*, bem como a presença de uma relação de antonímia entre elas, pode-se notar nos seguintes recortes:

(13) “O Governo e sociedade não podem aceitar que uma minoria violenta e autoritária destrua o patrimônio público e privado, ataque templos, incendeie carros, apedreje ônibus e tente levar o caos aos nossos principais centros urbanos. Essa violência, promovida por uma pequena minoria, não pode manchar um movimento pacífico e democrático”.

(14) “A mensagem direta das ruas é pacífica e democrática”.

- (15) “Anuncio que vou receber os líderes das manifestações pacíficas, os representantes das organizações de jovens, das entidades sindicais, dos movimentos de trabalhadores, das associações populares. Precisamos de suas contribuições, reflexões e experiências. De sua energia e criatividade, de sua aposta no futuro e de sua capacidade de questionar erros do passado e do presente”.

Vejamos o recorte (13):

- (13) “O Governo e sociedade não podem aceitar que uma minoria violenta e autoritária destrua o patrimônio público e privado, ataque templos, incendeie carros, apedreje ônibus e tente levar o caos aos nossos principais centros urbanos. **Essa violência, promovida por uma pequena minoria, não pode manchar um movimento pacífico e democrático**”.

Nesse recorte *manifestação pacífica* é reescrita por substituição por *movimento pacífico*. Ainda aparece reescriturada por elipse de *movimento* (em (movimento) *democrático*), que está caracterizado por *democrático*. Isso nos permite dizer que *movimento pacífico* e *democrático* determinam semanticamente *manifestações*. Já a expressão *essa violência* (significada nesse acontecimento como sinônima de *manifestação não pacífica*) é especificada por *promovida por uma pequena minoria* e estabelece uma relação de antonímia com *manifestações pacíficas*, presente no recorte (15), que analisaremos a seguir. Destacamos que, logo após, tomaremos o recorte (14) para darmos sequência à nossa análise.

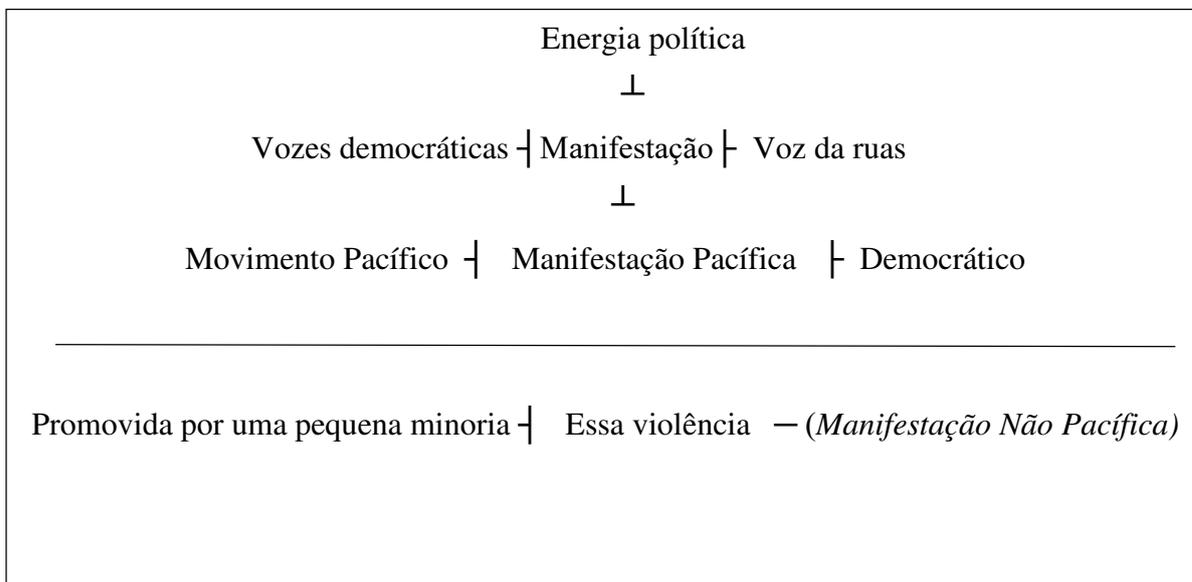
Essa relação de antonímia entre *manifestação pacífica* e *manifestação não pacífica* também pode ser notada no recorte (15):

- (15) “Anuncio que vou receber os líderes das **manifestações pacíficas**, os representantes das organizações de jovens, das entidades sindicais, dos movimentos de trabalhadores, das associações populares. Precisamos de suas contribuições, reflexões e experiências. De sua energia e criatividade, de sua aposta no futuro e de sua capacidade de questionar erros do passado e do presente”.

Nesse recorte notamos que a presidente diz que receberá os líderes das *manifestações pacíficas* (em *Anuncio que vou receber os líderes das manifestações pacíficas*), o que significa implicitamente que não receberá os líderes das *manifestações não pacíficas* (nesse acontecimento significadas como um sinônimo de *essa violência*). Isso nos permite dizer que, nesse texto, *manifestação não pacífica*, mesmo que não nomeada dessa maneira, está significadas como antônima de *manifestação pacífica*. E isso produz no presente texto a

caracterização de uma *manifestação* que se dá com palavras como *pacífica*, *democrática*, e outras predicções sinônimas.

Essas relações nos permitem estabelecer o DSD-2:



Outro aspecto interessante nesse texto, e o DSD-2 que apresentamos acima indica claramente, é que há uma legitimação da *manifestação pacífica* pelo Governo, em contraposição a *essa violência* (a manifestação não nomeada enquanto tal). Isso pode ser observado no recorte (14):

(14) “A **mensagem direta das ruas** é pacífica e democrática”.

Nesse recorte *manifestações* é reescriturada por substituição por *mensagem direta das ruas* e predicada por *pacífica* e *democrática*. Essa predicção, que se configura pela predicção *é pacífica e democrática*, atribui à *manifestação* duas características que a coloca numa relação de igualdade com *manifestações pacíficas*, ou seja, de ser *pacífica* e *democrática*. Portanto, a *manifestação* é significada no dizer do Governo como *pacífica* e *democrática*. É nessa medida que há uma descaracterização da *manifestação não pacífica* (*Essa violência*) como uma forma de manifestação e, conseqüentemente, a sua deslegitimação por parte do Governo, e uma legitimação da *manifestação pacífica*, que guarda relação com a designação de *manifestação*.

Passaremos agora à análise do sentido de *manifestante* nesse acontecimento. Para tanto, selecionamos os seguinte recortes:

- (16) “O Brasil lutou muito para se tornar um país democrático. E também está lutando muito para se tornar um país mais justo. Não foi fácil chegar onde chegamos, como também não é fácil chegar onde desejam muitos dos que foram às ruas”.
- (17) “Os manifestantes têm o direito e a liberdade de questionar e criticar tudo. De propor e exigir mudanças. De lutar por mais qualidade de vida. De defender com paixão suas ideias e propostas. Mas precisam fazer isso de forma pacífica e ordeira”.
- (18) “as manifestações dessa semana trouxeram importantes lições: as tarifas baixaram e as pautas dos manifestantes ganharam prioridade nacional.”

Assim como a palavra *manifestações*, o termo *manifestantes* aparece poucas vezes ao longo desse texto. Porém os recortes selecionados são suficientes para analisarmos o funcionamento semântico- enunciativo de *manifestante*. No recorte (16), por exemplo, não aparece o termo *manifestantes*, mas uma reescrituração dessa palavra por expansão por *dos que foram às ruas*. Por outro lado, no recorte (17) *manifestantes* é reescriturado por repetição e se articula a *têm o direito*. Nesse mesmo recorte, *manifestantes* também se articula às expressões *liberdade de questionar, criticar tudo, De propor, exigir mudanças, De lutar por mais qualidade de vida, De defender com paixão suas ideias e propostas e precisam fazer isso de forma pacífica e ordeira*, na forma de elipse. No recorte (18) *manifestantes* também aparece reescriturado por repetição e se articula a *pautas (os manifestantes têm pautas)*. Podemos então dizer que *manifestantes* é determinado semanticamente por *os que foram às ruas*.

Notamos que há no decorrer do texto uma divisão de *manifestante*, assim como acontece com a palavra *manifestação*. De modo que *manifestante* também passa a ser dividido em dois tipos: *manifestante pacífico* e *não pacífico* (mesmo que no texto não sejam utilizadas essas expressões). Apesar de não haver no texto o uso dessas expressões, ele apresenta palavras e expressões que significam nesse acontecimento como um sinônimo de *manifestante pacífico* e *manifestante não pacífico*. Como se pode observar, por exemplo, nos recortes (19) e (20):

- (19) “O Governo e sociedade não podem aceitar que uma minoria violenta e autoritária destrua o patrimônio público e privado, ataque templos, incendeie carros, apedreje ônibus e tente levar o caos aos nossos principais centros urbanos. Essa violência, promovida por uma pequena minoria, não pode manchar um movimento pacífico e democrático”.

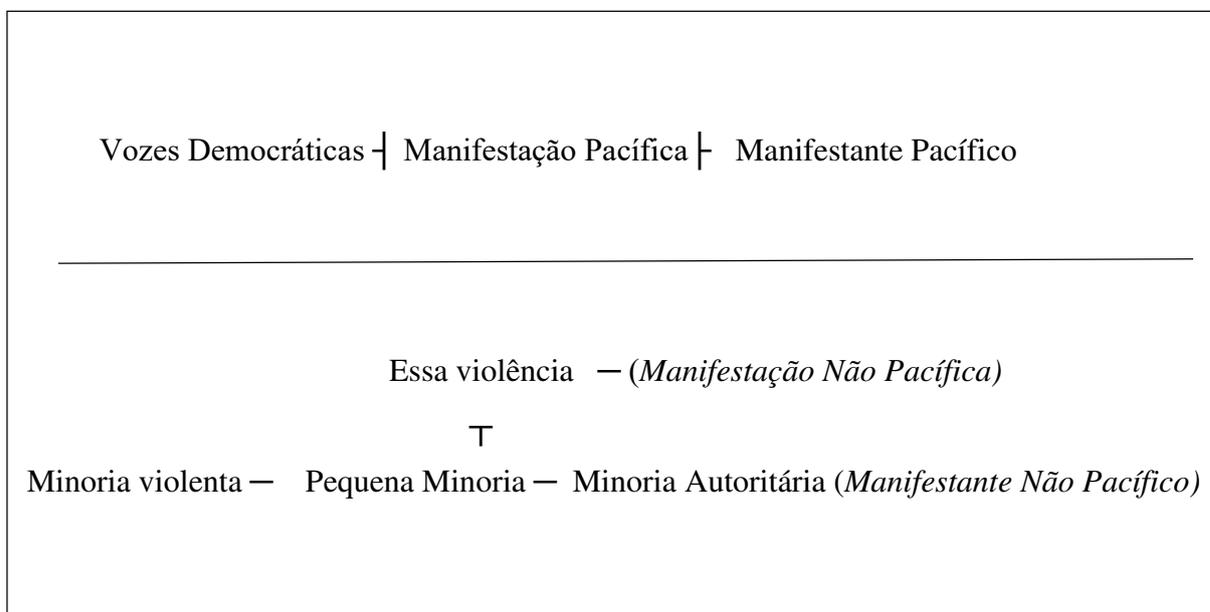
- (20) “eu quero repetir que o meu governo está ouvindo as vozes democráticas que pedem mudança. Eu quero dizer a vocês que foram, pacificamente, às ruas: Eu estou ouvindo vocês! E não vou transigir com a violência e a arruaça”.

No recorte (19) observamos que a expressão *manifestante não pacífico* aparece significada como um sinônimo (que obscurece a relação com *manifestação*) de *minoría violenta e autoritária e pequena minoría*, fazendo significar nesse acontecimento *você* (*manifestante pacífico*) como um antônimo de *minoría violenta e autoritária e pequena minoría*. Já no recorte (20) o que se pode observar é que a palavra *você* significa como um sinônimo de *manifestante pacífico* por estar especificada nesse acontecimento por *que foram, pacificamente, às ruas*. Desse modo, a presidente diz ouvir àqueles manifestantes que são pacíficos, ou seja, que foram pacificamente às ruas manifestar. Assim faz significar nesse acontecimento *vocês* como um sinônimo de *manifestante pacífico*.

Além disso, podemos notar que nesse acontecimento o sentido de *manifestante não pacífico* (*minoría violenta autoritária e pequena minoría*) contribui para a constituição do sentido de *manifestação não pacífica* (*essa violência*), uma vez que a *manifestação não pacífica*, ou seja, realizada com violência, é um ato promovido pelo sujeito que manifesta de forma violenta (*não pacífica*). Conforme aparece em: *Essa violência, promovida por uma pequena minoría*. De modo que o adjetivo *pequena* funciona nesse texto como uma forma de reafirmar a quantidade de pessoas que agiam de forma violenta durante aqueles protestos, isto é, apenas uma pequena parcela dos manifestantes- a considerada como *não pacífica*.

Nessas relações, também há o estabelecimento de uma relação de sentido entre *as vozes democráticas*, ou seja, *manifestação pacífica*, e o sujeito *manifestante pacífico* (*vocês que foram, pacificamente, às ruas*), uma vez que só serão ouvidos aqueles manifestantes que realizaram atos pacíficos, ou seja, manifestaram de forma pacífica, não violenta. Se os manifestantes são pacíficos, conseqüentemente, eles realizam atos pacíficos. No caso das manifestações de 2013, as manifestações pacíficas foram realizadas por sujeitos pacíficos que se reuniram para fazer reivindicações de naturezas distintas (ideológicas, políticas, culturais, sociais, etc.). Diante disso, a *manifestação pacífica* (*vozes democráticas*) passa a ter como parte do seu sentido o *manifestante pacífico* (*vocês que foram, pacificamente, às ruas*). Do mesmo modo que o *manifestante não pacífico* (*minoría violenta autoritária e pequena minoría*), nesse texto, passa a ser parte do sentido de *manifestação não pacífica* (*essa violência*) por ser o sujeito (*manifestante não pacífico*) responsável por ações violentas durante as manifestações de 2013,

como vimos anteriormente nas relações estabelecidas no recorte (19). Com base na relações de determinação estabelecidas nos recortes (19) e (20), temos o DSD-3:



Nessas relações, *manifestação pacífica* é determinada por *vozes democráticas* e por *manifestante pacífico*. Ainda observamos que *manifestação pacífica* estabelece uma relação de antonímia com *manifestação não pacífica* (sinônimo de *Essa violência*). Também notamos que *manifestação não pacífica* (*Essa violência*) está determinada por *pequena minoria*, que estabelece uma relação de sinonímia com *minorias violenta, autoritária e manifestante não pacífico*.

Um outro aspecto que nos chama atenção no texto é uma possível legitimação que há da *manifestação pacífica* e do sujeito que manifesta pacificamente (*manifestante pacífico/ vocês*) pelo Governo e, conseqüentemente, a deslegitimação da *manifestação não pacífica* (*Essa violência*) e dos *manifestantes não pacíficos* (*minorias violenta/ autoritária/ pequena minoria*). Isso pode ser confirmado no recorte (20) no qual é dito que serão ouvidas apenas as *vozes democráticas*, ou seja, as *manifestações pacíficas*, bem como os *manifestantes pacíficos*, em *Eu quero dizer a vocês que foram, pacificamente, às ruas: Eu estou ouvindo vocês!*, com os quais o Governo irá negociar. Conseqüentemente, não haverá negociação por parte do Governo com os *manifestantes não pacíficos*, o que se pode notar em *E não vou transigir com a violência e a arruaça*.

Ao lado disso, observa-se a existência de uma relação de antonímia entre *manifestação pacífica* e *não pacífica* (*Essa violência*), bem como entre *manifestante pacífico* (*vocês*, que significa o alocutário como *manifestante pacífico*) e *não pacífico* (*minoría violenta/ autoritária/ pequena minoría*). Nessa medida, *manifestação não pacífica* (*Essa violência*) é do domínio antonímico de *manifestação pacífica*, ao passo que *manifestante não pacífico* (*minoría violenta/ autoritária/pequena minoría*) é do domínio antonímico de *manifestante pacífico* (*vocês*). Essas contradições colocam o Brasil enquanto lugar de litígio entre *manifestação pacífica*, legitimada pelo Governo, e *manifestação não pacífica*, deslegitimada pelo Governo brasileiro. Ainda, há um conflito instalado entre o *manifestante não pacífico*, desautorizado pelo Governo, e o *manifestante pacífico*, autorizado a manifestar.

Como afirma Guimarães (2018), o espaço de enunciação distribui de modo desigual a língua para seus falantes. Por distribuir desigualmente as línguas, o acontecimento enunciativo se constitui como um espaço político e, conseqüentemente, de litígio. Esse lugar de litígio é marcado nesse acontecimento que tomamos para análise pela oposição que se estabelece entre a *manifestação pacífica* e a *manifestação não pacífica* e entre o *manifestante pacífico* e o *não pacífico* que, mesmo sem terem a palavra, serem impedidos de dizer, falam por suas ações violentas durante os protestos, significando uma divisão do real.

Assim, no memorável das manifestações populares de 2013 no Brasil, observamos que há um conflito entre os sentidos, estabelecidos nesse pronunciamento, dos tipos de *manifestação* e de *manifestante*. Nessa medida, os sentidos produzidos nesse acontecimento fazem significar uma enunciação que autoriza e legitima a *manifestação pacífica* e o “manifestante pacífico” e desautoriza e deslegitima a “manifestação não pacífica” e o “manifestante não pacífico”.

Com base nos DSDs acima, podemos afirmar que *manifestação* significa como um movimento pelo qual se evidencia a antonímia existente entre a *manifestação pacífica* e a *manifestação não pacífica* e na sua relação com *manifestante*. Já o *manifestante* significa na relação de antonímia estabelecida entre o *manifestante pacífico* e o *não pacífico* e na estreita relação que estabelece com *manifestação*. Além disso, observamos no DSD-2 e no DSD-3 que o sentido de *manifestação* e de *manifestante pacífico*, como determinação do sentido de *manifestação pacífica*, são decisivos na constituição do sentido da exclusão de *manifestante não pacífico* (significado nesse texto como uma sinonímia de *Minoría violenta*, *Pequena Minoría* e *Minoría*) e de *manifestação não pacífica* (significada no texto por *Essa violência-*

que está determinada por *Pequena minoria*). Nessa direção, observaremos o movimento argumentativo do pronunciamento de Dilma Rousseff que tomamos para análise.

### 5.1.3 Argumentação para “um movimento de reivindicação não pode ser violento”

Daremos início às análises do movimento argumentativo do pronunciamento que apresentamos acima, de modo que seja possível percebermos como a orientação argumentativa desse acontecimento enunciativo se constitui em direção à conclusão: *um movimento de reivindicação não pode ser violento*. Também observaremos como o locutor-presidente argumenta para o seu alocutário-brasileiro no sentido de que não é legítimo um movimento de reivindicação violento. Assim o que se nota é que, ao argumentar, o locutor-presidente se dirige a todos os brasileiros (significados nesse acontecimento por expressões que reescreveram *brasileiros* como, por exemplo, *todos os segmentos*). Para tanto, serão observadas as articulações entre os operadores argumentativos utilizados no decorrer do texto para introduzir os argumentos apresentados pelo locutor-presidente para construir a sua argumentação.

Iniciaremos nossas análises pelo recorte (21) no qual há uma afirmação do direito que os manifestantes têm de fazer suas reivindicações:

- (21) “Os manifestantes têm o direito e a liberdade de questionar e criticar tudo. De propor e exigir mudanças. De lutar por mais qualidade de vida. De defender com paixão suas ideias e propostas. Mas precisam fazer isso de forma pacífica e ordeira”.

No recorte (21) o alocutor-presidente não fala a um alocutário-manifestante, já que o que o alocutor diz é sobre os manifestantes. Como argumento para esse direito dos manifestantes, são descritas nesse mesmo enunciado algumas ações que eles podem realizar: *questionar, criticar tudo, propor e exigir mudanças, lutar por mais qualidade de vida, defender com paixão suas ideias e propostas*. Assim a possível conclusão (r)<sup>26</sup> que se pode tirar desse enunciado é que os manifestantes têm o direito de fazer suas reivindicações. Na sequência, é introduzido no texto um argumento pelo operador argumentativo *mas (precisam fazer isso de forma pacífica e ordeira)*, que se apresenta como um contra-argumento à conclusão (r) e como argumento para a conclusão (~r), sendo esse argumento predominante no enunciado.

---

<sup>26</sup> Segundo Ducrot, significa um argumento a favor da conclusão.

O argumento introduzido pelo *mas* traz o discurso da presidente Dilma Rousseff no qual mostra que a presidente se opõe ao direito que os manifestantes têm de fazer suas reivindicações, caso o façam de forma violenta. Isso fica implícito quando a presidente diz que *precisam fazer isso de forma pacífica e ordeira*, o que faz significar no texto que os manifestantes têm o direito de manifestar desde que não seja de forma violenta. Podemos então considerar que, de acordo com o discurso de Dilma Rousseff, um movimento de reivindicação deve ser pacífico, ou seja, não pode ser violento, para que seja um direito dos manifestantes. Desse modo, o argumento apresentado inicialmente no recorte (21) é a favor da conclusão (r) de que os manifestantes têm o direito de fazer reivindicações, ao passo que o argumento introduzido pelo *mas*, nesse mesmo recorte (21), é um argumento a favor da conclusão ( $\sim r$ ) de que os manifestantes não têm o direito de manifestar se for de forma violenta. E essa relação *mas p*, argumento para ( $\sim r$ ), é a relação argumentativa sustentada na relação de locução pelo alocutor-presidente.

Além disso, no texto são apresentados, como argumento para a não realização de movimentos violentos, os motivos descritos nos recortes (22) e (23) a seguir:

- (22) “O Governo e sociedade não podem aceitar que uma minoria violenta e autoritária destrua o patrimônio público e privado, ataque templos, incendeie carros, apedreje ônibus e tente levar o caos aos nossos principais centros urbanos”.
- (23) “Essa violência, promovida por uma pequena minoria, não pode manchar um movimento pacífico e democrático. Não podemos conviver com essa violência que envergonha o Brasil”.

Esses enunciados apresentam os atos de violência promovidos por uma *minoria violenta e autoritária* e a “vergonha que essa violência causa ao Brasil”, com a qual o país não pode conviver, como argumento de força para a não realização de um movimento de reivindicação violento, na mesma direção do argumento *mas p* do recorte (21). Isso porque, caso o movimento de reivindicação seja violento, poderá haver destruição de patrimônio público e privado, ataque a templos, carros incendiados, ônibus apedrejados e tentativa de se levar o caos aos principais centros urbanos do país, ou seja, há uma série de elementos enumerados nesse enunciado como motivo para que o Governo e a sociedade não aceitem a realização de um movimento de reivindicação violento que acarretará prejuízos para o Brasil. Desse modo, esses argumentos apresentados nos enunciados (22) e (23) são, sem dúvida, uma continuidade do que se diz no argumento introduzido por *mas* (em *Mas precisam fazer isso de*

*forma pacífica e ordeira*) no recorte (21), uma vez que seguem a mesma orientação argumentativa e conduzem para a mesma conclusão ( $\sim r$ ) de que os manifestantes não têm o direito de manifestar se for de forma violenta.

Nessa mesma direção, o Locutor apresenta no texto uma outra oposição, porém introduzida pelo operador argumentativo *E* que, nesse caso, funciona como uma conjunção adversativa, conforme o recorte (24) a seguir:

- (24) “A voz das ruas precisa ser ouvida e respeitada. E ela não pode ser confundida com o barulho e a truculência de alguns arruaceiros”.

Assim o operador argumentativo *E* introduz mais uma “prova”, mais um argumento no texto para a conclusão ( $\sim r$ ) de que a voz das ruas não será ouvida se for violenta. Nesse sentido, é descrita uma ação necessária para que a voz das ruas seja atendida, ou seja, não pode ser um movimento violento. Nessa medida, a direção argumentativa do texto nos conduz à conclusão ( $\sim r$ ) de que é necessário que a voz das ruas não seja violenta para que seja ouvida. E isso é dito tendo sido apresentada a afirmação de que se deve respeitar a voz das ruas. Diante disso, a designação apresentada no DSD de que *manifestação* é determinada por *energia política, vozes democráticas, voz das ruas, movimento pacífico, manifestação pacífica e democrático* e estabelece uma relação de oposição com *Essa violência*, que é determinada por *promovida por uma pequena minoria*, opera paralelamente à argumentação no sentido de que um movimento de reivindicação não possa ser violento.

Nessa perspectiva, observamos que, em (24), o Locutor fala do lugar de locutor-presidente no sentido de que é necessário ser atendida uma condição para que a voz das ruas seja ouvida, ou seja, é necessário que o movimento não seja violento. Esse recorte pode ser parafraseado por

- (24a) Sabemos que há uma voz das ruas.  
 (24b) Sabe-se que é necessário que esta voz seja ouvida e respeitada.  
 (24c) Mas eu digo a todos os brasileiros que para ser respeitada, esta voz não pode ser confundida, estar junto com o barulho a truculência (de arruaceiros).

Nessas relações estabelecidas é possível notar que em (24a) o Locutor diz enquanto Enunciador Genérico sobre algo da voz das ruas reconhecido por todos, que todos têm observado. Já em (24b) se trata de um Enunciador Universal, de um princípio da democracia,

que apresenta a necessidade da *voz das ruas* ser ouvida e respeitada. E, em (24c) se trata de um Enunciador Individual que aponta para o que deve ser feito para que a *voz das ruas* seja respeitada.

De modo que (24a) se apresenta como pressuposição por um Enunciador Genérico e (24b) por um Enunciador Universal, que é afirmado por um Enunciador Individual em (24c), evidenciando assim a divisão do Locutor que, nesse caso, constitui-se como um locutor-presidente, Enunciador Genérico, Enunciador Universal e Enunciador Individual. Ao falar do lugar de Enunciador Genérico (24a), o Locutor afirma a “existência de uma voz das ruas”, que todos sabem que existe. Porém, ao falar do lugar de Enunciador Universal (24b), apresenta a necessidade da *voz das ruas* ser ouvida e respeitada como um princípio da democracia. E, ao enunciar do lugar de Enunciador Individual, o Locutor afirma o que deve ser feito para que a *voz das ruas seja ouvida e respeitada*. Desse modo, o locutor-brasileiro ao dizer do lugar de Enunciador Individual aponta, nesse enunciado, que a condição para que a *voz das ruas* seja ouvida pelo Governo é que não seja violenta, pois se for violenta não será um movimento respeitado e um direito dos manifestantes. Sendo que, a voz universal, em (24b), que afirma a necessidade do respeito democrático a todos, é o elemento que sustenta o Enunciador Individual de (24c).

Para finalizar, o texto traz uma conclusão da argumentação apresentada por Dilma Rousseff reafirmando que o seu governo só está ouvindo as *vozes democráticas* (que é uma reescritura de *manifestação pacífica* nesse acontecimento) por ser a que o Governo está ouvindo e, possivelmente, considerando um movimento legítimo. O que pode ser observado no recorte (25):

- (25) “Minhas amigas e meus amigos, eu quero repetir que o meu governo está ouvindo as vozes democráticas que pedem mudança. Eu quero dizer a vocês que foram, pacificamente, às ruas: Eu estou ouvindo vocês! E não vou transigir com a violência e a arruaça. Será sempre em paz, com liberdade e democracia que vamos continuar construindo juntos este nosso grande país. Boa noite”.

Nesse recorte, ao falar do lugar de presidente, o Locutor constitui a figura do seu alocutário-brasileiro (*Minhas amigas e meus amigos*) para quem argumenta no sentido de que as *manifestações pacíficas* (reescriturada por *vozes democráticas*) é que serão ouvidas e respeitadas pelo Governo, fazendo assim significar no texto que os movimentos violentos não serão ouvidos e respeitados. O que se observa nesse recorte é que há uma possível deslegitimação do movimento violento pelo Governo ao afirmar que está ouvindo apenas as

vozes democráticas. Isso se sustenta no princípio do Enunciador Universal da necessidade de “ouvir a rua”.

Esse recorte ainda apresenta o argumento *não vou transigir com a violência e a arruaça*, introduzido pelo operador argumentativo *E*, no enunciado *E não vou transigir com a violência e a arruaça*. Podemos construir a seguinte paráfrase desse enunciado:

Enunciador Genérico- (25a): Existe violência e arruaça.

Enunciador Individual- (25b): O Governo não irá negociar com a violência e a arruaça, apenas com as manifestações pacíficas.

O Locutor, ao falar do lugar de Enunciador Genérico, afirma a existência de “violência e arruaça”, e ao falar do lugar de Enunciador Individual afirma que o Governo irá negociar “apenas com as manifestações pacíficas”. Nessas relações, podemos considerar que (25b) é a perspectiva assumida pelo locutor-presidente, de modo que o texto se constrói nessa perspectiva, ou seja, na direção de que é necessário que o movimento não seja violento para que o Governo possa negociar. Assim o argumento *não vou transigir com a violência e a arruaça* se apresenta como o argumento mais forte para o qual o locutor-presidente busca a adesão do alocutário-brasileiro, de modo que ele acredite na importância do movimento de reivindicação não ser violento, uma vez que o Governo só irá ouvir e negociar com o movimento pacífico, legitimado por ele.

#### 5.1.4 Conclusão

As relações estabelecidas nos DSDs acima apontam que a designação de *manifestação* é constituída como um movimento caracterizado, principalmente, como *pacífico* e *democrático* e que guarda uma estreita relação com a *manifestação pacífica*. Enquanto que a designação de *manifestante* aponta uma relação de sentido em que o *manifestante* é determinado por *que foram às ruas*. Essas relações ainda mostram a divisão que há no decorrer do texto da *manifestação* em dois tipos: *pacífica* e *não pacífica*. O mesmo ocorre ao longo do texto com *manifestante* que também é tipificado como *pacífico* e *não pacífico*.

Com a análise do movimento argumentativo, observa-se que o locutor-presidente, do lugar de Enunciador Individual, ao falar ao seu alocutário-brasileiro argumenta no sentido de que a condição para que a *voz das ruas* seja ouvida pelo Governo é que não seja violenta, pois se for violenta não será um movimento respeitado e um direito dos manifestantes. O locutor-presidente, enquanto Enunciador Individual, ainda apresenta um argumento no final do

texto na direção de que um movimento de reivindicação não pode ser violento, uma vez que o Governo só irá ouvir e negociar com o movimento pacífico. Ao apresentar esse argumento, o locutor-presidente busca a adesão do alocutário-brasileiro para que acredite na importância de um movimento de reivindicação não ser violento e conclui a sua argumentação.

## 5.2 Um Projeto de Lei: justificativa

Daremos início à análise do Projeto de Lei que foi produzido na emergência da criação de leis e Projetos de Leis que abordassem sobre as manifestações no Brasil e, principalmente, enquadrassem os manifestantes que foram considerados como violentos e transgressores da ordem durante a onda de protestos que ocorreu no país no mês de junho de 2013. Como esse foi um movimento novo para a sociedade brasileira, trouxe a emergência da produção de textos oficiais do Governo Federal, bem como de outros que tentaram explicar, entender, nomear e tipificar as manifestações e o sujeito manifestante.

Esse Projeto de Lei, que tomamos para análise, foi apresentado em 13 de setembro de 2013 pelo deputado do PSDB/SP Carlos Sampaio e se encontra arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O Deputado Carlos Sampaio entrou com um pedido de desarquivamento desse Projeto em 19 de fevereiro de 2015, porém esse pedido não foi atendido pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Salientamos que, para realização das nossas análises, não utilizaremos esse texto na íntegra, apenas a seção denominada “Justificação” por trazer enunciados que consideramos decisivos para observarmos a produção de sentidos para as palavras *manifestante* e *manifestação*.

Ainda esclarecemos que mobilizaremos os mesmos procedimentos utilizados nas análises que realizamos do texto anterior. Inicialmente, analisaremos a cena enunciativa constituída nesse Projeto de Lei, que tomamos como um acontecimento constituído num espaço de enunciação que traz um passado de sentidos sobre a necessidade de controle e de coerção dos manifestantes e das manifestações que não se enquadram no que está previsto em lei. Nesse acontecimento enunciativo, que também é um espaço de funcionamento de línguas no qual o falante é agenciado a dizer, observaremos de que lugar enunciativo o Locutor é agenciado para dizer o que diz e para quem direciona a sua fala. Na sequência, observaremos os sentidos de *manifestação* constituídos na sua relação com outras palavras no enunciado em que funcionam. Depois, observaremos a produção de sentidos para *manifestante* nesse acontecimento de

linguagem. Por fim, observaremos a orientação argumentativa desse texto por ser um aspecto decisivo para a constituição de sentidos nesse acontecimento enunciativo.

É importante destacarmos que nesse Projeto de Lei, diferentemente do que observamos no pronunciamento analisado anteriormente, a palavra *manifestação* aparece tanto no singular quanto na sua forma plural, havendo predominância do plural (*manifestações*). Já *manifestante* aparece na sua forma plural (*manifestantes*), como ocorre no pronunciamento de Dilma Rousseff. Ao observarmos atentamente o texto, também encontramos nesse Projeto de Lei uma maior ocorrência das palavras *manifestantes* e *manifestações* do que no pronunciamento analisado acima. Porém, mesmo aparecendo com maior frequência no Projeto de Lei, como informamos no início deste capítulo, tomaremos para análise apenas aquelas ocorrências decisivas para descrevermos o funcionamento dessas palavras.

### Texto 3

#### Projeto de Lei 6347/2013

##### Justificação

Este projeto de lei pretende punir aqueles que se aproveitam do anonimato proporcionado pelas manifestações para provocar danos ao patrimônio público ou privado, contribuindo, assim, para a deslegitimação e o descrédito das manifestações; para a produção de danos ao comércio, às residências e ao patrimônio público; para o acirramento dos ânimos e o aumento do risco da produção de danos pessoais a todos os manifestantes e aos policiais que acompanham os protestos.

A atitude de indivíduos isolados que se misturam aos protestos com o fim de depredar coisas móveis e imóveis, públicos ou privados, vem provocando inúmeros prejuízos à sociedade como um todo. Os comerciantes são obrigados a fechar as portas de suas lojas ao menor sinal de qualquer manifestação, porquanto o risco de depredação e saque é constante. Pessoas interessadas apenas na manifestação são levadas a não comparecer ou a abandonarem o evento, uma vez que os indivíduos movidos por propósitos violentos colocam sua própria integridade física e moral, senão sua vida, em risco. Os serviços públicos acabam sendo atingidos, e a própria política de segurança pública é atingida pela explosão de agressividade provocada por indivíduos agindo por meio da massa anônima.

O uso de máscaras com objetivo de protesto, com fins pacíficos e em manifestações pacíficas é perfeitamente legítimo. Por isso, não se pretende, aqui, punir o seu uso. A verdadeira intenção é aumentar a punição daqueles que provocam dano, valendo-se tanto da ocasião que a manifestação proporciona, quanto das máscaras, com o fim de causar prejuízos privados ou públicos. O que se tem observado é que indivíduos com o único fim de depredar e vandalizar patrimônio alheio **usam a própria massa como proteção, tanto a sua identidade, quanto contra a ação da polícia. Assim, acabam transformando os manifestantes pacíficos em verdadeiro escudo humano involuntário para seus próprios objetivos egoístas.** É possível, inclusive, que esses indivíduos venham a convocar manifestações públicas apenas para contar com esses escudos humanos. Isso é inaceitável.

Com o objetivo de dar resposta penal adequada e proporcional a esse tipo de uso das manifestações e dos seus participantes, é que propusemos a inclusão de uma causa de aumento de pena no caso de crime de dano. O Código Penal prevê três tipos de situações em que se pode aumentar a pena atribuída ao autor de um crime: as qualificadoras, as agravantes e as causas de aumento de pena. As qualificadoras são situações que não são elementos do tipo penal, mas circunstâncias que o tornam especialmente grave e provocam, em consequência, o aumento das suas penas mínima e máxima. Elas aderem ao tipo penal básico, criando um tipo penal derivado. Nucci define as qualificadoras da seguinte forma:

“São circunstâncias legais que estão jungidas ao tipo penal incriminador, aumentando ou diminuindo a pena obrigatoriamente, dentro de um mínimo e um máximo previstos pelo legislador”

No caso do tipo penal do art. 163, elas estão previstas no atual parágrafo único, que prevê:

“§1º - Se o crime é cometido:

I - com violência à pessoa ou grave ameaça;

II - com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave;

III - contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista;

IV - por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima”

Se, na conduta criminosa, essas circunstâncias se somam aos elementos do tipo penal básico (“destruir”, “inutilizar” ou “deteriorar” + “coisa alheia”), a pena mínima e a pena máxima são aumentadas.

As circunstâncias agravantes, por sua vez, só operam se elas não constituem elementos do tipo derivado, ou seja, se não foram previstas como qualificadoras. Elas estão previstas no art. 61, do Código Penal.

Já as causas de aumento fazem parte da estrutura típica do delito (ex: §4º, do art. 121, do Código Penal), provocando um aumento de pena que pode levá-la acima do teto tanto do tipo penal básico (ex.: o caput do art. 163), quanto do tipo penal derivado ou qualificado (ex.: o inciso III, do parágrafo único, do art. 163). Essas causas de aumento de pena operam quando o autor, ao realizar a conduta prevista no tipo, realiza igualmente outras condutas e, portanto, incide em outras formas de proceder que merecem um apenamento maior.

No caso deste projeto, teríamos o crime de dano provocado por indivíduo utilizando-se das manifestações, como escudo humano, e de máscara, para impedir que a polícia o identifique em ação em uma manifestação, para poder impedi-lo de fazer o mesmo em uma futura manifestação. Ora, aqui, teríamos que esse crime poderia ser praticado com dano ao patrimônio privado (incidindo o tipo do caput), com dano ao patrimônio público (incidindo a qualificadora do inciso III), com violência ou grave ameaça à pessoa (incidindo o inciso I), com emprego de substância inflamável ou explosiva (inciso II), ou com considerável prejuízo para a vítima ou por motivo egoístico (inciso IV). Assim, o crime cometido por meio do uso de passeata e máscara, poderia produzir um aumento de pena em qualquer dessas situações.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos pares para a aprovação deste projeto.

(<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=591911>)

### 5.2.1 A Cena Enunciativa

Esse Projeto de Lei é de autoria do Deputado Federal Carlos Sampaio, do PSDB/SP. Essa responsabilidade pelo texto está marcada pela presença do nome do Deputado abaixo do título do Projeto, na sua página inicial. Como se pode notar, nesse texto há a presença de um Locutor que, ao ser agenciado do lugar enunciativo de locutor-deputado, diz sobre a necessidade de controlar e coibir os *manifestantes* e as *manifestações* que se contrapõem aos primados da lei. Esse Locutor, ao ser agenciado do lugar social de deputado, fala de um lugar que está autorizado a dizer sobre a necessidade de punir aqueles que se aproveitam das manifestações para provocar danos ao patrimônio público ou privado, de aumentar a pena para os que se aproveitam das manifestações e utilizam máscaras durante os protestos para cometer crimes. Ainda está autorizado a dividir as manifestações e os manifestantes em *pacíficos* e *não pacíficos* e apontar os danos causados por esses manifestantes e suas ações durante os protestos. Apesar das expressões *manifestações não pacíficas* e *manifestantes não pacíficos* não aparecerem no texto, elas são significadas pelas relações de sinonímia e de antonímia que estabelecem com outras palavras e expressões no acontecimento enunciativo em que funcionam. Porém deixaremos essa análise para realizarmos quando tratarmos mais adiante da designação das palavras *manifestante* e *manifestação* nesse Projeto.

Em todo o texto é possível observar que são enumeradas razões para que o Projeto de Lei seja aprovado e reafirmado o seu objetivo de aumentar a punição daqueles que se valem das manifestações para causar danos e das máscaras com o fim de cometer crimes durante os protestos. Como se pode notar no recorte (1), apresentado a seguir:

- (1) “O uso de máscaras com objetivo de protesto, com fins pacíficos e em manifestações pacíficas é perfeitamente legítimo. Por isso, não se pretende, aqui, punir o seu uso. A verdadeira intenção é aumentar a punição daqueles que provocam dano, valendo-se tanto da ocasião que a manifestação proporciona, quanto das máscaras, com o fim de causar prejuízos privados ou públicos”.

Ainda se pode observar que o aumento da pena daqueles que usam as manifestações e máscaras para cometerem crimes durante os protestos é colocado como ponto central do texto e indicado como uma forma de punir esses indivíduos por seus atos durante os protestos. Nessa direção, há uma deslegitimação do uso de máscaras com essa finalidade, ou seja, para trazer danos, prejuízos à sociedade. Por outro lado, há uma legitimação do uso de máscaras em manifestações e protestos com fins pacíficos. Nesse sentido, enquanto deputado, o locutor

enuncia de um determinado lugar social e indica o aumento da pena como uma forma de punir aqueles que agem durante as manifestações de forma contrária ao que permite a legislação brasileira, ou seja, de forma “não legítima”.

Nessa direção, podemos construir a seguinte paráfrase do recorte (1):

(1a) (Nós sabemos que) É legítimo o uso de máscaras em protestos e manifestações pacíficas.

(1b) Entretanto, eu lhes digo, não é legítimo o uso de máscaras em protestos e manifestações com o fim de causar prejuízos públicos ou privados.

Essa paráfrase evidencia que há uma diferença no modo de dizer aquilo que é dito. Em (1a) nota-se que o que se diz é dito de um lugar coletivo. Nessa medida, no primeiro caso, em (1a), o que é dito é feito do lugar de Enunciador Coletivo como se ecoasse uma única voz, a voz de todos, nesse caso, dos deputados, que o “nós sabemos que” da paráfrase (1a) indica. Como se fosse do conhecimento de todos os deputados a legitimidade do uso de máscaras em protestos e manifestações pacíficas. Por outro lado, observa-se que em (1b) há uma contraposição a esse lugar coletivo por um outro lugar de dizer, do Enunciador Individual, que afirma na direção de que não há legitimidade no uso de máscaras em protestos e manifestações para causar prejuízos públicos e privados. É como se dissesse: “Eu afirmo que não é legítimo o uso de máscaras em protestos e manifestações com o fim de causar prejuízos públicos ou privados”.

Ao argumentar, o locutor-deputado instala nesse acontecimento enunciativo a figura do alocutário-deputado. Como se pode observar nos enunciados (2) e (3), que finalizam o texto:

(2) “Com o objetivo de dar resposta penal adequada e proporcional a esse tipo de uso das manifestações e dos seus participantes, é que propusemos a inclusão de uma causa de aumento de pena no caso de crime de dano”.

(3) “Ante o exposto, contamos com o apoio dos pares para a aprovação deste projeto.”

Temos então nesse texto a configuração:

Locutor----- Alocutário

locutor-deputado ----- alocutário-deputado

Nessa medida, nota-se que o locutor- deputado argumenta ao seu alocutor-deputado na direção da necessidade de aumentar a punição para aqueles que cometerem crimes durante as manifestações. Ainda diz aos deputados, ou seja, aos seus pares, que conta com o seu apoio para a aprovação do Projeto de Lei proposto. Desse modo, o locutor, ao ser agenciado do lugar social de deputado, fala enquanto “autoridade” da política brasileira, ou seja, de um lugar do qual está autorizado a dizer, enquanto quem pode legislar.

### 5.2.2 Designação de manifestação e manifestante

Para a análise da designação das palavras *manifestação* e *manifestante* selecionamos alguns recortes nos quais há a ocorrência dessas palavras. Nesse texto observamos que há uma predominância de *manifestação* em sua forma plural (*manifestações*), aparecendo em menor quantidade no singular. Já *manifestante* aparece apenas no plural (*manifestantes*). Assim como fizemos na análise do texto anterior, iniciaremos pela palavra *manifestação* e, após, analisaremos a palavra *manifestante*. Daremos início às nossas análises pelas sequências apresentadas a seguir.

- (4) “Este projeto de lei pretende punir aqueles que se aproveitam do anonimato proporcionado pelas manifestações para provocar danos ao patrimônio público ou privado, contribuindo, assim, para a deslegitimação e o descrédito das manifestações”.
- (5) “A atitude de indivíduos isolados que se misturam aos protestos com o fim de depredar coisas móveis e imóveis, públicos ou privados, vem provocando inúmeros prejuízos à sociedade como um todo”.
- (6) “No caso deste projeto, teríamos o crime de dano provocado por indivíduo utilizando-se das manifestações, como escudo humano”.
- (7) “Assim, o crime cometido por meio do uso de passeata e máscara, poderia produzir um aumento de pena em qualquer dessas situações”.

Na sequência (4), localizada no primeiro parágrafo do texto, observa-se que a palavra *manifestações* é reescriturada por repetição (em: *contribuindo, assim, para a deslegitimação e o descrédito das manifestações*). Nessa mesma sequência, nota-se que há uma legitimação das *manifestações* no dizer do Deputado Federal ao afirmar que alguns indivíduos (significados nessa sequência pela palavra *aqueles*) que se aproveitam do anonimato que as manifestações proporcionam para provocar danos ao patrimônio público ou privado contribuem

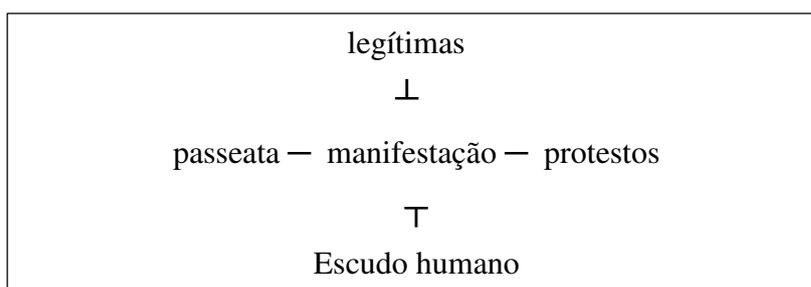
para que haja uma deslegitimação e um descrédito das *manifestações*. Isso nos permite afirmar que implicitamente as *manifestações* estão caracterizadas nessa sequência como legítimas. Uma possível paráfrase dessa sequência seria:

(4a) As manifestações são legítimas.

(4b) As manifestações podem ser deslegitimadas por aqueles que se aproveitam do anonimato proporcionado pelas manifestações para provocar danos ao patrimônio público ou privado.

A partir dessa paráfrase do recorte (4), podemos dizer que *legítimas* predica e determina *manifestações*. Já na sequência (5) *manifestações* é reescrita por sinonímia pela palavra *protestos*. Na sequência (6) *manifestações* é reescriturada por repetição em: *teríamos o crime de dano provocado por indivíduo utilizando-se das manifestações* e predicada por *escudo humano*. E, na sequência (7) a palavra *manifestações* é reescrita por sinonímia por *passeata*. Com base nessas relações, observa-se que a palavra *manifestações* é determinada por *legítimas* e por *escudo humano* e um sinônimo de *protestos* e *passeata*. Nessa direção, podemos dizer que *legítimas* e *escudo humano* determinam *protestos* e *passeata*, ou seja, atribuem sentido, também a *protestos* e *passeata*, que estabelecem uma relação sinonímica com *manifestações*. Isso leva a:

#### DSD-1



Um aspecto que precisamos considerar nesse Projeto de Lei por ser relevante para as nossas análises é a divisão de *manifestação* em dois tipos: *pacífica* e *não pacífica*, assim como ocorre no pronunciamento de Dilma Rousseff que analisamos anteriormente. Essa divisão é significada pela relação de antonímia que se estabelece entre *manifestação pacífica* e *manifestação não pacífica* nesse acontecimento que estamos analisando. Apesar da expressão

*manifestação não pacífica* não aparecer nesse texto, ela significa quando o Deputado Carlos Sampaio diz: *O uso de máscaras com objetivo de protesto, com fins pacíficos e em manifestações pacíficas é perfeitamente legítimo*. Isso pode ser observado na sequência (8)<sup>27</sup> abaixo.

(8) “O uso de máscaras com objetivo de protesto, com fins pacíficos e em manifestações pacíficas é perfeitamente legítimo”.

Nesse recorte é possível perceber então a relação antonímica que se instala entre *manifestação pacífica* e *não pacífica* quando o deputado afirma que *O uso de máscaras com objetivo de protesto, com fins pacíficos e em manifestações pacíficas é perfeitamente legítimo*, isso significa implicitamente que não considera como legítimo o uso máscaras em protestos que não tenham fins pacíficos e em *manifestações não pacíficas*. Nessa medida, podemos afirmar que, mesmo não estando nomeada dessa forma nesse texto, *manifestação não pacífica* significa em oposição à *manifestação pacífica*, ou seja, enquanto um antônimo de *manifestação pacífica*. Temos então:

#### DSD-2



Nessas relações, *manifestação* é determinada por *escudo humano* e por *legítimas* e mantém uma relação sinonímica com *protestos* e *passeata*. Ainda observamos que a palavra *manifestação* determina *manifestação pacífica*, que estabelece, nesse acontecimento de

<sup>27</sup> Esclarecemos que, por ser o nosso foco analisar a designação das palavras *manifestação* e *manifestante* nesse Projeto de Lei, precisamos ir e voltar no texto para lançarmos mão dos recortes decisivos para nossas análises, como é o caso da sequência (8) que se localiza antes das sequências (6) e (7) nesse texto que tomamos para análise.

linguagem, uma relação de antonímia com *manifestação não pacífica* que, enquanto um antônimo de *manifestação pacífica*, determina tudo aquilo a que é antônimo, ou seja, determina *manifestação, passeata, protestos, escudo humano, legítimas e manifestação pacífica*.

Essas relações ainda apontam haver a legitimação da *manifestação pacífica* e a deslegitimação da *manifestação não pacífica* (que significa no texto mesmo não sendo nomeada dessa maneira). Nessa direção, podemos considerar a determinação de *manifestação*, e as que incidem sobre *manifestação*, como determinações sobre *manifestação pacífica*. Isso nos permite afirmar que a *manifestação* caracterizada como *pacífica* é significada enquanto *legítima* e a *manifestação não pacífica* não é significada como *legítima*, uma vez que *legítima* determina *manifestação* que, por sua vez, determina *manifestação pacífica*, que se opõe à *manifestação não pacífica* (como marca a relação de antonímia no DSD-2). Desse modo, podemos dizer que, nesse texto, a *manifestação pacífica* é legitimada e a *manifestação não pacífica* é deslegitimada pelo Estado.

Nesse Projeto de Lei também há um modo interessante de funcionamento das palavras *indivíduo* e *pessoa* que não pode passar despercebido por favorecer a constituição de sentido para *manifestante* nesse acontecimento de linguagem, como mostraremos mais a diante nesta análise. Essas palavras aparecem algumas vezes no texto e sempre na sua forma plural: *indivíduos* tem seis ocorrências e *pessoas* aparece duas vezes. O recorte (9), apresentado a seguir, é uma das passagens do texto em que há a ocorrência dessas palavras (*indivíduo* e *pessoa*).

- (9) “A atitude de indivíduos isolados que se misturam aos protestos com o fim de depredar coisas móveis e imóveis, públicos ou privados, vem provocando inúmeros prejuízos à sociedade como um todo. Os comerciantes são obrigados a fechar as portas de suas lojas ao menor sinal de qualquer manifestação, porquanto o risco de depredação e saque é constante. Pessoas interessadas apenas na manifestação são levadas a não comparecer ou a abandonarem o evento, uma vez que os indivíduos movidos por propósitos violentos colocam sua própria integridade física e moral, senão sua vida, em risco”.

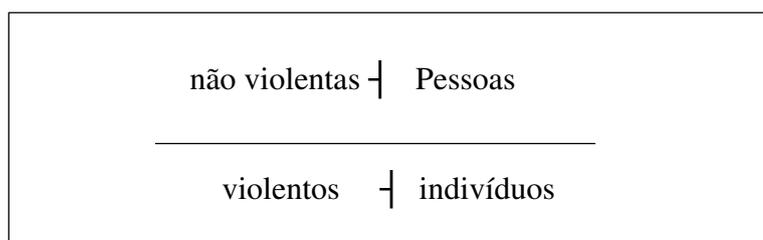
Uma observação inicial do modo de integração de *indivíduo* nesse texto nos levou a perceber que a primeira ocorrência dessa palavra se dá na formação nominal *indivíduos isolados*, que se articula a *que se misturam aos protestos com o fim de depredar coisas móveis e imóveis, públicos ou privados*, conforme se pode notar no início do recorte (9), localizado no segundo parágrafo do texto. Mais à frente nesse recorte, a expressão *indivíduos isolados* é reescriturada por repetição por *indivíduos*, que se articula a *movidos por propósitos violentos*.

Nesse mesmo recorte também há a ocorrência da palavra *pessoa* (em: *Pessoas interessadas apenas na manifestação*) significando na relação de antonímia com *indivíduo*. Para evidenciarmos essa relação de antonímia estabelecida entre *pessoa* e *indivíduo* neste texto, uma paráfrase possível é:

- (9a) Pessoas que estão interessadas apenas na manifestação não têm propósito violento.  
 (9b) Os indivíduos que se misturam aos protestos com o fim de depredar coisas móveis e imóveis, públicos ou privados são violentos.

Isso nos possibilita afirmar que nesse texto a palavra *pessoas* é determinada por *não violentas* e *violentos* determina *indivíduos*. A paráfrase acima também nos permite considerar *pessoas* como um antônimo de *indivíduos*. Além disso, ao deputado dizer *Pessoas que estão interessadas apenas na manifestação e indivíduos isolados que se misturam aos protestos com o fim de depredar coisas móveis e imóveis, públicos ou privados*, fica implícito que as *pessoas* estão interessadas apenas em manifestar, enquanto que os *indivíduos* violentos não têm como propósito manifestar, mas agir de forma violenta. Isso nos permite dizer que a palavra *pessoas* está significada nesse acontecimento como um antônimo de *indivíduos*. A partir dessas relações temos:

### DSD-3



As relações estabelecidas no enunciado acima apontam que *pessoas* significa nesse acontecimento de linguagem enquanto um sinônimo de *manifestantes pacíficos* e *indivíduos* como um sinônimo de *manifestantes não pacíficos*, uma vez que *pessoas* está determinada por *não violentas*, significando implicitamente nesse recorte *manifestantes pacíficos*. Já *indivíduos* está determinado nesse texto por *violentos*, significando implicitamente os *manifestantes não pacíficos*. Nessa direção, torna-se relevante para nossas análises considerarmos a divisão que ocorre de *manifestante*, nesse acontecimento, nas seguintes categorias: *pacíficos* e *não*

*pacíficos* (essa expressão não aparece dessa forma nesse texto, mas é significada nesse acontecimento pela relação que estabelece com *manifestantes pacíficos*). Assim como mostramos no decorrer das análises que realizamos do texto anterior, nesse Projeto de Lei também há essa divisão de *manifestantes* em duas categorias. Observemos o seguinte recorte:

- (10) “O que se tem observado é que indivíduos com o único fim de depredar e vandalizar patrimônio alheio usam a própria massa como proteção, tanto a sua identidade, quanto contra a ação da polícia. Assim, acabam transformando os manifestantes pacíficos em verdadeiro escudo humano involuntário para seus próprios objetivos egoístas. É possível, inclusive, que esses indivíduos venham a convocar manifestações públicas apenas para contar com esses escudos humanos. Isso é inaceitável”.

Nesse recorte é possível perceber que o deputado diz que os *indivíduos* que têm como propósito *depredar e vandalizar patrimônio alheio* acabam transformando os *manifestantes pacíficos* em verdadeiro escudo humano involuntário para seus próprios objetivos egoístas, isso significa implicitamente que os *manifestantes não pacíficos* não estão sendo transformados em *escudos humanos*, apenas os *manifestantes pacíficos*. Nessa medida, a expressão *manifestantes não pacíficos* significa na relação de antonímia que estabelece nesse texto com *manifestantes pacíficos*. Mesmo não tendo ocorrência da expressão *manifestantes não pacíficos* nesse acontecimento de linguagem, essa categoria de *manifestante* significa nesse texto em que a caracterização de *manifestantes* só ocorre com a predicação *pacíficos*.

As relações estabelecidas nesse enunciado apontam que *indivíduos* está predicado por *violentos*, *depredadores* e *vândalos* (em: *depredar e vandalizar patrimônio alheio*) e significa nesse acontecimento enunciativo como um sinônimo de *manifestantes não pacíficos*. Assim *violentos*, *depredadores* e *vândalos* são predicações que determinam *indivíduos*. Além disso, nesse texto, *depredadores* e *vândalos* se apresentam como sinônimos de *violentos*. Já a palavra *pessoas* significa nesse acontecimento como um sinônimo de *manifestantes pacíficos* e está predicada por *não violentos*. Desse modo, podemos considerar que a palavra *pessoas* determina *manifestantes pacíficos* e está determinada por *não violentas*. Ao lado disso, ainda há nesse recorte duas reescriturações de *indivíduos* por repetição em *indivíduos com o único fim de depredar e vandalizar patrimônio alheio* e *esses indivíduos* (no final desse recorte (10), localizado no terceiro parágrafo do texto).

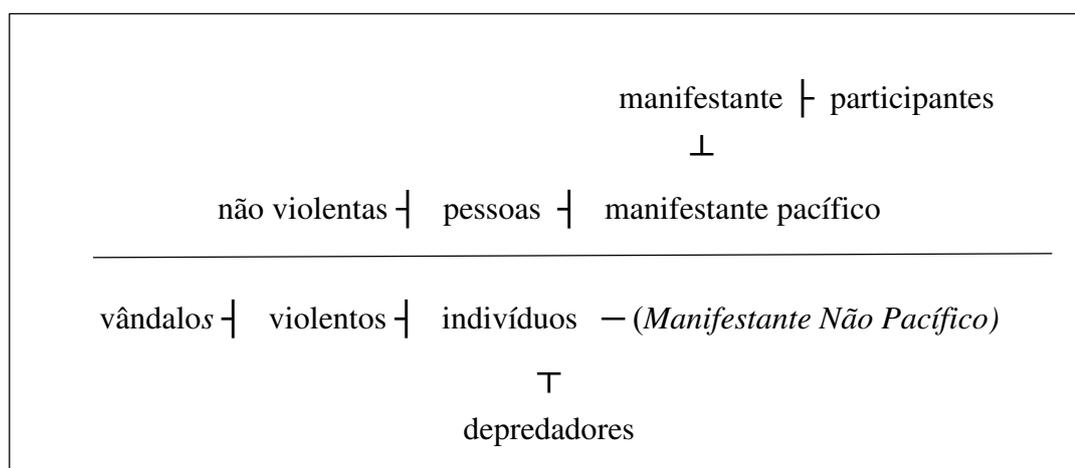
Nesse texto o termo *manifestantes* ainda aparece reescriturado por sinonímia por *participantes*. Assim, há nesse texto uma determinação em que *manifestantes* é determinado

por *participantes*. Isso significa que, ao reescrever a palavra *manifestantes*, *participantes* a determina, como se pode notar em:

- (11) “Com o objetivo de dar resposta penal adequada e proporcional a esse tipo de uso das manifestações e dos seus participantes, é que propusemos a inclusão de uma causa de aumento de pena no caso de crime de dano”.

Com base nas relações estabelecidas pelas palavras que analisamos nos enunciados nos quais funcionam, o *manifestante* está sendo significado a partir da relação de oposição, de tensão, que ocorre entre *manifestantes pacíficos* e *manifestantes não pacíficos*. Nessa direção, podemos considerar o seguinte DSD de *manifestante*:

#### DSD- 4



As relações apresentadas nesse DSD apontam que a palavra *manifestante* determina *manifestante pacífico* e está determinada por *participantes*. Além disso, nesse texto, *manifestante pacífico* está determinado pela palavra *peessoas*, que se encontra predicada por *não violentas*. Ainda podemos considerar, a partir da análise dessas relações, que *manifestante pacífico* estabelece uma relação de oposição com *manifestante não pacífico* que, por sua vez, estabelece uma relação sinonímica com a palavra *indivíduos*. Desse modo, o *manifestante não pacífico* está significando no domínio antonímico de *manifestante pacífico*. Nessas relações também observamos que a palavra *indivíduos* aparece predicada por *violentos* (*movidos por propósitos violentos*), *depredadores* (*depredar*) e *vândalos* (*vandalizar*), o que nos leva a

considerar a determinação de *indivíduos* como determinação sobre *manifestante não pacífico*, uma vez que, nesse texto, *indivíduos* e *manifestante não pacífico* estabelecem uma relação sinonímica. Isso significa dizer que os predicados *violentos*, *depredadores* e *vândalos* incidem sobre a categoria *manifestante não pacífico*.

Essas relações ainda apontam a existência de um litígio entre *manifestação pacífica* e *manifestação não pacífica*, bem como entre *manifestante pacífico* e *manifestante não pacífico*, no Brasil- visto enquanto um lugar de conflitos entre o *pacífico* (“autorizado”, legitimado pelo Estado) e o *não pacífico* (deslegitimado, “desautorizado” pelo Estado). Esse litígio está marcado nesse texto pela relação de oposição que se estabelece entre essas categorias de *manifestante (pacífico e não pacífico)* e *manifestação (pacífica e não pacífica)*. Nesse acontecimento de linguagem que estamos analisando, que também é político e, por isso, um lugar de distribuição desigual da língua (no caso da língua portuguesa) para os seus falantes, ainda observamos que é dada a palavra ao *pacífico* e esta é negada ao *não pacífico* que, mesmo não tendo a palavra, “fala”, significa nesse acontecimento pelas relações que estabelece com outras palavras nos enunciados em que funcionam, como *violência* e *vândalo (vandalismo)*, por exemplo.

Ao analisarmos a designação de *manifestante* e *manifestação* no memorável das manifestações de junho de 2013 no Brasil, que se configura como um momento bastante particular na história das manifestações populares no país, observamos que *manifestação* significa na relação de oposição estabelecida entre *manifestação pacífica* e *manifestação não pacífica*. Já *manifestante* significa na relação antonímia que se estabelece entre *manifestante pacífico* e *manifestante não pacífico* nesse acontecimento enunciativo. Nessa medida, *manifestante pacífico* e *manifestação pacífica* significam como a categoria de *manifestante* e de *manifestação* que é legitimada, “autorizada” pelo Estado. Ainda significam na relação de tensão, de conflito que estabelecem com o *violento*, ou seja, com o *não pacífico* (que significa enquanto um sinônimo de *violento* nesse Projeto de Lei), “desautorizado”, “deslegitimado” pelo Estado.

A partir dos DSDs apresentados acima podemos dizer que há uma sinonímia significativa da oposição estabelecida no pronunciamento de Dilma Rousseff, que analisamos no início deste capítulo, em que o que é predicado por *pacífico (manifestante pacífico e manifestação pacífica)* significa enquanto oposto ao *não pacífico (manifestante não pacífico e manifestação não pacífica)*.

### 5.2.3 Argumentação para “é necessário aumentar a punição para os indivíduos que agem de forma violenta durante as manifestações”

Analisaremos agora como se constitui a orientação argumentativa desse mesmo Projeto de Lei apresentado acima, que não é apenas um projeto de autoria de um determinado deputado, mas um projeto que significa sobre as manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil. Ainda observaremos como o locutor-deputado argumenta para o alocutário-deputado no sentido de que *é necessário aumentar a punição para indivíduos que agem de forma violenta durante as manifestações*; apresentando razões para aumentar essa punição. Também levaremos em consideração as articulações estabelecidas entre enunciados através de alguns operadores argumentativos que introduzem argumentos apresentados pelo deputado no decorrer desse texto.

Consideramos que todo esse Projeto de Lei se articula na direção da seguinte conclusão: *é necessário aumentar a punição para indivíduos que agem de forma violenta durante as manifestações*. Quanto aos argumentos apresentados no decorrer desse texto, eles se relacionam da seguinte forma: X, *portanto* Y.

Iniciaremos nossas análises pelas seguintes sequências:

- (12) “Os comerciantes são obrigados a fechar as portas de suas lojas ao menor sinal de qualquer manifestação, porquanto o risco de depredação e saque é constante”.
- (13) “Pessoas interessadas apenas na manifestação são levadas a não comparecer ou a abandonarem o evento, uma vez que os indivíduos movidos por propósitos violentos colocam sua própria integridade física e moral, senão sua vida, em risco”.

Na sequência (12), apresentada acima, temos o operador argumentativo *porquanto* estabelecendo uma articulação entre os seguintes enunciados:

- (12’) “Os comerciantes são obrigados a fechar as portas de suas lojas ao menor sinal de qualquer manifestação”.
- (12’’) “o risco de depredação e saque é constante”.

Essa sequência pode ser parafraseada por

(12a) O risco de depredação e saque é constante, por isso os comerciantes são obrigados a fechar as portas de suas lojas ao menor sinal de qualquer manifestação.

Como se pode perceber, na sequência (12) há uma articulação entre os enunciados (12') [*Os comerciantes são obrigados a fechar as portas de suas lojas ao menor sinal de qualquer manifestação*] e (12'') [*o risco de depredação e saque é constante*] através do operador argumentativo *porquanto*. Dada a paráfrase (12a), é possível afirmarmos que *o risco de depredação e saque é constante* orienta para *Os comerciantes são obrigados a fechar as portas de suas lojas ao menor sinal de qualquer manifestação*. Ou seja, o que se diz em (12'') [*o risco de depredação e saque é constante*] sustenta (12') [*Os comerciantes são obrigados a fechar as portas de suas lojas ao menor sinal de qualquer manifestação*].

Já na sequência (13) encontramos os seguintes enunciados:

(13') "Pessoas interessadas apenas na manifestação são levadas a não comparecer ou a abandonarem o evento".

(13'') "os indivíduos movidos por propósitos violentos colocam sua própria integridade física e moral, senão sua vida, em risco".

Essa sequência pode ser parafraseada por:

(13a) Os indivíduos movidos por propósitos violentos colocam sua própria integridade física e moral, senão sua vida, em risco, por isso pessoas interessadas apenas na manifestação são levadas a não comparecer ou a abandonarem o evento.

Temos aqui uma articulação entre os enunciados (13') e (13'') através do operador argumentativo *uma vez que*, que articula argumentativamente esses dois enunciados. De modo que essa articulação possibilita que o que aparece em (13'') [*os indivíduos movidos por propósitos violentos colocam sua própria integridade física e moral, senão sua vida, em risco*] se apresente como uma sustentação para (13') [*Pessoas interessadas apenas na manifestação são levadas a não comparecer ou a abandonarem o evento*], conforme aparece na paráfrase (13a).

Nessa perspectiva, pode-se observar que tanto na sequência (12) quanto na sequência (13), apresentadas acima, há relações do tipo [X] por isso [Y], denominadas por Guimarães (2018) de *argumentatividade diretiva*, que é representada por [X PT Y], onde se lê

[X PORTANTO Y]. Nessa direção, observa-se que na sequência (12) o locutor-deputado apresenta a conclusão *Os comerciantes são obrigados a fechar as portas de suas lojas ao menor sinal de qualquer manifestação* (expressa em Y), a qual é sustentada pelo argumento *o risco de depredação e saque é constante* (expresso em X). Ao passo que na sequência (13) o locutor-deputado apresenta a conclusão *Pessoas interessadas apenas na manifestação são levadas a não comparecer ou a abandonarem o evento* (expresso em Y), que é sustentada pelo argumento (expresso em X) *os indivíduos movidos por propósitos violentos colocam sua própria integridade física e moral, senão sua vida, em risco*.

Essas relações estabelecidas nas sequências (12) e (13) indicam que o Locutor, agenciado do lugar social de deputado, ao dizer Y apresenta um argumento X como razão para que seja apoiada a sua “avaliação” sobre as consequências trazidas pelas ações dos *indivíduos violentos* (significado nesse texto por *movidos por propósitos violentos*) durante as manifestações. Assim observamos que na sequência (12) o locutor-deputado expressa em Y essa sua “avaliação” das ações praticadas pelos *indivíduos violentos* durante as manifestações, no qual diz *Os comerciantes são obrigados a fechar as portas de suas lojas ao menor sinal de qualquer manifestação*. Sendo essa avaliação (expressa em Y) sustentada pelo argumento *o risco de depredação e saque é constante*. Já na sequência (13) o locutor-deputado diz Y, em *Pessoas interessadas apenas na manifestação são levadas a não comparecer ou a abandonarem o evento*, que se apresenta como uma conclusão sustentada por *os indivíduos movidos por propósitos violentos colocam sua própria integridade física e moral, senão sua vida, em risco*.

Isso nos permite dizer que os argumentos apresentados nas sequências (12) e (13) apontam que as ações dos *indivíduos movidos por propósitos violentos*, ou seja, dos *indivíduos violentos* durante as manifestações trazem riscos aos próprios indivíduos que agem com violência, quanto às pessoas que estão *interessadas apenas na manifestação*, bem como aos comércios. Como se pode observar, na sequência (12) o argumento apresentado aponta para os riscos de depredação e saques dos comércios trazidos pelas ações dos *indivíduos violentos* durante os protestos (em: *Os comerciantes são obrigados a fechar as portas de suas lojas ao menor sinal de qualquer manifestação*). Já na sequência (13) os argumentos apresentados apontam para a existência de riscos à integridade dos indivíduos que agem com violência (em: *colocam sua própria integridade física e moral, senão sua vida, em risco*), como também das pessoas que vão às manifestações com o objetivo apenas de manifestar (*interessadas apenas na manifestação*). Ou seja, esses argumentos apontam algumas consequências trazidas pelas

ações dos *indivíduos violentos*, significado no DSD de *manifestante* (DSD-4), apresentado acima, pela relação de sentido que a palavra *indivíduo* estabelece com *depredadores* (*deprestar*), *vândalos* (*vandalizar*) e *manifestante não pacífico* (que se apresenta nesse acontecimento como um sinônimo de *indivíduo*). Esse sentido para *indivíduo* constituído no DSD-4 é reafirmado nessas relações de argumentação apresentadas nas sequências (12) e (13).

Essas relações de orientação argumentativa que se estabelecem entre as sequências (12) e (13) conduzem à seguinte conclusão:

(14) “A verdadeira intenção é aumentar a punição daqueles que provocam dano, valendo-se tanto da ocasião que a manifestação proporciona, quanto das máscaras, com o fim de causar prejuízos privados ou públicos”.

Desse modo, a sequência (14) se apresenta como uma conclusão para o que é dito em (12) e (13), uma vez que essas sequências trazem argumentos que sustentam o que é expresso na sequência (14). Isso nos possibilita afirmar que as relações de orientação argumentativa estabelecidas entre as sequências (12) e (13) levam à seguinte conclusão: *A verdadeira intenção é aumentar a punição daqueles que provocam dano, valendo-se tanto da ocasião que a manifestação proporciona, quanto das máscaras, com o fim de causar prejuízos privados ou públicos*. Ou seja, conduzem à conclusão apresentada na sequência (14). E essas relações de orientação argumentativa presentes entre as sequências (12) e (13) levam a uma conclusão final que motiva o Projeto de Lei. Isso pode ser parafraseado por: “Dado o que se diz em (12) e (13), então é preciso aumentar a punição para indivíduos que agem de forma violenta durante as manifestações”.

Em seguida, é introduzido no texto mais um argumento a favor do aumento da pena para aqueles que agem de forma não pacífica (*daqueles que provocam dano, os indivíduos violentos, vândalos, depredadores*) durante as manifestações, ou seja, mais uma “prova” que direciona para a conclusão (“*é possível aumentar a punição para indivíduos que agem de forma violenta durante as manifestações*”), o que se pode ver na sequência (15) abaixo.

(15) “O que se tem observado é que indivíduos com o único fim de deprestar e vandalizar patrimônio alheio usam a própria massa como proteção, tanto a sua identidade, quanto contra a ação da polícia. Assim, acabam transformando os manifestantes pacíficos em verdadeiro escudo humano involuntário para seus próprios objetivos egoístas”.

Essa sequência pode ser parafraseada por

(15a) Indivíduos com o único fim de depredar e vandalizar patrimônio alheio acabam transformando os manifestantes pacíficos em verdadeiro escudo humano, por isso é preciso aumentar a punição para os indivíduos que agem de forma violenta durante as manifestações.

Dada a paráfrase (15a), nessa sequência é apresentado mais um motivo para que haja o aumento da punição para os *indivíduos violentos (acabam transformando os manifestantes pacíficos em verdadeiro escudo humano)*, que vai ao encontro dos argumentos apresentados nas sequências (12) e (13), apresentadas acima, por também trazem razões para o aumento da pena para crimes cometidos por esses indivíduos durante os protestos, significadas nesse acontecimento por algumas consequências geradas pelas ações desses *indivíduos não pacíficos (indivíduos movidos por propósitos violentos)* durante as manifestações (como, por exemplo, *prejuízos ao patrimônio público e privado*). A partir dessas relações, podemos dizer que os *indivíduos* estão significados nesse acontecimento por suas ações violentas durante as manifestações, o que nos leva ao DSD-4 de *manifestante* em que termo *indivíduos* é predicado por palavras que reescrevem *violência (vândalos e depredadores)*. Esse DSD opera paralelamente à orientação argumentativa que sustenta a conclusão de que *é possível aumentar a punição para indivíduos que agem de forma violenta durante as manifestações*.

Outro argumento presente no texto, na sequência (15), é introduzido pelo operador argumentativo *Assim* e se apresenta como uma continuidade dos argumentos que aparecem nas sequências (12) e (13) acima, pois também descreve mais uma das ações dos indivíduos que agem de forma violenta durante os protestos, significados nessa sequência por *com o único fim de depredar e vandalizar patrimônio alheio*. Segue uma paráfrase possível do enunciado *Assim, acabam transformando os manifestantes pacíficos em verdadeiro escudo humano involuntário para seus próprios objetivos egoístas*, presente na sequência (15):

(15b) Sabemos que os indivíduos violentos usam os manifestantes pacíficos para protegerem sua identidade e contra a ação da polícia.

(15c) Eu digo que os manifestantes pacíficos estão sendo transformados em verdadeiro escudo humano pelos indivíduos violentos.

A partir dessas relações é possível notar que o Locutor ao argumentar constitui a figura dos enunciadores Genérico e Individual. Assim, em (15b), o Locutor diz do lugar de Enunciador Genérico ao afirmar que “Indivíduos violentos usam os manifestantes pacíficos

para se protegerem” (tanto a sua identidade quanto da ação da polícia) como algo sobre os *indivíduos violentos* já conhecido por todos, e em (15c) diz do lugar de Enunciador Individual que “os manifestantes pacíficos estão sendo transformados em verdadeiro escudo humano pelos indivíduos violentos”. Desse modo, do lugar de Enunciador Genérico, o Locutor afirma que os *manifestantes pacíficos* estão sendo usados como uma forma de proteção pelos *indivíduos violentos*, ou seja, diz algo sobre as ações dos *indivíduos violentos* que todos já sabem. E, do lugar de Enunciador Individual o Locutor afirma que os *manifestantes* estão sendo usados como um verdadeiro escudo pelos *indivíduos violentos*, sendo essa a perspectiva assumida pelo locutor-deputado. Nessa medida, o locutor- deputado, ao dizer do lugar de Enunciador Individual traz, nesse enunciado, mais uma “prova” para o aumento da punição para os indivíduos que agem com violência durante as manifestações, ou seja, traz mais um argumento a favor da conclusão de que é *necessário aumentar a punição para os indivíduos que agem com violência durante as manifestações*.

Nessa mesma direção, é introduzido no texto mais um argumento, conforme se pode perceber na sequência abaixo:

- (16) “É possível, inclusive, que esses indivíduos venham a convocar manifestações públicas apenas para contar com esses escudos humanos. Isso é inaceitável”.

Podemos construir a seguinte paráfrase dessa sequência:

- (16a) Sabemos que os indivíduos que agem de forma violenta convocam manifestações públicas apenas para usar os manifestantes pacíficos como escudos humanos.  
 (16b) Eu afirmo que não se pode aceitar que os indivíduos violentos usem os manifestantes pacíficos como escudos humanos.

Com base nas relações apresentadas acima, observa-se que em (16a) o Locutor diz do lugar de Enunciador Genérico ao afirmar algo que é do conhecimento de todos sobre os indivíduos que agem de forma violenta durante as manifestações. Ou seja, afirma que “os indivíduos que agem de forma violenta convocam manifestações públicas apenas para usar os manifestantes pacíficos como escudos humanos” como algo já conhecido por todos. Já em (16b) o Locutor, ao argumentar, diz do lugar de Enunciador Individual que é inaceitável que os manifestantes pacíficos sejam usados como escudos humanos pelos indivíduos violentos, o que se sustenta no dizer do Enunciador Genérico. E, é essa perspectiva do lugar de Enunciador Individual que o locutor-deputado assume.

No final do texto encontramos uma conclusão da argumentação apresentada pelo Deputado Federal Carlos Sampaio, que aparece no recorte (17):

(17) “[...] teríamos que esse crime poderia ser praticado com dano ao patrimônio privado (incidindo o tipo do caput), com dano ao patrimônio público (incidindo a qualificadora do inciso III), com violência ou grave ameaça à pessoa (incidindo o inciso I), com emprego de substância inflamável ou explosiva (inciso II), ou com considerável prejuízo para a vítima ou por motivo egoístico (inciso IV). Assim, o crime cometido por meio do uso de passeata e máscara, poderia produzir um aumento de pena em qualquer dessas situações.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos pares para a aprovação deste projeto”.

No início desse recorte observamos a presença de uma enumeração contendo mais alguns motivos, ou seja, mais algumas “provas” a favor da necessidade de aumento da pena para aqueles que se aproveitam da passeata e do uso de máscaras para cometer crimes durante as manifestações (para os *indivíduos violentos*) em: *dano ao patrimônio privado (incidindo o tipo do caput)*, *dano ao patrimônio público (incidindo a qualificadora do inciso III)*, *violência ou grave ameaça à pessoa (incidindo o inciso I)*, *emprego de substância inflamável ou explosiva (inciso II)* e *considerável prejuízo para a vítima ou por motivo egoístico*. Um aspecto interessante que nos cabe observar aqui é que essa enumeração é feita a partir do que traz o Código Penal Brasileiro. Nessa direção, podemos afirmar que o locutor-deputado também sustenta a sua argumentação com o que diz a legislação brasileira sobre situações que também se enquadram no conjunto de crimes cometidos por *indivíduos violentos* durante as manifestações.

Nesse recorte (17) ainda é apresentado um argumento, introduzido pelo operador argumentativo *Assim*, no enunciado *Assim, o crime cometido por meio do uso de passeata e máscara, poderia produzir um aumento de pena em qualquer dessas situações*, que se apresenta como decisivo, como o argumento mais forte a favor da necessidade de aumento da punição para os indivíduos que atuam de forma violenta durante as manifestações. E, é nessa perspectiva que o texto se constitui. Podemos apresentar a seguinte paráfrase desse recorte:

Enunciador Genérico- (17a): Sabemos que há crimes que são cometidos por meio do uso de passeata e máscara.

Enunciador Individual- (17b): Eu afirmo que é possível aumentar a pena para crimes cometidos por meio do uso de passeata e máscara.

A partir das relações apresentadas na paráfrase acima, o Locutor ao argumentar fala do lugar de Enunciador Genérico, em (17a), sobre os crimes cometidos por meio do uso de passeata e de máscara como algo sabido por todos. Já em (17b) o Locutor diz do lugar de Enunciador Individual, sustentando-se no dizer do Enunciador Genérico, ao afirmar sobre a possibilidade de aumento da *pena para crime cometido por meio do uso de passeata e máscara*, sendo esta a perspectiva assumida pelo locutor-deputado, a partir da qual o texto vai se construindo. Ou seja, na direção de que *é necessário aumentar a punição para indivíduos que agem de forma violenta durante as manifestações*. De modo que o argumento *o crime cometido por meio do uso de passeata e máscara, poderia produzir um aumento de pena em qualquer dessas situações* apresenta-se como o mais forte a favor da conclusão de que *é necessário aumentar a pena para os indivíduos que agem de forma violenta durante as manifestações*, para a qual o locutor-deputado busca a adesão do alocutor-deputado (*dos pares*).

#### 5.2.4 Conclusão

Com base nos DSDs apresentados, nota-se que a designação de *manifestação* aponta uma relação de sentido na qual a palavra *manifestação* é determinada por *escudo humano* e *legítimas*, estabelece uma relação sinonímica com *passeata* e *protestos* e determina *manifestação pacífica*, que estabelece uma relação de antonímia com *manifestação não pacífica*. Já a designação da palavra *manifestante* aponta uma relação de sentido em que *manifestante* é determinado por *participantes* e determina *manifestante pacífico* que, por sua vez, está determinado por *pessoas* e *não violentas*. De modo que *manifestante pacífico* apresenta uma relação de oposição com *manifestante não pacífico*, significado nesse acontecimento como um sinônimo de *indivíduos*, que está determinado por *violentos*, *depredadores* e *vândalos*.

Assim como acontece no pronunciamento de Dilma Rousseff, que apresentamos no início deste capítulo, no Projeto de Lei que aqui apresentamos também há uma divisão de *manifestação* e de *manifestante* em dois tipos: *pacífico* e *não pacífico*. De modo que a relação antonímia estabelecida entre o *pacífico* (*manifestação pacífica* e *manifestante pacífico*) e o *não pacífico* (*manifestação não pacífica* e *manifestante não pacífico*) favorece a constituição de sentido de *manifestação* e *manifestante* nesse Projeto de Lei, do mesmo modo que ocorre no pronunciamento de Dilma Rousseff.

A partir da análise realizada do movimento argumentativo desse Projeto de Lei, é possível afirmarmos que o Locutor, ao ser agenciado do lugar social de deputado, argumenta

para o seu alocutário-deputado no sentido de que *é necessário aumentar a punição para os indivíduos que agem com violência durante as manifestações*. E, enquanto Enunciador Individual, o locutor-deputado apresenta o argumento decisivo desse Projeto, introduzido pelo operador argumentativo *Assim* (em: *o crime cometido por meio do uso de passeata e máscara, poderia produzir um aumento de pena em qualquer dessas situações*), a favor da conclusão (*é necessário aumentar a punição para os indivíduos que agem com violência durante as manifestações*) para a qual busca a adesão do seu alocutário.

## CAPÍTULO VI

### O MANIFESTANTE E A MANIFESTAÇÃO NOS DIZERES DA MÍDIA TRADICIONAL BRASILEIRA

Os textos que analisamos neste capítulo fazem parte do conjunto de publicações feitas pelo jornal Folha de São Paulo sobre as manifestações ocorridas em diversas cidades do Brasil durante o mês de junho de 2013. Dos mais de 350 textos publicados por este jornal para noticiar os episódios ocorridos durante esse período, selecionamos dois textos para analisarmos o funcionamento semântico-enunciativo das palavras *manifestação* e *manifestante* no discurso da Mídia Tradicional Brasileira. Os referidos textos têm como título: “Em comunicado, Dilma diz que manifestações pacíficas são legítimas” e “Protesto”. Mais do que um relato sobre eventos ocorridos durante as manifestações de junho de 2013 no Brasil, essas notícias significam sobre os protestos ocorridos pelas ruas das principais cidades brasileiras nesse período.

Esclarecemos que, para a análise dos referidos textos, utilizaremos os mesmos procedimentos de análise que usamos no capítulo anterior. Desse modo, inicialmente, será observado como se constitui a cena enunciativa nesses textos veiculados pelo jornal Folha de São Paulo. Em seguida, observaremos a constituição de sentidos para *manifestação* e *manifestante* a partir das relações que essas palavras estabelecem com outras palavras e expressões presentes nos textos em que funcionam. Ainda analisaremos se existe uma relação de sentido entre *manifestação* e *manifestante*. E, por fim, analisaremos a orientação argumentativa desses textos e de que modo pode favorecer para a produção de sentidos para *manifestação* e *manifestante*.

#### 6.1 Uma notícia sobre as manifestações ocorridas pelas ruas do Brasil

Esse texto, assinado pelo jornalista Breno Costa, foi publicado no dia 17 de junho de 2013, período de auge dos protestos pelas ruas do Brasil, no caderno *Cotidiano*, que tem como objetivo trazer os principais fatos relacionados a assuntos na área da educação, urbanismo, meio ambiente, administração pública, entre outros. Aqui utilizaremos a parte verbal dessa notícia por não ser do nosso interesse realizar análises da parte não verbal. Como

se pode notar, essa notícia foi publicada pelo jornal Folha de São Paulo quatro dias antes do pronunciamento que analisamos no capítulo anterior, realizado pela presidente Dilma Rousseff para falar sobre as manifestações que estavam ocorrendo no Brasil em junho de 2013.

### Texto 3

#### **Em comunicado, Dilma diz que 'manifestações pacíficas são legítimas'**

**Breno Costa**

Em seus primeiros comentários sobre as manifestações pela redução nas tarifas de ônibus e pela melhoria do transporte público, que vêm tomando as ruas de diversas capitais do país desde a semana passada, a presidente Dilma Rousseff disse que as "manifestações pacíficas são legítimas".

"As manifestações pacíficas são legítimas e são próprias da democracia. É próprio dos jovens se manifestarem", limitou-se a afirmar a presidente, em comunicado divulgado pela ministra da Secretaria da Comunicação Social, Helena Chagas, no início da noite desta segunda-feira (17).

Ela não fez comentários sobre excessos, tanto por parte de manifestantes como por parte das forças policiais.

### **VAIAS**

Sobre as vaias recebidas na abertura da Copa das Confederações, no último sábado (15), a presidente não fez comentários oficiais. Numa avaliação pessoal, Helena Chagas minimizou o tema.

"Isso não tem relevância", disse aos jornalistas que trabalham no Palácio do Planalto.

### **SÃO PAULO**

Na capital paulista, a Polícia Militar aponta cerca de 30 mil pessoas no protesto que se concentrou no largo da Batata, na região de Pinheiros, na zona oeste de São Paulo. O Datafolha, no entanto, aponta que o número é de aproximadamente 65 mil pessoas.

Após a concentração no largo da Batata, o movimento decidiu dividir a passeata em dois grupos. Uma parte foi pela av. Rebouças sentido marginal Pinheiros, e outra pela av. Faria Lima. Inicialmente, um grupo liderado pelo partido PSTU disse que seguiria em direção à avenida Paulista, mas desistiu do trajeto.

As últimas manifestações do grupo foram marcadas por confrontos com a Polícia Militar. O último caso ocorreu na quinta-feira (13), quando houve confusão na rua da Consolação, na região central. Segundo organizadores, ao menos cem pessoas ficaram feridas e mais de 200 foram detidas. Dentre jornalistas, houve 15 feridos, sendo sete da **Folha**.

Para esta segunda-feira, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) afirmou que a Polícia Militar não usará balas de borracha contra os manifestantes. "Nós acreditamos em uma manifestação pacífica e organizada, em que a polícia vai apenas ordenar para que ela aconteça", disse ontem (16) o secretário de Segurança Pública, Fernando Grella Vieira.

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296714-em-comunicado-dilma-diz-que-manifestacoes-pacificas-sao-legitimas.shtml>

### 6.1.1 Constituição da Cena Enunciativa

Esse texto é uma notícia assinada pelo jornalista Breno Costa. Essa autoria é marcada pela presença do nome do jornalista abaixo do título, indicando assim quem é o responsável por essa notícia. Na cena constituída nesse acontecimento enunciativo há a presença de um Locutor (L), responsável por sua produção, e um locutor-x (lugar social de enunciação). Nesse caso, o lugar social de enunciação é ocupado por um locutor-jornalista que relata sobre as manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil. Um aspecto interessante que notamos nessa notícia é que, ao fazer esse relato, o jornalista (enquanto locutor do texto) narra o que certas personagens da vida política disseram. No caso desse acontecimento, o locutor-jornalista relata enunciações de personagens políticas: Dilma Rousseff, Geraldo Alckmin e Fernando Grella Vieira (Secretário de Segurança Pública durante o governo de Geraldo Alckmin). Como ressalta Guimarães (2011, p. 27-28), é importante levarmos em consideração que “o dizer da personagem política não está aí simplesmente como algo a que o jornalista se refere. A questão é que a enunciação do jornalista traz a enunciação da personagem de sua notícia.”

Para iniciarmos nossas análises, tomaremos o seguinte recorte:

- (1) “Em seus primeiros comentários sobre as manifestações pela redução nas tarifas de ônibus e pela melhoria do transporte público, que vêm tomando as ruas de diversas capitais do país desde a semana passada, a presidente Dilma Rousseff disse que as “manifestações pacíficas são legítimas”.

Nesse recorte o locutor-jornalista retoma o texto de Dilma Rousseff como uma maneira de sustentar a informação apresentada, bem como a sua argumentação. Essa retomada pode ser observada na referência que o locutor-jornalista faz à fala da presidente de que “manifestações pacíficas são legítimas”. Assim o locutor-jornalista introduz na estrutura do enunciado as palavras de Dilma Rousseff assumindo-as, em certa medida. Porém, com o uso

do discurso indireto, evidencia marcas da fala do outro, ou seja, da presidente Dilma Rousseff que disse antes sobre as manifestações pacíficas e as definiu como legítimas.

O Locutor, ao enunciar, instala nesse acontecimento a figura do Alocutário. Nesse acontecimento que estamos analisando, a relação de alocação está marcada pela narrativa realizada por aquele que narra o texto, ou seja, o locutor-jornalista, que ao relatar o que relata sobre as manifestações e contar o que Dilma disse constitui a figura do seu alocutário, para quem dirige a informação, bem como a sua argumentação no sentido de que as manifestações pacíficas são consideradas como legítimas pelo Governo. Desse modo, é estabelecido um lugar de alocutário-x. No caso desse texto, um lugar de alocutário-leitor.

Ao longo do texto, o locutor-jornalista também se apoia no dizer do governador de São Paulo, em exercício na época das manifestações de 2013, Geraldo Alckmin (PSDB), e na fala do secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo na época, Fernando Grella Viera, que sustenta a fala de Geraldo Alckmin. Isso pode ser observado no recorte:

- (2) “Para esta segunda-feira, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) afirmou que a Polícia Militar não usará balas de borracha contra os manifestantes. ‘Nós acreditamos em uma manifestação pacífica e organizada, em que a polícia vai apenas ordenar para que ela aconteça’, disse ontem (16) o secretário de Segurança Pública, Fernando Grella Vieira”.

No recorte (2) observamos que a fala do locutor-jornalista está direcionada para a realização de *manifestações pacíficas e organizadas*. Para tanto, o Locutor, enquanto locutor-jornalista, recorre de forma expressa ao posicionamento apresentado por Alckmin e sustentado por Fernando Grella sobre as manifestações (em: *Nós acreditamos em uma manifestação pacífica e organizada, em que a polícia vai apenas ordenar para que ela aconteça*). O uso do pronome na primeira pessoa do plural “Nós” marca nesse enunciado que o secretário Fernando Grella se inclui no mesmo posicionamento apresentado por Alckmin ao dizer “Nós”. Ainda é possível observar que o locutor concorda com o ponto de vista expresso por Geraldo Alckmin, que falou antes sobre as manifestações, ao trazer a fala de Alckmin para compor o que se diz no texto (em: *o governador Geraldo Alckmin (PSDB) afirmou que a Polícia Militar não usará balas de borracha contra os manifestantes*).

Como comentamos anteriormente, ao falar sobre a realização das manifestações, o locutor-jornalista instala nesse acontecimento a figura do alocutário-leitor, uma vez que se trata de um relato da notícia, sem apresentação expressa de opinião por parte daquele que narra (o locutor-jornalista). O locutor-jornalista, ao enunciar, ainda direciona a sua argumentação ao seu

alocutário-leitor no sentido de que a polícia manterá a ordem para que as manifestações pacíficas ocorram, conforme se pode notar no recorte (2) apresentado acima (em: *Nós acreditamos em uma manifestação pacífica e organizada, em que a polícia vai apenas ordenar para que ela aconteça*).

Então, temos nesse texto a seguinte configuração:

Locutor -----Alocutário

locutor-jornalista ----- alocutário-leitor

Desse modo, no decorrer do texto o locutor-jornalista argumenta ao seu alocutário-leitor na direção de que as manifestações legitimadas pelo Governo são as *manifestações pacíficas* e que os policiais cuidarão da ordem para que as *manifestações pacíficas* ocorram, ou seja, para que as manifestações legitimadas pelo Governo possam ocorrer. Sobre esse aspecto argumentativo voltaremos mais à frente.

### 6.1.2 As designações de manifestação e manifestante

Esse texto foi produzido e publicado no auge das manifestações que vinham tomando conta das ruas do Brasil em junho de 2013. Ele faz parte de uma coletânea de textos veiculados pela mídia tradicional do país que tentava não apenas relatar os fatos, mas entender esse novo formato de movimento social que se constituiu nas ruas das principais capitais brasileiras. Nessas circunstâncias, analisaremos essa notícia por trazer, em especial, uma legitimação da *manifestação pacífica*, bem como uma possível legitimação do sujeito *manifestante pacífico* (apesar de não haver o uso dessa expressão dentro do texto, ela significa nesse acontecimento de linguagem) por parte do Governo. Nessa medida, selecionamos os seguintes recortes:

- (3) “Em comunicado, Dilma diz que ‘manifestações pacíficas são legítimas’”.
- (4) “a presidente Dilma Rousseff disse que as ‘manifestações pacíficas são legítimas’”.
- (5) “As manifestações pacíficas são legítimas e são próprias da democracia. É próprio dos jovens se manifestarem”, limitou-se a afirmar a presidente, em comunicado divulgado pela ministra da Secretaria da Comunicação Social, Helena Chagas, no início da noite desta segunda-feira (17)”.

- (6) “‘Nós acreditamos em uma manifestação pacífica e organizada, em que a polícia vai apenas ordenar para que ela aconteça’”.

Para melhor compreensão das nossas análises, salientamos que, nesse texto, a palavra *manifestação* aparece, predominantemente, no plural e na formação nominal *manifestações pacíficas*. Ao passo que *manifestante* aparece sempre no plural (*manifestantes*).

Já no título dessa notícia (“Em comunicado, Dilma diz que ‘manifestações pacíficas são legítimas’”) encontramos uma dessas ocorrências da expressão *manifestações pacíficas*, conforme aparece no recorte (3). Como se pode observar, o título desse texto indica que as *manifestações pacíficas* são predicadas como legítimas pelo Governo Federal. Nessa direção, podemos construir a seguinte paráfrase desse recorte:

- (3a) Há manifestações que são pacíficas.  
 (3b) As manifestações pacíficas são as manifestações consideradas legítimas pelo Governo Federal.

Dada essa paráfrase, podemos observar que esse título apresenta como pressuposto que “existem manifestações que são pacíficas” (deixando implícito que há manifestações não pacíficas) e que “somente as manifestações que são pacíficas são consideradas como legítimas pelo Governo Federal”, o que conduz à conclusão: *as manifestações legitimadas pelo Governo são as pacíficas*. Essa paráfrase aponta que, mesmo não havendo explicitamente no texto a categoria *manifestação*, mas *manifestação pacífica*, *manifestação* é significada nesse texto que tomamos para análise. A partir dessa paráfrase, também é possível notar que, no recorte (3), a categoria *manifestação* é reescrita por repetição por *manifestações* e determina o sentido de *manifestações pacíficas*, que é determinada por *legítimas*. Temos inicialmente o seguinte DSD:

#### DSD-1

legítimas ⊢ manifestação pacífica ⊢ manifestação
--

Isso quer dizer que, semanticamente, a expressão *manifestação pacífica* é determinada por *manifestação* e *legítimas*.

Logo em seguida, no primeiro parágrafo do texto, a expressão *manifestações pacíficas* (que encontramos inicialmente no título desse texto) é reescriturada por repetição, conforme aparece no recorte (4) (em: *a presidente Dilma Rousseff disse que as ‘manifestações pacíficas são legítimas’*) e está predicada por *legítimas*. No recorte (5) também há uma reescritura de *manifestações pacíficas* por repetição (em: *As manifestações pacíficas são legítimas*), que está predicada por *legítimas*. Ainda, nesse mesmo recorte, a expressão *manifestações pacíficas* aparece reescriturada por elipse (em *(manifestações pacíficas) são próprias da democracia*) e está predicada por *próprias da democracia*.

Essas relações nos permitem dizer que a designação *de manifestação pacífica* pode ser apresentada por

#### DSD- 2

<i>próprias da democracia</i> ┆ <i>Manifestação Pacífica</i> ┆ <i>legítimas</i>
---

Desse modo, podemos dizer que a expressão *manifestação pacífica* é determinada por *próprias da democracia* e *legítimas*. Nessa medida, o que se tem semanticamente é que *próprias da democracia* e *legítimas* determinam o sentido de *manifestação pacífica*.

Ao lado disso, no último parágrafo do texto, o jornalista faz um relato da enunciação do secretário de Segurança Pública do governo de Geraldo Alkimim, Fernando Grella Vieira, em que a palavra *manifestação* aparece no singular e na formação nominal *manifestação pacífica*, que é uma reescritura de *manifestações pacíficas* (que aparece anteriormente no texto), como se pode observar em:

(6) “‘Nós acreditamos em uma manifestação pacífica e organizada, em que a polícia vai apenas ordenar para que ela aconteça’”.

Nessa direção, a expressão *manifestação pacífica* reescrita por repetição *manifestações pacíficas* (em *Nós acreditamos em uma manifestação pacífica e organizada*) e está especificada por *que a polícia vai apenas ordenar*. Nesse mesmo recorte, ainda há algo da expressão *manifestação pacífica* que é reescriturado anaforicamente pelo pronome *ela* de *em que a polícia vai apenas ordenar para que ela aconteça*.

Podemos fazer a seguinte paráfrase desse recorte:

- (6a) Manifestação pacífica é legítima.
- (6b) Nós acreditamos em uma manifestação pacífica, portanto legítima.
- (6b) A polícia vai ordenar para que a manifestação pacífica aconteça.

Nesse sentido, a *manifestação pacífica* está sendo significada como o tipo de manifestação que não precisará de intervenção violenta da polícia por ser considerada como legítima. Sendo assim, a polícia irá atuar apenas para garantir que esse tipo de manifestação (*manifestação pacífica*) aconteça. Essa paráfrase nos permite apresentar o seguinte DSD:

#### DSD - 3

Manifestação Pacífica   legítima
----------------------------------

Ao estabelecer uma relação desse resultado do DSD – 3 com o DSD – 2, nota-se que ela confirma elementos da análise que levou ao DSD – 2, os quais confirmam o DSD – 2 como resultado geral para a análise da designação de *manifestação pacífica*. Isso nos leva a considerar que, nesse acontecimento, *manifestação* não é um direito geral das pessoas, dos cidadãos, mas apenas daqueles que manifestam de forma pacífica, uma vez que a *manifestação pacífica* é significada nesse texto como o tipo de *manifestação* legitimado pelo Governo. Já a *manifestação não pacífica* (mesmo não aparecendo dessa forma no texto) significa enquanto o que é deslegitimado, não “autorizado” pelo Governo, o que, conseqüentemente, faz com que o *manifestante não pacífico* (não aparece dessa forma no texto, mas significa implicitamente como um antônimo de *manifestante pacífico*) não seja “autorizado” pelo Governo a manifestar, conforme apresentaremos mais à frente.

Desse modo, mais uma vez, há nesse texto uma legitimação da *manifestação pacífica* e, conseqüentemente, uma deslegitimação da *manifestação não pacífica*. Apesar de não haver a utilização da expressão *manifestação não pacífica*, ao dizer insistentemente no texto que as *manifestações pacíficas* é que são as legítimas, fica implícito que as *manifestações não pacíficas* não são legítimas, estabelecendo assim uma relação de antonímia entre *manifestação pacífica* e *manifestação não pacífica* nesse acontecimento, o que faz *manifestação não pacífica* significar como oposta a *manifestação pacífica* e, conseqüentemente, não legítima na visão do Governo. Essa oposição estabelecida nesse texto entre *manifestação pacífica* e *manifestação não pacífica*, mesmo que de forma implícita, vai na mesma direção do que apresentamos nas análises realizadas no capítulo anterior que apontam para uma deslegitimação da *manifestação não pacífica* pelo Governo.

Um outro aspecto interessante a se observar é que essa especificação da *manifestação pacífica* (e *manifestação não pacífica*) que ocorre nesse texto contribui para que o *manifestante* também seja especificado em *pacífico* e *não pacífico*, uma vez que a *manifestação* é uma ação realizada pelo sujeito manifestante. Nessa medida, ao se especificar a ação realizada pelo *manifestante*, fica implícito que quem realiza essa ação também recebe essa mesma especificação e ela é significada na palavra *manifestante*, ou seja, se a manifestação é pacífica, o sujeito que a realiza (o *manifestante*) também deve ser considerado como pacífico. Na mesma direção, a *manifestação não pacífica* é realizada pelo *manifestante não pacífico*, especificando o sujeito que a realiza. Isso nos permite dizer que nesse texto também há uma legitimação do *manifestante pacífico* e uma deslegitimação do *manifestante não pacífico*, mesmo essas expressões não sendo utilizadas ao longo desse acontecimento.

Diante das análises desenvolvidas acima, podemos dizer que o jornalista reproduz a posição oficial do Governo Federal e Estadual. Mesmo sem tomar diretamente posição, o que o jornalista dá como notícia é a posição do Governo, mais que a descrição dos fatos da manifestação. Aqui a mídia, e talvez predominantemente, reproduz a posição oficial sobre o modo da notícia, sustentada na ilusão da neutralidade do sujeito que enuncia. Ou seja, sob o modo da neutralidade a relação argumentativa exposta é a do Governo (Federal, Estadual).

### **6.1.3 Argumentação para “todo cidadão só tem o direito de se manifestar sem violência e em ordem”**

Passaremos agora à análise do movimento argumentativo do texto com a finalidade de compreendermos como se constrói a argumentação nesse acontecimento enunciativo a favor da conclusão: *todo cidadão só tem o direito de se manifestar sem violência e em ordem*. Salientamos que nessa notícia os argumentos se relacionam da seguinte forma: *X se Y*.

Ainda buscaremos observar como essa orientação argumentativa se relaciona com o sentido de *manifestação pacífica* e como o Locutor, agenciado do lugar social de locutor-jornalista, constitui o seu alocutário para o qual argumenta na direção de que existe uma condição para que o cidadão tenha o direito de se manifestar: que seja sem violência e em ordem. Para iniciarmos nossas análises, selecionamos o recorte (7) apresentado a seguir:

- (7) “Em seus primeiros comentários sobre as manifestações pela redução nas tarifas de ônibus e pela melhoria do transporte público, que vêm tomando as ruas de diversas capitais do país desde a semana passada, a presidente Dilma Rousseff disse que as “manifestações pacíficas são legítimas”.

Nesse recorte, que se localiza no primeiro parágrafo do texto, o jornalista faz um relato do pronunciamento da presidente Dilma Rousseff no qual há uma legitimação da manifestação tipificada como pacífica e, implicitamente, uma deslegitimação da manifestação *não pacífica*. Segue uma paráfrase possível desse recorte:

(7a) As manifestações pacíficas são legítimas.

(7b) As manifestações só serão legítimas se forem pacíficas.

Dada essa paráfrase, observamos que, ao enunciar do lugar de Enunciador Genérico, o Locutor afirma que a manifestação considerada como legítima é a tipificada como pacífica. Já do lugar de Enunciador Individual afirma que as manifestações somente serão consideradas como legítimas se forem pacíficas, apresentando, assim, uma restrição para que as manifestações sejam vistas como legítimas pelo Governo. Sendo esta última perspectiva, do lugar de Enunciador Individual, a assumida pelo locutor-jornalista. Desse modo, fica significado implicitamente no texto que as manifestações que *não pacíficas* não são consideradas como legítimas pelo Governo, pois a condição para que as manifestações sejam legítimas é que sejam pacíficas.

Isso nos permite dizer que, assim como observamos no pronunciamento de Dilma Rousseff, analisado no capítulo anterior, há nessa notícia uma divisão da manifestação em *pacífica* e *não pacífica*. Essa divisão está marcada na fala da presidente ao afirmar que *as*

*manifestações pacíficas são legítimas*, o que significa implicitamente que as manifestações *não pacíficas* não são legítimas e, conseqüentemente, que há a tipificação da manifestação em dois tipos (*pacífica* e *não pacífica*). Além disso, essas relações apontam que a posição da presidente sustenta que só manifestações pacíficas são legítimas. Essa posição é diretamente relatada pelo jornalista ao trazer a “voz” da presidente no seu texto, com o uso do discurso direto (em: *a presidente Dilma Rousseff disse que as manifestações pacíficas são legítimas*).

Nessa mesma direção, para finalizar o texto, o jornalista relata os posicionamentos do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e do secretário de Segurança Pública, Fernando Grella Vieira, os quais apresentam uma posição semelhante à da presidente quanto à legitimação das manifestações pacíficas. Observemos a seguinte seqüência:

(8) “Para esta segunda-feira, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) afirmou que a Polícia Militar não usará balas de borracha contra os manifestantes. ‘Nós acreditamos em uma manifestação pacífica e organizada, em que a polícia vai apenas ordenar para que ela aconteça’, disse ontem (16) o secretário de Segurança Pública, Fernando Grella Vieira”.

Como se pode notar, nessa seqüência encontramos uma enunciação do secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Fernando Grella Vieira, que vai na mesma direção do que é dito pelo governador Geraldo Alckmin, o que se vê no seguinte enunciado:

(8.1) “Nós acreditamos em uma manifestação pacífica e organizada, em que a polícia vai apenas ordenar para que ela aconteça”.

Que pode ser parafraseado por:

(8.1a) Nós (o governo) acreditamos que a manifestação vai ser pacífica e organizada.

(8.1b) A polícia vai ordenar a manifestação para que ela aconteça.

(8.1c) A polícia não vai fazer nada além de ordenar a manifestação.

A partir da paráfrase acima, pode-se perceber que o elemento (8.1c) mostra que há algo em (8.1) que retoma, pelo modo de organização do texto pelo jornalista, *o governador Geraldo Alckmin afirmou que a Polícia Militar não usará balas de borracha contra os manifestantes*, o que significa haver na enunciação do secretário de Segurança Pública algo que vai na mesma direção do posicionamento assumido pelo governador Geraldo Alckmin sobre a

manifestação (que será pacífica e ordenada, por isso não haverá intervenção da polícia, a não ser para ordenar que ela aconteça).

Ainda podemos construir a seguinte paráfrase dessa sequência (8):

(8') *O governador afirmou que a polícia não vai usar balas de borracha já que a manifestação será pacífica.*

Também podemos considerar, tomando a enunciação do secretário de Segurança Pública (Fernando Grella Vieira), a seguinte paráfrase para essa mesma sequência:

(8'') *O governo acredita que a manifestação vai ser pacífica e organizada, por isso a polícia não vai ordenar a manifestação e não fará mais nada (não usará balas de borracha).*

Nessa direção, ao enunciar, o locutor-jornalista instala na enunciação a figura do alocutário-leitor para o qual argumenta no sentido de que não haverá atuação da polícia, uma vez que a manifestação será pacífica e organizada, ou seja, a polícia não atuará nem para ordenar a manifestação, o que está significado em (8'') (em: *O governo acredita que a manifestação vai ser pacífica e organizada, por isso a polícia não vai ordenar a manifestação e não fará mais nada (não usará balas de borracha)*).

Ainda, o que se pode observar a partir das relações apresentadas nessa sequência (8) é que, ao relatar a notícia, o jornalista reproduz o posicionamento do Governo do Estado de São Paulo mesmo sem assumir diretamente esse posicionamento. Isso se evidencia quando o jornalista utiliza a “voz do outro”, nesse caso, do então governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alkimim, para direcionar a sua fala no sentido de que “a polícia não vai fazer nada além de ordenar a manifestação” (o que está significado em: *o governador Geraldo Alckmin (PSDB) afirmou que a Polícia Militar não usará balas de borracha contra os manifestantes*). O jornalista ainda recorre à “voz” do secretário de Segurança Pública, Fernando Grella Vieira, que vai na mesma direção do que é dito por Alkimim, ao afirmar que “O governo acredita que a manifestação vai ser pacífica e organizada, por isso a polícia não vai ordenar a manifestação e não fará mais nada (não usará balas de borracha)”, o que está significado em *Nós acreditamos em uma manifestação pacífica e organizada, em que a polícia vai apenas ordenar para que ela aconteça, disse ontem (16) o secretário de Segurança Pública, Fernando Grella Vieira*.

Nessa sequência ainda há a presença do operador argumentativo *apenas* que introduz no texto uma restrição quanto à ação da polícia contra os manifestantes, o que nos leva a compreender que há uma restrição do tipo de manifestação que não sofrerá com a intervenção da polícia, ou seja, apenas aquela manifestação que é considerada como legítima (*pacífica e organizada*). Ao retomarmos as relações estabelecidas nos DSDs 2 e 3, apresentados acima, observamos que *manifestação pacífica* é determinada pela palavra *legítima* (*legítimas*). Semanticamente, isso significa que *legítima* determina o sentido de *manifestação pacífica*. Essas relações nos possibilitam afirmar que o operador argumentativo *apenas* direciona a orientação argumentativa do texto para a seguinte conclusão: manifestação legítima *se* for pacífica.

Nessa medida, observamos que o locutor-jornalista apresenta o posicionamento de Geraldo Alkimin de que a polícia não agirá contra os manifestantes, ou seja, “não vai usar balas de borracha já que a manifestação será pacífica”. Por outro lado, o locutor-jornalista apresenta em discurso direto a fala do secretário de Segurança Pública que diz *Nós acreditamos em uma manifestação pacífica e organizada, em que a polícia vai apenas ordenar para que ela aconteça*, na qual diz acreditar em uma manifestação pacífica e organizada, e é nela que não haverá ação da polícia, a não ser para ordenar que aconteça.

Isso nos permite afirmar que as manifestações que não são legitimadas pelo Governo, ou seja, que não são pacíficas nem organizadas, sofrerão com a intervenção da polícia. O que há então nesse recorte é uma possível divisão entre os manifestantes que estão “autorizados” a manifestar (aqueles que realizam atos pacíficos e ordenados) e aqueles que não têm o direito de manifestar (que não agem de forma pacífica e ordeira). Desse modo, podemos afirmar haver aqui uma legitimação por parte do Governo do Estado de São Paulo das *manifestações pacíficas* e uma deslegitimação das *manifestações não pacíficas* (apesar dessa expressão não aparecer no decorrer do texto), o que vai na mesma direção do posicionamento de Dilma Rousseff relatado no início dessa notícia pelo jornalista (de legitimação da manifestação pacífica). Esse mesmo posicionamento da presidente também observamos no pronunciamento analisado no capítulo anterior.

Diante disso, a designação apresentada no DSD de que *manifestação* é determinada por *legítima* opera de forma paralela à argumentação do texto no sentido de que *nem todos os cidadãos têm o direito de manifestar, pois os maus cidadãos não podem se manifestar porque são violentos*. Assim pode-se dizer que na matéria do jornalista está significado que *só se pode manifestar de modo pacífico e em ordem*.

#### 6.1.4 Conclusão

Com base nas análises desenvolvidas acima, observa-se que a designação de *manifestação pacífica* se constitui como um movimento caracterizado como legítimo e democrático, que é legitimado pelo Governo (Federal e Estadual). Essas relações apontam haver, a partir da tipificação da manifestação em *pacífica* e *não pacífica*, uma divisão do sujeito manifestante em *pacífico* e *não pacífico*. De modo que há uma legitimação da *manifestação pacífica* e do *manifestante pacífico* por parte do Governo (Federal e Estadual). Em oposição a isso, há uma deslegitimação daquele que se manifesta de forma violenta (*manifestante não pacífico*) e da *manifestação não pacífica* pelo Governo.

A análise do movimento argumentativo do texto aponta que o locutor-jornalista argumenta para o alocutário-leitor na direção de que não haverá atuação da polícia durante a manifestação, uma vez que ela será pacífica e organizada. No decorrer do texto, o locutor-jornalista ainda recorre à fala “do outro” (nesse caso, de Geraldo Alkimim e do secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo) para introduzir argumentos no texto na direção de que *nem todos os cidadãos têm o direito de manifestar, pois os maus cidadãos não podem se manifestar porque são violentos*, ou seja, apenas aqueles que se manifestam de forma pacífica e ordeira terão o direito de manifestar. Nessa parte do texto o locutor-jornalista reproduz o posicionamento do Governo do Estado de São Paulo, que se apresenta de forma muito semelhante ao posicionamento da presidente Dilma Rousseff apresentado no primeiro parágrafo dessa notícia, mesmo não se posicionando diretamente.

Também observamos que a orientação argumentativa do texto aponta para a existência de uma condição para que o cidadão tenha o direito de se manifestar: que seja sem violência e em ordem. Nessa direção, os argumentos apresentados nesse acontecimento enunciativo são articulados da seguinte forma: X *se* Y.

#### 6.2 Um dia de Protesto

Essa notícia é de autoria do jornalista Aguirre Talento e foi publicada pelo jornal Folha de São Paulo no dia 21 de junho de 2013, no caderno *Cotidiano*, após o principal e maior evento ocorrido durante as manifestações de 2013 no Brasil (no dia 20 de junho) que levou às ruas das principais cidades brasileiras milhares de pessoas que manifestaram fazendo reivindicações diversas, como pela redução da tarifa de ônibus e entrega de carteirinha de

estudante. Assim esse texto é mais um dos muitos textos que compõem o conjunto de publicações da Folha de São Paulo sobre as manifestações que vinham ocorrendo pelo país naquele período. É importante lembrarmos que essa notícia foi publicada quatro dias após a publicação do texto que analisamos no início deste capítulo e no mesmo dia em que foi realizado o pronunciamento pela presidente Dilma Rousseff em cadeia nacional de rádio e televisão. Pelo horário de realização desse pronunciamento, às 21h, acreditamos que ele foi produzido após essa notícia, que analisaremos a seguir.

#### **Texto 4**

### **Protesto**

#### **Aguirre Talento**

O dia de protesto em Fortaleza (CE) na quinta-feira (20) terminou com confronto em frente à sede do governo e ao menos 61 detidos.

Por volta das 20h, após passeata pacífica, um grupo de manifestantes tentou invadir o Palácio da Abolição, sede do governo, onde o governador Cid Gomes (PSB) esteve durante toda a confusão.

O local virou uma praça de guerra, com a polícia atacando com balas de borracha e os manifestantes com pedras e bombas caseiras.

O saldo final foi de 61 detidos --55 adultos e seis adolescentes.

Havia ao menos 3.000 manifestantes em frente ao palácio, mas nem todos participaram dos atos de vandalismo. Os que defendiam um ato pacífico avisaram à polícia que saíam e foram embora.

Os participantes do protesto tentaram definir uma pauta de reivindicações ao governador Cid Gomes (PSB), mas o movimento estava dividido e não houve consenso.

Parte dos agressores usava máscaras. Por volta das 20h, esse grupo rompeu as cercas de metal armadas para impedir a invasão do palácio e quebraram os vidros da guarita de entrada.

A PM recuou e evitou o confronto.

Os que tentavam invadir chegaram a entrar no perímetro do Palácio da Abolição, mas a PM formou uma barreira e impediu a invasão total.

Os manifestantes recuaram e ficaram, de longe, atirando pedras no palácio. Também jogaram as cercas de metal nos espelhos d'água do imóvel --local que mais cedo servira de banheira para alguns manifestantes.

A PM avançou com balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo, dispersando o grupo. Também dispersou os manifestantes a golpes de cassetete.

Formou-se um cordão de isolamento na avenida Barão de Studart, na frente do palácio, e ruas laterais foram fechadas.

Em reação, os vândalos atiraram pedras contra prédios, lojas e uma agência da Caixa Econômica Federal nas proximidades. Eles acabaram encurralados e os policiais começaram a prendê-los e revistá-los. Todos foram levados a uma delegacia próxima.

Segundo a Polícia Civil, todos os presos mantiveram confronto com a polícia. Entre as mochilas de alguns, ainda segundo a corporação, havia bombas, canivetes e estilingues com bolas de gude, usadas para quebrar os vidros do palácio.

Policiais infiltrados no movimento e funcionários do governo estadual filmaram e tiraram fotos dos manifestantes, material que será usado para definir responsabilidades. Todos poderão responder por dano qualificado ao patrimônio, incitação à violência, formação de quadrilha e lesão corporal.

Houve dois PMs feridos por pedradas. Não havia balanço de manifestantes feridos na noite desta quinta (20).

Familiares e amigos dos detidos diziam na delegacia que vários deles tinham sido presos já longe da manifestação e não haviam participado de atos de vandalismo.

### **Fim caótico, início pacífico**

O protesto na capital cearense começou pacífico, por volta das 16h, na praça Portugal, área nobre de Fortaleza. LEAD

Manifestantes marcharam pedindo redução da tarifa de ônibus e a entrega das carteirinhas de estudante de 2013, que está atrasada.

A manifestação havia sido organizada por estudantes do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da Universidade Federal do Ceará, que pediam a todo momento que não houvesse vandalismo.

Os estudantes foram até a Assembleia Legislativa. Negociaram com a PM uma reunião com o presidente da Assembleia, Zezinho Albuquerque, e o secretário de Educação da prefeitura, Ivo Gomes, ambos do PSB. De lá, seguiram para o Palácio da Abolição, onde o ato acabou em violência.

#### **6.2.1 Constituição da Cena Enunciativa**

Para analisarmos esse texto seguiremos o mesmo movimento de análise realizado anteriormente neste capítulo. Assim apresentaremos como se constitui a cena enunciativa nessa

notícia, analisaremos a designação das palavras *manifestação* e *manifestante*, bem como o movimento argumentativo desse acontecimento de linguagem.

Como comentamos anteriormente, essa notícia é de autoria do jornalista Aguirre Talento, que responde por esse texto. Essa responsabilidade está marcada pela presença do nome desse jornalista logo abaixo do título da notícia. Na cena enunciativa que se constitui nesse acontecimento, assim como ocorre em qualquer acontecimento de linguagem, há a presença de um Locutor que, no caso desse texto, apresenta-se como responsável por transmitir a informação, por relatar sobre os eventos ocorridos durante o protesto realizado na cidade de Fortaleza. Esse lugar de locutor-jornalista é, então, estabelecido nesse acontecimento pela narrativa do Locutor, que se apresenta como aquele responsável por relatar os fatos. Segue recorte que relata alguns desses eventos:

- (1) “O local virou uma praça de guerra, com a polícia atacando com balas de borracha e os manifestantes com pedras e bombas caseiras”.

Como se pode observar, o recorte acima traz um relato de alguns eventos ocorridos durante o protesto realizado na cidade de Fortaleza no dia 20 de junho de 2013, que acabou em confronto entre policiais e manifestantes. Assim como observado na notícia que analisamos no início deste capítulo, nesse texto a relação de alocação também é marcada pela própria narrativa do Locutor que, ao ser agenciado do lugar de jornalista, estabelece na cena enunciativa o seu Alocutário, para quem relata sobre os eventos ocorridos durante esse protesto em Florianópolis e argumenta no sentido de que policiais e manifestantes agiram de forma violenta durante a manifestação. Nessa direção, ao enunciar do lugar social de locutor- jornalista, estabelece-se nesse acontecimento a figura do alocutário-leitor, pela própria configuração do relato enquanto notícia, para quem direciona o seu relato, bem como sua argumentação.

Nesse texto também observamos que o locutor-jornalista recorre à fala “do outro”, ou seja, à enunciação da personagem da notícia, para levar informações ao alocutário-leitor e sustentar a sua argumentação. Isso pode ser percebido no seguinte recorte:

- (2) “Segundo a Polícia Civil, todos os presos mantiveram confronto com a polícia. Entre as mochilas de alguns, ainda segundo a corporação, havia bombas, canivetes e estilingues com bolas de gude, usadas para quebrar os vidros do palácio”.

Que pode ser parafraseado por:

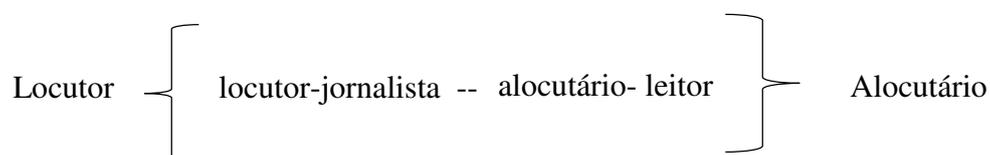
(2a) Sabemos que (alguns) manifestantes foram presos.

(2b) Eu afirmo que só foram presos os manifestantes violentos.

Com base nessa paráfrase, podemos dizer que o Locutor, do lugar de Enunciador Genérico, ao enunciar, afirma que “(alguns) manifestantes foram presos”, e do lugar de Enunciador Individual afirma que “só foram presos os manifestantes violentos”. As relações estabelecidas nesse recorte ainda apontam que o uso do discurso indireto pelo locutor-jornalista evidencia a presença da “voz do outro” que traz, nesse texto, algo que já foi dito antes sobre a prisão de manifestantes durante o protesto. Desse modo, o locutor-jornalista incorpora a “fala do outro” para trazer informações e argumentar ao alocutário-leitor no sentido de que foram presos apenas os manifestantes que agiram de forma violenta durante as manifestações, o que está significado em *todos os presos mantiveram confronto com a polícia*.

Isso nos permite afirmar que o locutor-jornalista recorre de forma expressa ao posicionamento apresentado pela Polícia Civil de que só foram presos os manifestantes que agiram de forma violenta, ou seja, *mantiveram confronto com a polícia*. Na segunda parte desse recorte (2) o Locutor, do lugar de locutor-jornalista, mais uma vez recorre à fala da Polícia Civil, o que se evidencia em *ainda segundo a corporação*, para trazer uma confirmação de que só foram presos *manifestantes violentos, não pacíficos*. Para tanto, faz uma enumeração de objetos encontrados com os manifestantes, o que aponta as suas “más intenções” durante a manifestação: *havia bombas, canivetes e estilingues com bolas de gude, usadas para quebrar os vidros do palácio*.

Nessa medida, pode ser constituída a seguinte cena enunciativa:



Essa cena enunciativa indica que o locutor-jornalista argumenta para o seu alocutário-leitor no sentido de que apenas foram presas as pessoas que agiram de forma violenta durante as manifestações, ou seja, apenas os manifestantes “violentos”, por exemplo, aqueles que tinham como intenção quebrar os vidros do Palácio da Abolição, sede do governo, com o usos de *bombas, canivetes, estilingues com bolas de gude*. Ressaltamos que a relação argumentativa será analisada mais à frente.

## 6.2.2 Designação de manifestação e manifestante

Daremos início à análise da designação das palavras *manifestação* e *manifestante* nesse acontecimento de linguagem. Do mesmo modo que procedemos durante as análises da designação dessas palavras (*manifestação* e *manifestante*) no pronunciamento presente no capítulo anterior, aqui também será necessário “irmos” e “voltarmos” nesse texto para que possamos alcançar o nosso objetivo.

Inicialmente, analisaremos o funcionamento da palavra *manifestação* nesse texto e, na sequência, realizaremos a análise da constituição de sentido para a palavra *manifestante* nesse acontecimento de linguagem que estamos analisando. Ressaltamos que há poucas ocorrências da palavra *manifestação* nessa notícia (aparece apenas duas vezes) e, diferentemente do que ocorre nos outros textos que analisamos, a palavra *manifestação* aparece nessa notícia sempre no singular. Já a palavra *manifestante* tem, nesse texto, uma maior ocorrência (aparece nove vezes) do que *manifestação* e aparece na sua forma plural (*manifestantes*). Seguem os recortes selecionados para a análise da palavra *manifestação*:

- (3) “O dia de protesto em Fortaleza (CE) na quinta-feira (20) terminou com confronto em frente à sede do governo e ao menos 61 detidos”.
- (4) “Os participantes do protesto tentaram definir uma pauta de reivindicações ao governador Cid Gomes (PSB), mas o movimento estava dividido e não houve consenso”.
- (5) “O protesto na capital cearense começou pacífico, por volta das 16h, na praça Portugal, área nobre de Fortaleza. LEAD”.
- (6) “A manifestação havia sido organizada por estudantes do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da Universidade Federal do Ceará, que pediam a todo momento que não houvesse vandalismo”.
- (7) “Os estudantes foram até a Assembleia Legislativa. Negociaram com a PM uma reunião com o presidente da Assembleia, Zezinho Albuquerque, e o secretário de Educação da prefeitura, Ivo Gomes, ambos do PSB. De lá, seguiram para o Palácio da Abolição, onde o ato acabou em violência”.

Uma análise inicial aponta que no início do texto não aparece a palavra *manifestação*, mas *protesto*, que será reescriturada em seguida por *manifestação* e assim funciona, nesse acontecimento de linguagem, como uma sinóníma de *manifestação*, conforme

mostraremos mais à diante em nossas análises. Essa ocorrência da palavra *protesto* pode ser observada no recorte a seguir:

- (3) “O dia de protesto em Fortaleza (CE) na quinta-feira (20) terminou com confronto em frente à sede do governo e ao menos 61 detidos.
- (3’) Por volta das 20h, após passeata pacífica, um grupo de manifestantes tentou invadir o Palácio da Abolição, sede do governo, onde o governador Cid Gomes (PSB) esteve durante toda a confusão”.

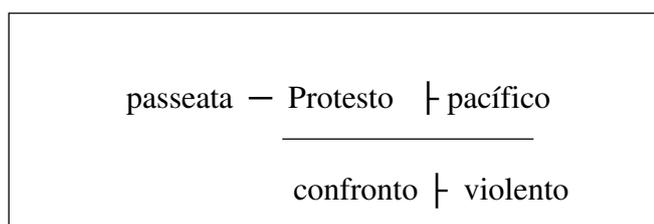
Que pode, dada a expressão nominal *o dia de protesto* (houve um dia de protesto), ser parafraseado por:

- (3a) Houve protesto em Fortaleza.
- (3b) O protesto começou pacífico e terminou violento.

Nessa direção, pode-se observar que, do lugar de Enunciador Genérico o locutor-jornalista relata que “Houve protesto na cidade de Fortaleza” como uma informação conhecida por “todos”. Já do lugar de Enunciador Individual afirma que o *protesto* que era *pacífico* transformou-se em *violento*, ou seja, “começou pacífico e terminou violento” (significado por *terminou com confronto em frente à sede do governo e ao menos 61 detidos – o protesto pode ser pacífico ou violento*). Isso nos leva a afirmar que a palavra *protesto* está determinada por *pacífico* e assim estabelece uma certa relação de antonímia com *confronto*, que está predicado por *violento* nesse texto (o *confronto* fica significado por *violento* e não por *pacífico*). Além disso, no recorte acima, *protesto* é rescriturado por sinonímia por *passeata*, que aparece na formação nominal *passeata pacífica* de *Por volta das 20h, após passeata pacífica, um grupo de manifestantes tentou invadir o Palácio da Abolição* (podemos considerar aqui a paráfrase “a passeata se tornou confronto”, ou *confusão – confusão* reescritura *confronto* no recorte (3’)).

Desse modo, temos:

DSD-1



As relações estabelecidas acima apontam que, nesse texto, *protesto* estabelece uma relação de sinonímia com a palavra *passeata* e está determinado por *pacífico*. Por outro lado, há no texto uma relação de *o dia de protesto* com terminou *em confronto*, assim *confronto* parece se distinguir antonimicamente de *protesto* que, por sua vez, pode estar determinado pela palavra *violento*. Semanticamente, isso significa dizer que o sentido de *protesto* está determinado por *pacífico* (eventualmente por *não pacífico*) e *confronto* por *violento*, e nessa medida essas palavras determinam *protesto*. Assim como o sentido de *passeata* está determinado por *pacífico* (*após passeata pacífica*), inclusive há que se considerar que *protesto* é reescriturado por *passeada* diretamente e não por *confronto*.

Mais à frente no texto observamos que a palavra *protesto* é reescriturada por repetição, como se pode ver nos recortes (4) e (5) apresentados abaixo, e por sinonímia, como aparece no recorte (4):

- (4) “Os participantes do protesto tentaram definir uma pauta de reivindicações ao governador Cid Gomes (PSB), mas o movimento estava dividido e não houve consenso”.
- (5) “O protesto na capital cearense começou pacífico, por volta das 16h, na praça Portugal, área nobre de Fortaleza. LEAD”.

Como se pode notar, no recorte (4) a palavra *protesto* aparece reescriturada por repetição em *Os participantes do protesto tentaram definir uma pauta de reivindicações ao governador Cid Gomes (PSB)* e é reescriturada por sinonímia pela palavra *movimento*, que se articula a *estava dividido*. Uma reflexão interessante que podemos fazer do recorte (4) se refere à relação de predicação que é construída entre *movimento* e *dividido* através do verbo *estava*, ou seja, por uma forma do verbo “ser” que articula o predicado (*dividido*) a *movimento*. Nesse caso, a palavra *dividido* significa uma “avaliação” que é feita no texto do *movimento/do protesto ocorrido*. E, essa “avaliação” é sustentada nesse recorte (4) por *não houve consenso*. Isso possibilita significar a relação estabelecida entre *movimento/protesto* e algo que é indicado em razão do sentido produzido no enunciado em que funcionam, ou seja, devido a uma designação.

No recorte (5) a palavra *protesto* também é reescrita por repetição em *O protesto na capital cearense começou pacífico* e está determinado por *na capital cearense* e *pacífico*. Isso mostra que, mais uma vez, o sentido da palavra *protesto* está determinado nesse texto pela palavra *pacífico*, uma vez que no recorte (3), conforme mostramos acima, há a ocorrência da

palavra *protesto*, que estabelece uma relação de sinonímia com *passeata*, e está determinada por *pacífico* (em: *O protesto na capital cearense começou pacífico*).

Na sequência, aparece no texto a palavra *manifestação* como uma reescritura de *protesto*, o que pode ser observado no recorte (6)

- (6) “A manifestação havia sido organizada por estudantes do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da Universidade Federal do Ceará, que pediam a todo momento que não houvesse vandalismo”.

Nesse recorte a palavra *manifestação* reescritura por sinonímia a palavra *protesto* (que aparece anteriormente no texto) e está especificada por *organizada por estudantes* (em: *A manifestação havia sido organizada por estudantes do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da Universidade Federal do Ceará*). Desse modo, *manifestação* funciona, nesse acontecimento, como um sinônimo de *protesto*.

Em seguida, no último parágrafo do texto, aparece uma reescritura da palavra *manifestação* no seguinte recorte:

- (7) “Os estudantes foram até a Assembleia Legislativa. Negociaram com a PM uma reunião com o presidente da Assembleia, Zezinho Albuquerque, e o secretário de Educação da prefeitura, Ivo Gomes, ambos do PSB. De lá, seguiram para o Palácio da Abolição, onde o ato acabou em violência”.

Como se pode ver no enunciado a seguir:

- (7.1) “De lá, seguiram para o Palácio da Abolição, onde o ato acabou em violência”.

Nesse enunciado a palavra *manifestação* é reescriturada por sinonímia por *ato*. Isso permite considerar a seguinte paráfrase:

- (7.1a) Sabemos que houve manifestação no Palácio da Abolição.

- (7.1b) Eu afirmo que o ato começou pacífico e acabou violento.

Essas relações apontam que, do lugar de Enunciado Genérico o Locutor, enquanto locutor-jornalista, afirma que houve manifestação no Palácio da Abolição (o que está significado por *seguiram para o Palácio da Abolição*). E, do lugar de Enunciador Individual afirma que o ato (a *manifestação*) iniciou de forma pacífica e acabou violento, ou seja, acabou em confronto, de forma *não pacífica* (em: *onde o ato acabou em violência*). Isso significa que,

nesse texto, o *ato* está predicado por *violento* (*em violência*), que estabelece uma relação antonímica com a palavra *pacífico*, significada implicitamente nesse enunciado por *acabou em violência*. Isso deixa claro que, se o ato acabou em violência, ele começou pacífico (o ato, a manifestação pode ser pacífico ou violento), conforme está significado na paráfrase acima (em 7.1b).

Temos então:

#### DSD-2

Manifestação	—	Ato
⊥		⊥
pacífico ⊥ passeata — protesto — movimento		confronto
⊥		⊥
dividido	violento ( <i>manifestação não pacífica</i> )	

As relações apresentadas acima indicam que, nesse texto, *manifestação* (sinônimo de *ato*) tem como sinônimos hipônimos as palavras *protesto*, *passeata* e *movimento* e, de outro, *confronto*, que está determinado por *ato/manifestação* e *violento* (*manifestação não pacífica*). Nessa medida, podemos afirmar que *pacífico* também determina *passeata* e *movimento* por funcionarem nesse texto como um sinônimo de *protesto*. Ainda observamos que nesse acontecimento enunciativo há uma divisão da *manifestação* em dois tipos: *pacífica* e *não pacífica*, o que instala uma oposição entre *manifestação pacífica* e *não pacífica* que, mesmo não aparecendo dessa forma nesse texto, significa. Ao lado disso, a partir das relações estabelecidas nesse DSD, podemos afirmar que a expressão *manifestação não pacífica* determina tudo aquilo a que ela é antônima (exatamente pela antonímia), ou seja, determina *pacífico*, *passeata*, *protesto*, *movimento* e *dividido*, e é determinado por *manifestação* e *ato*, que também determina *passeata*, *protesto* e *movimento*.

Passaremos agora à análise da designação de *manifestante* nesse texto. Para isso, selecionamos os recortes:

- (8) “após passeata pacífica, um grupo de manifestantes tentou invadir o Palácio da Abolição, sede do governo, onde o governador Cid Gomes (PSB) esteve durante toda a confusão”.

- (9) “Havia ao menos 3.000 manifestantes em frente ao palácio, mas nem todos participaram dos atos de vandalismo. Os que defendiam um ato pacífico avisaram à polícia que saíam e foram embora”.

No recorte (8) a palavra *manifestantes* aparece reescriturada por repetição (em *um grupo de manifestantes*) e se articula a *tentou invadir o Palácio da Abolição*. No recorte (9) também há uma reescritura de *manifestantes* por repetição, que se articula a *em frente ao palácio*. Nesse mesmo recorte ainda há uma reescritura de *manifestantes* por totalização por *todos* (em: *mas nem todos participaram dos atos de vandalismo*). *Manifestantes* ainda é reescrito nesse recorte por anáfora por *Os* (esse pronome é uma reescritura de *manifestantes* nesse acontecimento) e está determinado por *defendiam um ato pacífico*.

O recorte (9) pode ser parafraseado por

(9a) Sabemos que há manifestantes vândalos.

(9b) Eu afirmo que há manifestantes que não são vândalos.

Dada a paráfrase acima, pode-se observar que o Locutor, do lugar de Enunciador Genérico, afirma algo sobre os *manifestantes* em “Sabemos que há manifestantes vândalos”, ou seja, que participaram de atos de vandalismo. E, enquanto locutor-jornalista, do lugar social de Enunciador Individual, afirma que nem todos os *manifestantes* são vândalos, ou seja, que há *manifestantes* que não participaram de atos de vandalismo (em: “Eu afirmo que há manifestantes que não são vândalos”). Isso nos permite afirmar que há nesse recorte uma divisão do manifestante em *vândalo* (significado por *participaram dos atos de vandalismo*) e *não vândalo* (significado por *defendiam um ato pacífico*), ou seja, em *pacífico*, significado nesse acontecimento como sinônimo de *não vândalo* (que *defendiam um ato pacífico*) e *não pacífico*, significado aqui como um antônimo de *manifestante pacífico* e um sinônimo de *vândalo* (que *participaram de atos de vandalismo*). Observamos que se estabelece aqui uma relação de oposição entre o *manifestante vândalo/não pacífico* e o *manifestante não vândalo/pacífico*.

Essas relações apontam que a designação de *manifestante* nesse texto pode ser apresentada pelo DSD-3:

## DSD-3

Manifestante	┌ Manifestante Pacífico- não vândalo
	└ Manifestante Não Pacífico- vândalo

Essa análise indica que *manifestante* determina *manifestante pacífico/ não vândalo* (*defendiam um ato pacífico*), que estabelece uma relação antonímica com *manifestante não pacífico/ vândalo* (também determinado por *manifestante*). Nesse caso, vemos como o sentido de *manifestante* não exclui como participantes de manifestações os que são violentos, *vândalos* (*não pacíficos*)

Há uma reflexão complementar que nos interessa fazer aqui sobre o funcionamento da palavra *todos* nesse acontecimento de linguagem, uma vez que essa palavra funciona de forma bem interessante nesse texto. No recorte (9), apresentado acima, a palavra *todos* está significada enquanto a totalidade dos *manifestantes* (em: *mas nem todos participaram dos atos de vandalismo*), como uma anáfora totalizadora de *manifestantes*. Porém, pelo próprio funcionamento da reescrituração anafórica, mais à frente no texto, a palavra *todos* não significa “todos os manifestantes”, uma totalidade, mas como uma parcela do *manifestantes*. Observemos o recorte a seguir:

- (10) “Em reação, os vândalos atiraram pedras contra prédios, lojas e uma agência da Caixa Econômica Federal nas proximidades. Eles acabaram encurralados e os policiais começaram a prendê-los e revistá-los. Todos foram levados a uma delegacia próxima”.

Nesse recorte, como se vê, a palavra *todos* é uma reescritura de *vândalos*, que é reescrito por anáfora por *Eles* (em *Eles acabaram encurralados*) e pelo pronome *los* de *prendê-los e revistá-los*. Desse modo, *todos* está significado no texto como a parcela dos *manifestantes* considerada como *não pacífica* (os *vândalos*) e não a totalidade dos *manifestantes* que foram às ruas da cidade de Fortaleza, no dia 20 de junho de 2013, manifestar. É isso que constitui a diferença no modo de funcionamento dessa palavra nesse texto.

A partir dos DSDs apresentados acima, podemos dizer que *manifestação* significa na relação que estabelece, de um lado, com *passeata, ato, movimento, protesto, dividido* e

*manifestação pacífica* e, de outro, com manifestação *não pacífica*. Isso se organiza segundo o DSD – 3 em que *manifestante* significa na relação que estabelece com *manifestante pacífico* (sinônimo de *não vândalo*), bem como pela relação de oposição que estabelece entre *manifestante pacífico* e *manifestante não pacífico/vândalo*. Desse modo, referir à *manifestação* é o mesmo que referir àqueles significados pela designação de *manifestação*, ou seja, àqueles significados pelo DSD-2. Já referir a *manifestante* é o mesmo que referir àqueles que estão significados na designação de *manifestante*, ou seja, no DSD-3.

### **6.2.3 Argumentação para “é preciso agir de forma violenta para conter os manifestantes violentos”**

Dando sequência às nossas análises, observaremos como se constitui a orientação argumentativa nesse acontecimento enunciativo e quais os argumentos apresentados do lugar de locutor-jornalista, ao narrar os eventos ocorridos durante o protesto realizado em Fortaleza no dia 20 de junho de 2013, para o alocutário- leitor na direção da necessidade da polícia agir de forma violenta para conter os manifestantes que agiram com violência durante o protesto. Nessa medida, essa notícia se articula a favor da conclusão: *é preciso agir de forma violenta para conter os manifestantes violentos*.

Iniciaremos as análises pelo seguinte recorte:

- (11) “Os manifestantes recuaram e ficaram, de longe, atirando pedras no palácio. Também jogaram as cercas de metal nos espelhos d’água do imóvel --local que mais cedo servira de banheira para alguns manifestantes.

A PM avançou com balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo, dispersando o grupo. Também dispersou os manifestantes a golpes de cassetete”.

Elementos desse recorte podem ser parafraseados da seguinte forma:

- (11a) Os manifestantes agiram de forma violenta durante o protesto; a polícia atuou com violência para contê-los.

Dada essa paráfrase, fica pressuposto que “os manifestantes agiram de forma violenta durante o protesto, por isso a reação violenta por parte da polícia para contê-los”. Nesse sentido, é possível percebermos que há nesse recorte relações do tipo [X] por isso [Y]. De modo

que a conclusão “a polícia atuou com violência para contê-los” (significada por: *A PM avançou com balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo, dispersando o grupo. Também dispersou os manifestantes a golpes de cassetete*), expressa em [Y], é sustentada pelo argumento “Os manifestantes agiram de forma violenta durante o protesto” (significado por: *Os manifestantes recuaram e ficaram, de longe, atirando pedras no palácio. Também jogaram as cercas de metal nos espelhos d'água do imóvel --local que mais cedo servira de banheira para alguns manifestantes*), expresso em [X].

Essa paráfrase ainda indica haver nesse recorte uma divisão de enunciadores, conforme se pode observar a seguir:

(11') Sabemos que os manifestantes agiram de forma violenta durante o protesto.

(11'') Eu afirmo que a polícia precisou agir com violência para conter os manifestantes violentos.

Os sentidos das paráfrases acima apontam que, do lugar de Enunciador Genérico, o Locutor diz sobre algo dos manifestantes já sabido por “todos”, ou seja, fala sobre a ação violenta dos manifestantes durante o protesto. E, do lugar de Enunciador Individual, o locutor-jornalista ao enunciar afirma sobre a necessidade da polícia agir de forma violenta (com o uso de *balas de borracha, bombas, gás lacrimogêneo e golpes de cassetete*) para conseguir conter os *manifestantes violentos*, ou seja, aqueles que *ficaram atirando pedras no palácio e jogaram as cercas de metal nos espelhos d'água do imóvel*. Essa última perspectiva é a assumida pelo locutor-jornalista que, ao enunciar do lugar de Enunciador Individual, aponta para a necessidade da polícia agir de forma violenta, uma vez que os manifestantes realizaram atos de violência durante o protesto. Assim, ao argumentar do lugar de Enunciador Individual, o locutor-jornalista apresenta nesse texto uma “prova” para sustentar a necessidade da polícia agir de forma violenta para conter os *manifestantes violentos*. Nessa medida, esse recorte aponta para a seguinte conclusão: *é preciso agir de forma violenta para conter os manifestantes violentos*.

Cabe salientar que, a partir dessas relações, é possível dizer que o *manifestante violento* significa aqui como um sinônimo de *manifestante não pacífico* e pelos atos de vandalismo cometidos pelos manifestantes durante o protesto, o que vai ao encontro do DSD-3 (de *manifestante*) em que o *manifestante não pacífico* (significado nesse texto por *participaram dos atos de vandalismo*) se apresenta como um sinônimo de *vândalo*.

Mais à frente no texto são introduzidas mais algumas “provas” a favor dessa necessidade da polícia agir de forma violenta para conter os “manifestantes violentos”, o que pode ser observado nos enunciados a seguir:

- (12) “Em reação, os vândalos atiraram pedras contra prédios, lojas e uma agência da Caixa Econômica Federal nas proximidades”.
- (13) “Segundo a Polícia Civil, todos os presos mantiveram confronto com a polícia”.
- (14) “Entre as mochilas de alguns, ainda segundo a corporação, havia bombas, canivetes e estilingues com bolas de gude, usadas para quebrar os vidros do palácio”.

Os enunciados apresentados acima trazem uma enumeração de ações violentas realizadas por manifestantes durante o protesto como mais alguns argumentos a favor da ação da polícia para conter esses manifestantes. As relações estabelecidas nessa enumeração podem ser representadas da seguinte forma: [X1], [X2] e [X3] portanto [Y] (é preciso a polícia agir de forma violenta para conter os manifestantes violentos). Nessa medida, são apresentados como argumentos: o fato dos *manifestantes violentos (vândalos)* terem atirado *pedras contra prédios, lojas e uma agência da Caixa Econômica Federal* (expresso em [X1]), terem mantido *confronto com a polícia* (expresso em [X2]) e terem nas mochilas *bombas, canivetes e estilingues com bolas de gude, usadas para quebrar os vidros do palácio* (expresso em [X3]), os quais sustentam a necessidade da polícia agir de forma violenta para conter os *manifestantes não pacíficos (violentos)* durante o protesto.

Além dessas “provas”, é apresentado no texto, pelo locutor-jornalista, mais um argumento a favor da necessidade da polícia agir de forma violenta para conter os *manifestantes não pacíficos*: o fato de dois policiais terem sido feridos por pedradas durante a *manifestação (Houve dois PMs feridos por pedradas)*. De forma que esse argumento se apresenta como o de força maior a favor da conclusão (*é preciso agir de forma violenta para conter os manifestantes violentos*), ou seja, é apresentado como um argumento de força maior para que o alocutário-leitor concorde com a necessidade da polícia agir de forma violenta para conter os *manifestantes violentos*, uma vez que houve ação violenta de alguns manifestantes (*não pacíficos*) contra dois policiais (que foram *feridos por pedradas*).

Em seguida, para encerrar a argumentação, é apresentada pelo jornalista, no último parágrafo do texto, a versão de familiares e amigos de alguns manifestantes detidos pela polícia, através do discurso indireto, no sentido de que vários deles foram presos mesmo não tendo

atuado de forma violenta durante o protesto, uma vez que já estavam *longe da manifestação e não haviam participado de atos de vandalismo*. O que pode ser visto no recorte (15), abaixo:

(15) “Famíliares e amigos dos detidos diziam na delegacia que vários deles tinham sido presos já longe da manifestação e não haviam participado de atos de vandalismo”.

Que pode ser parafraseado por:

(15a) Sabemos que vários manifestantes foram presos.

(15b) Houve manifestantes não violentos que foram presos.

(15c) Eu afirmo que a polícia não agiu somente para conter manifestantes não pacíficos.

Do lugar de Enunciador Genérico, o locutor- jornalista afirma que vários manifestantes foram presos, do lugar de Enunciador Coletivo afirma que manifestantes não violentos foram presos, e do lugar de Enunciador Individual diz que a polícia não agiu somente contra os manifestantes não pacíficos (que participaram de *atos de vandalismo*), ou seja, os manifestantes violentos, assumindo essa última perspectiva. Fica assim significado no texto que a polícia precisa agir para conter somente os *manifestantes não pacíficos*, que realizaram *atos de vandalismo* durante o protesto. Nessa direção, observamos que também fica significada no texto uma restrição quanto ao tipo de *manifestante* que deve “sofrer” a ação da polícia. E, ao mesmo tempo, fica sustentada uma posição de que a polícia não age assim de modo completamente correto (da posição dos que reclamam da polícia). O que se vê, então, é que há nesse texto uma tipificação do *manifestante* em *pacífico* e *não pacífico*, que vai ao encontro do DSD-3, apresentado acima, no qual é significada essa divisão de *manifestante* em dois tipos (*pacífico* e *não pacífico*). Essa tipificação serve para o movimento argumentativo que aceita a violência policial contra *manifestantes violentos*.

#### 6.2.4 Conclusão

As análises apresentadas acima apontam que os sentidos de *manifestação* e *manifestante* são produzidos a partir das relações que estabelecem com outras palavras nos enunciados em que funcionam. Desse modo, com base nos DSDs apresentados acima, a *manifestação* é constituída como um movimento de reivindicação dividido entre o *pacífico* e o

*não pacífico*. Nessa mesma perspectiva, o *manifestante* se constitui enquanto participante das manifestações e significa na relação que estabelece com o *pacífico* e o *não pacífico*. Assim como acontece nos textos que analisamos anteriormente, uma vez que também trazem essa divisão de *manifestação* e *manifestante* em *pacífico* e *não pacífico*.

Com base na análise do movimento argumentativo dessa notícia, podemos dizer que o Locutor, agenciado do lugar de locutor-jornalista, argumenta para o seu alocutário-leitor na direção de que *é preciso agir de forma violenta para conter os manifestantes violentos*. Para alcançar a adesão do alocutário-leitor, o locutor jornalista, do lugar social de Enunciador Individual, traz o argumento de maior força (*Houve dois PMs feridos por pedradas*), ou seja, o argumento decisivo, a favor da necessidade da polícia agir para conter os *manifestantes violentos/não pacíficos*.

E, para encerrar sua argumentação, o jornalista insere no texto a versão de familiares e amigos dos manifestantes presos no sentido de que a polícia prendeu vários deles, porém, a ação da polícia deverá ser voltada só para os *manifestantes não pacíficos*, que praticaram atos de vandalismo durante a *manifestação*. Assim fica significada no texto a divisão do *manifestante* em *pacífico* e *não pacífico*, o que vai ao encontro das relações apresentadas no DSD-3 em que *manifestante* significa na estreita relação que estabelece com *manifestante pacífico* e *manifestante não pacífico*.

É importante observar nesse caso que a argumentação geral do texto do jornalista deixa significar uma posição de que a polícia excede no seu trabalho ao não distinguir violentos de não violentos com clareza, mesmo que o locutor-jornalista não assuma diretamente esse argumento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, analisamos a cena enunciativa constituída nos textos que tomamos para análise do funcionamento semântico-enunciativo das palavras *manifestante* e *manifestação*, sendo dois textos produzidos pelo Estado e dois publicados pela Mídia Tradicional Brasileira. Para tanto, recorremos ao aparato teórico da Semântica do Acontecimento que nos permitiu compreender cada um desses textos enquanto um acontecimento enunciativo, que se caracteriza como um espaço de enunciação, de produção de sentido e de distribuição desigual das línguas para seus falantes, neste caso, da língua portuguesa. E, é essa divisão desigual das línguas que instala no centro do funcionamento da linguagem o político, ou seja, o conflito. É esse conflito que constitui a cena enunciativa. Além disso, essa teoria nos possibilitou compreender que a produção de sentido no acontecimento enunciativo envolve um aspecto primordial: o agenciamento do falante; que se dá pelo funcionamento da enunciação. Nessa medida, o sentido é produzido pelos modos de agenciamento do acontecimento de linguagem.

Em seguida, como parte da análise do funcionamento semântico-enunciativo de *manifestante* e *manifestação*, analisamos as relações de determinação semântica que *manifestante* e *manifestação* estabelecem com outras palavras/ expressões nos enunciados em que funcionam, ou seja, as relações de atribuição de sentidos para essas palavras. Para tanto, fez-se necessário levarmos em consideração as relações de reescrituração e as articulações estabelecidas entre as palavras que tomamos como objeto de análise. Ressaltamos que, em todos os textos analisados, levamos em consideração as reescrituras e as articulações que se mostraram suficientes para a constituição do sentido para *manifestante* e *manifestação*.

E, por último, analisamos o movimento argumentativo dos acontecimentos que selecionamos para análise. Nessa etapa buscamos compreender como se constitui a argumentação a favor de determinada conclusão. Analisar esse movimento argumentativo foi importante porque nos possibilitou compreender os sentidos produzidos para *manifestante* e *manifestação* nesses acontecimentos de linguagem, uma vez que a argumentação, enquanto processo constituído pelo acontecimento enunciativo, também favorece a produção de sentidos para as palavras.

O primeiro texto que analisamos foi o pronunciamento realizado pela ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, no dia 21 de junho de 2013. Observamos que na cena enunciativa estabelecida nesse acontecimento o Locutor, agenciado do lugar social de presidente (em língua

portuguesa), diz sobre as manifestações que estavam ocorrendo pelas ruas do Brasil no mês de junho de 2013. Esse lugar do dizer está marcado pelo ato da presidente realizar um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão. E, desse lugar (de locutor-presidente), o Locutor está autorizado a definir as manifestações, apontar soluções para minimizar os problemas presentes no Brasil, ouvir os manifestantes e atender às suas reivindicações, ou seja, a realizar um pronunciamento em rede nacional e falar sobre as manifestações. Ao enunciar, o Locutor, enquanto locutor-presidente, constitui para o texto o lugar social de alocutário-manifestante, para quem diz sobre as manifestações e direciona a sua argumentação. Porém, nesse acontecimento, o lugar social de presidente não constitui somente um alocutário, ou seja, o alocutário-manifestante, mas também instala na cena enunciativa a figura do alocutário-brasileiro para quem o alocutor-presidente se dirige ao constituir sua alocação. Desse modo, nessas relações enunciativas, há a constituição de um alocutário duplo.

Outro aspecto interessante que observamos nesse texto 1 foi que há, em alguns momentos, um distanciamento do locutor-presidente em relação ao seu alocutário-brasileiro e, em outros, o estabelecimento de uma maior proximidade. Assim ora o locutor-presidente estabelece uma relação no plano pessoal com o seu alocutário-brasileiro, ora estabelece uma relação no plano político, estabelecendo um maior distanciamento.

Também observamos que, nesse pronunciamento, *manifestante e manifestação* significam, principalmente, pela relação que estabelecem com o *pacífico* e o *não pacífico*. Em se tratando da palavra *manifestação*, nesse texto, o seu sentido está determinado pelas expressões *vozes democráticas*, *voz das ruas* e *energia política*, com as quais estabelece uma relação sinonímica. Ainda é significada pela relação que estabelece com *manifestação pacífica* e com aqueles que a determinam (*democrático* e *movimento pacífico*) e pela relação de oposição que se instalada entre a *manifestação pacífica* e a *manifestação não pacífica* que, mesmo sem aparecer dessa forma no texto, significa pela relação que estabelece com *essa violência e promovida por uma pequena minoria*, bem como pela relação antonímica estabelecida com *manifestação pacífica*. Isso nos possibilitou observar que a designação de *manifestação* se constitui nesse acontecimento enquanto um movimento que se divide em dois tipos: *pacífico* e *não pacífico*, havendo a descaracterização desse último tipo, ou seja, da *manifestação não pacífica* como uma forma de manifestação legítima. E, conseqüentemente, uma legitimação da *manifestação pacífica*, que guarda relação com a designação de *manifestação*, por parte do Estado.

Já o *manifestante* significa, nesse texto, na relação que estabelece com a expressão *que foram às ruas* e pela relação de antonímia estabelecida entre o *manifestante pacífico* e o *não pacífico*, assim como na estreita relação que estabelece com *manifestação*. Além disso, foi possível percebermos que o sentido de *manifestação* e de *manifestante pacífico*, como determinação do sentido de *manifestação pacífica*, são decisivos na constituição do sentido de exclusão do *manifestante não pacífico* (significado nesse acontecimento como uma sinonímia de *Minoria violenta*, *Pequena Minoria* e *Minoria*) e de *manifestação não pacífica* (significada no texto por *Essa violência-* que está determinada por *Pequena minoria*).

As relações estabelecidas nos DSDs de *manifestação* e de *manifestação pacífica* apontam que a designação de *manifestação* é constituída como se tratando de um movimento caracterizado, principalmente, como *pacífico* e *democrático* e que guarda uma estreita relação com a *manifestação pacífica*. Enquanto que a designação de *manifestante* aponta uma relação de sentido em que o *manifestante* é determinado por *que foram às ruas*. Essas relações ainda mostram a divisão que há no decorrer do texto da *manifestação* em dois tipos: *pacífica* e *não pacífica*. O mesmo ocorre ao longo do texto com *manifestante*, que também é tipificado como *pacífico* e *não pacífico*. Isso aponta haver uma estreita relação de sentido entre as palavras *manifestante* e *manifestação* nesse pronunciamento de Dilma Rousseff.

Quanto à orientação argumentativa desse texto, observamos que o lugar de locutor-presidente, ao argumentar, instala a figura do alocutário- brasileiro para quem direciona sua argumentação no sentido de que existe uma condição para que os manifestantes sejam ouvidos: que a *manifestação* não seja violenta, ou seja, que seja pacífica. Sendo essa apresentada como a única condição para que o Governo escute as “*vozes das ruas*”.

No texto 2, que corresponde a um Projeto de Lei de autoria do deputado Carlos Sampaio, apresentado em 13 de setembro de 2013, a palavra *manifestação* significa, do mesmo modo que no pronunciamento apresentado acima, como um movimento dividido entre o *pacífico* e o *não pacífico*. O mesmo ocorre com a palavra *manifestante* nesse Projeto de Lei, que também está significada pela divisão entre o *pacífico* e o *violento* (*não pacífico*) nesse acontecimento de linguagem.

Em se tratando da cena enunciativa constituída nesse texto, observamos que o Locutor, do lugar social de deputado, instala a figura enunciativa do alocutor- deputado, para quem diz sobre a necessidade de aumento da pena para aqueles que agirem de forma violenta durante as manifestações.

Além disso, nesse Projeto, a designação de *manifestação* aponta uma relação de sentido na qual *manifestação* é determinada por *escudo humano e legítimas*, estabelece uma relação sinonímica com *passeata* e *protestos* e determina *manifestação pacífica*, que estabelece uma relação de antonímia com *manifestação não pacífica*. Já a designação de *manifestante* aponta uma relação de sentido em que o termo *manifestante* é determinado por *participantes* e determina *manifestante pacífico* que, por sua vez, está determinado por *pessoas e não violentas*. De modo que *manifestante pacífico* apresenta uma relação de oposição com *manifestante não pacífico*, que significa nesse acontecimento como um sinônimo de *indivíduos*, que é determinado por algumas palavras que circulam nesse texto (*violentos, depredadores e vândalos*).

Assim como acontece no pronunciamento de Dilma Rousseff que apresentamos acima, nesse Projeto de Lei também há uma divisão de *manifestação* e de *manifestante* em dois tipos: *pacífico* e *não pacífico*. De modo que a relação de antonímia estabelecida entre o *pacífico* (*manifestação pacífica* e *manifestante pacífico*) e o *não pacífico* (*manifestação não pacífica* e *manifestante não pacífico*) favorece a constituição de sentido de *manifestação* e *manifestante* nesse Projeto de Lei.

A partir da análise realizada do movimento argumentativo desse Projeto de Lei, observamos que o Locutor, ao ser agenciado do lugar social de deputado, argumenta para o seu alocutário-deputado no sentido de que há a necessidade de aumento da pena para aqueles que agirem de forma *não pacífica* durante as manifestações. E, enquanto Enunciador Individual, o locutor-deputado apresenta o argumento decisivo desse Projeto, introduzido pelo operador argumentativo *Assim* (em: *Assim, o crime cometido por meio do uso de passeata e máscara, poderia produzir um aumento de pena em qualquer dessas situações*), a favor da conclusão (*é necessário aumentar a punição para os indivíduos que agem com violência durante as manifestações*) para a qual busca a adesão do seu alocutário. Nesse texto não há ocorrência das expressões *manifestação não pacífica*, *manifestante pacífico* e *manifestante não pacífico*, mas elas significam na relação que estabelecem com outras palavras/ expressões que circulam nesse Projeto de Lei, conforme comentamos anteriormente.

No texto 3, intitulado “Em comunicado, Dilma diz que 'manifestações pacíficas são legítimas'”, de autoria do jornalista Breno Costa, publicado no dia 17 de junho de 2013 no jornal Folha de São Paulo, as palavras *manifestação* e *manifestante* são significadas mais uma vez enquanto divididas pelo sentido de *pacífico* e *não pacífico*. De modo que há uma legitimação da *manifestação pacífica* e do *manifestante pacífico* por parte do Governo (Federal e Estadual).

Em oposição a isso, há uma deslegitimação daquele que manifesta de forma violenta (*manifestante não pacífico*) e da *manifestação não pacífica*, o que aparece pelo relato de pronunciamentos de governos.

Nesse terceiro texto observamos que o Locutor, agenciado do lugar de locutor-jornalista, relata sobre os eventos ocorridos durante as manifestações de junho de 2013 pelas ruas das principais cidades brasileiras. E, ao trazer esse relato, o jornalista (enquanto locutor do texto) narra o que determinadas personagens da vida política disseram. No caso desse texto, ele narra o que Dilma Rousseff, Geraldo Alkmin e Fernando Grella Vieira (Secretário de Segurança Pública durante o governo de Geraldo Alkmin) disseram sobre essas manifestações. Ao enunciar, o locutor-jornalista instala na cena enunciativa a figura do alocutário-leitor para quem direciona a sua fala no sentido de que as manifestações legitimadas pelo Governo são as *manifestações pacíficas* e que os policiais cuidarão da ordem para que as *manifestações pacíficas* ocorram.

Em relação à designação de *manifestação pacífica*, observamos que se constitui como um movimento caracterizado como *legítimo e democrático*, que é legitimado pelo Governo (Federal e Estadual). Essas relações apontam haver, a partir da tipificação da manifestação em *pacífica* e *não pacífica*, uma divisão do sujeito manifestante em *pacífico* e *não pacífico*. De modo que há uma legitimação da *manifestação pacífica* e do *manifestante pacífico* por parte do Governo (Federal e Estadual). Em oposição a isso, há uma deslegitimação daquele que se manifesta de forma violenta (*manifestante não pacífico*) e da *manifestação não pacífica* pelo Governo.

A análise da orientação argumentativa dessa notícia nos possibilitou observar que o locutor-jornalista argumenta para o alocutário-leitor na direção de que não haverá atuação da polícia durante a manifestação, uma vez que ela será pacífica e organizada. Ainda evidenciou que, no decorrer do texto, o locutor-jornalista recorre à fala “do outro” (neste caso, de Geraldo Alkmin e do secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo) para introduzir argumentos no texto na direção de que *nem todos os cidadãos têm o direito de manifestar, pois os maus cidadãos não podem se manifestar porque são violentos*, ou seja, apenas aqueles que se manifestam de forma pacífica e ordeira poderão manifestar.

Nessa parte do texto o que se vê é que o locutor-jornalista, mesmo que não diretamente, sustenta o posicionamento do Governo do Estado de São Paulo, que se apresenta de forma muito semelhante ao posicionamento da presidente Dilma Rousseff apresentado no primeiro parágrafo dessa notícia. Também observamos que a orientação argumentativa do texto

aponta para a existência de uma condição para que o cidadão tenha o direito de se manifestar: que seja sem violência e em ordem.

E, por último, analisamos o texto 4, com o título “Protesto”, publicado pela Folha de São Paulo no dia 21 de junho de 2013, mesmo dia da realização do pronunciamento em rede nacional pela Presidente Dilma Rousseff para falar sobre as manifestações que estavam ocorrendo pelas principais cidades brasileiras no mês de junho de 2013. Essa notícia também foi publicada um dia após o principal protesto ocorrido em junho de 2013 no Brasil, ou seja, um dia após as manifestações do dia 20 de junho, que contou com a participação de milhares de pessoas. Nessa notícia, assim como observamos na notícia que apresentamos acima, o Locutor, do lugar social de jornalista, constitui na cena enunciativa a figura do alocutor-leitor pela própria configuração do relato enquanto notícia, para quem direciona o seu relato, bem como sua argumentação.

Com a análise da designação de *manifestação* e *manifestante* observamos que os sentidos dessas palavras são produzidos a partir das relações que estabelecem com outras palavras nos enunciados em que funcionam. Nessa direção, o sentido de *manifestação* é constituído como um movimento de reivindicação dividido entre o *pacífico* e o *não pacífico*. Nessa mesma perspectiva, o *manifestante* se constitui enquanto participante das manifestações e significa na relação que estabelece com o *pacífico* e o *não pacífico*. Assim como acontece nos textos que analisamos anteriormente, uma vez que também trazem esta divisão de *manifestação* e *manifestante* em *pacífico* e *não pacífico*.

A análise do movimento argumentativo dessa notícia aponta que o Locutor, agenciado do lugar de locutor-jornalista, argumenta para o seu alocutário-leitor na direção de que *é preciso agir de forma violenta para conter os manifestantes violentos*. Para alcançar a adesão do alocutário-leitor, o locutor-jornalista, do lugar social de Enunciador Individual, traz o argumento de maior força (*Houve dois PMs feridos por pedradas*), ou seja, o argumento decisivo, a favor da necessidade da polícia agir para conter os “manifestantes violentos”, “não pacíficos”.

E, para encerrar sua argumentação, o jornalista insere no texto a versão de familiares e amigos dos manifestantes presos no sentido de que a polícia prendeu vários deles, porém, a ação da polícia deverá ser voltada só para os “manifestantes não pacíficos”, que praticaram atos de vandalismo durante a *manifestação*. Assim fica significada no texto a divisão do *manifestante* em *pacífico* e *não pacífico*.

Um outro aspecto interessante que observamos nesse texto é que o locutor-jornalista, mesmo não assumindo diretamente o posicionamento de que a polícia excedeu ao não distinguir com clareza os manifestantes violentos (*não pacíficos*) dos não violentos (*pacíficos*), deixa significar essa posição no seu texto.

Nos acontecimentos enunciativos que tomamos para análise, observamos que são constituídos outros sentidos para as palavras *manifestante* e *manifestação*. Esses textos produzem especificações não consideradas no que está estabilizado nos dicionários de língua portuguesa, como é o caso do sentido de *manifestação* enquanto “o ato de manifestar”, e *manifestante*, enquanto “quem manifesta”, que se mantêm nos três dicionários monolíngues de língua portuguesa que analisamos (Aurélio, Silveira Bueno e Houaiss). Essa especificação coloca o sentido da legitimidade ou não legitimidade.

Além disso, observamos que, mesmo que os textos analisados apresentem características distintas, as palavras *manifestante* e *manifestação* significam em todos eles, principalmente, a partir da relação que estabelecem com o *pacífico* e o *não pacífico*. Assim há uma manutenção da designação de *manifestante* e *manifestação* enquanto divididos entre o *pacífico* (létítimo) e o *não pacífico* (não lético) tanto no pronunciamento da presidente Dilma Rousseff quanto no Projeto de Lei e nas duas notícias do jornal Folha de São Paulo que analisamos.

Nas notícias analisadas (texto 3 e 4) observamos que é relatado o posicionamento do Governo de tipificação do *manifestante* e da *manifestação* (*pacífico* e *não pacífico*), bem como da necessidade de se conter o “manifestante violento” e a *manifestação não pacífica*. Isso mostra que, ao relatar o Estado (autoridades de governo especificamente), os textos da mídia aqui analisados deixam prevalecer os sentidos de pronunciamentos de governo. Ou seja, o lugar do Estado tem uma predominância no discurso da mídia, valendo os argumentos do Estado no sentido de legitimação do que é considerado como *pacífico* (*manifestação pacífica* e *manifestante pacífico*) e de deslegitimação do *não pacífico/violento* (*manifestação não pacífica* e *manifestante não pacífico*).

Nessa direção, existem outros sentidos para *manifestante* e *manifestação* que circulam na história de enunciação dessas palavras nos acontecimentos de linguagem que tomamos para análise. Isso mostra que os sentidos das palavras *manifestante* e *manifestação* não residem apenas na sua etimologia ou forma, uma vez que outros sentidos são constituídos a partir das relações que elas estabelecem com outras palavras/ expressões no acontecimento enunciativo em que funcionam.

Desse modo, a designação de *manifestante* e *manifestação* se mantém em todos os acontecimentos enunciativos que analisamos. Ainda observamos que, em certa medida, as relações de argumentação presentes nesses textos também se mantêm, uma vez que sustentam o posicionamento do Estado de tentar exercer um controle sobre as *manifestações* e os *manifestantes*. No texto 1, por exemplo, os argumentos apresentados pela presidente direcionam para o sentido de que *um movimento de reivindicação não pode ser violento*. No texto 2, os argumentos apresentados pelo Deputado Carlos Sampaio direcionam a argumentação para o sentido de que *é necessário aumentar a punição para indivíduos que agem de forma violenta durante as manifestações*. Já o texto 3 argumenta na direção de que *todo cidadão só tem o direito de se manifestar sem violência e em ordem*. E, por fim, no texto 4 a direção da argumentação é no sentido de que *é preciso agir de forma violenta para conter os manifestantes violentos*.

## REFERÊNCIAS

BARBISAN, Leci Borges. Por uma abordagem argumentativa da linguagem. In: GIERING, Maria Eduarda; TEXEIRA, Marlene. *Investigando a linguagem em uso: estudos em lingüística aplicada*. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

\_\_\_\_\_. Uma proposta para o ensino da argumentação. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 111-138, 2007.

BARBISAN, Leci Borges; TEIXEIRA, Marlene. Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. *Organon*. Porto Alegre, v. 16, n. 32-33, p. 161-180, 2002.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*: tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Néri: revisão do prof. Isaac Nicolau Salum – 5ª edição – Campinas, SP. Pontes Editores, 2005.

BRÉAL, Michel. Leis intelectuais da linguagem: fragmento de semântica, 1883 (Trad. Eduardo Guimarães) In. GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira (Org.), *História e sentido na linguagem*. Campinas, 2 ed. aumentada, Editora RG, 2008.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de semântica*. São Paulo, EDUC/ Pontes, 1992.

CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHIAVENATO, Júlio José. *As lutas do povo brasileiro*. São Paulo: Moderna, 1988.

DUCROT, Oswald. Escalas argumentativas. In: DUCROT, Oswald. *Provar e dizer*. São Paulo: Global, 1981. p. 178-228. Edição original: 1973.

\_\_\_\_\_. *Les mots du discours*. Paris: Minuit 1980.

\_\_\_\_\_. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. Edição Original: 1984.

\_\_\_\_\_. *Dizer e não dizer*. Princípios de semântica lingüística. Trad. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães, Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Polifonia y Argumentación: Conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso*. Cali: Universidad del Valle, 1988.

\_\_\_\_\_. A pragmática e o estudo semântico da língua. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 9-21, mar. 2005.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. *Ponto de vista: o ponto cego das teorias da polifonia*. Estudos da Língua(gem). Vitória da Conquista, v.13, n.1, p. 249-283, jun. 2015.

GOHAN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo*. 7.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. *História dos movimentos e lutas sociais*. São Paulo: Ed. Loyola, 1995.

GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. Domínio Semântico de Determinação (in.) GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira; MOLLICA, Maria Cecília (orgs.) *A palavra forma e sentido*. Campinas, SP: Pontes Editores, RG Editores, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes, 2007b.

\_\_\_\_\_. A Enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. In: GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira; ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. (Org.). *Cadernos de estudos Linguísticos*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Estudos da Linguagem, n. 51(1), Jan./Jun. 2009.

\_\_\_\_\_. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Editora RG, 2010.

\_\_\_\_\_. *Análise do texto: procedimentos, análise, ensino*. Campinas: Editora RG, 2011.

\_\_\_\_\_. *Semântica: enunciação e sentido*. São Paulo: Pontes, 2018.

INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO (IVC). Circulação média diária de jornais no período de janeiro a dezembro de 2013. In: *ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ)* (site). Maiores jornais do Brasil.

JUDENSNAIDER, Elena *et al.* *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneto, 2013.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2009.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso da linguística neste século*. Lisboa: Colibri, 1998.

LYONS, John. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Nacional, 1979.

MARADEI, Anelisa. Folha de S. Paulo e a cobertura dos protestos do MPL. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus: AM, 2013.

MACHADO, Carolina de Paula. *Políticas e sentidos da palavra preconceito: uma história no pensamento social brasileiro na primeira metade do século XX*. 2011. 258p. (Tese Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MELO, José Marques de. *Teoria do Jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulos, 2006.

MORAIS, Fernando. *Uma tarde com Julian Assange, o hacker que tirou o sono do governo americano*, 2017. Disponível em : <nocaute.blog.br>. Acesso em 10 jul. 2017.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Manual de semântica*. Petrópolis: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. *Cidadania: história e política de uma palavra*. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni. *Terra à vista! : discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez. Ed. Da Unicamp, 1990.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

RIBEIRO, Roziane Marinho. *A construção da argumentação oral no contexto de ensino*. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVEIRA, Ricardo. O movimento operário e os “novos” movimentos sociais. In: TOMAZI, Nelson Dácio. (coord.) *Iniciação à sociologia*. São Paulo: Atual, 1993, p. 222-250.

SOUZA, Cláudia Moraes de; MACHADO, Ana C. *Movimentos Sociais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

PAOLI, Maria Célia. *Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político*. In: HELLMAN, Michaela. *Movimentos sociais e democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

PLATÃO. *Crátilo ou sobre a correção dos nomes*. São Paulo: Paulus, 2014.

PUJOL, Antoni Francesc Tulla *et al.* MANIFESTAÇÕES POPULARES NO BRASIL ATUAL: sociedade civil em rede e reivindicações sobre o poder político XIII. In: *Coloquio Internacional de Geocrítica El control del espacio y los espacios de control Barcelona*, 5-10 de mayo de 2014. P. 1-21.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 25 ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

SCHREIBER DA SILVA, Soeli Maria. Argumentação, Memória e o Político no texto jurídico: a representação no modo de enunciação representativa. In: GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira; ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. (Org.). *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, SP:Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Estudos da Linguagem, n. 51(1), jan./jun.de 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Manifestações de rua no Brasil 2013*. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Maio/Ago. 2014.

VENÍCIO Lima: As manifestações de junho e a mídia. *Cut Brasil*. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/destaque-central/52440/venicio-lima-as-manifestacoes-de-junho-e-a-midia>>. Acesso em 20 mar. 2017.

## DICIONÁRIOS

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009 (CD-ROM).

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Confluência, 1967.

BUENO, Francisco da Silveira. *Mini dicionario da lingua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: FTD, 2007.

TORRINHA, Francisco. *Dicionário Latino-Português*. 3. ed. [Lisboa]: Marânus, 1945.